PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Maria Ieda Almeida Muniz

As práticas discursivas em situação de trabalho e o real da atividade: uma consciência jurídica

DOUTORADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA

São Paulo

2008

Maria Ieda Almeida Muniz

As práticas discursivas em situação de trabalho e o real da atividade: uma consciência jurídica

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Lingüística Aplicada, Linha de Pesquisa: Linguagem em Situação de Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof. ª Doutora Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva.

São Paulo

2008

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Dedico esta pesquisa aos meus pais que me ensinaram a ser perseverante.

Agradecimentos

À minha orientadora Profª. Drª. Maria Cecília Pérez SOUZA-E-SILVA.

Ao meu co-orientador francês Profº Drº Yves CLOT.

Ao Grupo Atelier: Linguagem e Trabalho que me ensinou a trilhar os caminhos da pesquisa em situação de trabalho.

À Equipe da *Clinique de l´Activité*, especialmente Laure KLOETZER, Muriel HENRY, Maryse BOURNEL-BOSSON, Mariama DIALLO, Gabriel FERNANDEZ, Michel JOUANNEAUX, Katia KOSTULSKI, Guillaume LECUIVRE, Malika LITIM, Jacqueline MAGNIER, Yvon MIOSSEC, Bernard PROT, Danielle ROGER, Jean-Luc ROGER, Livia SCHELLER, Pascal SIMONET, Jean-Luc TOMÁS, Christiane WERTHE.

À Inês pela amizade.

Ao Defensor Público Drº Wesley CALDEIRA e à Defensoria Pública de Montes Claros/Minas Gerais pela coragem e disponibilidade para realização desta pesquisa.

Aos professores franceses Josiane BOUTET, Dominique MAINGUENEAU, Patrick CHARAUDEAU e Marie-Anne PAVEAU, que gentilmente permitiram a minha participação em seus seminários de pesquisa e discutiram comigo alguns pontos da minha pesquisa.

Ao CNPq (no Brasil) e à CAPES (na França) órgãos de fomento que me concederam bolsa durante a realização desta pesquisa.

À SOEBRAS pelo apoio.

À Juliana e Luís pela presença constante.

À Fabiana e Ana Paula pela alegria.

À Laez e família pelo acolhimento caloroso.

RESUMO

A presente pesquisa está ancorada nos estudos da linguagem, mais especificamente, em princípios enunciativo-discursivos e em um conjunto de conhecimentos sobre o ser humano no trabalho, advindos da Ergonomia da Atividade, da Psicologia do Trabalho e da Ergologia. Analisa a atividade de trabalho realizada pelo Defensor Público no Tribunal do Júri. Tal atividade costuma gerar muita polêmica, uma vez que os discursos veiculados por esse profissional em atuação no plenário, normalmente, são construídos contra uma ordem social pré-estabelecida. Entender a construção desse discurso depende não só de conhecimentos jurídicos, mas também da compreensão de fatores sociais, culturais e éticos. Objetivamos responder aos seguintes questionamentos: a) que traços do gênero da atividade do defensor público podem ser identificados, tendo em vista os prescritos que regulam sua atividade? b) considerando a relação gênero discursivo/ gênero da atividade, que *ethos* se depreende de seus procedimentos discursivos? Para respondê-los, registramos em vídeo duas audiências do Tribunal do Júri e realizamos três sessões de autoconfrontação simples (Clot & Faïta, 2000). Depreendemos, pela análise, que o protagonista do trabalho introduz em sua atividade, baseada em prescritos rígidos, valores pessoais conformados ao gênero da atividade e valores sociais pré-discursivos que fazem emergir conflitos que agem direta e indiretamente no decorrer de seu trabalho. Analisar o gênero discursivo e o da atividade permitiu-nos perceber a constituição do *ethos* do nosso protagonista do trabalho, que procura se adequar ao espaço discursivo em que é constituído e se apresenta comprometido com a atividade de trabalho e com os problemas sociais. O método da autoconfrontação foi provocador de reflexões capazes de levar o Defensor a externar o "difícil de dizer"/ "não poder dizer", constitutivos de uma identidade que se ajusta ao seu papel social e o conduziu a reconhecer que em seu trabalho, embora complexo, existem pontos positivos. Esse encontro consigo, que evoca satisfação em exercer uma atividade de trabalho complexa, é o que interpretamos como *autoconhecimento: uma entidade obscura, um enigma*.

Palavras-chave: gênero, *ethos*, trabalho, real da atividade, autoconfrontação.

ABSTRACT

The aim of this research is based on language studies, specifically on principle of enunciative-discursive approach, and on a set of knowledge-base related to Human work that come from the Ergonomic Activity, Work Physicology and Ergology. This research analyses the work activity carried out by a Public Defender in a Court of Law. It is relevant to observe that this activity used to engage in polemics probably because such discourses are normally constructed in work through professional against a pre-established social order. Besides legal knowledge it is also necessary to analyse construction of referred discourse in order to understand actual social, cultural and ethical comprehension issues. Therefore, we propose to answer the following questions: (a) aiming prescription ruled by the activity, which features from Public Defender activity genre may be identified? (b) considering discoursive genre/activity genre relation, which *ethos* is itself deduced from its discoursive procedure? To answer these questions we made use of a two video-recorded sessions in judgement and we carried out three ordinary autoconfrontation sessions (Clot & Faïta, 2000). Throughout the analysis we deduce that work protagonist, based on hard prescription, establish personal value into his activity. Nevertheless, it presumes value is in conformity with activity genre. In addition, we observe language entail activity genre to discourse genre. Yet, there are pre-discursives social values in the Public Defender activity rising out of direct or indirect conflicts during work. However, analyzing discoursive and activity genres have allowed us to understand our work protagonist´s *ethos* constitution, seeking an adaptation to discursive space in which work protagonist constitutes himself and to undertake a commitment to work activity and social problems. Autoconfrontation method was provocative reflexions capable of getting Defender expresses the "difficult to say" / "must not say", it is constitutive of an identity adjusted to Defender role and it should make himself to recognize, although complex, positive points in his work. Meeting himself evokes satisfaction in performing a complex work activity that is what we interpreted as *auto-knowledge principle*: *An enigmatic entity*.

Keywords: genre, *ethos*, work, real activity, autoconfrontation.

RÉSUMÉ

La présente recherche est ancré dans les études du langage le plus precisement les principes enonciatif-discursifs, et dans un ensemble de connaissance sur l‟être humain au travail qui ont comme source l´ Ergonomie de l‟ Activité, la Psychologie du Travail et l‟ Ergologie. Nous analysons l‟ activité du travail realisé par l‟Avocat Commis d‟Office au Tribunal du Jury, activité qui est polemique, parce que les discours prononcés pour lui au Tribunal, fréquemment sont faites contre un ordre social préconçu. Comprendre la construction de ce discours-là ne depend pas que simplement de connaissance juridique, mais aussi de la compréhension de facteurs sociaux, culturels et étiques présentes là-bás. Nous avons pour but repondre aux questions suivants: a) quels sont les pistes du genre de l‟activité de l‟Avocat Commis d‟Office? b) pendre en compte le genre discursif/ genre de l‟activité, quel *ethos* se découle de leurs procedures discursifs? Afin de les répondre, nous enregistrons en vídeo deux audiences publique au Tribunal du Jury et nous avons faire trois sessions d‟autoconfrontation simple (Clot et Faïta, 2000). Dans l‟analyse, nous apercevons que dans le genre de l‟activité, qui part du prescrit rigides qui réglent l‟activité, le protagoniste du travail mets dans son activité valeurs qui sont personnels, mais qui sont en conformité au genre de l‟activité. Toutefois, il existe dans son activité valeurs sociaux qui sont prédiscoursif, en faisant se dégager conflits que direct et indirectement se mettent en acte au cours de son activité. L‟analyse du genre discursif et de l‟activité nous permettons d‟apercevoir la constitution de l‟ *ethos* de notre protagoniste du travail que se préoccupe avec l‟adequation au espace discursif où il est constitué. Notre analyse montre que *l´ethos* se présente compromis avec l‟activité de travail et avec les problémes sociaux. Cependant, il est incompris par le social. Nous observons que la méthode de l‟autoconfrontation a été capable de faire réflexir et mener l‟Avocat Commis d‟Office à parler ce qui est “dificille à dire/ne pas pouvoir dire”, constitutif de une identité qui est semblable au rôle social. Il est dévoilé par la materialité linguistique que la méthode a suscité un discours qui a fait l‟Avocat Commis d‟Office reconnaître que dans leur travail, même complexe, il y a points positifs. Cellui rencontre avec soi-même, dans une reconnaîssance identitaire, qu‟ évoque satisfaction en faire leur boulot complexe c‟est qui nous comprennons comme: l‟autoconnaissance, une entité obscure, un enigme.

Mots-clé: genre, ethos, travail, reel de l´activité, autoconfrontation

Lista de ilustrações

Quadros

Quadro 1.1 - Atividades desenvolvidas na Defensoria Pública de Montes Claros 31
Quadro 1.2 - Representação espacial do Tribunal do Júri..... 45
Quadro 1.3 - Marcas de pessoa para se referir à atividade de trabalho..... 169
Quadro 1.4 - 1ª. Autoconfrontação simples - pessoas do discurso/designações..... 174
Quadro 1.5 - 2ª. Autoconfrontação simples..... 175
Quadro 1.6 - Autoconfrontação simples sobre autoconfrontação simples..... 176
Quadro 1.7 - Discurso de saudação 181
Quadro 1.8 - Anúncio da tese..... 185
Quadro 1.9 - Discurso de autoridade 186
Quadro 1.10 - Discurso bíblico 186
Quadro 1.11 - A (não) pessoa..... 188
Quadro 1.12 - A ironia no argumento *ad hominem*..... 190
Quadro 1.13 – Mitologia..... 193
Quadro 1.14 – Literatura..... 197
Quadro 1.15 – Metáfora..... 198
Quadro 1.16 – Quesitos..... 201
Quadro 2.17 - Cena englobante..... 212
Quadro 2.18 - Cena genérica..... 213
Quadro 2.19 - Cenografia e *ethos*..... 214
Quadro 2.20 - O *ethos* no discurso da autoconfrontação simples..... 223
Quadro 2.21 - O *ethos* constituído em plenário..... 223

Gráfico

Gráfico 1.1 - Designações/pessoas do discurso..... 178

Pinturas

Pintura 1.1 - Circe e Ulisses, por Wolgemut..... 194
Pintura 1.2 - Medeia, por Eugène Delacroix…….. 196

Fotografias

Fotografia 1.1 - Fórum da Comarca de Montes Claros/MG 45
Fotografia 1.2 - Entrada do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros/MG..... 45
Fotografia 1.3 - Visão interna do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros/MG..... 46
Fotografia 3.4 - Início da audiência..... 87
Fotografia 3.5 - Audiência em desenvolvimento..... 87
Fotografia 3.6 - Sessão de autoconfrontação simples..... 88
Fotografia 2.7 - A construção do *ethos*..... 218
Fotografia 3.8 - O sentido da ausência..... 233
Fotografia 3.9 - A parcialidade e a voz do ressentimento..... 239
Fotografia 3.10 - A argumentação e a competência linguageira 244
Fotografia 3.11 - Ética no trabalho e o mundo ético..... 249

Organogramas

Organograma 1.1 - Gênero da atividade 154
Organograma 3.2 - Atividade dirigida..... 264
Organograma 3.3 - Polêmica na atividade..... 266
Organograma 3.4 - Conflitos indiretos da atividade..... 266
Organograma 3.5 - Condições sócio-históricas de produção discursiva e o real da atividade do DP..... 268

SUMÁRIO

RESUMO..... 06
Considerações iniciais: reflexões sobre a linguagem, o homem e o trabalho..... 18

PARTE I: O OBJETO DE ESTUDO E A SITUAÇÃO DE TRABALHO..... 27
CAPÍTULO 1 - A JUSTIÇA COMO CONTEXTO..... 28
1.1. A Defensoria Pública como instrumento de cidadania..... 28
1.2. Defensores *versus* dativos..... 34
1.3. Defensor público: a missão 37
1.4. O tribunal do Júri 39
1.4.1. A plenitude da defesa..... 42
1.4.2. O sigilo das votações..... 42
1.4.3. A soberania dos veredictos 43
1.4.4. A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida..... 44
1.4.5. Os protagonistas do Tribunal do Júri..... 46

CAPÍTULO 2 – AS CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS DO TRABALHO..... 63
2.1. As contribuições da Psicologia do Trabalho 63
2.2. As contribuições da Ergonomia 67
2.3. As contribuições da Ergologia 70
2.4. As contribuições da Clínica da Atividade 72

CAPÍTULO 3 - A METODOLOGIA 83
3.1.A constituição dos dados..... 83
3.2.O método da autoconfrontação..... 84
3.2.1.A entrevista..... 84
3.2.2.A seleção dos processos..... 85
3.2.3.A gravação..... 87
3.2.4.O real e o realizado..... 89
3.2.5.A autoconfrontação: uma experiência dialógica..... 92
3.2.6.O dispositivo dialógico como gênero..... 94
3.2.7.A autoconfrontação simples: a representação do coletivo no indivíduo..... 96
3.2.8.A autoconfrontação cruzada: o futuro do sobre-destinatário..... 99

PARTE II: O OBJETO DE ESTUDO NAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM 101
CAPÍTULO 1 – A ESCOLHA DE UMA TEORIA 102
1.1. Uma proposta para a análise discursiva 102
1.2. O discurso argumentativo 109
1.3. A argumentação: da retórica à análise do discurso 111
1.3.1. A Retórica 115
1.3.2. A nova retórica de Chaim Perelman 118
1.3.3. A argumentação após a retórica 119

CAPÍTULO 2 – OS ESCRITOS DO TRABALHO REAL E O REAL DA ATIVIDADE .. 121
2.1. Os escritos para o trabalho 121

CAPÍTULO 3 - A RELAÇÃO TRABALHO E LINGUAGEM 133
3.1. A linguagem *como* trabalho, *sobre* o trabalho e *no* trabalho 133
3.2. A linguagem *sobre* o trabalho e a autoconfrontação 136
3.3. O prescrito, o escrito e o oral, no trabalho do defensor 137
3.4. A produção da linguagem em ambiente formal 138
3.5. A linguagem *como* trabalho e o processo-crime 138
3.6. Procedimentos dos crimes dolosos contra a vida no Tribunal do Júri 139
3.6.1. *Judicium Accusationis* ou Sumário de Culpa 139
3.6.2. *Judicium Causae* ou Julgamento do Mérito 142

PARTE III: A CONSTITUIÇÃO DE UMA PRÁTICA DISCURSIVA NO TRIBUNAL DO JÚRI E NA AUTOCONFRONTAÇÃO SIMPLES 147
CAPÍTULO 1 - O GÊNERO DO DISCURSO E O GÊNERO DA ATIVIDADE DE TRABALHO DO DEFENSOR PÚBLICO 148
1.1. O gênero do discurso no Tribunal do Júri 148
1.2. O gênero da atividade no Tribunal do Júri 152
1.2.1. A posição em plenário 159
1.2.2. A escolha dos jurados 160
1.2.3. Os procedimentos que antecipam as estratégias para a realização da audiência .. 161
1.2.4. A escolha da tese de defesa 162
1.2.5. Como introduzir o discurso 162
1.2.6. Argumentando para os jurados 163
1.2.7. A reação dos co-enunciadores 164
1.2.8. Os co-enunciadores e os quesitos 166
1.2.9. A pena e o regime de prisão 167

1.3. Os embreantes coletivos do gênero da atividade 169
1.3.1. As marcas subjetivas de uma memória coletiva 171
1.4. Estrutura e funcionamento do gênero do discurso/atividade 179
1.4.1. Inscrição do auditório: os índices de alocução 180
1.4.2. Introdução ao tema a ser discutido em plenário 184
1.4.3. A heterogeneidade argumentativa 185
1.4.4. A (não) pessoa discursiva 187
1.4.5. A ironia no discurso *ad hominem* 189
1.4.6. A analogia e a ilustração 192
1.4.7. Fechamento 200

CAPÍTULO 2 - A CENOGRAFIA E O *ETHOS* 206
2.1. As cenas da enunciação 206
2.2. O *ethos* e a argumentação 215
2.2.1. A autoridade em retórica: o discurso do defensor 216
2.2.2. A construção do *ethos* do defensor 218
2.2.3. A (des)construção do *ethos* no discurso da autoconfrontação e no discurso do plenário 222

CAPÍTULO 3 - REFLEXÕES SOBRE O GÊNERO DE ATIVIDADE/DISCURSO, O *ETHOS* E O AUTOCONHECIMENTO 226
3.1. O sentido da ausência 229
3.2. A parcialidade e a voz do ressentimento 237
3.3. A argumentação e a competência linguageira 243
3.4. A ética no trabalho e o mundo ético 248
3.5. O autoconhecimento: uma entidade obscura ou *corps-soi* (corpo-si) 258

Considerações finais 269

REFERÊNCIAS 275
ANEXOS 285
ANEXO – 1 - Primeira audiência 285
ANEXO – 2 - Primeira autoconfrontação 292
ANEXO – 3 - Segunda audiência 306
ANEXO – 4 - Segunda autoconfrontação 318
ANEXO – 5 - Autoconfrontação sobre a primeira autoconfrontação 329

"*Combati o bom combate [...] guardei a fé*"

São Paulo 7

Segunda Epístola de São Paulo apóstolo a Timóteo

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Reflexões sobre a linguagem, o homem e o trabalho

TAREFA

Morder o fruto amargo e não cuspir
mas avisar aos outros quanto é amargo,
cumprir o trato injusto e não falhar
mas avisar aos outros quanto é injusto,
sofrer o esquema falso e não ceder
mas avisar aos outros quanto é falso;
dizer também que são coisas mutáveis ...
E quanto em muitos a noção pulsar
- do amargo e injusto e falso por mudar -
então confiar à gente exausta o plano
de um mundo novo e muito mais humano.

CAMPOS, Geir. *Tarefa. Rio de janeiro, Civilização Brasileira; São* Paulo, 1981

Estudar a linguagem com o intuito de compreender o homem e a sua relação com o trabalho é, na atualidade, interesse de muitos pesquisadores. As Ciências do Trabalho oferecem ao pesquisador, voltado para os estudos da linguagem, um conjunto de conhecimentos sobre o ser humano no trabalho e uma prática de ação que relaciona intimamente a compreensão do trabalho e sua transformação.

Assim, analisamos o trabalho realizado pelo Defensor Público no Tribunal do Júri[1]. Essa atividade costuma gerar muita polêmica, uma vez que os discursos veiculados por esse profissional em atuação no plenário, normalmente, são construídos contra uma ordem social

[1] O Tribunal do Júri é um órgão de 1ª instância, ou 1º grau, da Justiça Comum, que pode ser Estadual ou Federal. Compõe-se de um Juiz de Direito, seu presidente, e de 21 jurados, sorteados entre os alistados. Em cada sessão, dentre os 21 jurados, sorteiam-se 7 para formar o conselho de sentença. A esse Tribunal compete o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

pré-estabelecida[2]. Entender a construção desse discurso depende não só de conhecimentos jurídicos, mas também da apreensão de fatores sociais, culturais e éticos, ali presentes.

Esta pesquisa está centrada no estudo da atividade de trabalho do Defensor Público no Tribunal do Júri. Embora essa atividade tenha sido regulamentada na Constituição Federal de 1988, em nosso país, há Estados que não a regulamentaram ou o fizeram apenas recentemente. Esse é um dos motivos pelos quais se conhece pouco sobre a atividade desse trabalhador. Constatamos que as pesquisas sobre o Tribunal do Júri estão voltadas para problemas jurídicos ou para o estudo da retórica[3]. Nossa contribuição, no entanto, se relaciona com a análise da atividade de trabalho. Partindo do pressuposto de que a linguagem é trabalho e constitui o homem trabalhador, pretendemos promover uma reflexão e um aprofundamento nos procedimentos teórico-metodológicos adotados na investigação das práticas discursivas nesse contexto específico, contribuindo para a construção de discursos sobre o trabalho, que ajudem a enriquecer essa "formação linguageira"[4].

O profissional Defensor Público, em sua prática discursiva no Tribunal de Justiça, enfrenta um obstáculo substancial: a análise da "verdade"[5] na prática de um crime. Para

---

[2] "**O que tinham em comum Napoleão e Shakespeare?** Resposta: o desprezo pelos advogados e pela defesa jurídica. Shakespeare foi quem escreveu a peça *Henrique IV*, cujo protagonista ponderava: "A primeira coisa que devemos fazer é matar todos os advogados". Assim, percebe-se que há muito tempo a atuação do advogado não é bem compreendida no tocante à amplitude defensória. Muitos entendem que seria melhor que não existissem advogados; há os que pensam que a informática poderia englobar até as atividades advocatícias e judiciárias, como vem ocorrendo nos Estados Unidos" (SANTOS, Elaine Borges Ribeiro dos. A plenitude defensória perante o tribunal do povo. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 622, 22 mar. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6485>. Acesso em: 15 mar. 2007).

[3] Certamente, existem outros trabalhos. Contudo, apresentamos, aqui, aqueles que consultamos. Ver: CHALITA, G. (2002). *A sedução no discurso: o poder da linguagem nos tribunais do júri*. São Paulo: Max Limonad; MAGALHÃES, A.L. (2001). *Um olhar retórico, discursivo e pragmático sobre o discurso do júri*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa apresentada à PUC/SP; PARDO, M.L. (1992). *Derecho y lingüística*: como se juzga com palabras – análisis lingüístico de sentencias judiciales. Buenos Aires: Nueva Visión; ALVES, V.C.S.F. *Inquirição na justiça*: estratégias lingüístico-discursivas. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris; PETRI, M.J. (1994). *Argumentação lingüística e discurso jurídico*.São Paulo: Selinunte; FIGUEIREDO, R.B. (2002). *A linguagem no Tribunal do Júri*. Dissertação de Mestrado em Direito Processual Penal apresentada à PUC/SP.

[4] Termo cunhado por Boutet (1995).

[5] Em o *Mito e o Dogma da Verdade Real* cita Oliveira (2007: 280-281), que a busca da verdade real rendeu (e rende) inúmeros frutos aos aplicadores do Código de Processo Penal, geralmente sob o argumento da relevância dos interesses tratados no processo penal. A gravidade das questões penais seria suficiente para permitir uma busca mais ampla e mais intensa da verdade, ao contrário do que ocorreria, por exemplo, em relação ao processo civil. Esclarece-nos que toda verdade *judicial* é sempre uma verdade *processual*. E não somente pelo fato de ser produzida no curso do processo, mas, sobretudo, por tratar-se de uma certeza de natureza exclusivamente *jurídica*. Critica, ainda, o fato de que não é só inadequado falar-se em verdade real, pois essa diz respeito à realidade do já *ocorrido*, da realidade *histórica*, como pode revelar uma aproximação muito pouco recomendável

efetuar essa análise, ele precisa lidar, de um lado, com o profissional do Direito, que se capacitou nos conhecimentos jurídicos, e, de outro, com o leigo que, ao compor o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, raramente, detém uma noção básica dos institutos do Direito discutidos em plenário. Diante dessa problemática, espera-se que o Defensor se posicione de maneira tal que possa interagir com esse corpo de jurados para o qual dirige a sua atenção e construir um discurso que lhe seja acessível e compreensível.

Além da dificuldade de interação, o Defensor Público enfrenta uma outra, ligada à construção de procedimentos discursivos que levam em conta a ética no trabalho e o mundo ético, considerando-se parâmetros sociais. É vedado ao advogado de defesa no Tribunal do Júri deixar de apresentar uma tese substancial e defensiva que possa conduzir a uma absolvição ou a uma melhoria na situação do cliente. Surge, então, uma grande dificuldade: ajustar aquilo que os autos produziram como prova àquilo que o Defensor identifica como fatos. Ele precisa ponderar sobre o que ele percebe que ocorreu, sobre a prova produzida no processo e sobre a necessidade de formular uma prova razoável que possibilite um benefício ao réu. Surge então um estado de perplexidade. Como ajustar a conveniência processual, que exige dele teses defensivas em favor do acusado, em um espaço discursivo em que se constata a crença negativa em relação ao trabalho do advogado e em relação ao seu cliente? Como se posicionar diante de sua consciência e da sua função pública[6]?

Nesse momento, o Defensor Público vivencia uma situação que denominaremos, a partir de Schwartz (1998), de *dramatiques de soi*

> Situação em que o indivíduo tem de fazer escolha, ou seja, arbitrar entre valores diferentes, e, às vezes, contraditórios. Uma *dramatique* é, portanto, o lugar de uma verdadeira micro-história, essencialmente inoperante, na qual cada um se vê na situação de se escolher, ao escolher orientar sua atividade de tal ou tal modo. Afirmar que a atividade de trabalho não é senão uma *dramatique do uso de si* significa ir de encontro à idéia de que trabalho é para a maioria dos trabalhadores, uma atividade de simples "execução", que não envolve realmente sua pessoa (Schwartz, 1998: 104).

Na prática forense, o Defensor Público, protagonista desta pesquisa, é representante do marginalizado, do pobre, do excluído, e, nessa condição, vivencia constantemente essa

---

com um passado que deixou marcas indeléveis no processo penal antigo, particularmente no sistema inquisitório da Idade Média, quando a excessiva preocupação com sua realização (da verdade real) legitimou inúmeras técnicas de obtenção da confissão do acusado e de intimidação da defesa.

[6] O advogado, Defensor Público, é funcionário público pago pelo Estado. Não possui escritório particular e não recebe honorários do cliente.

dramatique. Nessa prática, acredita-se que o trabalho deve ser orientado para a prova processual independentemente de ela refletir ou não aquilo que se imagina que seja a verdade. Essa é a maneira que o Defensor encontra para tentar equilibrar a consciência, o dever social e o respeito à função defensiva[7] em plenário.

O Defensor, mediante essa prática discursiva, acionará um saber prático, concreto[8], idealizado pelos gregos e muito utilizado pelos sofistas. Esse saber está presente na atividade de trabalho desse profissional do Direito e, de certa forma, fundamenta uma prática institucionalizada. Diante da tão árdua tarefa de se posicionar frente a situações de extrema dificuldade, esse profissional apodera-se do saber prático para se constituir perante o Tribunal do Júri.

Essa inteligência da sobrevivência utilizada pelo Defensor não está preocupada com aquilo que se entende como verdade dos fatos, pois o que está em evidência ali, naquele momento, é a eficácia de um discurso que tenta solucionar questões conflituosas de rompimento de um contrato social: o da boa convivência entre os humanos e do respeito aos direitos do outro.

É necessário ressaltar, ainda, que essa prática discursiva tenta se passar por um saber racional, apresentando-se como verdade, baseada no saber filosófico e no saber da ciência. O próprio Código de Processo Penal prevê, em seu artigo 476, parágrafo único, que "as partes têm inteira liberdade de interpretar a prova e de tirar as conclusões que entenderem; o que não podem é falsear a verdade, lendo o que não está escrito ou citando o que não foi dito". No ordenamento jurídico, proclama-se que exista *o princípio da lealdade processual,* que impede procedimento capaz de ferir a verdade dos autos.

Contudo, na prática, o que se pode perceber é a presença de um saber prático, pois a verdade ou, talvez, o conceito de verdade, naquela realidade, seja "uma ilusão de verdade", praticada para a resolução de um conflito, ou melhor, para a legalização de uma situação. Trabalhar com a verdade plena, lógica, torna-se algo quase irreal, tendo em vista que mensurar a verdade é complicado, porque ela, *raramente é pura, e nunca é simples*, como dizia o escritor inglês Oscar Wilde. Quando se trata de relacionamento humano, devemos levar em consideração tudo o que está em seu entorno, *pois não há fonte de erro tão grande*

[7] Entenda-se aqui como a função de defender.

[8] Também conhecido como saber *métis.* Para maior aprofundamento dos saberes (*mètis*, *mythos* e *logos*), remetemos o leitor para a leitura do artigo: AMORIM, M. (2007). "Raconter, démontrer… survivre, Formes de savoir et de discours dans la culture contemporaine ».In: *La lettre de l'enfance et de l'adolescence*. Paris: Ères.

como a busca da verdade absoluta. (S. Butler, escritor inglês, 1835-1902, *apud* Barelli & Pennacchietti, 2001: 694).

Percebemos, em nossa pesquisa, a possibilidade de desconstruir a antiga oposição do *logos* e da *doxa* e de colocar em evidência que não existe somente um mundo *déjà là*, mas mundos a negociar pela interação linguageira. O efeito de verdade não resulta, então, mais da adequação entre o real e o representado, mas da coincidência entre dois discursos, duas identidades sócio-linguageiras, que dão forma ao mundo e criam-no. Trata-se do entrelaçamento entre o contexto e o mundo, entre as condições sócio-históricas e o real da atividade de trabalho do advogado Defensor Público.

Assim, acreditamos que a prática discursiva do Defensor Público em plenário, ou seja, a busca da "verdade real" é constituída por um saber prático e aceito por todos como validação de uma "verdade", pois a Justiça é refém do talento de cada indivíduo, e o Direito não é uma ciência exata, racional, neutra. A nosso ver, a "verdade" não está delimitada a um lugar restrito, que possua um nome identificado em uma tecla, o qual basta apertar para que surja límpida, atendendo aos apelos daqueles que clamam por ela. Ela surge de "um real dialógico" das verdades de cada um, formando um painel de verdades, um mosaico de impressões que, reunidas, apóiam-se na decisão de qual verdade é aquela que privilegiará a Justiça.

A pesquisa que desenvolvemos pode ser justificada sob os aspectos científico e social. Quanto ao aspecto científico, entendemos que esta pesquisa deve contribuir para o desenvolvimento de estudos que vêm sendo desenvolvidos por vários grupos [9], entre eles o Atelier Linguagem e Trabalho, do qual fazemos parte[10]. As pesquisas desse grupo têm fomentado a reflexão e o aprofundamento de procedimentos teóricos e metodológicos para a análise das práticas discursivas em contexto específico**.** Quanto ao aspecto social, a contribuição vai no sentido da reflexão sobre a prática de linguagem desenvolvida no Tribunal do Júri, podendo impulsionar algumas transformações nas relações de trabalho desenvolvidas nas práticas do Defensor em interação com os protagonistas do Tribunal do Júri.

[9] NEICT - Grupo de Pesquisa Psicologia e Produção de Subjetividade/UERJ; Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho; GENTE/Coppe; GEMTCE e NETE, vinculados às universidades UFF, UERJ, UFPb, UFRJ, UNICAMP e UFMG, respectivamente. Na PUC-SP, os grupos ALTER e DIRECT.

[10] O Grupo Atelier: Linguagem e Trabalho, coordenado pela Profª. Drª. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, da PUC/SP, é formado por pesquisadores de diferentes Estados: São Paulo (PUC e USP), Rio de Janeiro (UERJ e UNIRIO), Mato Grosso (UFMT), Rio Grande do Sul (UNISINOS, UFRGS, UCPel) e Pernambuco (UFPe). Seus pesquisadores mantêm interlocução com equipes francesas que têm o trabalho como objeto de estudo. As investigações desenvolvidas pelo Atelier estão votadas para três vertentes: (i) estudo das práticas de linguagem em situação de trabalho; (ii) estudo dos discursos sobre o tema trabalho; (iii) estudo das práticas de linguagem em diferentes contextos.

Para atender a uma demanda no campo da Lingüística Aplicada, ciência que dialoga com diversas disciplinas e *está alicerçada em problemas e preocupações do mundo real regidos pela linguagem fundamentalmente na sua relação com assuntos do cotidiano* (Souza e Silva, 2004:189), o grupo de pesquisa Atelier: Linguagem e Trabalho desenvolve investigações em torno do foco "linguagem e trabalho", a partir de duas perspectivas principais: os estudos do discurso sobre o trabalho produzidos por diferentes interlocutores e a análise das práticas de linguagem em situação de trabalho. Considerando que o Defensor Público desenvolve seu trabalho, tendo como atividade e objeto a linguagem, esta pesquisa pretende dialogar com essa especificidade e tem como objetivo geral analisar a prática discursiva do Defensor *no/ como e sobre* o seu trabalho, a fim de mostrar a busca da "verdade" e o real da atividade.

Como objetivos específicos, procuramos relacionar a linguagem *como* trabalho à prática discursiva constituída nas audiências do Tribunal do Júri, e a linguagem *sobre* o trabalho àquela constituída nas sessões de autoconfrontação simples, método a ser explicitado mais adiante.

Inúmeras pesquisas vêm sendo desenvolvidas com interesse cada vez maior sobre o tema atividade de trabalho. Muitas têm como objetivo apresentar um conjunto de propriedades da atividade de linguagem que permite estabelecer relações entre o trabalho e a linguagem, ou seja, que integra as especificidades da situação social "trabalho" e o engajamento complexo dos sujeitos em sua fala, quando são levados a explicar a própria atividade de trabalho, sendo considerada como uma tarefa difícil para aqueles que trabalham.

A partir da observação *in situ* e da compreensão da atividade de trabalho do Defensor, que foi construída pela observação, por entrevistas, por estudo dos prescritos (leis) e pelas sessões de autoconfrontação, pudemos definir uma hipótese para investigar o nosso problema de pesquisa. Sabemos que as prescrições, mesmo aquelas mais rígidas, sempre são renormalizadas pelo debate de normas, e que o trabalhador transforma a atividade de trabalho com os seus valores individuais, sociais e históricos. Contudo, existem, nas condições sócio-históricas, valores pré-concebidos difíceis de serem transformados pelo trabalhador.

Acreditamos que tais valores, materializados de maneira tácita no nível pré-discursivo[11] e nos estereótipos[12], atuam indiretamente na atividade de trabalho do nosso protagonista e "amputam" o seu poder de agir.

Como observa Di Fanti (2004:72), *é necessário que os protagonistas do trabalho se engajem no processo, isto é, compreendam a importância da "interferência" para uma reflexão maior*. No nosso caso, a necessidade de investigação nasceu de uma demanda pessoal relativa à preocupação com os parâmetros sociais que nos acompanham no decorrer de nossa formação familiar, escolar, religiosa e acadêmica.

Para refletir sobre como se processa a atividade do Defensor Público no plenário, recorremos aos seguintes conceitos/princípios provenientes das Ciências do Trabalho: gênero da atividade, distinção prescrito/realizado/real da atividade e corpo-si; recorremos, também, no âmbito das Ciências da Linguagem, aos estudos enunciativo-discursivos, na vertente desenvolvida por Maingueneau (1987, 1997, 2003), e às noções de gênero do discurso, de cena, de cenografia e de constituição do *ethos* no discurso argumentativo. Além disso, consideramos o diálogo entre as teorias discursivas e argumentativas desenvolvidas por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) e Amossy (2006a). Utilizamos em nossa pesquisa uma adaptação do método da autoconfrontação simples, proposto pelo pesquisador Faïta (1997), que, atualmente, foi incorporado e aperfeiçoado pela Clínica da Atividade que consistiu em uma adequação ao método canônico. Iniciamos com uma entrevista e finalizamos com três sessões de autoconfrontação.

Após a gravação do protagonista em situação de trabalho e realizadas três sessões de autoconfrontação, os dados foram submetidos a uma análise, que denominamos de enunciativo-discursiva, visto que o discurso analisado contempla duas teorias: as Ciências do Trabalho e as Ciências da Linguagem, as quais, concomitantemente, possibilitaram a

[11] Um conjunto de quadros semânticos coletivos susceptíveis de organizar cognitivamente a produção, a circulação e a transmissão do discurso. Transmitidos pela memória discursiva nas redes de agentes humanos por um saber-fazer tácito da construção do sentido, os pré-discursos são operadores de conhecimento social que permitem a elaboração dos discursos (Paveau, 2006).

[12] Saber partilhado que circula em uma comunidade em um dado momento de sua história define as imagens pré-concebidas e cristalizadas das coisas e dos seres que o indivíduo faz sob a influência do seu meio social. Para a análise do discurso, constitui com os *topoi* uma das formas adotadas pela *doxa*, ou conjunto de crenças e opiniões partilhadas que fundamentam a comunicação e autorizam a interação verbal. Esse saber de senso comum, que inclui as evidências dos parceiros de troca varia segundo a época e a cultura. Aparece à luz da ideologia para certas correntes que exercitam a análise ideológica dos discursos – o estereótipo se relaciona, assim, ao pré- construído (Amossy, 2004: 214-216).

interpretação das variantes discursivas utilizadas pelo Defensor Público, durante sua atuação no Tribunal do Júri e durante a autoconfrontação simples.

Na análise enunciativo-discursiva desta tese, cujo objeto de estudo é constituído por duas variantes discursivas: a linguagem *como* trabalho e a linguagem *sobre* o trabalho, foram enfocados a partir de três posicionamentos para que pudéssemos fazer o recorte em nossos dados e constituir nosso objeto de pesquisa. No primeiro recorte, focalizamos nos dados os enunciados que se referiam à atividade de trabalho e ao discurso argumentativo em situação de trabalho. No segundo, focalizamos os enunciados que constituíram o *ethos* e a cenografia. No terceiro, focalizamos os enunciados que revelavam os conflitos e o real da atividade do nosso protagonista do trabalho. Procuramos, assim, desenvolver em nossa pesquisa um percurso que possibilitasse produzir reflexões que dessem conta de responder às seguintes questões:

a) Quais traços do gênero da atividade do Defensor Público podem ser identificados, tendo em vista os prescritos que regulam sua atividade?

b) Considerando o gênero discursivo e o da atividade, que *ethos* se depreende de seus procedimentos discursivos?

Para desenvolver os objetivos propostos, organizamos o presente trabalho em três partes – composta de capítulos – seguidas das considerações finais.

A primeira parte, intitulada *O objeto de estudo e a situação de trabalho,* é organizada em três capítulos. No primeiro, sobre o contexto. No segundo, desenvolvemos um histórico sobre o objeto de estudo nas ciências do trabalho, apresentando as contribuições da Psicologia do Trabalho, da Ergonomia e da Ergologia para o desenvolvimento das pesquisas em situação de trabalho. Finalizando essa parte, expondo a metodologia utilizada nesta pesquisa.

A segunda parte, denominada *O objeto de estudo nas Ciências da Linguagem*, compõe-se de três capítulos. No primeiro, denominado *A escolha de uma teoria*, procuramos explicitar alguns conceitos do campo da Análise do Discurso de orientação francesa, desenvolvidos por Maingueneau, buscando estabelecer uma ponte entre esses e o discurso argumentativo. No segundo capítulo, abordamos os escritos do trabalho real e o real da atividade na tarefa do defensor. E, para finalizar, no terceiro capítulo, discutimos sobre a relação trabalho e linguagem *como* trabalho no processo-crime. Explicitamos os procedimentos dos crimes dolosos contra a vida, no Tribunal do Júri, tendo em vista as fases que o compõem: *Judicium Accusationis* ou Sumário de Culpa, *Judicium Causae* ou Julgamento do Mérito. Destacamos o

prescrito, o escrito e o oral, no trabalho do Defensor, e como podemos interpretar a linguagem *como*/ *sobre*/ *no* trabalho. Por fim, abordamos a linguagem *sobre* o trabalho, na autoconfrontação.

A terceira parte, *A constituição de uma prática discursiva no tribunal do júri e na autoconfrontação simples,* é composta por três capítulos. No capítulo primeiro, enfocamos o gênero do discurso e o gênero da atividade de trabalho do Defensor Público; no segundo, a construção da cenografia discursiva e do *ethos*. Em seguida, apresentamos reflexões sobre o gênero da atividade, o *ethos* e o autoconhecimento.

Para finalizar os estudos, seguem as considerações finais.

PARTE I

O OBJETO DE ESTUDO E A SITUAÇÃO DE TRABALHO

Nesta parte, falaremos, primeiramente, sobre a instituição Defensoria Pública, criada recentemente no Brasil com o objetivo de representar em juízo as pessoas menos favorecidas. Como escolhemos a situação de trabalho do Tribunal do Júri, faremos, em seguida, um percurso histórico geral incluindo sua constituição nas leis brasileiras. Mostraremos a constituição do Tribunal do Júri e o papel de cada componente do Tribunal. Detalharemos as prescrições definidas pelo Código de Processo Penal em relação à atividade do Defensor Público que figura, nesta pesquisa, como o protagonista do trabalho. Mostraremos, ainda, as contribuições das Ciências do Trabalho para o percurso de nossa investigação. Para finalizar esta parte, apresentaremos a metodologia utilizada na pesquisa.

CAPÍTULO 1

A JUSTIÇA COMO CONTEXTO

Neste capítulo, discorremos sobre duas instituições que compõem o contexto da nossa investigação: a Defensoria Pública e o Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros. Mostraremos, primeiramente, como foi criada a Defensoria e sua importância no atendimento à população carente. Em seguida, apresentaremos um breve histórico do Tribunal do Júri e o seu funcionamento nos dias atuais.

1.1. A Defensoria como instrumento de cidadania

A Defensoria Pública do Brasil é pioneira no mundo[13]. Em muitos países, não existe uma instituição pública com a mesma função da nossa Defensoria. Na França, por exemplo, o Estado nomeia *ad hoc* um advogado para fazer a defesa daqueles que não possuem condições para pagar um advogado. A nossa Constituição Federal instituiu em 1988 a Defensoria Pública Brasileira.

Não podemos nos esquecer de que, mesmo sendo pioneira e apresentando um avanço no âmbito institucional do país, a Defensoria está inserida em uma estrutura de Estado capitalista. A prática do neoliberalismo, que ganhou força em todo o mundo, contribuiu para que países em desenvolvimento, como o Brasil e os da América Latina, fossem alvo do enxugamento da administração pública, do arrocho salarial, das demissões e da privatização de empresas estatais.

---

[13] Santo Ivo, escolhido como patrono dos advogados, porque se entregou à defesa dos miseráveis e dos oprimidos contra os poderosos, costumava dizer: "Jura-me que sua causa é justa e eu a defenderei gratuitamente". Notabilizou-se, principalmente, por dedicar a sua erudição à defesa, nos tribunais, de toda a minoria deserdada de fortuna. Os valores recebidos, quando exerceu as funções oficiais de Juiz de Rennes, eram oferecidos aos pobres, para que fossem usados em sua defesa. Foi de sua inspiração a criação da "Instituição dos Advogados dos Pobres", especialmente para pelejar as causas dos revéis, pobres, viúvas e órfãos. As razões históricas e a identidade das funções constitucionais da Defensoria Pública com a "Instituição dos Advogados dos Pobres", fundada pelo santo advogado, assim como a sua elevada contribuição para o exercício de uma cidadania plena, inspiraram a escolha da data de sua morte – 19 de maio - para as comemorações do "Dia do Defensor Público". A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 134 e parágrafo único, ao instituir, pioneiramente, no mundo, a Defensoria Pública, tornou realidade, portanto, o sonho de Santo Ivo.

Acreditamos que a intromissão na economia de mercado de espaço público pode afetar a ordem democrática, pois, se aceitarmos que os ideólogos neoliberais se encarreguem das políticas públicas, todas as formas de sociabilidade serão destruídas, o que acarretará a deterioração das garantias fundamentais. Considerando essa realidade, podemos constatar um crescente descrédito da sociedade em relação ao Estado e às instituições públicas. É importante ressaltar, ainda, que a demora do Estado em solucionar os conflitos sociais contribui, ainda mais, para o aumento desse sentimento de abandono e de impunidade.

Vejamos a seguir como a nossa Carta Magna instituiu a Defensoria Pública no nosso país.

Instituição essencial à função jurisdicional do Estado, na forma do Art. 134 da Carta Magna Federal, a Defensoria Pública é regulamentada pela Lei Federal Complementar 80, de 12 de janeiro de 1994, que lhe incumbe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do Art.5º, inciso 74, da Constituição Federal.

No âmbito estadual (Minas Gerais), rege-se a Defensoria Pública pela Lei Complementar nº. 55, de 23.12.94, publicada no Diário Oficial de 26.12.94, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 3.800-N, de 29 de dezembro de 1994, sendo diretamente ligada ao Governo do Estado.

Conforme Carvalho (2001):

> A assistência jurídica a ser prestada pelo Estado aos necessitados é integral[14]: aquele que se encontre em situação de miserabilidade será dispensado de despesas processuais, providenciando-lhe ainda o Estado defensor em juízo. A Defensoria Pública é, assim, órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, e será organizada no âmbito da União, do Distrito Federal e dos Territórios, por lei complementar, que fixará ainda normas gerais para sua organização nos Estados (Carvalho, 2001: 522).

Assim, Defensoria Pública divide-se em três ramos: a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e a Defensoria Pública dos Estados. Cabe à Defensoria Pública da União operar junto à Justiça Federal, à Justiça do Trabalho, à Justiça Eleitoral e à Justiça Militar. A Defensoria Pública do Distrito Federal e a dos Estados, por sua vez, devem operar perante a Justiça Comum.

[14] O benefício da justiça gratuita, como direito à dispensa de despesas processuais, é regulado pela Lei n. 1060, de 5.2.1950, cujos artigos 1º. e 4º. foram alterados pela Lei n. 7.510, de 4.7.1986.

A carreira do Defensor Público é estruturada em entrâncias e jurisdições. Essa carreira é composta por cargos de provimento efetivo, munidos, na classe inicial, por concurso público de provas e títulos. Aos Defensores, como dispõe a lei, deve haver igualdade de tratamento em relação aos Magistrados e aos membros do Ministério Público, inexistindo entre esses, qualquer relação de hierarquia ou de subordinação. No exercício de sua função, os Defensores Públicos gozam de prerrogativas[15] (contagem em dobro de todos os prazos, intimação pessoal, desnecessidade de mandato etc.), de atribuições e de garantias. Uma das garantias dada a esse trabalhador é a inamovibilidade, sendo proibido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Como podemos verificar, a atividade exercida pelo Defensor Público é completamente diferente daquela realizada pelo advogado. Há, no entanto, uma crença contrária a essa realidade, pois Defensores Públicos e advogados são rotulados, pelo senso comum, como profissionais que desempenham o mesmo papel social. Conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art. 133, o advogado é considerado indispensável para a administração da Justiça, enquanto que a Defensoria Pública é instituição indispensável à função jurisdicional do Estado. Em suma, a atividade da Defensoria Pública não se limita apenas à administração da justiça, com a qual, evidentemente, colabora e integra.

A razão principal da existência da Defensoria Pública - e sua atividade primordial, portanto - é a assistência judiciária gratuita ao cidadão carente na forma da lei. As Defensorias Públicas Estaduais atendem a cerca de um milhão de pessoas por ano; em média, em cada um de seus núcleos, a 2500 pessoas/dia. São procuradas para separações, divórcios, investigação de paternidade e pensão alimentícia. Além dessas especialidades, é feito atendimento nas áreas de infância e de juventude, órfãos e sucessões, e nas diversas modalidades das varas criminais, sendo acionada, igualmente, para questões de direitos humanos, entre outros serviços judiciários. Em Montes Claros, como comprova ofício enviado à Corregedoria-Geral

[15] [...] prerrogativas são privilégios funcionais, normalmente conferidos aos agentes políticos ou mesmo aos altos funcionários, para a correta execução de suas atribuições legais. As prerrogativas funcionais erigem-se em direito subjetivo de seu titular, passível de proteção por via judicial, quando reguladas ou desrespeitadas por qualquer outra autoridade (Meireles, 2001 *apud* Pimenta, 2004: 115).
[...] as prerrogativas dos Defensores Públicos devem ser determinadas pela natureza da função que exercem, sempre se enfocando a necessidade de proporcionar ao necessitado os mesmos meios e possibilidades que possam os poderosos obter à custa dos seus recursos financeiros (Franco,1992 *apud* Pimenta 2004: 116).

do Estado de Minas Gerais pelo Coordenador da Defensoria Pública em Montes Claros, Wellison Carlos Fonseca Cambuí, no período de 01 de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2006, o "Demonstrativo das atividades da Defensoria Pública" apresenta:

ATIVIDADES DOS DEFENSORES	Nº. DE PESSOAS	MÉDIA/MÊS
Atendimento/informações/triagem*	**19.220**	**1.601**
Ajuizamento de ações cíveis/família**	**2.470**	**205,8**
Acompanhamento de novas ações criminais	**2.568**	**214**
Audiências/Júris/interrogatórios	**5.705**	**475,4**
Total Geral	**29.963**	**2.496,91**

Quadro 1.1- Atividades desenvolvidas na Defensoria Pública de Montes Claros

* "Tal atendimento se refere apenas ao comparecimento de pessoas à sede da Defensoria Pública, uma vez que não é possível contabilizar os atendimentos realizados via telefone; nos corredores do Fórum; nas Secretarias Judiciais; nas Salas da Defensoria Pública no Fórum Gonçalves Chaves e no seu anexo" (Cambuí, 2006:02).

** "Ficamos, no período acima identificado, com *déficit* de Defensor Público, no Núcleo de Família, em razão de afastamentos legais, por mais de 120 dias" (Cambuí, 2006: 02).

Trata-se de uma Secretaria[16] com características especiais, pois atende diretamente ao povo, num trabalho que abrange comunidades inteiras. Isso significa que os seus Defensores Públicos, seus legítimos prepostos, estão em contato direto com as massas carentes, participando de todas as suas angústias e vivenciando, assim, os seus problemas mais pessoais. Em vista disso, podemos dizer que a ação da Defensoria Pública ultrapassa a simples delimitação administrativa ou funcional, para refletir-se diretamente na ambiência pessoal do assistido e no contexto social e familiar em que sobrevive. Assim percebida, ela

[16] A Defensoria Pública possui um papel social. Sua sede, normalmente, funciona fora do Fórum para atender à população carente que procura o serviço judicial gratuito. Como todas as Varas Judiciais, possui uma secretaria para organizar seu serviço. Como atende diretamente à população, diferentemente das secretarias das Varas judiciais que atende ao advogado, é designada, aqui, como uma Secretaria com características especiais.

não é uma secretaria como as demais, cabendo mesmo, a esse respeito, a reflexão de que a inexistência da Defensoria Pública pode significar a inexistência da Justiça, portanto, o cerceamento do direito sagrado à Lei e à Cidadania.

Mesmo legitimada por lei, a garantia dos direitos individuais dos pobres e dos excluídos é quase nula. A lei determina que a prisão de qualquer pessoa deva ser comunicada pela autoridade coatora, num prazo de 24 horas, à Defensoria Pública. Podemos perceber que se trata de legislação de teor ideológico humanista, uma vez que se destina a garantir direitos de incolumidade e de ir e vir de mais de 80 milhões de brasileiros de baixa renda ou carentes e, logicamente, sem condições de contratar um advogado para sua defesa[17]. Essa lei, que pretende ser justa, poderia ser considerada como redundante, tendo em vista que a Constituição Federal estabelece que toda pessoa deve ser considerada inocente até que se prove o contrário.

A compreensão dessa lei é apreendida por um tom de formalismo, o que manifesta um efeito de sentido de que o "marginalismo jurídico" impera no Brasil. Não vale existirem muitas leis, se faltarem autoridades que as provejam. Na prática, nenhum Estado poderá cumpri-las, pois não há número suficiente de Defensores Públicos para atender a tantas demandas, que, por fim, irão formar montanhas de papéis nas sedes das Defensorias. No Brasil, todos os dias, são editadas centenas de leis. Não é, portanto, por falta de leis que somos um país desigual. Conforme Lídio Machado Bandeira de Melo:

> Se todos cumprissem o mandamento de visitar os encarcerados, não haveria tanta injustiça. E saberiam que centenas/milhares de pessoas são detidas em situação irregular, o que chamaria a atenção para o sagrado dever da Justiça de velar pelos pobres e ofendidos (Lídio Machado Bandeira de Melo, 2007: www.anadep.gov.br).

Segundo informa o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Leopoldo Portela Filho, a quantidade de profissionais no país é de um para cada 100 (cem) mil habitantes, muito aquém do número necessário para o cumprimento da legislação.

Na situação atual, a Defensoria não tem condições de atender às demandas dos pobres e dos carentes. Existe, ainda, outro fator importante que agrava o problema: há Estados, como Santa Catarina, por exemplo, que até o presente momento, não se preocuparam em regulamentar seu funcionamento.

[17] www.anadep.gov.br.

É importante ressaltar que, até meados do novo milênio, o Estado de São Paulo era um dos Estados brasileiros que ainda não haviam instituído a sua Defensoria Pública. Com base nisso, o SINDIPROESP – Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo -, preocupado com a realidade de não-efetivação da garantia constitucional de acesso à justiça e com o desrespeito às Constituições Federal e Estadual, que determinavam a instauração da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, constituiu um grupo de trabalho que elaborou um anteprojeto de lei orgânica para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Assim, em 14 de dezembro de 2005, o Projeto de Lei no. 18/2005, que previa a criação da Defensoria no Estado de São Paulo, foi aprovado pela Assembléia Legislativa. Em 09 de janeiro de 2006, a Lei Complementar nº. 988 criou a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e, no dia 02 de maio de 2006, realizou-se a primeira eleição para a indicação de nomes para comporem a lista tríplice para o cargo de Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo.

Em recente e importante episódio relacionado à Defensoria Pública de São Paulo – o acidente do metrô –, a Defensoria atendeu no dia 17 de janeiro de 2007, vinte e oito casos relacionados ao desabamento, abrangendo setenta e seis pessoas de vinte e seis famílias, dois comércios da região e três proprietários de imóveis alugados. A Defensoria também atendeu aos familiares de uma vítima fatal e moradores de uma das ruas próximas à cratera, que não foi interditada.

Tendo em vista a real necessidade da existência da instituição, a legislação deve ser aperfeiçoada, cabendo ao governo conceder autonomia à Defensoria Pública e, ao mesmo tempo, abrir concursos em todos os Estados e cidades-pólo para contratação de novos defensores. Se não for assim, as arbitrariedades continuarão sendo praticadas, misturando-se, por exemplo, jovens rebeldes com réus condenados pela prática de crimes hediondos, quando o encarceramento só pode ser feito com o cumprimento das normas legais. Simples detidos, de ficha limpa, não podem ser mantidos em promiscuidade com condenados a cumprimento de penas. Todos os dias, a mídia publica notícias sobre pessoas inocentes encarceradas há longos meses e anos, sem que as autoridades constituídas (polícia, Ministério Público e Magistratura) tomem conhecimento. Outra medida necessária é aumentar o número de Varas e de juízes de execução criminal, que deveriam fazer visitas periódicas a todos os cárceres e

prisões, o que, evidentemente, seria um obstáculo à prática de torturas e de violências contra pessoas indefesas.

1.2. Defensores *versus* dativos

A última sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou que um dos grandes problemas do sistema judiciário brasileiro é a implantação das Defensorias Públicas nos Estados. Uma das principais dificuldades apontadas refere-se à disparidade entre o orçamento previsto para a Defensoria Pública da União e a verba prevista pelo Judiciário Federal para se remunerarem os advogados dativos[18].

A questão levantada versa sobre o ponto de vista de que a designação de defensores dativos pela Justiça Federal causa prejuízos à estruturação da Defensoria Pública da União. Segundo esses representantes, a Defensoria Pública da União, há quatro anos, não pode criar qualquer cargo. Contudo, o CNJ concluiu, por maioria, que a deficiência de estrutura da Defensoria Pública da União não decorre da existência do Programa de Assistência Jurídica da Justiça Federal, mas, sim, da falta de vontade política. Na verdade, o programa, se não representa o ideal, concorre para facilitar o acesso à Justiça. A sua desativação poderia aumentar o caos no judiciário, tendo em vista que o sistema não absorveria a demanda.

A militância dos dativos, designação judicial para os advogados nomeados *ad hoc*, é uma maneira de atenuar os problemas sociais de demanda dos necessitados. Sem a sua atuação, a situação seria pior. Como não existem cargos suficientes para atender à demanda no âmbito da Justiça Federal, a Defensoria Pública da União limitou sua atuação às varas previdenciárias, às cíveis e às comuns da Justiça Federal, Juizados Especiais Criminais Federais e Justiça Militar da União.

Contudo, esse posicionamento não é unânime. Conforme crítica do Defensor Público-Geral, Eduardo Flores Vieira:

> Assim como a jurisdição, os serviços da Defensoria Pública não podem ser delegados. São considerados pela Constituição serviços essenciais. Como não estão

[18] Advogados dativos são aqueles nomeados pelo Juiz quando a parte não tem quem o represente em juízo. De acordo com a Constituição, cabe à Defensoria Pública esse papel, entre outros, no caso dos hiposuficientes – pessoas desprovidas de condições de ir a juízo sem prejuízo do sustento familiar.

> sendo implantados de forma adequada, criou-se um simulacro de assistência jurídica (Vieira *apud* www.anadep.org.br Acesso em 13 de junho 2007).

Conforme relata o nosso protagonista do trabalho:

> **33 - DEFENSOR - 11:58**
>
> em Montes Claros eu fui o primeiro concursado em 95...
>
> **34- PESQUISADORA - 12:01**
>
> todos eram nomeados né?
>
> **35 - DEFENSOR - 12:02**
>
> todos nomeados ... precários ... era um ameaça então ... eles faziam até ... para ver se nós dávamos conta ... né? ... jogavam serviços como vinha e nós tínhamos que nos virar ... esse espírito de
>
> **36 – PESQUISADORA - 12:16**
>
> de união ...
>
> **37 – DEFENSOR - 12:17**
>
> divisionismo aquilo acabou na defensoria ... hoje tá uma fase muito mais propícia de camaradagem união[19]

Constituindo-se num verdadeiro escritório particular do assistido, a Defensoria Pública oferece ao carente atendimento integral, personalizado e gratuito, sendo responsável por 82% de todas as ações que tramitam no Judiciário. É, pois, a única via de acesso dos mais carentes à Justiça. A sua atividade configura-se, portanto, numa prestação de serviços essenciais e de elevada repercussão social, investindo-se, por isso, do caráter iminente da essencialidade. E assim, em sua caminhada de elevadas vocações sociais, sacramenta um dos mais belos princípios da Democracia: o direito à Lei.

A garantia aos direitos fundamentais aos necessitados só poderá ser consolidada se houver a atuação das Defensorias Públicas. Isso não significa apenas ajuizar demandas perante o judiciário, envolve, também, o conhecimento dos direitos, a forma de exercê-los e a disponibilidade de alternativas de solução de litígios. Segundo o Ministro Márcio Thomaz Bastos:

> As instituições sólidas são os instrumentos que as democracias têm para se realizar enquanto tais. E as democracias, para abandonarem o rótulo de democracias formais, se tornando verdadeiras democracias de massas, devem construir

[19] As transcrições estão de acordo com as normas empregadas no projeto NURC/SP (Dino Preti, Análise de Textos Orais, 2001).

> instituições que consigam garantir a todos, sem discriminações, os direitos previstos nas constituições democraticamente escritas (Bastos, 2007: 08 II Diagnóstico da Defensoria Pública do Brasil).

Nos debates para a aprovação das Emendas Constitucionais 41 e 45 (Reforma do Judiciário), a preocupação com a autonomia orçamentária e funcional das Defensorias Públicas foi marcante. Como observa Leopoldo Portela Júnior (2007):

> Não mais podemos nos preocupar só com o Estado Julgador e com o Estado acusador, em detrimento do Estado Defensor. E essa obrigação é dos governantes estaduais, a quem compete a iniciativa. Os instrumentos normativos estão à disposição. As Emendas 41 e 45 deram o merecido tratamento constitucional à Defensoria Pública e aos seus membros. Portanto, basta efetivá-las, assegurando o subsídio aos defensores, bem como a dotação orçamentária necessária para garantir a estruturação da Instituição e a efetivação do serviço público obrigatório e essencial, conferido pela Carta Magna (Portela Júnior, 2007: 11, II Diagnóstico da Defensoria Pública do Brasil).

Se tomarmos como base as citações acima, podemos perceber que existe uma preocupação em dotar a Defensoria de autonomia funcional, administrativa e financeira, garantida pela Carta Magna e considerada peça imprescindível para a garantia efetiva do acesso à Justiça. É importante ressaltar, ainda, que essa instituição está completamente vinculada ao preceito de igualdade e que a não valorização desses trabalhadores poderia levar à interpretação de que esse preceito, defendido pelo Estado Democrático de Direito, seria inviável e inoperante.

A Defensoria Pública mantém, em alguns Estados, convênios com Entidades de Ensino Superior, em que, por meio de Escritórios-Modelos atende às populações das suas áreas de influência. Nos Escritórios-Modelos, a atuação de Defensores Público, que auxiliam os estagiários de Direito, é parte de um programa de engajamento e formação de mão-de-obra desse importante segmento universitário.

1.3. Defensor Público: a missão

> "Os Defensores Públicos, como intermediários na relação dos Estados com os cidadãos jurisdicionados, são invioláveis por seus atos e manifestações nos limites da Lei."
>
> "Ao Defensor Público do Estado, além de outras funções cometidas pelas Constituições Federal e Estadual, nas normas gerais preconizadas pela legislação federal e demais leis, compete, dentro de sua esfera de atribuições, a defesa dos direitos subjetivos juridicamente tutelados, através da orientação jurídica e da assistência judicial e extrajudicial gratuita, em qualquer juízo ou instância, às pessoas físicas, cuja insuficiência de recursos não lhes permita arcar com as despesas processuais ou cuja hipossuficiência as coloque em situação de vulnerabilidade em relação à parte contrária de modo a caracterizá-las como necessitadas, na forma da lei."
>
> "Os Defensores Públicos atuarão junto a estabelecimentos policiais, prisionais e penitenciários, visando assegurar às pessoas, sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais, podendo requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário, bem como inspecionar cadeias, presídios, manicômios judiciários, estabelecimentos públicos ou privados de internação de incapazes e de menores, representando à autoridade competente quanto a irregularidades verificadas." **(Artigos 12 e 13 da** Lei Complementar Estadual n° 55**, de 23.12.94, publicada no Diário Oficial de 26.12.94.)**

Conforme a prescrição dos artigos acima, o Defensor Público cumpre mais que uma função; o seu trabalho é uma missão. A Defensoria Pública deve oferecer assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados e servir como meio para a garantia de inúmeros direitos fundamentais - além do acesso à justiça -, dentre os quais a igualdade, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, o estado democrático de direito social e o resgate da cidadania.

O Defensor Público direciona-se exclusivamente para a classe socialmente excluída, não lhe sendo permitida a distinção da clientela ou qualquer interesse econômico nas causas em que atuar. Nesse ponto, seu trabalho diferencia-se totalmente do trabalho do advogado.

Diferentemente do advogado, o Defensor tem seu mandato proveniente de preceito constitucional, não se exigindo sequer uma procuração do assistido em seu favor, desde que a parte interessada declare expressamente a impossibilidade de arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios. No caso do advogado, sua atividade deriva da outorga de mandato privativo, atribuído por clientes particulares com o respectivo pagamento de honorários.

O trabalho do Defensor Público é de relevante valor social, tendo em vista que sua obrigação está voltada única e exclusivamente para a classe social economicamente desfavorecida, que representa a maioria da população brasileira, transformada em refém dos grandes e numerosos conflitos sociais.

Com o intuito de compreender o contexto da nossa pesquisa, iremos, a seguir, descrever o local onde coletamos os dados da situação de trabalho.

Referimo-nos, neste trabalho, ao Tribunal de Justiça da Comarca[20] de Montes Claros/MG. O Fórum[21] dessa Comarca é composto por cinco Varas[22] Cíveis, duas Varas de Família, duas Varas Criminais, duas Varas da Infância, Juventude e Execução Fiscal. Possui, ainda, duas Varas do Juizado Especial de Pequenas Causas, uma Cível e outra Criminal.

Conforme já salientamos, um dos recortes que constitui o nosso objeto de análise é o discurso proferido pelo Defensor Público em plenário. Nesse rito processual, podemos perceber, conforme explicaremos mais adiante nos capítulos I, II e III da terceira parte, a presença da "linguagem *como* trabalho", motivo desta nossa pesquisa. Para isso, escolhemos a atividade de trabalho desenvolvida por esse profissional perante o Tribunal do Júri que é parte integrante das varas criminais, ou seja, relativa aos crimes que são processados em qualquer das duas varas criminais e que tenha por competência o Tribunal do Júri.

O outro recorte que compõe o nosso objeto de análise trata do discurso constituído pelo método da autoconfrontação simples, denominado em nossa pesquisa de linguagem *sobre* o trabalho, que será explicado no capítulo III da segunda parte. O discurso constituído nas sessões de autoconfrontação simples será analisado nos capítulos I, II e III da terceira parte. Para que o leitor desta tese possa compreender o discurso aqui analisado, faremos uma breve exposição da história da constituição do Tribunal do Júri.

[20] Comarca é cada uma das circunscrições judiciárias em que se divide o território de um Estado da União sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito (Neves, 1991).

[21] Fórum, em Roma Antiga, dizia-se da praça pública, centro da sua atividade política e judiciária, onde os tribunos do povo realizavam comícios e os pretores publicavam suas sentenças. Atualmente, por extensão, diz-se do edifício onde se concentram e funcionam normalmente os órgãos da justiça e seus auxiliares imediatos (Neves, 1991).

[22] Vara diz-se de cada uma das divisões de jurisdição, nas comarcas onde há mais de um Juiz de direito. Diz-se, também, da autoridade, do poder judicial. Na colônia, dizia-se do bastão com desenho das armas oficiais que era a insígnia dos juízes (Neves, 1991).

1.4. O Tribunal do Júri

O Júri é uma instituição de origem incerta, mas, sem dúvida, muito antiga e questionada, cujo formato vem sendo moldado desde os povos primitivos: chineses, hindus e judeus ou hebreus. Alguns estudiosos defendem a origem mosaica do instituto, surgida entre os judeus do Egito que, sob a orientação de Moisés, relatam a história das idades antigas por meio do grande livro, o Pentateuco.

Segundo as leis de Moisés, o magistrado era subordinado ao sacerdote e representava na antiguidade oriental os cidadãos nos julgamentos dos tribunais. Na velha legislação hebraica, encontramos o fundamento e a origem da instituição do Júri nos seus princípios básicos. Na tradição oral, como nas leis escritas do povo hebreu, encontram-se o princípio fundamental da instituição, as suas características e a sua processualística. Moisés deu ao julgamento pelos pares, por meio do Conselho dos Anciãos, uma característica teocrática, uma vez que a decisão se dava em nome de Deus.

Geralmente, os estudiosos mais liberais indicam a origem do Júri na época mosaica; alguns a sugerem na época clássica da Grécia dos *diskatas* e dos *centeni comites* (jurados) dos germanos ou, ainda, em Roma, que conhecia os *judices juratis* (jurados). Na forma como o concebemos na atualidade, pode-se afirmar que o Tribunal do Júri foi criado na Inglaterra, depois do Concílio de Latrão[23] que extinguiu as Ordálias[24]. No início, possuía uma conotação tão religiosa e mística que o Júri era organizado com um número de doze jurados, número correspondente ao dos apóstolos de Jesus Cristo. Essa versão foi instaurada na França, na época da Revolução Francesa, momento histórico em que se observava forte aversão à classe dos magistrados, que, historicamente vinculada à nobreza, praticava todas as espécies de arbitrariedades. Por esse motivo, foi acolhido no território francês. Da França, disseminou-se por todo o continente europeu - salvo a Holanda que nunca conheceu o Júri - e depois para o mundo. A partir daquele momento, um Juiz togado passou a ter o direito de dizer se o réu devia ou não ser submetido ao crivo do julgamento popular.

Embora sem o mesmo valor de legitimidade dos dias atuais, o Júri Popular consolidou-se na nossa cultura jurídica nacional. Essa instituição está presente, também, em

[23] O Concílio de Latrão aconteceu na Inglaterra, em 1215, no século XIII, quando aboliu as *ordálias* ou os "Juízos de Deus". Fernando da Costa Tourinho Filho lembra que: "Alega-se, também, que a instituição encontra suas raízes no Código de Alarico do ano de 506."

[24] Em direito germânico antigo, dizia-se do juízo ou do julgamento de Deus. Dizia-se, também, de provas das mais variadas sortes, baseadas na crença de que Deus não deixaria de socorrer o inocente, que sairia incólume delas.

ordenamentos estrangeiros, merecendo a atenção do nosso legislador, mesmo antes da primeira constituição do País, em seguida à proclamação da nossa independência política.

O Tribunal do Júri Popular surgiu no Brasil em 1822, por meio da Lei de 16 de junho daquele ano, competindo-lhe, na época, somente o julgamento dos delitos de imprensa, assim tipificados pela legislação vigente. A Constituição do Império, de 25 de março de 1824, atribuiu competência ao Tribunal do Júri para todas as infrações penais e, além disso, para determinados casos da competência estritamente civil, inserindo-o, finalmente, na estrutura do Poder Judiciário. Em 1832, o Código de Processo Criminal criou um conselho de jurados em cada termo judiciário, ao passo que a Lei n° 261, de 3 de dezembro de 1841, extinguiu o Júri de acusação, fazendo permanecer o Júri de sentença. A propósito da aplicação da pena de morte, prevista no Código de Processo Criminal, exigiu-se que a decisão do Júri observasse o *quorum* mínimo de dois terços dos votos, subsistindo a maioria absoluta para as demais matérias. Em caso de empate, prevaleceria o que mais favorecesse o réu.

A Carta Magna da República, de 24 de fevereiro de 1891, manteve o Júri. A Constituição de 16 de julho de 1934, por sua vez, dispôs em seu art.72: "*É mantida a instituição do Júri, com a organização e as atribuições que lhe der a lei*".

A Constituição de 10 de novembro de 1937 nada prescreveu a respeito da matéria, dando margem para que o Decreto-Lei n° 167, de 5 de janeiro de 1938, em seu art.92, letra "b", abolisse a soberania dos veredictos do Júri, permitindo recurso de apelação quanto ao mérito da questão, nos casos de injustiça da decisão, por sua completa divergência com as provas existentes nos autos ou produzidas em plenário. Podemos acrescentar, ainda, conforme o art.96 do referido Decreto-Lei, que o Tribunal de Apelação poderia, também, aplicar pena mais justa ou mesmo absolver o réu. Tais normas foram posteriormente incorporadas pelo Código de Processo Penal (Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941).

A Carta Política de 18 de setembro 1946 recolocou a instituição entre as garantias individuais, bem como restabeleceu a soberania dos veredictos do Tribunal Popular, no art.141, §28, *in verbis*:

> É mantida a instituição do Júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número de seus membros e garantido o sigilo das votações e plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

A nota da soberania dos veredictos foi regulamentada pela Lei n° 263, de 23 de fevereiro de 1948, segundo a qual, se o Tribunal reconhecesse que o Júri houvesse julgado contra as provas dos autos, mandaria o réu a novo julgamento, não se admitindo, pelo mesmo motivo, segunda apelação. De acordo com a mesma lei, o tempo destinado à acusação e à defesa no momento dos debates, que era de uma hora e meia, estendeu-se para três horas, para cada um, acrescidos de réplica e tréplica, constante de meia hora em cada caso.

A Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, seguindo o mesmo pensamento, determinou: *são mantidas a instituição e a soberania do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida*. A Emenda Constitucional n° 1, de 17 de outubro de 1969, por sua vez, restringiu o regulamento constitucional do Júri Popular, ao dispor que *é mantida a instituição do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida*, omitindo, portanto, a soberania do Júri. A chamada Lei Fleury (Lei n° 5.941, de 22 de novembro de 1973) dispôs que, pronunciado o réu, uma vez primário e de bons antecedentes, poderia o Juiz deixá-lo em liberdade. Ainda, reduziu o tempo dos debates em plenário para duas horas, mantendo a meia hora para a réplica e a tréplica.

Finalmente, a Constituição de 5 de outubro de 1988, em seu art.5°, inciso XXXVIII, prescreve:

> "Art. 5º.
>
> XXVIII- É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:
>
> a. a plenitude de defesa;
> b. o sigilo das votações;
> c. a soberania dos veredictos;
> d. a competência para o julgamento dos crimes contra a vida.

A seguir, iremos analisar cada uma das particularidades que compõe a norma constitucional.

1.4.1. A plenitude de defesa

Essa alínea faz referência ao direito da ampla defesa, consagrado, também, entre os direitos fundamentais do cidadão. Entretanto, esse direito, normalmente em sessão do plenário do Júri, é submetido a uma nova perspectiva.

A compreensão do direito à ampla defesa no Tribunal do Júri pode ser extensiva ao Direito de composição heterogênea do conselho de sentença. Em outras palavras, o conselho de jurados deverá contar com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade, a fim de que sejam afastadas as singularidades de uma determinada classe social e, com isso, impedir que seja distorcida a justiça do julgamento em prol da prevalência de valores não compartilhados por todos os segmentos sociais. Assim, o direito à ampla defesa poderia ser prejudicado se um réu, acusado de cometer homicídio contra sua própria esposa, se visse submetido a julgamento perante um conselho formado exclusivamente por mulheres ou, na hipótese de julgamento de um crime de aborto, por cidadãos de convicção religiosa evidente, segundo os cânones da Igreja Católica. Em ambos os casos, não se põe em discussão o conteúdo dos valores em questão. A sociedade mesma é internamente ameaçada por um choque de valores. O que é necessário ressaltar é que um conselho de sentença deverá ser representativo de toda a sociedade, e não de parte dela, sob pena de prejuízo à defesa do réu de forma explícita.

A exigência de heterogeneidade do conselho de sentença deve-se ao fato de que a maioria dos jurados, invariavelmente, decide em atendimento a critérios e valores estritamente particulares, de cunho pessoal, íntimo, não se atendo às noções técnico-jurídicas do caso.

1.4.2. O sigilo das votações

O sigilo deve ser da votação em si, não abrangendo os atos preparatórios. Alguns estudiosos do Tribunal do Júri acreditam que seja desnecessária a utilização de uma sala secreta, uma vez que os jurados não discutem abertamente entre si as teses defendidas em plenário pela acusação e pela defesa, em face do princípio da incomunicabilidade dos jurados. Nos termos do modelo de julgamento vigente em nosso ordenamento, bastaria que os jurados fossem interrogados e respondessem com seu voto aos quesitos apresentados pelo Juiz ainda em plenário, o que não acontece na realidade. Afinal, não há nenhuma espécie de intervenção, senão quando o jurado, ainda não esclarecido sobre algum fato da causa, pergunta ao Juiz a respeito de qualquer ponto referente ao processo.

Acreditamos que os jurados enfrentam dificuldades para compreender a complexidade dos termos do Direito que são discutidos em plenário. Dessa forma, são compreensíveis as distorções das sentenças de acordo com as regras da consciência, a que se obrigam todos os jurados escolhidos para compor o conselho quando de seu compromisso legal. A experiência forense revela a existência de jurados que decidem por pura simpatia à figura do Promotor ou por repulsa ao defensor ou ao próprio réu; não pelos fatos em si, mas por uma apreciação meramente subjetiva. Não é por outro motivo que os próprios operadores jurídicos costumam atribuir uma espécie de „placar" – reforçando a idéia de que o Tribunal do Júri não passaria de um jogo – do julgamento, fazendo referência a um réu condenado „por sete a zero" ou absolvido „por quatro a três".

1.4.3. A soberania dos veredictos

É muito discutida a soberania do Júri, uma vez que as decisões podem ser anuladas por uma instância superior. O Código de Processo Penal admite a impetração de recurso da decisão do Júri quando o que está provado nos autos se apresenta contraditório à decisão dos jurados. Mesmo considerando que o Tribunal, ao cassar uma decisão, remete-o de volta, em vez de proferir uma sentença substitutiva – o que, para a doutrina, constitui-se no traço distintivo da soberania do Júri -, convém salientar que, ao retornar, o processo será submetido a um segundo julgamento, a um novo conselho de sentença. Assim, será possível decorrer daí uma decisão absolutamente diversa da anterior, então cassada. O fator determinante dessa variação será o desempenho da defesa e da acusação e, principalmente, a nova composição do conselho de jurados. Portanto, uma soberania relativa.

O princípio da inocência permanece quando a decisão dos jurados não vier confirmada pela instância superior. É difícil crer, no entanto, que contrastado ao subjetivismo dos jurados, ele perdure intocado. Decerto, os argumentos expendidos no primeiro julgamento, sejam a favor ou contrários ao réu, serão novamente levantados, e a acolhida dos mesmos argumentos pelos jurados tornar-se-á uma incógnita, em face da nova composição do conselho.

1.4.4. A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida

A Constituição Federal atribui ao Tribunal do Júri competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Trata-se de uma competência mínima. Nada impede que o legislador ordinário remeta à apreciação do Júri matérias de natureza diversa. Uma questão a merecer destaque diz respeito à aplicação do *sursis* processual previsto pela Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995, conhecida vulgarmente como Lei dos Juizados Especiais Cíveis e

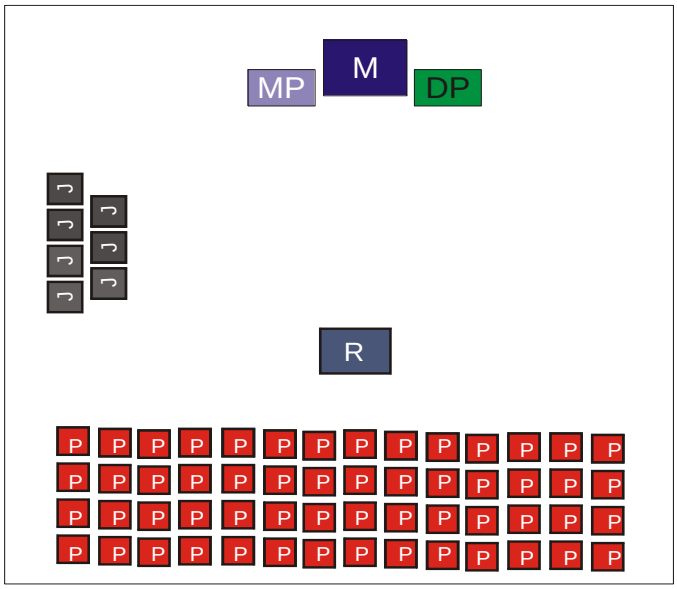
Criminais. Nos termos do art.89 da referida Lei, nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidos ou não por ela, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena, conforme o art.77 do Código Penal. Assim, na hipótese dos crimes descritos nos artigos: 124 e 126 do Código Penal, a saber, auto-aborto, aborto consentido pela gestante e aborto provocado por terceiro sem o consentimento, cujas penas se enquadram no dispositivo mencionado, embora sujeitas à competência do Tribunal do Júri, não se afasta a possibilidade de aplicação do *sursis* processual, porquanto desse benefício não resulta alteração jurisdicional, ou seja, o Tribunal do Júri não se abstém de julgar o delito, se for o caso. Com efeito, o Tribunal do Júri mantém-se competente para o julgamento. Expirando o prazo proposto pelo órgão ministerial sem revogação da medida suspensiva, o Juiz declarará extinta a punibilidade (art.89, §5°, da Lei n° 9.099/95), no caso da gestante ou do responsável pelo parto. Por outro lado, se o benefício for cassado, o feito retoma seu curso normal, sem prejuízo de seu julgamento pelo Juiz natural, o Tribunal do Júri Popular.

Acrescentemos, ainda, que com a promulgação da Lei n° 9.299/96, os crimes dolosos contra a vida, praticados por militar contra civil, passaram a ser julgados pelo Tribunal do Júri e não mais pela Justiça Militar.

Finalmente, cabe-nos observar que a própria Constituição Federal se incumbe de excepcionar a competência do Tribunal do Júri Popular, ao acolher a prerrogativa de função, mesmo em se tratando de crimes dolosos contra a vida. Por isso, a competência do Tribunal do Júri não é absoluta. De fato, é o que ocorre na hipótese de infrações penais comuns praticadas pelo Presidente da República, Vice-Presidente, membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, Ministros de Estado, membros dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente, cujo foro para julgamento será o Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art.101, inciso I, letra "b", da Carta Magna. A mesma regra se aplica na situação de crimes considerados comuns, cometidos por Governadores de Estado e do Distrito Federal, membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal; dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho; membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais, quando então, nos termos do art.105, inciso I, letra "a", da Lei Excelsa, serão processados e julgados perante o Superior Tribunal de Justiça. Em se tratando

de Prefeito Municipal, a competência recairá sobre o Tribunal de Justiça, conforme o art.29, inciso X, da Constituição Federal.

A seguir apresentaremos um quadro ilustrativo da composição empírica do Tribunal do Júri.



Quadro 1. 2. Representação espacial do Tribunal do Júri

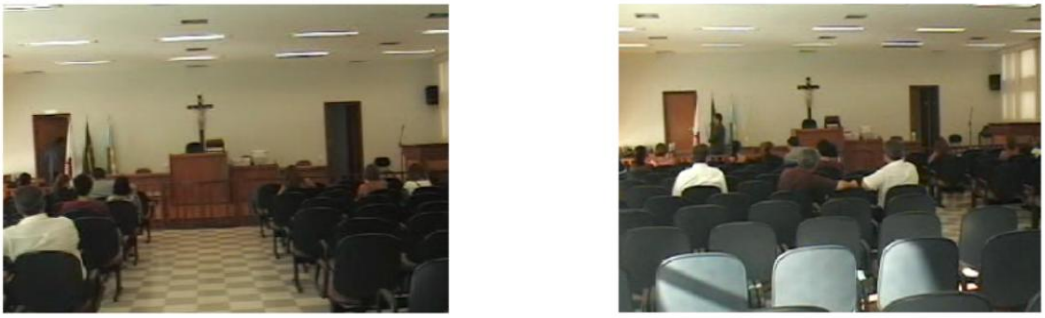
Os participantes da audiência do Tribunal do Júri ocupam invariavelmente as posições indicadas na figura acima: M (Magistrado), MP (Ministério Público), J (Júri), DP (Defensor Público) e P (Público) e R (Réu).



Fotografia 1.1 - Fórum da Comarca de Montes Claros/MG



Fotografia 1. 2 - Entrada do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros/MG



Fotografia 1. 3 - Visão interna do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros/MG

As fotografias acima representam a cena empírica que compõe o Tribunal do Júri.

1.4.5. Os protagonistas do Tribunal do Júri

O juízo de valor exposto abaixo representa a crença da sociedade em relação à figura do Juiz, representante da magistratura na composição do Tribunal do Júri, e prevê o seguinte comportamento:

> Intelligente, illustrado e honesto, eis as qualidades primordiais que deve ter a autoridade incumbida de dirigir o tribunal do jury. Ao redor dellas outras devem se aggregar. Paciência, que no dizer de Bacon, faz parte essencial da justiça: energia sempre firme, mas nunca injusta; diligência, amor ao trabalho, ainda que a fadiga advenha; calma e reflexão; obediência à lei, mas em interpretações duras e abusivas; imparcialidade absoluta, discreção nos actos, gestos e palavras; consideração social, que tanta força contém e que somente se adquire por um passado de rectidão, honradez e saber; certa representação na sociedade, mormente no tribunal, onde o apparato causa viva impressão: todos estes requisitos deve ter o Juiz para ser considerado a garantia dos direitos e, no tribunal do jury, o elemento de maior confiança e respeito (Whitaker, 1930: 23).

A atuação do Juiz no Tribunal do Júri difere da exercida quando da condução dos processos que não são da competência do Júri.

As funções do Magistrado, presidente da sessão do Júri, basicamente, estão elencadas no artigo 497 do CPP, *in verbis*:

"São atribuições do presidente do Tribunal do Júri, além de outras expressamente conferidas nesse Código:

I. regular a polícia das sessões e mandar prender os desobedientes;

II. requisitar o auxílio da força pública que ficará sob sua exclusiva autoridade;

III. regular os debates;

IV. resolver as questões incidentes, que não dependam da decisão do júri;

V. nomear defensor ao réu, quando o considerar indefeso, podendo, neste caso, dissolver o conselho, marcado dia para o julgamento e nomeado outro defensor;

VI. mandar retirar da sala o réu que, com injúrias ou ameaças, dificultar o livre curso do julgamento, prosseguindo-se independentemente de sua presença;

VII. suspender a sessão pelo tempo indispensável à execução de diligências requeridas ou julgadas necessárias, mantida a incomunicabilidade dos jurados;

VIII. interromper a sessão por tempo razoável, para repouso ou refeição dos jurados;

IX. decidir de ofício, ouvidos o Ministério Público e a defesa, ou a requerimento de qualquer das partes, a preliminar da extinção da punibilidade;

X. resolver as questões de direito que se apresentarem no decurso do julgamento.

XI. ordenar de ofício, ou a requerimento das partes ou de qualquer jurado, as diligências destinadas a sanar qualquer nulidade, ou a suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade".

É fato que a função de um Juiz no Júri é de muita importância. Contudo, no Tribunal do Júri, o Juiz não só julga, mas supervisiona o julgamento para garantir a sua condução adequada. Ele deve se abster de fazer comentários sobre o efeito de qualquer depoimento ou sobre a credibilidade de qualquer testemunha, evitando ser tendencioso para não prejudicar ou favorecer uma das partes, por meio de considerações sobre prova, bem como o comportamento do tribuno. Pode também o Juiz, valendo-se de trejeitos e variações locais, induzir uma votação para este ou aquele resultado, conforme explicações que dê sobre o

quesito ou sobre as conseqüências legais desta ou daquela decisão, impulsionando o jurado para determinado entendimento.

Conforme prescrito pela lei e comentado pelos doutrinadores, a presença do Juiz é determinante no Tribunal do Júri. É nele que se concentram todas as atenções por parte dos jurados. Cabe ao Juiz a responsabilidade pela interrupção de uma sessão plenária, autoridade para prender ou libertar e, ainda, a função de dirimir dúvidas e de decidir impasses. Os jurados se apegam mais às suas considerações, por reconhecê-lo como referencial de postura e de imparcialidade.

Entretanto, a atuação do Juiz que preside a sessão é tão importante quanto a das partes. Basta que o Juiz ou qualquer um dos componentes do Tribunal abuse das palavras, demonstre despreparo ou desatenção, ou seja, não aja como esperado pelos integrantes do tripé da justiça, para que a instituição do Júri sofra danos irremediáveis, no que concerne à estima dos cidadãos, no valor que a ela se impôs como exercício de cidadania, instrumento de aplicação da lei e realização da justiça.

Portanto, o que se espera do Juiz do Júri é que seja quase um "super-homem" para o desempenho dessa função. Ele deve reunir qualidades típicas de um sacerdote, como tranqüilidade e devoção à obra; de um operário, apegado às minúcias da forma e aos rigores dos moldes impostos; de um professor, que saiba ensinar o essencial, mesclando valores e experiências que lhe são inerentes, sem, contudo, avançar naquilo que deve ser fruto do trabalho intelectual do ouvinte; e, finalmente, a de um guardião, que não se distrai daquilo que deve vigiar e, sempre atento, intervém com pontualidade, com energia, com segurança, sem medos ou titubeios.

O Promotor "*é o funcionário do Ministério Público que representa a ação social do Estado, perante o jury*" (Whitaker, 1930: 31).

Desde essa definição, o Ministério Público cresceu muito, ganhou novos contornos, e, principalmente, com o advento da Constituição Federal de 1988, amealhou novas atribuições. Conforme escreveu Fernando Costa Tourinho Filho, *há quem veja nessa instituição um verdadeiro poder com pretensões a alterar a clássica divisão tripartida de Montesquieu. Ao lado do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, estaria o Ministério Público* (Tourinho Filho, 1990: 304).

Nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A Constituição determina, ainda, que as funções do Ministério Público devam ser exercidas por integrantes da carreira, de modo que não mais se admite a figura do Promotor *ad hoc*. O mesmo não acontece com a função do Defensor Público.

No procedimento do Júri, o Promotor oferece a denúncia e participa ativamente de toda a instrução, cabendo-lhe, durante o plenário, promover a acusação, ou seja, incumbe-lhe sustentar o libelo, requerendo, se for o caso, a condenação do acusado.

Contudo, o Promotor de justiça não está obrigado a sempre postular a condenação do réu. Ele pode requerer a absolvição quando a entender pertinente diante das circunstâncias do caso concreto.

Tal afirmação, hoje indiscutível, foi contestada durante muitos anos. Borges de Rosa, cuja doutrina já foi consolidada, questionava e afirmava: "*Pode o Promotor pedir a absolvição do réu? Não, em hipótese alguma*"(Bonfim, 1999:217).

Edílson Bonfim (1999) afirma que:

> [...] parece ter sido Roberto Lyra, senão o primeiro, ao menos quem, com mais vigor, sustentou a bandeira adversária à barbaridade embutida na tese analisada, onde se algemava, por argumentos de cabo de esquadra, muitas vezes, o fiscal da lei à inverdade fática. Buscava muitas vezes o Promotor, ainda que sabendo – mas *propter oficcium* -, o próprio erro judiciário. Este sim, não era Promotor; era um acusador assalariado, antipatizada parte do processo penal. O sopro da verdade e o anseio da sociedade destinaram ao Promotor seu verdadeiro papel, daí o surgimento do Promotor de justiça, que felizmente, no acender da história e na evolução da espécie, cuidou de apagar o arquétipo de antanho (Bonfim, 1999: 217).

O Promotor de justiça que atua no Tribunal do Júri não pode se limitar ao conhecimento do texto da lei. Deve aprofundar seus estudos na arte, na oratória, na literatura, na história, na política, na poesia. Precisa acumular conhecimentos de psicologia judiciária, psiquiatria forense, medicina legal, balística, criminologia e vitimologia.

É necessário que o Promotor seja dotado de bom senso e, principalmente, sensibilidade, pois na tribuna do Júri são discutidos os mais nobres e também os mais vis sentimentos do ser humano. Em várias oportunidades, o tribuno do Júri depara-se, na figura do acusado, com alguém que não teve amparo familiar, oportunidades de estudo e trabalho e

que, em um ato isolado de seu histórico de vida, utilizou uma arma e cometeu um crime bárbaro.

Essa tese sustenta-se, tendo em vista que o Promotor do Júri, no estudo do processo, defronta-se com um dilema íntimo: de falar em nome da sociedade para postular uma condenação ou de, na condição de um homem comum, sensível às mazelas sociais, demonstrar que entende o ato extremo do agente a ser julgado.

Esse novo posicionamento na função de Promotor do Júri é visto como não interessante no ingresso da carreira. Na atualidade, com o surgimento das novas áreas do Ministério Público, que "valoriza mais seus personagens", reconhece-se mais aquele que apura crimes de "colarinho branco", que defende o consumidor, o meio ambiente ou os idosos. Deixa de ter importância aquele que defende o bem maior que possuímos que é o direito à vida.

Somente o advogado pode atuar na defesa do réu no Tribunal do Júri. O defensor tem a função de rebater as imputações contidas no libelo durante a sessão de julgamento.

Conforme os ensinamentos de Fernando Tourinho (1990: 341), defesa *é aquela atividade das partes acusadas de oposição à atuação da pretensão punitiva. Daí se segue que Defensor é o sujeito que realiza os atos em que consiste a defesa.*

Firmino Whitaker, de forma objetiva, destacou a importância do advogado no Tribunal do Júri.

> Punindo os delictos, a sociedade não exerce vingança. Os fundamentos do direito de punir são a justiça absoluta e a utilidade social, regulando esta a applicação daquella, pelas necessidades de ordem pública. O intuito da sociedade, punindo o delinqüente, é restabelecer a ordem alterada pelo delicto, fornecendo ao mesmo tempo, exemplo que conjure o perigo da imitação; bem como corrigir o delinqüente, habituando-o a respeitar a lei e a sociedade e encaminhando-o à regeneração dos costumes. Nem toda infracção, porém merece ser castigada. Há delictos que são a obra lamentável de um inconsciente ou constrangido; outros que resultam de accidente ou mesmo do exercício de um direito. Estes nenhum abalo causam. Puni-los, seria, talvez, praticar justiça absoluta; nunca, porém, agir conforme a utilidade social, que daquella é reguladora. Por outro lado, há circunstâncias que minoram as penas applicáveis ao delinqüente. Para distinguir estes casos, a sociedade exige que, nas discussões, de um lado haja o accusador que pede a reparação do damno público, e de outro o defensor que legitima, escusa, nega ou attenua a intervenção do accusado. Entre estes contendores, os factos são esclarecidos com amplitude e igualdade, para a justiça ser bem applicada. A defesa, pois, não é sé de interesse individual, mas, também, de interesse geral; e é por isso que a sociedade a protege com mais largueza que no direito civil, e facilita o seu exercício (Whitaker, 1930:45).

Discorrendo acerca da função do advogado de defesa no Tribunal do Júri, o Juiz José Ruy Borges Pereira (2000) destacou que:

> Na relevante função, tem o profissional a seu dispor, mais de trinta teses previstas na lei. Aliás, deve ter ressaltado que o defensor não está obrigado a pedir apenas a absolvição, podendo solicitar do Júri benefícios de diminuição da pena, sem que isso possa anular o julgamento por deficiência da defesa (Pereira, 2000: 137).

Comenta, ainda, Pereira (2000), que durante o julgamento, o defensor participa ativamente de todos os atos, isto é, da inquirição das testemunhas e dos debates, podendo, também, requerer diligências e argüir questões de ordem a bem do acusado.

A seguir, apresentaremos as leis que regulamentam a atividade de trabalho do Defensor Público[25].

a- A importância da defesa

A nossa Carta Magna, prescrito de maior abrangência de nosso país, proclama em seu art.5º:

> "LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal";
>
> "LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

A defesa é, pois, necessária. O Estado procura fazer justiça, e ele não poderá estar certo de tê-la feito e, portanto, não tranqüilizará o homem de bem, se não der ao acusado a mais ampla defesa. Tão necessária é a defesa que o legislador, estadeando a garantia mandamental, sancionou com pena de nulidade insanável a não-nomeação de defensor ao réu

[25] Toutes les sciences humaines ont leurs mythes fondateurs. Ceux de l'argumentation sont certainement parmi les plus anciens, puisqu'ils remontent au Ve. Siècle avant J. – C. On raconte qu'à cette époque la Sicile était gouvernée par deux tyrans, qui avaient exproprié les terres pour les distribuer à leurs soldats. Lorsqu'en 467 av. J.-C. une insurrection renversa la tyrannie, les propriétaires spoliés réclamèrent leurs terres et des procès sans fin s'ensuivirent. C'est dans ces circonstances que Corax et Tisias auraient composé la première « méthodes raisonné » pour parler devant le tribunal, en d'autres termes le premier traité d'argumentation (Plantin, 1996 : 04). Todas as ciências humanas têm seus mitos fundadores. Os da argumentação estão certamente entre os mais antigos, pois remontam ao Seculo V aC. Conta-se que naquela época a Sicilia era governada por dois tiranos, que expropriaram as terras para dividi-las entre seus soldados. Quando em 467 aC. uma insurreição destrona a tirania, os proprietários desapropriados reclamam suas terras e infinitos processos se acumulam. Nessas circunstâncias Corax e Tisias teriam escrito o primeiro « método racional » para falar diante de um tribunal, em outros termos, o primeiro tratado da argumentação.

presente, que o não tiver, ou ao ausente, e de curador, ao menor de 21 anos (Código de Processo Penal - CPP, art. 564, III, *c*).

b- Necessidade da defesa

O Defensor é o sujeito que realiza os atos em que consistem a defesa. A presença do Defensor é imprescindível, pouco importando que esteja o acusado ausente, isto é, que seja ele revel. O art. 261 do CPP, cumprindo a garantia constitucional, permanece intangível na sua imperativa determinação, em virtude de um superior interesse de justiça:

> "Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor" (CPP, art. 261)
>
> Parágrafo único – a defesa técnica, quando realizada por Defensor Público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.[26]

O não cumprimento desse preceito acarreta a nulidade do processo, conforme art. 564, III, c, CPP.

> "A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:
>
> [...]
>
> III- por falta das fórmulas ou dos termos seguintes:
>
> c) a nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 (vinte e um) anos";[27]
>
> [...]

Esse defensor, por outro lado, há de ser, impreterivelmente, um profissional devidamente habilitado para o exercício da advocacia[28]. Tal afirmativa se impõe à vista do que dispõe o art. 263 do CPP:

> Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo Juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, nomear outro da sua confiança, ou a si mesmo defender-se caso tenha habilitação (art. 263 do CPP).

[26] A Lei 10.792/2003 acrescentou o parágrafo único ao art. 261.

[27] Não possui mais sentido nomear curador ao réu menor de 21 anos diante da edição da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil), que passou a considerar plenamente capaz, para todos os atos da vida civil, o maior de 18 anos.

[28] Os primeiros advogados (século V a.C.) não representavam seus clientes na tribuna, mas preparavam seus discursos ou os escreviam inteiramente, para que seus clientes os decorassem e realizassem uma perfeita exposição, com possibilidades de vencer a causa. Tempos após, passa a existir a figura do rábula, pessoa conhecedora da lei, mas não detentora de titulação que pudesse legitimar o seu trabalho.

Caso tenha habilitação, diz a lei. Logo, o imputado somente poderá fazer sua própria defesa quando habilitado profissionalmente, é evidente que, quando a defesa ficar a cargo de outra pessoa, essa também há de estar profissionalmente habilitada. Caso contrário, estará violado o mandamento constitucional que assegura plena defesa aos acusados, e não se poderá dizer que tenha havido plena defesa, quando ela não for confiada a um órgão técnico para se opor ao Ministério Público. Outra não é a lição de Massari (1932), de fato, não é possível conceber-se verdadeiro contraditório sem a contraposição de órgãos homogêneos.

Da leitura do art. 263 do CPP, podemos perceber que o próprio imputado pode dispensar a assistência de um órgão técnico para defendê-lo, e isso apenas na hipótese de ser ele um profissional habilitado para o exercício da advocacia. Todavia, mesmo nessa hipótese, se o imputado renunciar a sua defesa, deverá o Juiz nomear-lhe um defensor, pois a defesa é de interesse público, como garantia da boa administração da justiça.

c- Defensor – Procurador – Curador

O CPP distingue as figuras do defensor, procurador e curador, como se vê pela leitura dos arts. 261, 262 e 577.

Quando o defensor for constituído pelo acusado, ou por meio do componente instrumento procuratório, ou mesmo quando por ele indicado por ocasião do interrogatório, e então se dispensa a procuração, nos termos do art. 266 do CPP, fala-se tecnicamente em "procurador".

Se, porventura, o acusado, pouco importando seja ele pessoa abastada, não constituir defensor nem o indicar por ocasião do seu interrogatório, deverá o Juiz (dever jurídico) nomear-lhe um, nos termos do art. 263 do mesmo estatuto. Fala-se aí em "defensor".

Quando o acusado for menor de 21 anos (maior de 18 e menor de 21), o seu defensor, pouco importando tenha sido ele constituído ou nomeado, recebe, na linguagem do Código, a designação de "curador".

Parece, à primeira vista, que a figura do "curador" do acusado menor é distinta da do "defensor". O art. 194 do CPP poderá levar o intérprete a tal conclusão. Todavia, confrontando-se tal preceito com outros do mesmo estatuto, não se pode deixar de concluir que, na hipótese, a figura do "curador" é a mesma da do "defensor", e, por conseguinte, o "curador" do acusado menor deverá ser sempre um profissional habilitado para o exercício da

advocacia. De fato, o art. 261 fala da necessidade de o imputado ter defensor, ainda que ausente ou foragido. Logo em seguida, no art. 262, o legislador acrescentou:

> "Ao acusado menor dar-se-á curador" (art. 262, CPP).

Quer dizer então: se o acusado for maior, ser-lhe-á nomeado "defensor", mesmo que esteja ausente ou foragido. Se, entretanto, for menor, ser-lhe-á nomeado "curador". Esse entendimento é tanto exato, que o legislador no art. 449 dispôs:

> "Apregoado o réu, e comparecendo, perguntar-lhe-á o Juiz o nome, a idade e se tem advogado, nomeando-lhe „curador", se for menor e não tiver, e „defensor", se maior... "(art. 449, CPP).

A distinção entre "defensor" e "procurador", também denominado "defensor constituído", não é destituída de interesse, pois, nos termos do art. 392 do CPP, a intimação da sentença se faz na pessoa do réu ou do defensor constituído, isto é, na pessoa do procurador. O defensor nomeado pelo Juiz pode ser intimado da sentença, mas tal ciência é irrelevante para a fluência do prazo recursal, porquanto somente a intimação feita ao acusado ou ao seu procurador (nos casos permitidos em lei) é que tem validade e conseqüências. Somente num caso, e assim mesmo por criação pretoriana, a intimação na pessoa do defensor dativo apresentava conseqüência: se o acusado estivesse preso e, não tendo procurador, viesse a ser intimado da sentença, o prazo recursal somente fluiria a partir do instante em que o defensor fosse intimado também. Hoje o STF entende ser necessária a intimação do dativo, esteja o acusado preso ou solto, pois, do contrário, não haverá a ampla defesa. Sendo o imputado menor de 21 anos, o Juiz é obrigado a nomear-lhe curador.

Curador ainda se nomeia, na hipótese dos arts. 149, parágrafo 2º, e 151 do CPP. Assim, se o acusado, ao tempo em que se cometeu a infração, era doente mental, o processo terá andamento com a presença do curador que o Juiz lhe nomear.

Como já vimos, uma vez nomeado o curador que deve ter habilitação técnica, não haverá necessidade de se nomear também um defensor. Curador e defensor, para o CPP, são uma e só pessoa. Trata-se de propriedade do termo. O legislador processual penal considerou o menor de 21 anos e maior de 18, quando sujeito passivo da pretensão punitiva, como relativamente incapaz, e aqueles que se encontrarem nas condições do art. 26 do CP, absolutamente incapazes.

O defensor, no atual estágio brasileiro, é o advogado, não se justificando mais, sob pena de violação da ampla defesa, a atuação de pessoa que não o seja.

Segundo Pacheco (1994), o advogado é figura indispensável numa sociedade juridicamente organizada, e seu papel é sempre digno, ainda quando defende o pior criminoso, porque, na verdade, o advogado não perdoa o crime e nem desculpa o criminoso, aceitando a causa. Defende apenas o direito que tem todo cidadão, seja quem for, de ser julgado com justiça; o direito de ser ouvido, e de explicar porque cometeu o ato que lhe é atribuído. O advogado criminalista que aceita a causa do delinqüente, não se importando com a opinião pública que não compreende seu papel de defensor de um princípio social, patrimônio de todos, merece, por isso, os aplausos das consciências esclarecidas.

d- A natureza jurídica do defensor

O defensor não é parte no processo. Na verdade, o defensor assiste o acusado, supre-lhe as deficiências, representa-o e, por vezes, exerce várias funções, todas atinentes, como é óbvio, à defesa. Sua categoria, portanto, é a de defensor. Essa é uma categoria *sui generis*. Não é a de mandatário nos termos da lei civil (CC. Art. 1330). O defensor goza de independência na maneira de arquitetar e de conduzir a defesa, de opor exceções, de recorrer. Cabe-lhe, além disso, colaborar com o Juiz no descobrimento da verdade, mas apenas na medida em que não prejudique o defendido. Sob esse aspecto, ele exerce realmente uma tutela processual dos interesses do acusado. De outras vezes, ele se limita a uma assistência moral e psicológica, sem poder intervir pessoalmente (CPP, arts. 187, 413, 534).

e- A função do defensor

A função do defensor, conforme Manzini (1951), é a de apresentar ao órgão jurisdicional competente tudo quanto, legitimamente, possa melhorar a condição processual do imputado e que possa honestamente contribuir para dirimir sua imputabilidade ou sua responsabilidade.

> El defensor penal no es patrocinador de la delincuencia, sino del derecho y de la justicia en cuanto puedan estar lesionados en la persona del imputado (Manzini, 1951: 576).

A tal ponto chegou a posição do Defensor, que a doutrina o considera um órgão autônomo da administração da justiça. Daí dizer Figueiredo Dias (1992):

> Os direitos do defensor não têm a sua origem e fundamento na procuração concedida pelo réu [...] aqueles direitos são, na verdade, mais amplos do que o poderiam ser se tivessem fundamentos apenas contratual e têm a sua origem na própria lei processual penal. Isto significa, por força, que o defensor exerce uma função pública da administração da justiça e é, por conseguinte, um órgão desta

> administração. A função da defesa ultrapassa o eventual interesse subjetivo do réu para cumprir uma tarefa que interessa à própria comunidade jurídica (Figueiredo Dias, 1992:471 *apud* Tourinho Filho, F. da C., 1989: 472).

O defensor, seja ele constituído, seja nomeado, deve, dentro dos limites que a lei balizar, desenvolver, honestamente, ou, se impossível, pelo menos contribuir para atenuar a pena a ser imposta, lutando com lealdade e sem timidez. Pouco importa o crime que é discutido em plenário, o réu possui o sagrado direito de defesa, e nenhum advogado pode ou deve envergonhar-se de atuar em defesa de um acusado.

A atividade defensiva possui dois aspectos que merecem ser considerados. Um é do exclusivo domínio do imputado, nada obstante possa receber influências do defensor, e o outro que por natureza compete ao defensor. Referimo-nos à defesa material e à defesa técnica.

A defesa material se realiza pelas manifestações que o imputado quer fazer no curso do processo, prestando as declarações que quiser e quando quiser. Pode, porém, abster-se de declarar, optando pelo silêncio como meio de defesa. E assim, como leciona Vélez Mariconde (1969: 378 *apud* Araújo, 1999: 243) *surge el concepto primário de que la declaración del imputado es un medio de defensa*. É a defesa material manifestação incoercitível do instinto de liberdade, pelo que seria iníquo e desumano submetê-la a vínculos jurídicos morais, de tal modo que no processo penal impera o princípio *nemo tenetur se deterger,* de maneira marcante, ninguém podendo ser constrangido a agir em seu próprio prejuízo, segundo Araújo (1999:243).

A defesa técnica, geralmente exercida por um advogado[29], e somente em caráter excepcional, concedida ao próprio imputado, exerce-se mediante instâncias, argumentações, alegações e observações que se baseiam em normas de direito substantivo e processual. Exige, logicamente, conhecimentos jurídicos de que o imputado, na maioria dos casos, carece. Sem tais conhecimentos não se poderia defender eficazmente, e a defesa, por isso, não atenderia aos fins de sua instituição.

Acusado e defensor constituem, desse modo, em conjunto, os elementos com que a defesa atua no processo. Por tratar-se de um direito de ordem constitucional, cuja tutela

[29] Não se pode conceber para a execução dessa tarefa, outra pessoa que não seja o advogado. Existia na prática pessoa conhecida como rábula que, segundo Diniz (2005): "Rábula 3. advogado sem ser diplomado em ciências jurídicas ou sem estar matriculado no curso de direito" (Diniz, 2005: 29).

interessa também ao Estado, não é a defesa um direito de que o réu possa dispor. Sendo assim, as omissões ou atitudes contrárias do acusado à efetividade da defesa e de sua inocência ou liberdade são processualmente irrelevantes, enquanto não decidida em primeiro grau a acusação, pois ao defensor profissional cabe suprir e cobrir essas omissões e os atos do acusado contrários a seus legítimos interesses.

O defensor tem a função de falar pelo acusado, representando-o, ainda quando na situação dramática de Sobral Pinto, defendendo, por indicação da OAB, dois prisioneiros políticos, um alemão e Luiz Carlos Prestes, ambos comunistas. Para o alemão Arthur Ewest (também conhecido por Harry Berger), o advogado católico, dissidente das idéias de dois acusados, teve de tomar uma atitude inteiramente inusitada:

> Como patrono destes chefes revolucionários não defendi a Revolução comunista, nem exaltei o Comunismo, não tendo também, elogiado a ação pessoal revolucionária dos meus clientes *ex officio*. Limitei-me, como católico e servo dos preceitos da Justiça a reclamar para eles com energia idônita, o tratamento a que tinham direito como membros da família humana, tratamento que lhes estava sendo negado de maneira brutal, violenta e desumana. As torturas infligidas, então, a um deles, Harry Berger, eram tão inacreditáveis que tive de requerer ao Dr. Juiz do Processo uma exata adequação e precedência: a aplicação, para ele, da lei de proteção dos animais (Sobral Pinto, 1977: 231).

f- As prescrições punitivas ao defensor

Se o defensor se recusar, sem motivo relevante, a prestar seu patrocínio à causa dos acusados poderá ser punido pelo Juiz com multa pecuniária (art. 264, CPP). Também incorrerá na mesma sanção se abandonar o processo sem motivo imperioso.

Ao lado dessas sanções de natureza disciplinar impostas pelo Juiz, cumpre adiantar que o defensor (dativo, constituído ou curador) poderá estar sujeito a sanções de índole penal. Responderá criminalmente se:

- violar segredo profissional (CP, art. 154);
- explorar prestígio (CP, art. 357);
- sonegar papel ou objeto de valor probatório (CP, art. 356);
- patrocinar simultaneamente ou tergiversação (CP, art. 357, parágrafo único);
- agir em patrocínio infiel (CP, art. 355);
- agir em favorecimento pessoal ou real (CP, arts. 348, 349);

- agir com fraude pessoal processual (CP, art. 347);

- agir com coação no curso do processo (CP, art. 344).

No entendimento de Eliezer Rosa (*apud* Pires, 1993:35), nenhuma forma de advogar é mais dolorosa e pungente que a advocacia criminal. "*Tudo nela é dor e desespero. Os próprios triunfos têm o seu tanto de amargor, porque enquanto pende o processo e se prepara a causa, há sofrimentos que a vitória não apaga completamente"*. E em outra passagem:

> Há no semblante dos grandes advogados criminais uma discreta sombra de amargura que atesta a convivência diuturna com a angústia alheia, que neles se imprime como a verônica inapagável da profissão. Eu lhes vi a muitos a cabeça aureolada pelo forte esplendor da glória e do saber. Mas, vi também no rosto deles a morada sem brilho da melancolia sem remédio. Vi o eternamente torturado semblante de Romeiro; vi o rosto ensombrado dessa tristeza em Evaristo; vi a face magoada de Bulhões e a grave tristeza no parecer de Severiano. Eram homens a bem dizer, amargos. Não amargos de maldade, mas amargos de humanidade, de simpatia para com o trágico destino de certas vidas malferidas e mal vividas, que à sombra deles iam pedir um pouco de descanso e paz (Eliezer Rosa *apud* Pires, 1993: 35).

Os profissionais da advocacia criminal vêem de perto os problemas sociais que os pobres vivenciam. São procurados para, antes de mais nada, escutar a narração das misérias alheias, pois as pessoas que procuram os serviços do advogado sentem e têm a impressão de não se sentirem sozinhos. Ora, os advogados praticam cotidianamente, como os médicos, uma forma de solidariedade humana que consiste em fazer companhia a quem se encontra face-a-face com a dor. Do mesmo modo que o doente gosta de se confiar aos médicos, mesmo não tendo esperança de cura, o cliente, mesmo não tendo esperança de vitória, procura o advogado, porque sabe que não conseguiria encontrar outra pessoa no mundo disposta a ouvir a narração detalhada de seus desagradáveis casos pessoais.

O senso comum acredita que a missão primordial do advogado é ser ouvido pelos juízes. Contudo, o ofício mais humano dos advogados é ouvir os seus clientes[30], ou seja, dar aos injustiçados o alívio de encontrar no mundo um confidente incansável de suas inquietudes. O cliente, ao sair de um diálogo com esse confessor profissional que, por vocação, escuta as angústias alheias que lhe são confiadas em custódia, sente-se mais tranqüilo, porque percebe que depois de ter confiado a ele a parte mais cruel das suas penas, o advogado, enquanto o cliente falava, classificou suas angústias nos artigos de lei adequados.

Segundo Tourinho Filho, *imputado, acusado ou réu, é o sujeito processual contra quem se pede a atuação do Direito Penal, contra que res in judicio deducitur*. *Em uma palavra: é a pessoa contra quem se propõe a ação penal* (Tourinho Filho, 1990: 381).

No mesmo diapasão, o professor Mirabete entende que *acusado é a pessoa contra quem se propõe a ação penal, ou seja, o sujeito passivo da pretensão punitiva, parte na relação processual* (Mirabete, 2004: 317).

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, visando coibir eventuais abusos do Estado, estabelece diversas garantias de direitos aos acusados, que são, entre outros, os seguintes: a) é assegurado ao preso o respeito à integridade física e moral (inciso XLIX); b) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (inciso L); c) ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal (inciso LIV); d) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados, em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (inciso LV); e) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos (inciso LVI); f) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (inciso LVII); g) o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei (inciso LVIII); h) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse

[30] O preso é, essencialmente, um necessitado. A escala dos necessitados foi traçada naquele discurso de Cristo, a que já tive ocasião de aludir e que aparece no vigésimo - quinto capítulo de São Mateus: famintos, sedentos, desnudos, vagabundos, enfermos, presos. A escala conduz, da necessidade essencial do corpo, ou melhor, da necessidade animal, até a necessidade essencialmente espiritual. O preso não necessita de alimentos, nem de vestidos, nem de casa, nem de remédio. O único remédio, para ele, é a amizade. As pessoas não sabem, nem o sabem os juristas, que o que se pede ao advogado é a esmola da amizade, mais do que qualquer outra coisa.
A simples palavra "advogado" soa como um grito de ajuda. *Advocatus, vacatus ad*, chamado a socorrer. Também o médico é chamado a socorrer. Mas se somente ao advogado é dado esse nome é porque, entre a prestação do médico e a do advogado, há uma diferença que, embora não ressaltada pelo direito, é posta em evidência pela fina intuição da linguagem. Advogado é aquele a quem se pede, em primeiro lugar, a forma essencial da ajuda, que é propriamente a amizade (Carnelutti, 2002: 22-23).

social o exigirem (inciso LX); i) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei (inciso LVI); j) já a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao Juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada (inciso LXII); l) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado (LXIII); m) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial (inciso LXIV); n) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária (inciso LXV); o) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança (inciso LXVI); p) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (inciso LXXIV); q) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença (inciso LXXV).

Conforme citado acima, a Constituição Federal consagrou o direito do acusado ao silêncio. Assim sendo, o Juiz não pode mais advertir o réu de que seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa, conforme preceitua a parte final do art. 186 do Código de Processo Penal (CPP), não recepcionada pela Carta Magna de 1988.

A testemunha compõe, também, o cenário do Tribunal do Júri:

> Testemunha é a pessoa que, perante o Juiz, declara o que sabe acerca dos fatos sobre os quais se litiga no processo penal ou as que são chamadas a depor perante o Juiz, sobre suas percepções sensoriais a respeito dos fatos imputados ao acusado (Mirabete, 1991: 279).

No mesmo sentido, Fernando Capez (1997) define testemunha como sendo:

> [...] todo homem, estranho ao feito e eqüidistante às partes, chamado ao processo para falar sobre fatos caídos sob seus sentidos e relativos ao objeto do litígio. É a pessoa idônea, diferente das partes, capaz de depor, convocada pelo Juiz, por iniciativa própria ou a pedido das partes, para depor em juízo sobre fatos sabidos e concernentes à causa (Capez, 1997: 250).

Durante o procedimento dos crimes de competência do Júri, as testemunhas podem ser ouvidas durante a primeira fase (sumário de culpa), bem como em plenário, já na segunda fase do procedimento.

A regra geral esculpida no CPP é no sentido de que a falta de qualquer testemunha em plenário não será motivo para adiamento, salvo se uma das partes tiver requerido sua

intimação, declarando não prescindir do depoimento e indicando seu paradeiro com a antecedência necessária para a intimação. Proceder-se-á, entretanto, ao julgamento, se a testemunha não tiver sido encontrada no local indicado (artigo 455, *caput*, do CPP). Preceitua, ainda, nosso ordenamento, que, se intimada, a testemunha não comparecer, o Juiz suspenderá os trabalhos e mandará trazê-la pelo oficial de justiça ou adiará o julgamento para o primeiro dia útil desimpedido, ordenando a sua condução ou requisitando à autoridade policial a sua apresentação. Mesmo assim, não se obtendo êxito na presença da testemunha no dia designado, proceder-se-á ao julgamento (artigo 455, §§ 1º e 2º, do CPP).

Além dos participantes acima citados, a audiência do Tribunal do Júri conta com a participação de outros membros, como os auxiliares da justiça e os Policiais Militares, que são considerados auxiliares, isto é, pessoas que não participam diretamente dos atos processuais, mas ajudam no decorrer da audiência para que transcorra tranqüilamente.

Como a audiência é pública, existe um espaço reservado para outras pessoas que queiram presenciar o julgamento. As pessoas que assistem às audiências do Tribunal são denominadas de público. Normalmente é composto por familiares da vítima, do acusado, do Juiz, do Promotor e do Advogado de Defesa ou do Defensor Público. É comum estarem presentes, também, estudantes de Direito, advogados e professores. Quando o julgamento é de alguma pessoa ilustre ou que, mesmo não sendo ilustre, despertou a curiosidade alheia, por ter sido divulgado pela mídia, aparecem muitos curiosos e a mídia aproveita para fazer matéria e divulgar o acontecimento, muitas vezes, não respeitando o direito que o acusado possui de não ser filmado e produzindo um verdadeiro espetáculo para ganhar pontos na audiência ou na venda de notícias. Em nossa pesquisa, pudemos verificar como isso acontece. Presenciamos e registramos em nossos arquivos a presença da mídia em busca da exploração da imagem alheia para divulgação no jornal televisivo local.

Os auxiliares da Justiça são os escreventes, os oficiais de justiça e outros que permanecem no transcorrer da audiência para auxiliar o Juiz, o Promotor e o Advogado de Defesa ou Defensor Público. Cabe ao escrevente digitar os testemunhos, os apartes e a sentença e, ainda, ajudar o Juiz no momento do sorteio do corpo de jurados. O oficial judiciário permanece no recinto para a busca de algum documento ou qualquer outro serviço que seja necessário para o bom andamento da audiência.

Os auxiliares acompanham o acusado e permanecem ao seu lado durante todo o julgamento. No caso em que o acusado está preso, cabe aos Policiais Militares conduzi-lo do

presídio até a sala de audiência e, ao final, devolvê-lo ao mesmo lugar onde se encontrava antes do julgamento.

CAPÍTULO 2
AS CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS DO TRABALHO

Para situarmos discursivamente o nosso objeto de estudo – a linguagem *como/sobre* o trabalho do Defensor Público no Tribunal do Júri -, acreditamos que, além de considerar as ciências da linguagem, devemos enfocar o conhecimento sobre os estudos franceses desenvolvidos na situação de trabalho, que têm como questão central a relação entre linguagem e o trabalho. Para isso, faremos um percurso histórico sobre as principais disciplinas que possuem como foco a investigação sobre o trabalho em situação. Inicialmente, falaremos sobre a Psicologia do Trabalho, em seguida, sobre a Ergonomia e a Ergologia. Para finalizarmos, apresentaremos as contribuições da Equipe da Clínica da Atividade que utiliza o método da autoconfrontação.

2.1. As contribuições da Psicologia do Trabalho[31]

Na França, a Psicologia do Trabalho do início do século XX deu os primeiros passos para a investigação do trabalho *in situ,* Suzanne Pacaud e Jean-Maurice Lahy[32] foram os primeiros a levar a investigação científica sobre as questões que envolviam o trabalho para o lugar onde era desenvolvido o trabalho. Essa proposta visava levar o laboratório científico ao local de investigação, pois, até então, as pesquisas eram realizadas nos laboratórios das universidades. Tanto Pacaud como Lahy sentiram a necessidade de se aproximar do campo de

[31] As informações sobre a história da Psicologia do Trabalho e sua contribuição para as pesquisas em situação de trabalho foram retiradas das nossas anotações a partir curso de Psicologia do Trabalho, ministrado pelo Prof. Yves Clot no *Conservatoire National des arts et Métiers* no ano letivo 2005/2006.

[32] [...] l"analyse psychologique du travail qui pourrait éclairer le processus actuel. Ce cycle conduit la discipline – entre les années 20 et les années 50 - de la découverte des nécessités de l"analyse du travail préalable à tout diagnostic jusqu"à sa subordination délétère à une psychotecnique de la sélection. Avec Jean-Maurice Lahy dont le rôle est rappelé dans plusieurs des texte publiés ici, Suzanne Pacaud a sans doute été une des principales protagonistes de ce cycle dont elle symbolise bien les contradictions. Elle participe d"une époque où l"approche du travail par l"observation et la mesure *in situ* s"inscrit dans un champ plus vaste de contacts avec l"expérience ouvrière (Clot,2002 :21-22).

investigação, a fim de saberem como o trabalhador exercia sua atividade de trabalho. Para isso, foram desenvolver suas pesquisas integrando-se ao coletivo de trabalho.

> Para estudar os *aiguilleurs* (trabalhador responsável pelo controle das mudanças de via férrea), (eles notam, por exemplo), „nós devemos aprender – o máximo possível – o *mètier* do *aiguiller*, não somente do ponto de vista da sucessão de gestos, mas, sobretudo, do ponto de vista das atitudes mentais que comandam esse trabalho (Lahy, 1933 *apud* Clot, 2002: 22). (tradução nossa)[33]

Contudo, nessa época, o trabalho do psicólogo estava centrado nas causas endógenas sobre a psicotécnica do trabalho. Existia uma idéia de racionalização do trabalho. A psicotécnica era uma ação que tinha por objetivo colocar ordem no trabalho, instalar a razão no trabalho. Evidenciava-se uma recusa a observar os mal-entendidos, as emoções, as paixões e os *deficits* presentes nos trabalhos. Privilegiava-se o dizer do *expert,* porque só ele poderia dizer o verdadeiro e propor o justo. Esse programa tinha um cunho positivista, que se aproximava muito do discurso *taylorista*[34]. A ciência era vista como princípio da organização social e tinha como norte a sua regulamentação. Imperava o catecismo positivista de Auguste Comte. A ação era vista como conhecimento. Era necessário saber para prever e, finalmente, agir. Para Taylor, o trabalho não era fonte do saber e, sim, um terreno de aplicação do saber. Para ele, o saber era exterior ao trabalho. Nessa perspectiva, o pensamento não devia existir dentro do trabalho.

A psicotécnica enfrentou muitas dificuldades para romper com esse pensamento positivista. A partir dos anos 60, transforma-se em um meio de medir o trabalho e a atitude, perdendo a característica de análise de trabalho e passando a assumir uma característica individual e pessoal. Em virtude desse contra-senso, em 1954, Pacaud formula o seguinte diagnóstico: "a psicotécnica está morta".

> Assistimos hoje precisamente a esse fato inquietante que a progressão, extremamente rápida das aplicações psicotécnicas, conduz ao abandono de alguns psicotécnicos da análise do trabalho. [...] A maior parte dos aplicadores se libertam delas, trazendo,

[33] Pour étudier les aiguillers, [noten-t-ils par exemple], nous avons dû apprendre – autant que possible – le mètier d"aiguilleur, non seulement au point de vue de la succession des gestes, mais surtout au point de vue des attitudes mentales que commande de travail (Lahy, 1933 *apud* Clot, 2002 :22).

[34] Taylor, engenheiro que no início do Século XX contribuiu para uma organização do trabalho centrada em um pensamento positivista, deu origem ao termo *taylorismo*.

> assim, prejuízo ao enriquecimento dos conhecimentos no domínio da psicologia do trabalho tanto quanto à eficácia das técnicas psicológicas para a indústria que as utiliza (Pacaud, 1954 *apud* Clot 2002:22). [35]

Seu prognóstico vai ainda mais longe: "*Se a experimentação em psicologia aplicada não pode ultrapassar a etapa do „teste" automático, ela assinará o seu fim, por não continuar a evoluir"* (Pacaud, 1954: 693 *apud* Clot, 2002:22).[36]

Com o objetivo de aprofundar seu conhecimento sobre a experiência operária, Pacaud foi aprender o ofício de telefonista e de agente de estação, aplicando a "auto-observação e a introspecção". Ela acreditava que dessa forma poderia procurar as causas de seus próprios erros, como psicóloga, e, ainda, poderia proceder a inúmeros redirecionamentos resultantes da auto-observação, conhecendo, assim, a fundo, a atividade realizada. Pacaud e Lahy partilhavam da convicção de que a análise dos meios de trabalho é longa e difícil e se opunham à tendência de a psicotécnica tornar-se uma prática de aplicação de um conjunto de receitas muito simples e fáceis na direção de propor o ajustamento das pessoas ao trabalho.

Embora reconhecendo como surpreendentemente modernas as observações de Lahy e Pacaud, Clot (2002) assinala que havia alguns problemas na psicotécnica adotada por Lahy, porque a prática parecia se preocupar somente com a sua coerência interna. Existia uma profilaxia social, que era compartilhada com outros psicotécnicos, de que os esforços dos cientistas deveriam garantir uma era de organização racional do trabalho. Seus conhecimentos deveriam ser empregados para selecionar os trabalhadores a partir do princípio de que é de interesse da sociedade que cada um esteja em seu lugar, "em seu verdadeiro lugar". Dessa forma, surgiram programas de ensino cuja meta era advertir as crianças sobre as profissões para as quais seriam mais aptas, diminuindo, por meio dessa profilaxia profissional, o número de sujeitos mal adaptados ao trabalho.

---

[35] Nous assistons aujourd'hui précisément à ce fait inquietant que l'extension extrêmement rapide des applications psychotechniques aboutit à l'abandon par certains „psychotechniciens" de l'analyse du travail. [...] La plupart des applicateurs s'en affranchissent, en portant ainsi préjudice aussi bien à l'enrichissement des connaissances dans le domaine de la psychologie du travai qu'à l'efficacité des techniques psychologiques, pour l'industrie qui les utilise (Paucaud, 1954 :693 *apud* Clot, 2002 :22).

[36] Si l'expérimentation em psychologie appliquée ne peut dépasser l'étape de „testation" automatique, elle signera l'arrêt de sa fin, par l'arrêt de son évolution (Pacaud, 1954 : 693 *apud* Clot : 2002 : 22).

Entretanto, Clot (2002) reconhece que, apesar da direção racional que deu ao trabalho, a psicotécnica continuou a agir para refazer seu direcionamento. Graças aos ensinamentos de Pacaud, fundamentados num estilo de análise do trabalho francófono, por volta dos anos 50 e, sobretudo, a partir dos anos 60, a tradição francesa de análise do trabalho reviveu e refez a sua história.

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, os estudos iniciais da Psicologia do Trabalho deixam-nos uma grande contribuição, que foi confirmada até os dias atuais: para compreender a atividade de trabalho não basta estudar as suas regras, é necessário que o pesquisador se desloque para a situação de trabalho e presencie junto com os sujeitos investigados como acontece na prática o que está previsto pelos prescritos. Essa experiência foi confirmada pela ergonomia situada, pelos estudos ergológicos e pela Equipe da Clínica da Atividade.

A ergonomia situada, para se diferenciar da outra acepção ergonômica, nasce preocupada com o estudo da ação em situação. A Psicologia passa[37] a se preocupar com a questão da cognição do trabalho, a Ergonomia francófona vai se preocupar com a tarefa (trabalho prescrito) e o trabalho realizado e, ainda, com a psicopatologia que introduz a questão da subjetividade no trabalho.

A seguir, apresentaremos como surge a Ergonomia de orientação francesa a partir da Psicologia do Trabalho.

[37] Segundo Karnas (2004), a „psicologia do trabalho" é geralmente definida como a „aplicação da psicologia ao domínio do trabalho". Tal definição é muito trivial. Se ela se refere a obras que tratam da psicologia do trabalho, somos surpreendidos pela diversidade de aproximações que descobrimos dentro desse campo. Essa diversidade é expressa pelo uso de diferentes expressões para falar de „psicologia do trabalho". São expressões como: „psicologia industrial", „psicotécnica", „psicologia das empresas", „psicologia cognitiva do trabalho", „psicologia ergonômica", „psicologia do trabalho e das organizações", para não citar outras que recorrem a campos de intervenção que participam da psicologia do trabalho. Elas correspondem a opções particulares em matéria de finalidade, de objetos de pesquisa e de intervenção (Karnas, 2004:05).(tradução nossa)

2.2. As contribuições da Ergonomia

A Ergonomia possui duas vertentes. A primeira ergonomia surge na Grã-Bretanha, em 1947, como resultado de pesquisa desenvolvida a serviço da Defesa Nacional Britânica, por uma equipe interdisciplinar, com o intuito de atenuar os esforços humanos em situações extremadas. A segunda aparece na França, conformada ao quadro da Psicologia do Trabalho. Essa ergonomia de orientação francesa, também conhecida como Ergonomia situada ou Ergonomia da atividade, desenvolveu-se visando à adaptação do trabalho ao homem.

A Ergonomia situada recebeu importantes contribuições do pesquisador Alain Wisner, precursor da Ergonomia da atividade de orientação francesa, que investigou como o ruído provocava a surdez dos condutores de trem e propôs em seu trabalho uma nova forma de examinar a audição desses trabalhadores qualificados que lhes permitisse continuarem exercendo a profissão de condutores. É importante destacar também o trabalho de Louis Le Guillant (1956), que estudava a nevrose (neurose) das telefonistas.

A pesquisadora Suzanne Pacaud, que se interessava pela análise do trabalho, publicou várias pesquisas sobre a análise do trabalho e sobre a observação participante, analisando e categorizando as dificuldades das telefonistas da época. Segundo Wisner (2002), Pacaud, juntamente com Ombredane, Favege e Leplat, é fundadora do movimento francófono da análise ergonômica do trabalho.

Em 1936, Henri Laugier cria no CNAM o INETOP – *Institut National d''orientation Professionnelle* e a revista *Le Travail Humain*. O INETOP, desde sua criação, é um lugar onde se estuda o homem no trabalho e a criança na escola.

Além da França, outros países mantinham movimentos de intuição ergonômica. Para exemplificar, mencionamos A. T. Welford (psicólogo), W. F. Floyd (fisiologista) e Hywell Murriel (engenheiro), pesquisadores do laboratório *Ergonomics Research Society* – ERS, que, desde sua criação, em 1950, adotava abordagens pluridisciplinares, interessando-se por problemas sociais, como a fadiga industrial e, sobretudo, por fatores humanos na concepção dos equipamentos. Dois livros foram publicados sobre esse tema: inicialmente, o *Human Factors Society* (HFS), que foi transformado depois em *Human Factors and Ergonomics Society* (HFES). Seus estudos estavam direcionados para uma ciência que possuía como

objetivo investigar o homem nos esforços de guerra, como foi dito acima. No início, a idéia de trabalhar em equipe nasceu de pressões militares e não de maneira espontânea. Os especialistas universitários, provenientes de disciplinas variadas, aceitaram trabalhar em conjunto. Nos Estados Unidos, contudo, a multidisciplinariedade foi tardia e desenvolvida em laboratório.

Na França, as pesquisas sobre o homem em situação de trabalho ganharam força. Em um programa sobre a Ergonomia, três colóquios foram apresentados, abordando os temas: o calor no trabalho (1960), os transportes (1961) e os prédios industriais (1963). Segundo Wisner, esse programa de pesquisas, sob o domínio da ergonomia, foi circunscrito a um programa experimental em fisiologia, em biomecânica e em psicologia. Com a publicação dessas pesquisas, Wisner introduziu uma modificação significativa: "trata-se de experimentações situadas" (Wisner, 2002: 147). O autor se interessou pelas reflexões sobre o estado funcional das pessoas, que é complexo e variável. Estudou o trabalho da mulher (1967), o envelhecimento (1973), os deficientes (1976), o trabalho do carteiro (1976) e a importância de se acrescentarem aos estudos da patologia a fadiga (1971) e o sofrimento (1981).

Wisner acrescentou que a parte mais nova desse programa era o estudo da cognição na atividade de trabalho, que o conduziu a participar das diversas etapas de reflexão sobre a Psicologia do Trabalho em situação e a confirmar a diferença entre trabalho prescrito e trabalho real, já assinalada por Ombredane. Suas pesquisas demonstram uma grande preocupação com os aspectos sociais da Ergonomia e um interesse essencial nas transformações concretas da situação de trabalho, que não devem ser concebidas como soluções.

Segundo França (2002), a abordagem ergonômica do trabalho constitui-se como método essencial de transformação das questões referentes ao trabalho. Os pesquisadores buscam reunir diferentes elementos que permitirão descrever a alternância de fases de constituição e de resolução de problemas.

O pesquisador de situação de trabalho segue as seguintes fases: analisam a demanda; fazem um estudo preliminar; escolhem as situações-chave; realizam uma análise global das atividades; procuram pré-diagnosticar as situações estudadas; constroem um diagnóstico

ergonômico e finalizam com a restituição e validação dos diagnósticos encontrados. A partir desse diagnóstico, elaboram um caderno de encargos.

As fases descritas anteriormente, que constituem um método de análise ergonômica do trabalho, podem se diferenciar a cada situação, uma vez que essas diferenças possuem natureza própria em cada fase, ligando-se a razões que envolvem um grau de complexidade e a dimensão do trabalho sob estudo.

A abordagem ergonômica considera que a ação é, simultaneamente, uma resposta às prescrições e uma questão a elas endereçada. Portanto, a ação do trabalhador consiste não apenas em operacionalizar as prescrições, mas também em colocá-las à prova e delas reapropriar-se para sua experiência pessoal.

Entretanto, podemos observar na prática processual, que existe uma crença de que o prescrito (a lei) é rígido e todos devem segui-lo. *Dura lex sed lex*. A lei é dura, mas é a lei. Essa máxima do Direito materializa uma concepção do senso comum em relação ao prescrito. A lei deve ser seguida sem questionamentos. Apesar da circulação desse sentido de rigidez em relação ao prescrito, percebemos que na prática, muitas vezes, essa "verdade" se demonstra relativa. O profissional do Direito está sempre lidando com a dicotomia prescrito / realizado e com o real da atividade.

Nessa pesquisa, iremos abordar como se processa a atividade do Defensor Público frente à rigidez do prescrito e como esse profissional lida com essa crença.

A seguir, apresentaremos as contribuições da Ergologia, disciplina que surge a partir dos estudos da Ergonomia.

2.3. As contribuições da Ergologia

A disciplina ergológica estuda o trabalho em sua variabilidade, suas regulações, suas renormalizações, seu debate de normas, suas histórias. Essa disciplina se preocupa, ainda, com uso que o protagonista do trabalho faz de seu corpo e de si mesmo (Schwartz, 1997). Para atuar em situação de trabalho, o pesquisador deve centrar sua atenção no que existe de

singular, procurando gerar conceitos que levem em conta a história compartilhada pelos protagonistas em situação de trabalho.

A abordagem ergológica foi desenvolvida por Schwartz e partilhada com a equipe APST[38] (*Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail*). Essa abordagem está centrada em cinco propriedades consideradas como constitutivas: (a) uma disciplina, (b) um espaço epistemológico, (c) um pensamento de historicidade, (d) uma ética e uma política, (e) uma combinação de diferentes sinergias e produção de saberes (Sant‟Anna, 2000:9-10).

(a) Dentro da concepção de disciplina ela deve ser pensada como um **processo** de investigação que se opõe às formas clássicas de pesquisa que buscam estandardizar, ou seja, criar fórmulas, modelos para suas condições de exercício e de expressão. O que importa verdadeiramente no enfoque ergológico é compreender o momento singular de um debate indefinidamente renovado entre as normas antecedentes e as tentativas de renormalização.

(b) Dentro da concepção epistemológica**,** essa disciplina deve ser considerada como um lugar de análise do processo – que **relaciona** meio de vida e de trabalho – numa situação que causa um "desconforto intelectual". Em outras palavras, a situação de trabalho a ser analisada deverá ser direcionada para uma recriação da atividade; com isso, configura-se um espaço que provoca as reconsiderações e as reformulações dos conceitos.

(c) Considerada como parte constituinte de um pensamento voltado para a questão da historicidade o processo ergológico se depara com uma **dinâmica histórica**, obrigando a incorporação de conceitos diversos que contemplem um repensar, tanto em relação à prática do pesquisador, quanto à do(s) trabalhador (es) observado(s).

(d) Essa disciplina pode ser considerada, ainda, como uma ética, uma política, uma vez que todo processo ergológico enfoca os "usos-de-si", isto é, as particularidades subjetivas de cada trabalhador na realização de uma atividade e o "uso" deste indivíduo por outros, que de algum modo participam da atividade. Assim, devem-se observar os **valores**, no trabalho, a partir das transformações executadas efetivamente ocorridas.

[38] O grupo APST iniciou suas atividades nos anos 80, a partir da união do filósofo Yves Schwartz, do lingüista Daniel Faïta e do sociólogo Bernard Vuillon. Quinze anos depois das primeiras atividades, o grupo APST, que fazia parte do Departamento de Filosofia, passa a constituir um departamento autônomo, oficializado em setembro de 1998: o Departamento de Ergologia-APST (Sant‟Anna,2000:08).

(e) Como combinação de diferentes sinergias e produção de saberes, o processo ergológico está respaldado em uma relação recíproca entre os "saberes acadêmicos" (do analista do trabalho) e os "saberes em ação" (dos trabalhadores). Essa relação convoca a um redimensionamento da própria ação de pesquisa, uma vez que se passa a criar hipóteses, a observar **tendências** estimuladas por reformulações e reapreciações de questões instauradas.

As cinco propriedades do enfoque ergológico, sinalizadas como "processo", "relação", "dinâmica histórica", "valores" e "tendências" é um arcabouço de reflexão de grande valia para se analisar o trabalho, segundo Di Fanti (2004), possibilitando a depreensão do rigor científico da reflexão que prima em valorizar as singularidades e, com isso, preservar a dimensão de "incompletude" do enfoque.

Nesta pesquisa, a preocupação com o enfoque ergológico ajudou-nos a compreender a complexidade do trabalho em um discurso que se apresenta contraditório. A atividade de trabalho se revela como sofrimento e, ao mesmo tempo, prazerosa. A compreensão dessa complexidade, que denominamos *autoconhecimento: uma entidade obscura ou corpo-si*, é materializada nas práticas discursivas constituídas em condição sócio-histórica de produção discursiva. Isso revela o real estigmatizado da atividade do nosso protagonista do trabalho.

2.4. As contribuições da Clínica da Atividade

A seguir iremos apresentar como a proposta de trabalho da Equipe da Clínica da Atividade (doravante ECA) e o método utilizado pelos pesquisadores dessa equipe na situação de trabalho ajudaram-nos a desenvolver a nossa pesquisa.

A ECA[39] do *Conservatoire Nacional des Arts et Métiers* (CNAM), idealizada e dirigida por Yves Clot, tem como centro de suas preocupações analisar as relações entre atividade e subjetividade na situação de trabalho. A Clínica da Atividade é um meio de atuar em situação de trabalho, é uma corrente da Clínica do Trabalho situada na interseção da ergonomia francófona e da psicopatologia do trabalho, tento como suporte teórico Vygotski e Bakhtin (Lhuilier, 2006:52). O mundo do trabalho é mais um conjunto de provas dentro de um

[39] [...] a noção de equipe torna-se cada vez mais uma entidade funcional necessária e valorizada nos organogramas, o que nos ajuda a entender melhor por que a eficiência emerge cada vez mais como um produto coletivo (Schwartz, 1997: 131).

sistema de restrições com o qual, continuamente, o sujeito se depara. *O sujeito existe, se somente se, existir o poder do indivíduo de se desprender do que suas atividades sociais representam para ele e para os outros*[40]. A atividade do sujeito não é somente direcionada ao seu objeto, mas também às atividades dos outros sobre esse mesmo objeto. Dentro dessa perspectiva, Clot trata da "polifonia da intenção", contestando assim, uma visão amorfa do social. O autor atesta que ele vê a *Clínica da Atividade como uma maneira de devolver novamente uma vida defensável no meio de trabalho quando uma demanda se manifesta nesse meio* (Clot, 2002)[41]. A ECA preocupa-se em atuar na situação de trabalho junto aos sujeitos investigados, desenvolvendo junto ao coletivo de trabalho a análise do trabalho. Os pesquisadores em Clínica da Atividade, quando solicitados, normalmente a partir de um pedido de uma instituição (comanda), antes de iniciar uma intervenção clínica, procuram criar, na situação de trabalho a ser investigada, uma confiança mútua que conduz a uma aproximação entre o pesquisador e seus sujeitos investigados. Essa confiança deve ser capaz de transformar a comanda inicial em demanda. Para investigar a situação do trabalho, a ECA desenvolveu um método, que é visto atualmente como gênero da análise do trabalho. Trata-se do método da autoconfrontação que existe na modalidade simples ou cruzada.

A ECA, dentro da tradição de pesquisa em análise do trabalho, caracteriza-se por sua dupla inscrição: de um lado, no mundo profissional e, de outro, na comunidade científica. Seu objetivo é o de uma pesquisa fundada sobre o terreno. Seu objeto ressalta a ação sobre o trabalho em cooperação com aqueles que trabalham e implica reunir duas condições, como foi dito acima, primeiramente, aproximar e criar confiança entre os trabalhadores da indústria e/ou prestadores de serviço capaz de gerar uma demanda desses no meio onde haverá a atuação do pesquisador, ou seja, nas situações reais que necessitam ser modificadas, em seguida, criar condições para uma inscrição durável de intervenção dentro de uma problemática de pesquisa que seja capaz de proporcionar o desenvolvimento em um meio organizado cientificamente. Essa contradição assumida entre conhecimento e ação procura privilegiar dispositivos originais de pesquisa em Psicologia do Trabalho, que se organizam,

[40] Le sujet existe si et seulement si, en quelque façon, existe le pouvoir de l'individu de se déprendre de ce que ses activités sociales représentent pour lui et pour les autres (Clot, 2002).

[41] Je regarde la clinique de l'activité comme un moyen de rendre à nouveau la vie défendable en milieu de travail lorsqu'une demande s'y manifeste (Clot, 2002).

tendo como foco três preocupações relacionadas a quatro campos já instalados, que privilegiam, por sua vez, quatro temáticas em curso de desenvolvimento. Descreveremos a seguir, a organização desses trabalhos.

A primeira preocupação está ligada às *incidências psicológicas das transformações que se relacionam com a concepção atual das situações de trabalho*. No ensejo de mudanças econômicas, sociais e tecnológicas.

A segunda preocupação está direcionada para *a formação e a transmissão da experiência profissional*.

A terceira preocupação está voltada para a *saúde física e psíquica do meio profissional* centra-se na análise das incidências psicopatológicas das condições contemporâneas do trabalho

Essas três preocupações citadas anteriormente são investigadas dentro de quatro campos de estudos já instalados.

O primeiro campo de estudo analisa a *função psicológica dos coletivos profissionais na transformação do trabalho.* Pode-se aqui apresentar uma série de resultados orientados por uma hipótese: o coletivo não é somente uma coleção de indivíduos reunidos pela divisão de tarefas, mas a história de um meio, que regula e desregula a ação individual. Essa história pode ser concebida como uma memória para predizer o curso dos acontecimentos na situação de trabalho.

Essa memória coletiva retém os esperados e se prepara para os inesperados de uma situação. Sobre a base de trabalhos desenvolvidos em diferentes setores do mundo do trabalho, a ECA concebe a memória coletiva como "gênero profissional". A memória coletiva pode ser apresentada como uma espécie de pré-fabricado, de "*mise en acts*" e de "*mise en mot*" pronto para servir. Vista dessa forma, é uma memória que prefigura a ação. Essa memória pode ser definida como um gênero da atividade que possui condições iniciais da atividade em curso, em outras palavras, ela representa uma prévia da ação. É um resumo proto-psicológico disponível para a atividade em curso. É concebida como dados para recriar dentro da ação. Essas "invariantes" da ação têm uma história, porque são, às vezes, restrições e, às vezes, recursos. Elas estão disponíveis, mas os profissionais devem poder dispor delas

para agir de acordo com a necessidade, podendo, até mesmo, "aperfeiçoá-las". Elas possuem a característica de um premeditado social em movimento que não resulta somente daquilo que é oficialmente aceito. Os estudos desenvolvidos pela ECA têm mostrado que existem tipos relativamente estáveis de atividades socialmente organizadas em um meio profissional, por meio dos quais o mundo da atividade pessoal se realiza, materializa-se em formas sociais que não devem ser consideradas fortuitas.

A existência desses gêneros define, não somente o modo como os membros do coletivo devem se comportar nas relações sociais, mas também os modos de trabalhar aceitáveis, que são mal conduzidos nas organizações contemporâneas. Atualmente, o trabalho de organização do coletivo só é possível quando o tempo se encarrega de produzi-lo, dificilmente pode-se encontrar um trabalho de organização do coletivo, encorajado e levado em consideração por meio da exigência na realização das tarefas. O exercício do *métier* se mostra, consideravelmente, complicado, impossível de ser compreendido de acordo com as regras da vida comum para trabalhar e mesmo sobre as "maneiras de fazer" partilhadas. O único recurso, normalmente partilhado, é o uso patogênico e necrosado das ideologias defensivas do *métier* descritas em psicopatologia e psicodinâmica do trabalho. Esse ponto é, sem dúvida, decisivo para a mobilização psicológica do trabalho, pois os gêneros, momentaneamente estabilizados, são um meio de saber se reencontrar e de saber como agir no mundo. São recursos para evitar errar sozinho. Marcam um pertencimento a um grupo e orientam a ação, oferecendo fora dela uma forma social que a representa, a precede, a prefigura e a significa. Designam os modos de fazer, de ver e de agir sobre o mundo considerados como justos em um grupo de pares ou em um momento dado. É um sistema flexível de variantes normativas e de descrições comportando vários cenários e um jogo de indeterminação que nos diz como funcionam aqueles com os quais a ECA trabalha, como agir ou se abster de agir nas situações precisas, como conduzir bem as transações *inter-pessoais* exigidas pela comunidade, organizadas a fim de conseguir atravessar as provas do real.

A idéia de dividir formas de vida em comum, reguladas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias, em um meio profissional, quando abandonada produz conseqüências, pois o real não desaparece. As disparidades entre variantes que se afrontam são, aliás, freqüentemente, o melhor sinal do que se procura estabilizar em um gênero para se medir esse

real de trabalho. A renúncia ao gênero, por todas as razões que se possa imaginar, é sempre um início de uma desregulamentação da ação individual. A proposta é a utilização dessa aproximação para compreender os acidentes e as transgressões arriscadas no meio profissional, pois o gênero, mesmo subentendido, possui uma função psicológica insubstituível de proteção. Então, chega-se à conclusão de que é dentro daquilo que é essencialmente *transpessoal*, no sentido de que ninguém é proprietário, que o gênero profissional exerce uma função psicológica na atividade de cada um, tendo em vista que ele organiza os lugares e as obrigações, definindo essas atividades independentemente das propriedades subjetivas dos indivíduos que os preenchem em momento particular. Ele regula não só as relações intersubjetivas, mas as relações, *interprofissionais*, fixando os lugares como instrumento de ação. Esse problema pode apresentar conseqüências práticas maiores, por isso é uma fonte de investigação científica fundamental no campo das ligações entre vida subjetiva e vida social.

O segundo campo de investigação apresenta *os modelos teóricos da atividade em situação real.* Os modelos teóricos da atividade em situação real permitem conduzir as análises do trabalho de maneira empírica.

Em matéria de teoria da atividade, a Ergonomia francófona apresenta simultaneamente grandes aquisições e sérios limites, que são empregados com o objetivo de provocar uma mudança. Em sentido amplo, é sempre em relação à tarefa do operador que a aproximação ergonômica está situada. Segundo definição clássica: a atividade é a maneira como um trabalhador atinge os objetivos que lhe foram fixados. Nessa perspectiva, podemos distinguir as duas concepções da tarefa e da atividade como a de QUE e a de COMO. O que há para fazer e, como os trabalhadores, que conhecem a tarefa, realmente a fazem? Essa é a fórmula tradicional da questão ergonômica que distingue o trabalho real e o trabalho prescrito. De um lado, as exigências da tarefa, do outro, as conseqüências operacionais colocadas realmente em funcionamento.

Para a Psicologia Ergonômica, que se distingue da Ergonomia por sua orientação estritamente cognitiva, a tarefa é o que está para ser feito, a atividade é o que se faz. A atividade se define pelas operações manuais e intelectuais realmente colocadas em jogo a cada instante pelo agente para atingir seus objetivos, não somente os prescritos, mas contribuindo

para modular as restrições do contexto. A tarefa efetiva ou a atividade são então definidas pela intenção presente do agente, protegidas contra as outras intenções competitivas.

É necessário dizer que, vista assim, a atividade de trabalho não oferece nenhum espaço para a expressão da subjetividade. Os ergonomistas reivindicam freqüentemente os limites de seu campo de investigação, mas essas questões são seguramente reconhecidas por eles como preocupações legítimas e realmente incontornáveis, visto que em Ergonomia, diferentemente da Psicologia Ergonômica - a saúde dos trabalhadores é sempre vislumbrada. Muito presente na prática, contudo não é o objeto de elaborações teóricas. Então, pode-se compreender a divisão que se instalou na análise do trabalho. Os problemas do sentido tornaram-se preocupação da psicopatologia do trabalho.

Certamente, se se aceita essa definição tradicional da atividade, é legítimo afirmar que a atividade e a subjetividade se encontram "afetadas" em disciplinas diferentes. Contudo, isso não se impõe como uma verdade. O trabalho desenvolvido pela ECA encontra nesse problema seu ponto de partida. Pode-se mostrar, com efeito, que outra concepção da atividade de trabalho permitia rever a questão. Isso foi o que conduziu a ECA a propor em termos de Clínica da Atividade, uma renovação teórica e metodológica, visando repatriar as questões do sentido no interior da "atividade realizada" e do "real da atividade". Com efeito, a atividade, como mostram os resultados de pesquisas disponíveis, longe de poder ser vista somente como o resultado presente do operador, protegida contra as outras intenções competitivas, é freqüentemente uma luta entre várias ações possíveis ou impossíveis, mas de todo modo, rivais.Um conflito real que a atividade realizada não resolve completamente. O afrontamento das intenções é o princípio do desenvolvimento da atividade e freqüentemente do "*mise en soufrance"* desse desenvolvimento então "encarcerado" nas atividades impedidas e, freqüentemente, reconhecidas em psicopatologia do trabalho. A formação e a proteção de suas intenções pelo trabalhador é uma atividade inteiramente à parte, cuja saída nunca é garantia de avanço.

Para tirar as conseqüências de seus resultados empíricos, é necessário dar um passo suplementar na análise do trabalho. Uma tradição não continua viva se não se desenvolver. O real da atividade é também o que não se faz, o que se procura fazer sem conseguir – o drama dos fracassos – o que se queria ou poderia fazer, o que se pensa poder fazer em outro lugar. É

necessário acrescentar – um paradoxo freqüente – aquilo que se faz para não fazer o que está por fazer. Fazer é, freqüentemente, e em todo momento, refazer ou desfazer. A atividade possui, então, um volume, somente uma aproximação operatória ou cognitiva da ação, priva o trabalhador de seus conflitos vitais. Ora, a existência dos sujeitos em situação de trabalho é tecida nesses conflitos vitais que eles procuram para se desprender, para inverter em intenções mentais. A atividade é uma prova subjetiva, em que se mede a si mesmo e aos outros para se ter uma oportunidade de conseguir realizar aquilo que está por fazer. As atividades suspensas, contrariadas ou impedidas, até mesmo as contra-atividades devem ser admitidas na análise. A atividade retirada, oculta ou refeita, não está ausente apesar de tudo. Ela pesa muito na atividade presente. Não se pode recusar na atividade real a atividade não realizada. Ela forma também o real da atividade.

É necessário então, repatriar o impossível e o possível no real. Em matéria de atividade de trabalho e do ponto de vista do sujeito, o realizado não tem o monopólio do real. É a partir desse consenso que uma transformação e um desenvolvimento são projetados e teoricamente pensados nos trabalhos desenvolvidos pela ECA.

O terceiro campo de investigação se dedica *às ligações entre cognição, corpo e subjetividade.* Dentro desse campo de investigação, os trabalhos da ECA apresentam resultados obtidos tanto do lado da Neuropsicologia (Berthoz), quanto da Psicologia Cultural (Bruner e Norman). Uma linha de pesquisa já bem instalada nos Estados Unidos, mas recentemente desenvolvida na França.

Dentro do quarto campo de investigação*, a metodologia e os métodos que trabalham com o lugar da linguagem* são pontos de destaque. Para a ECA, é necessário inicialmente distinguir metodologia de método. Essa distinção parte da ação. Freqüentemente, em análise do trabalho, a intervenção desemboca em preconizações de mudança na situação ou na organização do trabalho feitas pelo interveniente sob a orientação daqueles que decidem. A análise do trabalho e a experiência do interveniente servem então para preparar essas preconizações. No campo da clínica do trabalho, a intervenção pode mesmo visar a sistematizar um testemunho trazido do terreno para a destinação dos mesmos que possuem poder de decisão. Conhecem-se, nesse momento, as vantagens e os limites dessa aproximação problemática. Ela permite fazer "reconstruir" o ponto de vista do trabalho dentro da

organização, a fim de tentar reaproximar esta organização do real da atividade. Ela permite também, quando for necessário, regular o erro que passa a existir sobre condições e sobre uma organização do trabalho nocivo para a saúde e para a eficácia. Contudo, os limites dessa aproximação, em matéria de transformações efetivas se tornam cada vez mais nítidos, e, sem dúvida, a experiência italiana de J. Odonne nos anos 70 permitiu à ECA melhor identificá-los.

Assim, esse é o ponto de partida da ECA. Odonne teve o mérito de medir com os sujeitos investigados o impasse da simples denúncia das condições de trabalho inaceitáveis. Ele investigou a ação ao lado daqueles que a vivem e se apóia sobre uma hipótese: é no reconhecimento dos recursos insuspeitos que os trabalhadores podem represar, proteger e, mesmo, promover sua saúde. Odonne procura meios de assessorar os coletivos de trabalho em sua tentativa de manter e aumentar seu poder de ação sobre o trabalho. Trata-se de fazer conforme a Psicologia do Trabalho, consagrando todos os esforços para perseguir o único objetivo: desenvolver o poder de ação dos coletivos de trabalhadores em seu meio de trabalho real e sobre eles mesmos.

A tarefa consiste então em inventar ou reinventar os instrumentos dessa ação, não protestando de início contra as restrições, mas por meios concretos. O centro de gravidade de investigação psicológica no trabalho se desloca. Ele passa do diagnóstico para a invenção de um quadro e de um dispositivo em que aqueles que estão concernidos possam começar a pensar coletivamente o trabalho para tentar organizá-lo. Ele torna-se o instrumento psicológico – no sentido *vygotiskiniano* – da mobilização subjetiva direcionada para o recuo do risco profissional. Com a iniciativa que parte do meio profissional, os trabalhadores apostam sobre os seus próprios desenvolvimentos. A análise do trabalho não é mais a fonte da ação, mas um recurso para sustentar uma experiência coletiva de modificação do trabalho por aqueles que o fazem. O estatuto da observação e da interpretação se encontra afetado. O que interessa para a ECA é o desenvolvimento da consciência coletiva e da individual. É o processo pelo qual, graças a uma experiência vivida, muda-se de estatuto, modificando-se ou até mesmo fracassando, eles são levados por meio desse processo a vislumbrar a possibilidade de viver outra experiência de trabalho. Como o vivido pode possibilitar ao trabalhador uma maneira de viver outra coisa? Nessa perspectiva metodológica, o que menos conta na observação da experiência vivida é a simples observação. O que importa é a diferença entre

observações. A primeira observação conta menos que a segunda, tendo em vista que esta toma a primeira como seu objeto. O que é realmente importante é conseguir levar o(s) sujeito(s) "observado(s)" em seu trabalho pelo pesquisador a tornarem-se os observadores de sua própria atividade. Dentro dessa inversão, e, somente no curso dessa inversão, que a experiência vivida pode tornar-se um meio de viver outras experiências. É assim e, somente assim, que se constrói um desenvolvimento subjetivo da experiência vivida, ou seja, um desenvolvimento da consciência como experiência. Atingir esse objetivo é um dos pontos essenciais da metodologia em Clínica da Atividade.

Criar dispositivos que autorizam esses desenvolvimentos é o centro da preocupação científica e das práticas da ECA. O objetivo da Clínica da Atividade, então, não é a observação, mas o desenvolvimento entre os trabalhadores da observação de sua própria atividade, ou seja, provocar uma inversão de papéis entre os protagonistas da observação. Para isso, a observação deve ser precisa e rigorosamente construída para servir de objeto para uma nova construção, uma vez que os detalhes, as minúcias tornam-se completamente decisivos.

Nesse campo de investigação, os problemas específicos de método que podem variar na pesquisa do desenvolvimento da experiência, tornam-se centrais para o desenvolvimento, que é o princípio da metodologia descrita acima. Depois das contribuições de Odonne, o método de "instrução ao sósia", retrabalhado pela Clínica da Atividade, serve hoje para trabalhar sistematicamente sobre a elaboração da experiência. É a mesma metodologia que serve de recurso para o método da autoconfrontação cruzada que foi desenvolvido pela ECA. Essas metodologias procuram desnaturalizar os pontos de vista sobre a atividade, transformando a atividade do outro em recurso para a atividade de cada um. Contrariamente a uma tecnologia do conhecimento da atividade, elas são os instrumentos do desenvolvimento do poder de agir dos "protagonistas do trabalho". Essas metodologias mostram o lado oposto de uma máquina de interpretar, elas mostram que a última palavra nunca é dita. O objetivo não é a interpretação da situação pelo interveniente, mas o desenvolvimento da interpretação da situação entre os interlocutores.

Os resultados nessa matéria são significativos. Entretanto, colocar as técnicas de vídeo das autoconfrontações cruzadas entre operadores, mobilizando os recursos da imagem como

instrumento da análise do trabalho é somente um início. Isso permitiu relacionar a análise do discurso à análise das ações. Contudo, o trabalho pode ser perseguido sobre o estatuto dos protocolos recolhidos na transformação das situações de trabalho. Se se pode pensar nisso, a metodologia e os métodos devem tornar-se um objeto de pesquisa sistemático. Pensando assim, essas metodologias representam um campo de investigação do futuro. O trabalho da ECA sobre o terreno de investigação é especificamente científico. Os esforços atuais da ECA se concentram sobre colocar à prova a experimentação de terreno em autoconfrontação cruzada.

Os resultados das pesquisas encontrados até o presente momento constataram que o comentário dos dados registrados em vídeo do agente em autoconfrontação sobre seu trabalho é endereçado ao Outro. A autoconfrontação clássica em Ergonomia é de fato guiada por um pesquisador, seja ele psicólogo ou ergonomista. A ECA pôde mensurar, por exemplo, até que ponto, o que é uma atividade em si, tendo como ponto de partida aquela atividade na qual o trabalhador descreve sua situação de trabalho para o pesquisador. A prova desse fenômeno pode ser confirmada quando se pratica a autoconfrontação cruzada, ou seja, quando se retoma a análise em comum do mesmo registro em vídeo com outro "*expert*" do meio, um colega de trabalho que possui um mesmo nível de experiência. A mudança de destinatário dentro da análise modifica a análise. A atividade de comentário ou de verbalização depreendida dos dados recolhidos, segundo a qual é acrescentada pelo psicólogo ou pelos pares apresenta um acesso diferente ao real da atividade do sujeito. Ela é reendereçada em cada caso, ela muda de destinatário, tendo em vista que a palavra do sujeito não é somente voltada para seu objeto (a situação visível), mas ao mesmo tempo em direção à atividade daquele que a recolhe. É uma atividade dirigida, na qual a linguagem, longe de ser somente para o sujeito um meio de explicar o que ele faz ou o que ele se vê fazendo, torna-se um meio de levar o outro a pensar, a sentir e a agir segundo sua perspectiva. O pesquisador ou o par, por exemplo, nas seções de autoconfrontação cruzada, não tem as mesmas dúvidas. Não são transmitidos ao sujeito em questão, mesmo pelo silêncio, os mesmos estranhamentos, as mesmas excitações a propósito da atividade observada e comentada. Ora, longe de tratar desses fenômenos como um obstáculo, a ECA se propõe um trunfo metodológico. O pesquisador procura entre o sujeito investigado e o "par *expert*" o que age sobre eles. Observa-se inicialmente que ele não

procura em si mesmo, mas o que existe no agir do outro que possa ajudá-lo. De um modo ou de outro, percebe-se que ele luta contra uma compreensão incompleta de sua atividade por seus interlocutores (o pesquisador e o seu par), ele acredita que exista neles essa incompreensão e procura de alguma forma evitar que ela exista. Ele tem como objetivo se apropriar das mobilizações respectivas de seu trabalho para modificá-las. Assim, ele vê sua própria atividade "com os olhos" de outra atividade. Ele prova, decifra e às vezes desenvolve suas emoções por intermédio das emoções do outro. Sem forçar e sem procurar ele encontra alguma coisa nova nele mesmo que se apresenta nas diferenças entre os dois destinatários capitais. O protagonista do trabalho responde de maneira distinta à mobilização e ao questionamento que lhes são trazidos, seja pelo pesquisador, seja pelo par – quer sejam formulados, quer sejam presumidos – as respostas não se manifestam de uma maneira única. Ele olha a sua atividade "com os olhos" de duas outras atividades que podem ser discordantes. As pesquisas metodológicas e técnicas da ECA utilizam plenamente os recursos dessa discordância. A atividade "salta" de um gênero a outro: do gênero da atividade primeira ordinária ao gênero segundo da atividade cruzada, passando a gênero científico. Essas passagens da atividade de um gênero a outro não são estritamente cronológicas. Então se pode dizer que a atividade, nesse momento, pertence a vários gêneros ao mesmo tempo em que se entrelaçam e se interferem. No momento da análise, a atividade é pluri-genérica. Por refrações sucessivas, ela se "decanta" e se "deposita", contribuindo para reavaliar os gêneros que ela atravessa. Procedendo dessa maneira, ela se "desprende" do gênero onde ela se prende normalmente e se torna visível. Pode-se afirmar que nenhum gênero substitui ou suprime os outros. Cada um retroage sobre os outros: ele os torna mais conscientes, obriga-os a fazer uma avaliação de suas possibilidades e de seus limites para ultrapassar sua "inocência". A análise do trabalho então favorece a elaboração estilística das ações para revitalizar o gênero profissional, instituindo um quadro regulado para a organização de controvérsias profissionais e de "debates de como executar" o *métier*.

Para a ECA, a pesquisa promove o desenvolvimento da atividade frente a seus impedimentos e não somente sobre seu funcionamento. Desse ponto de vista, não é somente compreender para transformar, mas também transformar para compreender. Esse é o sentido das experiências que a ECA organiza. Os resultados são comprovados e, na atualidade,

generalizáveis. Eles constituem a base dos protocolos sobre as quais a ECA conduz novos esforços de análise, apoiando-se sobre os recursos das proposições *bakhtinianas* confrontadas à pragmática da interlocução. O desenvolvimento da atividade é uma história dos deslocamentos do sujeito entre suas próprias atividades e entre uma atividade e outra.

Contudo, esses deslocamentos podem fracassar e, então, o sujeito pode se encontrar "substituído" na situação. Entretanto, incontestavelmente, é ao lado da análise das ligações entre linguagem e trabalho, dentro de uma nova perspectiva, que se pode provar seu desenvolvimento recíproco.

Trabalharemos, em nossos dados, com o conceito de *Atividade dirigida em situação real* que leva em conta o sujeito, o outro (em sua atividade) e o objeto. Para Clot (2006: 95), *a atividade de trabalho é dirigida porque não há atividade sem sujeito*. A proposta em trabalhar com o conceito de *Atividade Dirigida* é levada em consideração em nossa pesquisa porque o trabalho é visto como atividade.

> Ela [a Atividade Dirigida] se realiza dando acabamento ao gênero na ação. Memória social da atividade ao ser apropriada, o gênero, no início objeto de uma assimilação pelo sujeito, é em seguida posto a serviço de sua ação como meio de realizá-la. [...] O gênero é portanto a mediação através da qual o sujeito age sobre o objeto e sobre os outros no fluxo da atividade dirigida em situação (Clot, 2006: 94).

Na terceira parte desta tese, analisaremos como a *Atividade Dirigida* em situação real se processa no trabalho do nosso protagonista.

CAPÍTULO 3

A METODOLOGIA

A necessidade de investigar a situação de trabalho nasce na França, entre os anos 20 e 30, com a psicologia e a medicina (psiquiatria). Desde então, a pesquisa na situação de trabalho fortalece-se, contando com a participação de vários pesquisadores de disciplinas diversas. No Brasil, o interesse pela pesquisa *in loco* dentro da investigação lingüística nasceu nos anos 90.

Atualmente, na Psicologia do Trabalho, a investigação da situação do trabalho parte, normalmente, de uma comanda feita por uma instituição, a partir do qual o pesquisador deve trabalhar para transformá-la em demanda. Inicialmente, na França, a demanda partia do pesquisador. Com os resultados positivos obtidos, a necessidade de investigação da situação de trabalho tem modificado o interesse inicial da pesquisa. Contudo, o pesquisador preocupa-se com a transformação da comanda em demanda, considerando que a participação do coletivo de trabalho na pesquisa é fundamental para que ela seja conduzida com vistas a beneficiar os investigados.

Visando apresentar os procedimentos metodológicos de constituição do material de investigação que servem de reflexão maior para esta pesquisa, passamos a discorrer sobre o método de análise deste trabalho.

3.1. A constituição dos dados

A coleta e a seleção dos nossos dados se desenvolveram em quatro passos. Inicialmente, fizemos uma entrevista com o Defensor Público, para que falasse sobre seu trabalho. Em seguida, juntamente com o Defensor, selecionamos dois processos, que foram levados a júri. Feita a seleção, realizamos um estudo jurídico para compreender a tese que seria defendida, juntamente com todos os prescritos que envolviam a atividade de trabalho. Após a compreensão daquilo que seria debatido em plenário e da observação em situação de

trabalho, gravamos dois expedientes do Tribunal do Júri, dando um destaque especial e completo para a atuação do Defensor Público. Na primeira audiência, nosso protagonista do trabalho apresentou a defesa de um réu acusado do crime de tentativa de homicídio. Na segunda, a ré foi acusada de prática de homicídio qualificado (com oito qualificadoras), de aborto e de corrupção de menor. Nos dois júris, os réus foram condenados por quatro votos contra três. No primeiro, o Juiz fixou a pena de oito meses em regime aberto, no segundo, de vinte e cinco anos em regime fechado pela prática de homicídio qualificado (quatro qualificadoras) e aborto. Quanto ao crime de corrupção de menor, a acusada foi absolvida. Para finalizar, realizamos três sessões de autoconfrontação simples. Passemos agora à explicação de cada um dos passos da coleta e seleção dos dados.

3.2. O método da autoconfrontação

3.2.1. A entrevista

Antes de iniciarmos a pesquisa em situação de trabalho, utilizando a gravação em vídeo, sentimos a necessidade de fazer uma entrevista com o nosso protagonista do trabalho, para situarmos as problemáticas vivenciadas por ele. O nosso primeiro contato foi feito por telefone. Após inúmeros desencontros, marcamos uma entrevista na sede da Defensoria Pública de Montes Claros. Quando chegamos ao local, encontramos uma multidão, que aguardava em fila pelo lado de fora o início do atendimento. Ficamos sabendo, naquele momento, que a instituição estava em greve há dois meses e naquele dia seria o retorno dos defensores ao trabalho e, por isso, muitas pessoas aguardavam o atendimento.

Os atendentes e alguns defensores que retornavam ao trabalho questionaram-nos sobre nossa presença na situação de trabalho. Eles perguntavam entre si quem éramos e o que queríamos ali, pois julgaram-nos jornalistas. Apresentamo-nos, então, e lhes explicamos que estávamos esperando por nosso protagonista do trabalho que iria participar conosco de um trabalho científico. Após duas horas, fomos informados de que a entrevista aconteceria em outro dia.

Posteriormente, ela se realizou na sala de atendimento do Fórum da Comarca de Montes Claros. Havia uma multidão que aguardava a chegada do nosso protagonista do trabalho. Quando ele chegou, muitas pessoas foram ao seu encontro e todos, ao mesmo tempo, faziam

perguntas. Sem responder-lhes, o Defensor Público olhou-nos e disse-lhes que esperassem alguns minutos, pois precisava conversar conosco e que, logo após, iria atender a todos por ordem de chegada. Começamos a entrevista um pouco constrangida diante da situação externa. O Defensor Público estava também nervoso com a situação. Sugerimos, então, que marcássemos a entrevista para outro dia, mas ele não concordou, dizendo, ainda, que aquela situação fazia parte do seu cotidiano de trabalho. Assim, realizamos a entrevista, embora ela tenha sido interrompida quando o Defensor foi intimado para a realização de uma audiência.

3.2.2. A seleção dos processos

Depois de realizada a entrevista, retornamos ao Fórum para pesquisar sobre os processos que seriam levados ao Tribunal do Júri. Constatamos que as audiências aconteceriam nas terças e quintas-feiras. No início de cada mês, a secretaria do Tribunal do Júri publicava a pauta do mês com a lista dos advogados ou defensores que atuariam nos júris naquele período. O nome do nosso protagonista do trabalho não aparecia na pauta, contudo a secretaria nos informou que os júris realizados por nosso protagonista do trabalho estavam agendados na pauta dos Júris com o nome de outro Defensor. Ou seja, formalmente aparecia o nome de um outro Defensor, que era o titular da função pública, todavia, na prática, quem atuava no Júri era o nosso protagonista do trabalho.

Confirmadas as datas, escolhemos dois júris distintos. Tínhamos o propósito de verificar como seria a receptividade dos jurados quando: a) se tratasse de um crime cujo réu estaria solto; b) se tratasse de um réu que estivesse preso. Acreditávamos que o posicionamento discursivo do Defensor Público seria diferenciado em se tratando do primeiro caso e do segundo. O primeiro julgamento referia-se a uma tentativa de homicídio cujo acusado era um homem, e o segundo, um homicídio qualificado cuja acusada era uma mulher. Nesse último caso, a acusada estava presa e aguardava o julgamento. No caso da tentativa de homicídio, o acusado aguardava o julgamento em liberdade.

Foi necessário estudarmos os processos para compreendermos o que havia ocorrido de fato. Verificamos quais provas faziam parte do processo e como o Defensor poderia trabalhar naqueles casos. No caso da tentativa de homicídio, o acusado havia participado em co-autoria

com um grupo de adolescentes da tentativa de morte de outro jovem que participava de outro grupo rival. Mesmo sendo co-partícipe, o acusado foi o único a ser levado a julgamento, pois os demais eram todos menores. Percebemos, após a leitura do processo, que a participação desse réu, de acordo com o depoimento das testemunhas e dos outros envolvidos, foi passiva. Em momento algum, tomou decisões de liderança ou saiu à frente, induzindo os demais à prática do crime. Além disso, segundo os autos, o autor dos disparos não tinha sido o acusado. Nesse processo, a tese defendida estava centrada no princípio da proporção. O acusado deveria ser condenado a uma pena compatível à sua real participação, tendo em vista que nenhum outro membro do grupo poderia ser levado a julgamento por não possuir maioridade penal.

Ao segundo caso, relativo a homicídio doloso qualificado, somavam-se, ainda, outros dois crimes, cuja autoria e culpabilidade o júri deveria decidir: o crime de aborto e o de corrupção de menores. Nesse caso, como a ré havia confessado o crime, encontrava-se presa, aguardando o julgamento. A prática do homicídio havia chocado a sociedade, pois a vítima estava grávida de nove meses e prestes a dar a luz ao seu segundo filho. Tratava-se de um crime passional. O marido da ré tinha uma amante e mantinha os dois relacionamentos, tentando iludir uma e outra. Contudo, a ré descobriu a traição e resolveu praticar o homicídio com a ajuda de uma menor, que foi o pivô da discórdia, pois fora ela quem lhe relatou a traição do marido e a responsável pelo encontro fatídico. Ao chegar ao lugar do encontro, a ré, acompanhada pela menor, desferiu várias facadas na vítima, que faleceu no local e, junto com ela, o filho que estava em seu ventre.

O Defensor Público foi desafiado pelo Juiz e por seus colegas de trabalho para defender a ré, pois havia dificuldades para a construção de uma defesa, devido à gravidade dos crimes. O nosso protagonista aceitou o desafio e começou a estudar o processo e as alternativas de defesa que deveriam centrar-se na desqualificação das circunstâncias qualificadoras, que eram antagônicas e algumas inexistentes. Outro trabalho que deveria ser desenvolvido seria a desqualificação do crime de corrupção de menores, porque, segundo as provas que constavam nos autos, a menor participante do crime não poderia ser considerada corrompida, pois apresentava um comportamento seguro e leviano para receber um tratamento legal de menor corrompida. Segundo o depoimento dos envolvidos, foi a responsável por todas as

informações sobre a traição do marido e amásio, este, da vítima e aquele, da ré. Foi, ainda, segundo os depoimentos, a responsável por convencer a vítima a aceitar o encontro com a ré em local distante de sua casa, previamente estabelecido.

O estudo jurídico dos processos foi necessário, tendo em vista que, se não se compreendesse o processo, não se compreenderia o que seria defendido no plenário do Júri e, ainda, seria complicado realizar as sessões de autoconfrontação.

3.2.3. A gravação

Para refletir sobre como se processa a atividade do Defensor Público no plenário, recorremos a alguns conceitos das ciências do trabalho como: o gênero da atividade, o prescrito, o realizado, o real da atividade e corpo-si. Recorremos também a alguns conceitos da ciência da linguagem, a saber: o gênero do discurso, cenografia discursiva e *ethos*. Para isso, utilizamos em nossa pesquisa o método da autoconfrontação.



Fotografia 3.4 – Início da audiência



Fotografia 3.5 – Audiência em desenvolvimento

Inicialmente realizamos a filmagem em situação de trabalho e, após, utilizamos o método da autoconfrontação simples. Utilizamos três câmeras filmadoras para registrar, em vídeo, a atividade desenvolvida pelo Defensor em situação de trabalho, mostrando os detalhes aparentes dos ditos e dos feitos desse trabalhador.



Fotografia 3.6 – Sessão de autoconfrontação simples

Em seguida, propusemos um encontro com o Defensor para que visse e comentasse o vídeo de si mesmo em atividade. Esse novo encontro também seria registrado em vídeo para uma posterior análise do discurso constituído.

A escolha desse método motivou-nos por ter um caráter de transformar o observado em observador da sua própria atividade e ir além dessa observação, dando um destino a esse diálogo comentado. Trata-se de desenvolver o diálogo pela observação e a observação pelo diálogo. É nesse momento de observação de si mesmo que há um estranhamento, que em nossa pesquisa denominamos de *autoconhecimento: uma entidade obscura, ou corpo-si*[42], o crescimento pessoal daquele trabalhador que é observado e observador em momentos distintos. Acreditamos que, por meio desse método, o trabalhador possui condições de se

[42] O "autoconhecimento" será trabalhado na terceira parte desta tese.

auto-avaliar e adquirir artefatos que transformem em instrumentos[43] psicológicos o seu desenvolvimento na situação de trabalho.

O método da autoconfrontação, conforme informado anteriormente, foi proposto pelo pesquisador Daniel Faïta (1997). Atualmente, foi incorporado e aperfeiçoado nos trabalhos de pesquisa e análise desenvolvidos pela Clínica da Atividade. Para melhor compreender o desenvolvimento desse método e como ele foi utilizado de maneira inovadora em nossa pesquisa, apresentaremos como ele é utilizado pelos pesquisadores da Clínica da Atividade e, em concomitância, como foi utilizado em nossa pesquisa. Não falaremos em primeiro lugar da autoconfrontação simples para após falarmos da autoconfrontação cruzada que acontecem em cronologia, uma seguida da outra. Preferimos refletir, em um primeiro momento, sobre a diferença do real e do realizado, em seguida, sobre como esse dispositivo pode ser considerado gênero de investigação. Ao final, apresentamos as especificidades das autoconfrontações simples e cruzada.

3.2.4. O real e o realizado

A Equipe da Clínica da Atividade, doravante ECA, utiliza a autoconfrontação (simples e cruzada) como método para investigar a atividade de trabalho. Após a realização da autoconfrontação simples é realizada a autoconfrontação cruzada. Ir para a situação de trabalho, observar e decidir junto com o coletivo de trabalho o que será registrado em vídeo, o que será editado na autoconfrontação simples e, após, na cruzada, é o grande desafio dos pesquisadores que atuam na situação de trabalho. Alguns pesquisadores como Clot (2005),

[43] Se o aspecto normativo dá consistência e perenidade ao gênero, permitindo a cada um fazer dele objeto de sua própria atividade normativa, é porque ele é simultaneamente um recurso para enfrentar as exigências da ação; ele é também o objeto de ajustes e de modificações daqueles que o utilizam. É este trabalho de ajustamento do gênero para fazê-lo um **instrumento** da ação que nós chamamos o estilo da ação. É um tipo de emancipação em relação a certas coerções genéricas. Entretanto, nós o vemos como uma dupla emancipação. De um lado, emancipação em relação à memória impessoal. Sob esse ângulo, o sujeito se distancia da coerção, conservando o benefício do recurso, e, em caso de necessidade, modificando a regra, o gesto ou a palavra, inaugurando assim uma variante do gênero, cujo futuro dependerá finalmente do coletivo. Acontecendo isso, é o desenvolvimento, a vida mesma do gênero, que é assegurada porque ele recebe, assim, novas atribuições por meio da recriação pessoal, avaliada e depois eventualmente validada pelo coletivo (Clot, Y.; Faïta, D.; Fernandes, G. & Scheller, L. 2001:17-25).

.

Boutet, Gardin & Lacoste (1995), constataram que um dos grandes obstáculos encontrados no estudo da produção do discurso em situação de trabalho é a pluralidade dos contextos nos quais a atividade se dispersa. Entretanto, os pesquisadores da ECA trabalham com a hipótese de que a grande contribuição do pesquisador *in situ* é procurar transformar *esse obstáculo em recurso* (Clot, 2005: p. 43). Eles procuram descrever as delimitações de um perímetro interlocutório destinado a produzir e a mobilizar novos recursos dialógicos para a transformação de situações ordinárias de trabalho por meio dos dispositivos técnicos da autoconfrontação cruzada.

Para a transformação desse obstáculo em recurso, é necessária então a distinção entre diálogo realizado e o real do diálogo. O real dialógico não coincide com as réplicas no encadeamento do diálogo realizado. Para Clot (2005), existe algo no discurso que é nômade e não ocupa um espaço específico. Podemos entender essa afirmação, uma vez que conhecemos a teoria *bakhtiniana* da enunciação como acontecimento. As sessões de autoconfrontação revelam que os enunciados do coletivo de trabalho não encontram eco em verdades momentâneas, ou seja, em verdades situadas em um momento específico. Os enunciados considerados relevantes são aqueles omitidos, aquilo que não é dito do real da atividade: o "difícil de dizer" que se materializa discursivamente, mostrando um fazer diferente daquilo que se fez.

Nas sessões de autoconfrontação cruzada, é organizado entre os trabalhadores um diálogo, levando em conta esse obstáculo, esse "difícil de dizer". Percebe-se que esse diálogo não é, em nenhum momento, uma luta que se apazigua. Nesse gênero de análise do trabalho, os enunciados considerados como o "difícil de explicar" é o furão do jogo dialógico. Se o pesquisador conhece as regras do gênero, esse "difícil de representar" torna-se então um "objeto-ligação" dentro desse diálogo entre a réplica de um e a de outro. O pesquisador participa do diálogo, que é, ao mesmo tempo, o seu limite, ou seja, ele atua como uma espécie de sensor, de contraponto, de regulador consensual. É necessário despertar naqueles que dialogam uma curiosidade para regular esse limite. A verdade do diálogo se sustenta sobre essa fronteira: fala-se e ao mesmo tempo, sente-se, procura-se ver, fazer ver ou fazer sentir. Essa fronteira flutuante mantém o diálogo tenso. É o limite da linguagem no interior da linguagem, no diálogo realizado. Mas esse limite não está fora da linguagem nem fora do

encadeamento das réplicas. Esse exterior está, entre duas réplicas, dentro do diálogo realizado no momento do deslocamento que nos faz passar de um ao outro. As réplicas se produzem sobre o impacto de um exterior que alarga o intervalo entre elas. O desenvolvimento se realiza nas réplicas que nada acrescentam. O desenvolvimento fica transitivo, instável, volátil, exposto à extinção, se no decorrer dos debates existirem essas réplicas que nada acrescentam. Dessa forma, o diálogo realizado refere-se a "outra coisa", que não se reduz nem ao sentido do enunciado nem ao referente das proposições. Essa "outra coisa" não concerne à verdade dos enunciados, mas à veracidade do diálogo. Isso é denominado por Clot (2005) de real do diálogo. Só é possível aceder a essa veracidade se se focalizar seriamente a realização das trocas em torno do que não se chega a dizer, em torno do que parece, de início, impossível de dizer.

Na autoconfrontação cruzada, as edições de vídeo da atividade mostram as dificuldades, os conflitos. O trabalho do pesquisador consiste em provocar o encontro do desenvolvimento propiciado pelo real do diálogo no interior do diálogo realizado, ou seja, tudo que foi dito nas sessões de autoconfrontação simples pode ser retomado e reinterpretado. O posicionamento discursivo pode mudar. Se realizado assim, o real do diálogo se desenvolve. No curso da interação, o diálogo realizado não tem sempre a mesma função: de recurso para afrontar e sobrepor o que não se chega a dizer pode tornar-se fonte de um novo "difícil de dizer". Dizendo de outra forma, o posicionamento discursivo pode mudar ou se ratificar em forma de simulacro.

O que se apresenta como difícil de dizer e de compreender é um acontecimento que afeta o curso dialógico e lhe pertence do mesmo tanto que muda e revela nele vozes que estavam mortas. Então, o futuro da atividade psíquica pode ser construído ou não, pode se revelar ou se esconder, por meio do movimento das palavras que o exprimem ou, ao contrário, o oprimem. Em todo caso, o futuro do diálogo projeta-se em ligação à linguagem e ao seu exterior.

É necessário perceber a diferença entre o real e o realizado não como uma antinomia da razão dialógica, mas com uma defasagem histórica na temporalidade do diálogo. Caso contrário, segundo Clot (2005), é necessário aceitar o vai-e-vem sem surpresa entre um real dialógico saturado de vozes, mas inaudível, e um diálogo realizado ruidoso, mas monótono.

Pode-se pensar, ao contrário, que essa defasagem e essas migrações funcionais que vêem a atividade psíquica mudar sistematicamente de lugar assinalam bem a "motricidade do diálogo".

Vygotski (1997) mostrava que há um devir, em parte imprevisível, do pensamento na palavra e inversamente**.** No diálogo, em torno do que não se chega, ainda, a compreender e a dizer do trabalho, há também um futuro do real dentro do realizado e inversamente. É o terreno do desenvolvimento psíquico de ligações novas. E é desse terreno que baliza o dispositivo técnico que se serve a metodologia descrita aqui.

A seguir descreveremos como funciona o decorrer de uma pesquisa que utiliza o método da autoconfrontação.

3.2.5. A autoconfrontação: uma experiência dialógica

A realização das autoconfrontações pela ECA tem dois pressupostos: a instalação de um plurilingüismo[44] (dialogismo) profissional no meio de trabalho e a definição do "furão dialógico", "objeto-ligação" em torno do qual a experiência dialógica pode se enrolar ou se desenrolar. O plurilingüismo (dialogismo) pode ser entendido como os diálogos que são instituídos no momento da autoconfrontação. O "furão dialógico" ou "objeto-ligação" pode ser entendido como as partes do diálogo em que existem as controvérsias da forma de se trabalhar. Com efeito, pode-se considerar que nesse quadro, as "paixões" do *métier* conservadas pelo pesquisador suportam as transferências dos recursos profissionais de um sujeito a outro. Ninguém é capaz de conhecer de antemão aquilo que é capaz de suportar. Para

[44] [Para Bakhtin], o plurilingüismo, em especial o plurilingüismo dialogizado, que "é o verdadeiro meio da enunciação", ao contrário das abordagens conservadoras, não se restringe à diversidade de "línguas nacionais", mas sim, preserva a diversidade de vozes discursivas – posições que constituem o discurso – como característica fundamental do enunciado. Tais vozes são sociais, trazem discursos que circulam, são pontos de vista sobre o mundo, perspectivas axiológicas, e estabelecem relações entre linguagens diversas (de profissões, de gerações, de grupos sociais etc.). Ao propor uma diversidade de línguas/linguagens, o plurilingüismo considera uma variedade de estruturas enunciativas em confronto, tendo em vista a variedade de coerções nas relações sociais. Há, com isso, um movimento de resgate do "plural", em que o enunciado se materializa em diferentes dialetos, linguagens e tendências. Cada linguagem, em determinado momento histórico-social, possui "estrutura" e finalidade próprias, que evoluem discursivamente (Di Fanti, 2004: 41).

Clot (2005), esse dispositivo metodológico poderia ser qualificado de clínico-desenvolvimental e pode ser descrito em várias fases.

Na primeira fase, observa-se que a atividade é transformada em objeto de uma observação minuciosa com conseqüências psicológicas indiretas e, em geral, insuspeitas. No método canônico, as análises são levadas ao coletivo para a elaboração do "objeto do discurso" que deve ser discutido na autoconfrontação. Em nossa pesquisa, não realizamos essa etapa. A seleção do "objeto do discurso" para as sessões da autoconfrontação foram escolhidas a partir dos enunciados constituídos na entrevista que revelaram os conflitos vividos por nosso protagonista do trabalho.

No método canônico, procura-se "desnaturalizar" a atividade para a escolha dos enunciados que servirão como o "objeto do discurso" nas sessões de autoconfrontação. Redescobre-se, cada vez, que o sujeito na situação de trabalho traz consigo e transmite uma história e uma experiência que a observação exterior confunde muito com um conjunto de automatismos e de rotinas que são suportados pelas escolhas e por um engajamento subjetivo. É nessa redescoberta da experiência, de sua riqueza, mas também de seus limites e de seus dilemas, que a primeira fase procura instruir individual e coletivamente. É a pesquisa pelo "objeto-ligação" / "difícil de explicar"[45].

A segunda fase está consagrada a recolher dois tipos de pistas no vídeo: as da atividade e as da confrontação de seus pares entre si. O pesquisador não procura compreender "por que" o que é feito é feito. Essa verdade não está diretamente acessível. Ele procura então que os trabalhadores se interroguem sobre o que eles se vêem fazer. Ele deve então convidá-los a descrever o mais precisamente possível os gestos e as operações observáveis gravados no vídeo até que os limites se manifestem, até que a "verdade" estabelecida coloque em evidência a falta, o erro na "veracidade" do diálogo, momento em que os sujeitos não "dissimulam" com o real. No lugar de isolar elementos da atividade em que o pesquisador teria que encontrar uma lógica, o sujeito desfaz e refaz as ligações entre o que ele se vê fazer, o que existe para fazer, o que ele queria fazer, o que teria feito ou ainda o que seria refeito.

[45] "Objeto de ligação", "furão dialógico", "difícil de explicar" são utilizados aqui como termos semelhantes. O termo "difícil de explicar" foi utilizado pela primeira vez nas ciências da linguagem por Fréderic François em sua obra *Les discours et ses entour*.

Isso quer dizer que o resultado da análise sobre o conhecimento da atividade não chega de início, mas freqüentemente sobre surpresas em torno dos acontecimentos difíceis de interpretar pelos cânones do discurso condizente.

A atualização desses "furões dialógicos" permite aos sujeitos tornar seus comentários também próximos de si mesmos. Esse comentário torna-se, então, o instrumento de uma elaboração psíquica. O comentário cruzado orienta, em um segundo tempo, os diálogos sobre a confrontação das "maneiras de fazer" diferentes, de conseguir os mesmos objetivos ou de fixar neles outros objetivos. Outros gestos possíveis podem ser imaginados e mesmo repetidos na confrontação de si com o outro. Eles podem ser tomados pelos outros. Assiste-se, quando se consegue "manter um bem estar" sobre esse quadro dialógico, à abertura das zonas de desenvolvimento potencial da atividade.

A terceira fase é o momento da restituição das análises ao coletivo de trabalho com a ajuda dos documentos de vídeo de trabalho. A confrontação das diferentes fases que a pesquisa atravessa revela ainda os limites do trabalho de interpretação da atividade concreta que mantém todos os protagonistas expostos. Eventualmente, percebem-se prazeres de uma possível descoberta. Esse movimento de concentração dialógica sobre a atividade de trabalho não tem, *a priori,* limites. A última palavra nunca pode ser dita.

3.2.6. O dispositivo metodológico como gênero

A ECA poder ser considerada, nesse quadro, como um instrumento para o desenvolvimento da experiência em situação de trabalho, mas ela necessita de uma aprendizagem: a apropriação de um gênero de atividades que é como um "processo de interação formativa". É uma apropriação das obrigações dialógicas que o dispositivo fixa por meio da aparelhagem técnica e discursiva que permite aplicá-la.

A função do pesquisador, nesse ponto, é essencial, pois ele encarna em sua própria atividade as interdições e as regras do dispositivo dialógico. Ele é, nesse sentido, um meio de "domar" o diálogo e seu objeto. A apropriação se faz assim por "imitação" entendida, aqui, à maneira de Vygotski: como preparação para continuar, sem procurar, o que os sujeitos realizam de início com e em colaboração com o pesquisador. Aliás, essa "imitação" não é o

único sentido que o diálogo em autoconfrontação cruzada procura "encontrar" e, o mais freqüentemente, deve restaurar a função psicológica do coletivo ordinário do trabalho naquilo que se apresenta essencialmente dialógico. É uma repetição sem repetição.

O mais importante na observação inicial da atividade vivida é, então, menos a observação que a diferença entre as observações, menos a primeira observação que a segunda, que toma a primeira como objeto, ou seja, o objetivo é o desenvolvimento entre os trabalhadores da observação de sua própria atividade. Mesmo para a interpretação: o objetivo não é a interpretação da situação pelo pesquisador, mas o desenvolvimento da interpretação da situação entre os sujeitos. Então, a análise da atividade não é mais a fonte da ação, mas um recurso para sustentar uma experiência de modificação do trabalho por aqueles que o fazem. Para que essa modificação se apresente, a observação deve ser precisa e rigorosamente construída. O detalhe torna-se decisivo. Conforme Bakhtin, uma observação viva, competente, imparcial, a partir de um ponto de vista qualquer, guarda sempre seu valor e sua significação. A parcialidade e a limitação de um ponto de vista (de um observador), qualquer coisa que possa sempre ser retificada, completada, transformada (inventariada) ocorre com a ajuda dessa observação que pode mostrar um ponto de vista diferente, oposto ao ponto de vista neutro (sem observação nova, viva), que se mostra estéril.

Dessa forma, uma das instâncias principais do dispositivo da autoconfrontação cruzada é o de criticar a ilusão de uma relação direta: a atividade ordinária de trabalho. Seu destino é ser retificado graças à apropriação pelos sujeitos de um gênero da atividade dialógica, organizando a controvérsia sobre os dilemas da atividade ordinária por meio da imagem. A autoconfrontação cruzada ressalta um gênero da atividade particular – gênero do discurso apreendido – que superpõe aos esperados genéricos ordinários uma espécie de plurilingüismo profissional, orquestrado contra toda canonização dessa atividade ordinária, a fim de provocar sua reacentuação psíquica na troca. Esse gênero de análise do trabalho não se dirige sobre a atividade observável por e para seu conhecimento, mas sobre a atividade manifestada quando os interesses dirigem suas análises em direção dessa atividade observada. É o conteúdo da atividade de análise direcionada à atividade ordinária que é o objeto desse gênero de análise do trabalho. Encontra-se nele uma coerção ao se referir à atividade, não mais como uma coisa, mas como um modo de agir com ela e sobre ela.

Um ponto é, entretanto, essencial para finalizar a caracterização desse gênero da atividade dialógica do qual os interlocutores devem se apropriar. Ele está orientado, simultaneamente, em direção ao real do trabalho – o que é problema e que é difícil de explicar – e em direção ao movimento dialógico. A motricidade do diálogo emprestada a essa tensão, a sua energia, no melhor dos casos, a desenvolve. Os sujeitos se apropriam desse gênero praticado e dele se servem, com ajuda do pesquisador, que transforma juntamente com eles, seu trabalho realizado e observado em instrumento de troca entre os protagonistas do trabalho, tendo como objetivo que esses diálogos profissionais possam se tornar, a seu turno, instrumentos psicológicos novos do trabalho efetivo, que eles possam ir além do perímetro interlocutório que não se apresenta de maneira espontânea. Dentro de um quadro metodológico, em que as obrigações se mostram fixas para os trabalhadores, não há o desenvolvimento. As coerções somente tornam-se recursos quando o desenvolvimento genérico desse quadro pode ser apropriado e modificado pelos protagonistas do trabalho. Define-se assim o objeto da apropriação que é organizado pelos interlocutores, e, assim, pode-se falar de uma aprendizagem genérica, fonte potencial do desenvolvimento. Poder-se-ia dizer, que esse quadro metodológico é, ao olhar da atividade cotidiana analisada, uma ligação precisa: o de um "gênero segundo" frente a frente com um "gênero primeiro" conforme Bakhtin (2003). Assim, a análise da atividade contribui para reavaliar os gêneros que ela atravessa e mesmo aperfeiçoa dentro dos gestos profissionais compreendidos. Ela esconde o desenvolvimento. A autoconfrontação pode ser, ao mesmo tempo, vista como um gênero especializado.

A apropriação desse gênero especializado, de início, fonte de preocupação para os protagonistas do trabalho, pode tornar-se um recurso para o desenvolvimento de sua atividade, mas é necessário retornar um pouco atrás se se quiser compreender porque os pesquisadores da *Clinique* mobilizam esse "gênero especializado", tendo em vista que ele não tem sua razão em si próprio. Ele é somente a resposta que os pesquisadores da *Clinique* têm encontrado ao que se poderia designar como o "paradoxo da observação".

3.2.7. A autoconfrontação simples: representação do coletivo no indivíduo

A atividade psicológica da auto-observação era uma observação por si, um diálogo do sujeito com suas vozes. A autoconfrontação simples propõe um contexto novo no qual o protagonista do trabalho torna-se um observador exterior de sua atividade em presença de um terceiro. O comentário do que foi registrado em vídeo do trabalho realizado se faz por meio das interpretações e das questões já levantadas pela auto-observação. Mas de essencialmente intra-psicológica, a atividade passa a inter-psicológica. O vivido e revivido dentro de uma situação transformada, muda de lugar na atividade do sujeito. De objeto, torna-se meio. Nesse deslocamento, não se reencontra o vivido anterior. Descobre-se que ele está vivendo ainda, que ele não é somente o que chegou ou o que se fez e o que se poderia eventualmente fazer. Nessas conjunturas, uma clínica da atividade se coloca a organizar as migrações do vivido na atividade do sujeito para que ele possa experimentar aquilo de que é capaz, sendo esse o único meio de melhor se conhecer.

Entretanto, essa nova exterioridade tem efeitos sobre o sujeito. Em posição exotópica[46], com respeito a seu trabalho e face às escolhas ou aos dilemas que ele redescobre em sua atividade, o que era operação incorporada e resposta automática, torna-se questão. No diálogo, ele deve se assumir diante do pesquisador e para sustentar essa troca sobre os segredos de sua atividade, geralmente, o protagonista do trabalho procura "não ficar só". Ele procura reforço e convoca em sua conversação uma voz inicialmente diferente da sua. Essa voz que se escuta, então, nas variações discursivas do "eu" e nas modulações diferenciadas do "nós/a gente", mistura-se ao diálogo com o destinatário direto que é o pesquisador. Essa voz que diz "nós/ a gente" no discurso do "eu", fala pelas maneiras de fazer comum no coletivo e com elas. É o destinatário socorro, como diz Bakhtin (2003), que se identifica na primeira parte. O protagonista do trabalho se localiza na autoconfrontação simples para responder às questões levantadas sobre sua atividade. Pode-se antecipar que a convocação desse "sobre-destinatário" nessa troca significa a discussão de um terceiro participante vivo no diálogo. Nesse sentido "o *métier* que fala" (Clot, 2005: 50), escuta-se por meio do *métier*, não somente as competências técnicas do sujeito, mas o "fiador" coletivo, o garante da atividade individual

[46] O conceito de exotopia pode ser entendido como um posicionamento exterior que revela um desdobramento de olhares. Esse lugar exterior permite, segundo Bakhtin, que se veja do sujeito algo que ele próprio nunca pode ver.

cujo conceito de gênero profissional visa a perceber as maneiras de ver as coisas e as pessoas estabilizadas pelo menos temporariamente em um meio de trabalho dado. Trata-se de um entimema (silogismo) social construído em uma história coletiva: é como uma "senha", conhecida somente no meio daqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional. Essas avaliações comuns subentendidas fazem do *métier* esse conjunto difícil de entender que os iniciantes se esforçam para compreender e que os experientes podem dispor com mais facilidade.

Descrevemos assim, a experimentação clínica. O momento em que é necessário se justificar ao lado do pesquisador pela escolha da maneira de fazer quer seja para ajudar a compreender "o difícil de dizer" quer seja para proteger a si mesmo de um conflito surgido no momento em que se tenta fazer. Nesse momento, o sujeito se apóia em uma história coletiva com a qual dialoga e serve de sustentação quando percebe o que se vê fazendo no vídeo. Graças à autoconfrontação simples, podem-se recolher resultados sobre o que um coletivo faz ou não a partir de uma tarefa prescrita.

Nessa experimentação, não se tem somente um resultado. Tem-se também um produto ao lado do sujeito. O real com seu conjunto de possibilidades e de impossibilidades pode sair desenvolvido dentro das realizações dialógicas precedentes, pois dentro dessa situação artificial – o artefato torna-se instrumento psicológico – o sujeito não é observado mais somente com seus próprios olhos – observação interior – mas com os olhos de um observador exterior que não é apenas o pesquisador, mas o *métier* ou, ainda, o coletivo que funciona como "fiador" do diálogo juntamente com o pesquisador. Nesse momento, é necessário cautela por parte do pesquisador, uma vez que nesse diálogo sobre a maneira de fazer, pode aparecer um efeito contrário ao procurado pelo pesquisador. O "destinatário de socorro" pode fechar o diálogo interior do sujeito. Então, os esperados do *métier* podem bloquear os inesperados do diálogo interior abertos pela auto-observação e pela autoconfrontação simples. O que se percebe é que, após a autoconfrontação simples, há ainda resíduos dialógicos. Ou melhor, o trabalho psicológico do sujeito continua com o novo observador exterior que ele traz em si e que, após a sessão de autoconfrontação, aumenta. Ele se vê fazer com os olhos do *métier* e olha o *métier* com outros olhos. O "nós/ a gente" torna-se um obstáculo para o

desenvolvimento da atividade interior. Por isso é importante fazer também a autoconfrontação cruzada.

Para trabalharmos esses resíduos, propusemos uma segunda autoconfrontação simples. Contudo, utilizamos edições de vídeo da primeira autoconfrontação. No método canônico, as edições de vídeo utilizadas para a autoconfrontação cruzada são retiradas das filmagens da situação de trabalho. Aquelas que foram motivo de controvérsias na autoconfrontação simples, ou seja, houve interpretação diferenciada do modo como executar uma tarefa pelos protagonistas escolhidos para representar o coletivo de trabalho. Como não filmamos outro protagonista, optamos por editar partes do vídeo da autoconfrontação simples que julgamos que seriam contraditórias com a prescrição ou polêmicas em relação ao senso comum. Explicando melhor, aquelas que nos inquietaram pelo modo como foram explicitadas na primeira autoconfrontação.

A seguir, explicaremos a outra etapa do método, que não foi utilizada em nossa pesquisa conforme o modelo canônico, mas compõe a metodologia da ECA: a autoconfrontação cruzada. Como reconhecemos a importância da autoconfrontação cruzada, acreditamos que seria pertinente, aqui, explicitar como ela se desenvolve.

3.2.8. A autoconfrontação cruzada: o futuro do sobre-destinatário

Trata-se de pedir a um binômio de pares, colegas com um mesmo nível de experiência, para comentar os traços da atividade do outro em uma mesma situação de trabalho. Aqui as controvérsias surgem com mais freqüência, é preciso saber se sustentar. Comparando suas maneiras de fazer ou de dizer na situação observada, os profissionais encontram rapidamente diferenças às vezes maiores para eles. Além das atividades já transformadas em questionamentos para cada um, mesmo atividades que não tenham produzido nenhum diálogo com o pesquisador na autoconfrontação simples podem tornar-se objeto de controvérsias. Elas tornam-se então discutíveis e o objeto de análise se afina à proporção das diferenças que surgem à perseguição do "objeto-ligação". Do ponto de vista em que os pesquisadores se colocam – o do desenvolvimento psíquico nessa fase de experimentação clínica – o que os profissionais dividem é, então, menos interessante que o que eles não dividem. A pesquisa

pela controvérsia é então o princípio da autoconfrontação cruzada cuja primeira vítima é a bela unidade do "nós/a gente". Nesse momento, o fiador coletivo não responde mais às exigências do diálogo inesperado entre os operadores. Nessa polifonia, na qual se engajam debates de escola, o "nós/ a gente" coletivo torna-se objeto de trabalho e de interrogações. No curso dessa estilização do gênero profissional, em que se perfilam variantes potenciais, as variantes sobre os temas do *métier* fazem retroceder seus limites. O "objeto-ligação" em desenvolvimento entre os sujeitos é um espaço muito pequeno no "costume" do *métier*.

A utilização do "nós" nas sessões de autoconfrontação simples é interpretada como meio interior de sustentar o diálogo com o pesquisador e, freqüentemente, meio de se tranqüilizar. Nas sessões de autoconfrontação cruzada, torna-se objeto da atividade dialógica na troca entre profissionais. Percebe-se que o objeto do diálogo não é sedentário, pois desenvolve, em cada etapa, funções com diferentes interesses. Acredita-se que essa atividade migratória possui por natureza o objetivo de restaurar a vitalidade do segundo *métier* ou o "*métier* ao quadrado" (designação utilizada pela ECA), também conhecida como o fiador, o garante (o sobre-destinatário) da atividade individual. Possui como característica uma resistência aos limites do coletivo dentro e graças à atividade individual. A fim de que o fiador profissional não fale com uma única voz e que possa participar do diálogo interior, autorizando cada trabalhador, pessoalmente, a se sentir parte cativa e contável de um "outro futuro" do *métier*.

PARTE II

O OBJETO DE ESTUDO NAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

A análise do discurso de base enunciativo-discursiva constituirá a nossa base teórica para a compreensão da prática discursiva no Tribunal do Júri e nas sessões de autoconfrontação simples. Investigar a prática discursiva, nesse contexto específico, faz-se necessário para que compreendamos a instituição em que se desenvolvem essas práticas, assim como os prescritos que regulamentam aquilo que (não) pode ser dito nessa situação de trabalho e como se constitui o real da atividade. Para isso, desenvolveremos, nesta parte, explicitações teóricas e conceituais que embasarão a nossa análise enunciativo-discursiva e que dialogarão com as Ciências do Trabalho.

CAPÍTULO 1

A ESCOLHA DE UMA TEORIA

Neste capítulo, falaremos sobre alguns conceitos da Análise do Discurso de orientação francesa. Como parte integrante das Ciências da Linguagem, essa área de estudo ofereceu-nos uma perspectiva científica para analisarmos nossos dados, uma vez que essa disciplina trabalha com o lingüístico e o social.

1.1. Uma proposta para a análise discursiva

Para a análise enunciativo-discursiva dos nossos dados, alguns conceitos serão aqui esboçados, para serem retomados e aprofundados na terceira parte desta tese.

De acordo com Maingueneau (2005b: 75), o discurso possui a capacidade de "criar" em conjunto com o enunciador

> um quadro profundamente interativo, em uma instituição discursiva inscrita em certa configuração cultural e que, implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte de material e um modo de circulação para o enunciado (Maingueneau 2005b: 75).

Dessa forma, percebemos que o discurso obedece a regras que interagem com o enunciador e, ainda com o social que dita os papéis, os lugares e o modo de circulação de um enunciado. Essa noção é importante para compreendermos como o *ethos* e a cenografia são "criados" pelo/no discurso do nosso protagonista do trabalho. Essas categorias discursivas foram escolhidas porque nos ajudaram a compreender o posicionamento discursivo constituído no Tribunal do Júri e nas sessões de autoconfrontação simples. Mostraremos em nossa análise a presença de *corpos* discursivos que diferem do sujeito empírico que decide desempenhar um papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre os auditórios. O corpo discursivo do enunciador se mostra conforme o posicionamento que o faz assumir um determinado modo de enunciação.

Sabemos que a noção de *ethos* é trabalhada desde Aristóteles sob diferentes perspectivas. Nesta tese, trabalharemos com a concepção evocada pela Análise do Discurso de orientação francesa que a concebe no nível discursivo, ou seja, é o posicionamento discursivo no qual o enunciador está inscrito que confere a ele um determinado *ethos*. O discurso "cria" o *corpo* de um *fiador* que, por meio de sua enunciação, produz certos efeitos na comunidade discursiva pressuposta e é, ao mesmo tempo, validada por aquele discurso.

Na forma como se enuncia, percebe-se um *tom* ou uma *voz* que se apóia na dupla figura do enunciador, a de um *caráter* (conjunto de traços psicológicos) e a de uma *corporalidade* (maneira de vestir, de movimentar-se e de agir em um espaço social). Essas três dimensões discursivas se manifestam por meio de *uma maneira de dizer* e remetem a *uma maneira de ser* que é representada no *corpo* do enunciador. Os enunciados permitem a constituição de um *fiador* discursivo revelado pelo *tom* discursivo e esse *tom* faz surgir um *caráter* e uma *corporalidade*. Discursivamente, podemos aceder ao *corpo* por meio do *tom*. Então, um *tom* "prepotente" supõe um *caráter* "arrogante" e um *corpo* "sisudo" e "arrogante".

A construção da figura do *fiador* deve ser validada pelo co-enunciador na/pela enunciação. Nesse momento, segundo Maingueneau (2006: 62), percebe-se um processo de incorporação que opera em três registros indissociáveis:

> a) a criação de um ethos do fiador, conferido pelo co-enunciador a partir de indícios da própria enunciação;
>
> b) a assimilação ou incorporação desse ethos por parte do co-enunciador;
>
> c) a constituição de um corpo formado pela comunidade imaginária que comunga na adesão de um mesmo discurso.

A *incorporação* se processa na existência de um *corpo* que produz um *ethos* discursivo ligado à situação de enunciação. O *fiador* se materializa discursivamente por meio de um *tom*.

Além do *ethos* discursivo temos, ainda, o *ethos* pré-discursivo (Maingueneau, 2005a) ou *ethos* prévio (Amossy, 2006a). Esse *ethos* revela a imagem que o co-enunciador possui do enunciador antes que este construa seu discurso. O nosso protagonista do trabalho vive esse dilema, pois o imaginário social possui uma concepção de um *ethos* pré-discursivo fortalecida pelas práticas discursivas que circulam não somente no espaço discursivo jurídico, como também em outros espaços, como, por exemplo, o midiático, que contribuem para a

incorporação de um *ethos* "inescrupuloso" por estar no Tribunal do Júri, falando em nome do "criminoso".

Nas práticas discursivas, podemos perceber uma diferença entre o que é dito, materializado discursivamente de maneira indireta, e o que é mostrado, indícios presentes na enunciação que remetem a uma forma de ser do enunciador na situação de enunciação. Essa diferença é designada por Maingueneau por *ethos dito* e *ethos mostrado*.

O *ethos dito* contribui para a construção do *antifiador*, figura que se opõe ao discurso do *fiador*. Da mesma forma que a enunciação "cria" um *corpo* imaginário que compartilha dos mesmos *posicionamentos* de uma determinada comunidade discursiva, essa mesma enunciação pode "criar" um *anti-ethos*, ou seja, uma imagem distorcida que corresponderia ao inverso do *corpo* discursivo do *fiador*. A presença de um *anti-ethos* em espaços discursivos que possuem *posicionamentos* discursivos divergentes é quase uma constante. A desconstrução da imagem do Outro pelo Mesmo pode ser feita por meio de duas estratégias: 1) o *fiador* do discurso agente (aquele que se encontra na posição de tradutor) "cria", no interior de seu próprio discurso, o estereótipo de um *antifiador*, conferindo-lhe uma *voz*, apresentada em forma de simulacro, que é ironizada e desqualificada pelo discurso citante; 2) o *fiador* do discurso agente evoca indiretamente, por meio do *ethos dito*, o *anti-ethos* do discurso paciente - aquele que se encontra na posição de traduzido - (Maingueneau (2005b). Veremos, na terceira parte desta tese, como essas noções se apresentam no discurso do nosso protagonista do trabalho.

Além do *ethos* que constitui a figura do enunciador, temos, ainda, a presença de um quadro enunciativo que apresenta o discurso. Segundo Maingueneau, o *enunciador não é um ponto de origem estável* capaz de enunciar desta ou daquela maneira. Ele está inserido em uma determinada cena enunciativa, lugar ou ponto de partida que legitima a figura do *fiador*. A partir desse lugar enunciativo, o *fiador* assume um modo de enunciação. Logo, para a Análise do Discurso, o *ethos* é constituído como parte da cena da enunciação; não é uma simples estratégia persuasiva. A cena da enunciação integra três quadros: a cena *englobante*, a cena *genérica* e a cena *cenográfica*. Atuando em conjunto, tornam possível a enunciação de um discurso. Ao enunciar, o *fiador* institui uma cena e é essa cena que vai validar a sua

própria enunciação. Veremos, na terceira parte desta tese, como as cenas da enunciação se constituem e dão sentido ao discurso do Defensor Público.

Para a análise enunciativo-discursiva, trabalharemos com outros conceitos instituídos e re-elaborados na obra de Maingueneau (1984/2005b). Em suas pesquisas, o autor mostra como nasce um discurso, como se estrutura em um conjunto coerente e em um espaço intelectual homogêneo que perdura além das variações individuais e temporais. Apresenta e define três concepções centrais da análise do discurso (2005b: 15), antes de formular sete hipóteses que constituem um programa ou um modelo que nos permite analisar o discurso.

Os três conceitos fundamentais são: a formação discursiva (herdada de Foucault), a superfície discursiva e o discurso:

- A formação discursiva é um *sistema de restrições de boa formação semântica* (2005b: 20);

- A superfície discursiva é o *conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema* (2005b: 20);

- O discurso é a *relação que une os dois conceitos precedentes*. Trata-se de um *conjunto virtual, o dos enunciados que podem ser produzidos de acordo com as restrições da formação discursiva* (2005b: 21).

Esses conceitos vêm sendo re-elaborados nas inúmeras pesquisas desenvolvidas por Maingueneau. Aqui, neste capítulo, iremos esboçar os conceitos que utilizaremos em nossa análise enunciativo-discursiva, constituída na terceira parte desta tese.

A primazia do interdiscurso. A postura fundamental da análise do discurso implica estudar as produções discursivas a partir do ponto de vista de que elas são informadas por outras produções discursivas, captadas pelos locutores a partir do modo de uma *herança.* Para interiorizar o funcionamento de um discurso, o enunciador incorpora regras que foram impostas por sua posição social. Existe um entrelaçamento que pode não ser visível, mas é necessário, porque a natureza desse discurso indica um pertencimento do sujeito enunciador a um grupo ou a uma classe social. Por exemplo, o discurso contemporâneo sobre a Justiça é

construído sobre as heranças dos ensinamentos dos gregos e romanos ou do modo de uma *troca*:

> O interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientes escolhidos (Maingueneau, 2005b: 21).

A interincompreensão. Nenhum discurso é homogêneo e dirigido pelos locutores sob forma de uma expressão puramente pessoal. O discurso do Outro é constitutivo do discurso do Eu, ou seja, não existe discurso que não seja moldado por outros discursos que o antecedem. Os diferentes discursos já nascem polemizando entre si. Os discursos citáveis por um dos lados da polêmica serão sempre recusados pelos outros, seja pelo silenciamento ou pela repetição em forma de simulacro:

> O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de *interincompreensão* regrada. Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do „simulacro" que dele constrói (Maingueneau, 2005b: 22).

O sistema de restrições é um dos componentes que compõem as sete hipóteses. Há nos discursos as marcas, explícitas ou implícitas, de sua integração em certa formação discursiva. Os discursos que se entrecruzam devem pertencer a um mesmo posicionamento:

> Para dar conta desse interdiscurso, propomos que existe um *sistema de restrições semânticas globais*. O caráter "global" dessa semântica se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos "planos" discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação (Maingueneau, 2005b: 22).

No discurso jurídico, por exemplo, pode ser encontrado um vocabulário específico e recorrente (variantes e invenções em torno de "verdade", por exemplo); de metáfora naturalizada ("o crime não compensa"); de referência ao advogado criminal ("advogado de porta de cadeia"); de referências aos discursos fundadores (os discursos bíblicos e mitológicos) e marcas enunciativas particulares (o *nós* institucional).

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 1. A escolha de uma teoria

A competência interdiscursiva. Os locutores expressam, em geral, inconscientemente, competências de fala interiorizadas, dependendo de seu meio, sua formação, sua educação. Eles vão reproduzir os discursos que os constituem como sujeitos discursivos. Essa competência discursiva define "aquilo que pode ser dito" e permite aos sujeitos interpretar e produzir enunciados que pertencem à sua formação discursiva. O sujeito pode ainda identificar formações discursivas antagônicas e incompatíveis com a sua formação discursiva ou posicionamento, ou seja, o sujeito discursivo possui uma capacidade de adequação de seu discurso às regras de seu posicionamento discursivo, atendendo às proibições, bem como às exigências que lhe são imputadas por cada sistema de restrição:

> Esse sistema de restrições deve ser concebido como um modelo de competência interdiscursiva [...]. Postulamos, nos enunciadores de um discurso dado, o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que resultam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas (Maingueneau, 2005b: 23).

A competência é, pois, um conceito operacional que tem como base a relação entre as diferentes posições enunciativas e os sujeitos enunciadores, que ocupam tais posições.

Para construir um discurso em defesa de um criminoso no Tribunal do Júri, essa noção é fundamental, tendo em vista que o discurso ali constituído possui um posicionamento antagônico aos que circulam contra o discurso de defesa. Contudo, pautando-se por regras do *métier* e sociais, o Defensor constrói seu discurso, emitindo outro juízo de valor para os enunciados proferidos pela acusação. Ele opta por um posicionamento que possa contribuir para validar o seu discurso de defesa.

O discurso não deve ser pensado como um conjunto de enunciados abstratamente descontextualizado, mas como uma prática social, cultural, intelectual, técnica. Aqui, temos a presença de outra hipótese: a prática discursiva. O discurso materializa-se, levando em conta tudo que existe em seu entorno. A noção de prática discursiva atualiza a noção de condições de produção. Assumir uma prática discursiva é admitir um mecanismo que integra o funcionamento de uma determinada formação discursiva em uma comunidade discursiva, não

basta reconhecer somente uma instituição discursiva, ou seja, a noção de prática discursiva incorpora simultaneamente a comunidade discursiva e a formação discursiva:

> O discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva. O sistema de restrições semânticas, para além do enunciado e da enunciação, permite tornar esses textos comensuráveis com a „rede institucional" de um „grupo", aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível (Maingueneau, 2005b: 23).

Para o Defensor Público, a prática discursiva de defesa no Tribunal do Júri apresenta-se problemática, tendo em vista que existe na composição do Tribunal do Júri uma comunidade discursiva diversificada. Ele fala para profissionais do Direito que, não pertencendo a sua mesma formação discursiva, conhecem os conceitos que estão sendo debatidos. Contudo, existem os membros do conselho de sentença que representam a sociedade naquele tribunal e não conhecem os mesmos conceitos. Muitos não conseguem acompanhar os debates do plenário, pois não são profissionais do Direito. A comunidade discursiva jurídica trabalha com um vocabulário técnico e complexo para aqueles que não são do *métier*.

Uma prática intersemiótica. O discurso não é uma produção pura, ou seja, não brota de si mesmo, mas se articula com outros sistemas de signos, integrando a produção discursiva como um todo:

> A prática discursiva não define somente a unidade de um conjunto de enunciados; ela pode também ser considerada como uma *prática intersemiótica* que integra produções que pertencem a outros domínios semióticos (pictórico, musical etc.) (Maingueneau, 2005b: 23).

Em nossa análise, na terceira parte desta tese, trabalharemos como em uma situação dada o que é não verbal pode construir sentidos. Analisaremos como a postura do nosso protagonista do trabalho, bem como a ausência do Juiz e da Promotora, podem construir sentidos, levando em conta o conceito de prática intersemiótica.

E, para finalizar as sete hipóteses, temos a inscrição sócio-histórica. O discurso não é autárquico em relação aos dados sociais e históricos, mas se constrói em relação a eles, do mesmo modo que esses dados são igualmente configurados pelos discursos. Para se materializar, o discurso se relaciona com as questões presentes no espaço social e no momento de sua manifestação:

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 1. A escolha de uma teoria

> O recurso a esses sistemas de restrições não implica de forma alguma uma dissociação ente a prática discursiva e outras séries de seu ambiente sócio-histórico. Ele permite, ao contrário, aprofundar o rigor dessa inscrição histórica, abrindo a possibilidade de isomorfismo entre o discurso e essas séries, sem por isso reduzir a especificidade dos termos assim correlacionados. A formação discursiva revela-se, assim, como „esquema de correspondência" entre os campos à primeira vista heterônimos (Maingueneau, 2005b: 23-24).

A escolha pelos conceitos da AD de orientação francesa praticados nas pesquisas de Maingueneau não foi realizada sem critérios. A nossa opção em trabalhar com esses conceitos deve-se ao fato de que fazer uma análise centrada no que se denominou de Escola Francesa de análise do discurso não é simplesmente submeter os dados aos conceitos lingüísticos, acreditamos dever ir muito além, tendo em vista que o que é extralingüístico se inscreve no social e no histórico e está em sintonia com a constituição do discurso. Assim, justifica-se a importância da inscrição sócio-histórica do discurso analisado, aqui, nesta tese.

Conforme assinalamos anteriormente, objetivamos dialogar com esses conceitos, articulando-os com a análise do discurso argumentativo.

1.2. O discurso argumentativo

A Análise do Discurso vem desenvolvendo papel relevante no estudo do discurso em diferentes disciplinas. *Pode-se abordar as pesquisas sobre o discurso mesmo falando da psicologia, da sociologia, da antropologia, da teoria literária, etc*. (Maingueneau, 2005a: 64)[47]. O nosso interesse pela disciplina está ancorado como ponto de partida da nossa análise: o gênero discursivo. *Em todos os casos o analista do discurso deve concordar com o papel central da noção de gênero do discurso, que por natureza relaciona toda exterioridade simples entre „texto" e „contexto"* (Maingueneau, 2005a: 66)[48]. Assim como Maingueneau, partilhamos da convicção de ter o gênero um papel fundamental como ponto de partida para o estudo do discurso do Defensor Público, uma vez que iremos analisar o seu trabalho e a

[47] On peut en effet aboder les recherches sur le discours aussi bien en parlant de la psychologie, de la sociologie, de l"anthropologie, de la théorie littéraire, etc.

[48] Dans tous le cas l"analyste du discours doit accorder um rôle central à la notion de genre de discours, qui par nature déjoue toute extériorité simple entre „texte" et „contexte".

constituição do seu discurso em situação de trabalho e no quadro da autoconfrontação simples.

É importante ressaltar, que a Análise do Discurso se ajusta ao nosso posicionamento, e, ainda, é largamente recomendada pelas políticas de pesquisa que se tornaram condições *sine qua non* para a obtenção de credibilidade o fato de ser essa disciplina trans-, pluri- e interdisciplinar (Maingueneau, 2005a: 71). No nosso caso, ela dialoga com o Direito, a Ergonomia, a Ergologia e a Psicologia do Trabalho.

Em nossas reflexões, trabalharemos com a retórica e a argumentação dentro de uma concepção da AD francesa, porque acreditamos como R. Amossy (2006a) que *Nas práticas linguageiras, essas duas tendências estão estreitamente ligadas e são, às vezes, indissociáveis*[49]. Existem várias tentativas em distinguir a retórica da argumentação, contudo, como assinala Amossy:

> Compreende-se desde então a tarefa que se atribui à análise dita retórica ou argumentativa: ela estuda as modalidades múltiplas e complexas da ação e da interação linguageiras. Ela também reivindica seu lugar não somente nas ciências da comunicação, mas também no seio de uma lingüística do discurso que é necessário compreender em um sentido maior, como um raio de disciplinas que se propõem analisar não o sistema da língua, mas o uso que se faz da linguagem em situações concretas. Mais precisamente, a análise argumentativa se apresenta como um ramo da análise do discurso. Na medida em que ela pretende esclarecer os funcionamentos discursivos, explorando uma fala situada ou pelo menos parcialmente restrita (Amossy, 2006a: 03).[50]

A partir dessa concepção, acreditamos que estudar o discurso argumentativo do Defensor Público, proferido em plenário, assim como aquele proferido em autoconfrontação, poderá ser feito dentro da perspectiva da análise do discurso de orientação francesa, tendo em

[49] Dans la pratique langagière, ces deux tendences restent étroitement liées et sont parfois indissociables (2006a:03).

[50] On comprend dès lors la tâche que s"assigne l"analyse dite rhétorique ou argumentative: elle étudie les modalités multiples et complexes de l"action et de l"interaction langagières. Aussi revendique-t-elle sa place non seulement dans les sciences de la communication mais aussi au sein d"une linguistique du discours qu"il faut comprendre au sens large, comme un faisceau de disciplines qui se proposent d"analyser non le système de la langue, mais l"usage qui est fait du langage dans des situations concrètes. Plus prèsisement, l"analyse argumentative se présente comme une branche de l"analyse du discours. Dans la mesure où elle entend éclaircir des fonctionements discursifs en explorant une parole située et au moins partiellement contrainte (Amossy, 2006a:03).

vista que as tendências francesas contemporâneas inserem a argumentação dentro de um quadro que ultrapassa a oposição texto/contexto, inserindo esse discurso em um lugar social e em quadros institucionais onde o estatuto do orador (sujeito discursivo), as circunstâncias sócio-históricas nas quais ele enuncia, a natureza do auditório (interlocutor, co-enunciador) visado, a distribuição prévia dos papéis que a interação ou situação aceitam ou rejeitam, as opiniões e as crenças que circulam na época ou na situação, tudo isso, são fatores que constroem o discurso cuja análise interna deve levar em conta. Desta forma, deve-se recusar um discurso que tenha como fonte *um sujeito enunciador individual que seria senhor de si*[51] (Mazière, 2005: 05 *apud* Amossy, 2006a: 04). O enunciador, assim como o co-enunciador (auditório) é sempre atravessado pelo discurso do outro, pelas idéias, pelas crenças, pelo pré-discursivo, pelas evidências de uma época e pelos fatos condicionados ao seu tempo. Ultrapassa-se, então, a oposição entre a retórica clássica, em que um sujeito soberano utiliza procedimentos a serviço de uma finalidade precisa, tendo como ancoragem teórica a AD em que o sujeito se constitui no discurso e no seio de uma fala social que o constrói e constrói, conseqüentemente, sua identidade.

Segundo Brandão (1998),

> Atuando [...] num campo interdisciplinar, a AD francesa, apesar das várias fisionomias assumidas, apresenta uma identidade comum constituída pelo seu enraizamento na lingüística e pela preocupação com o embricamento entre um modo de enunciação e o lugar histórico social de onde emerge essa enunciação. Isso é, seu objetivo é apreender a linguagem enquanto discurso, a instância que materializa o contato entre o lingüístico (sistema de regras, de categorias) e o não-lingüístico (lugar de investimentos sociais, históricos, psíquicos ...) pela atividade de sujeitos que interagem em situações concretas (Brandão, 1998: 23-24).

A nossa pesquisa tem como objeto de análise a linguagem enquanto discurso e se preocupa com a prática discursiva de um sujeito em sua situação de trabalho, portanto, uma situação concreta. Acreditamos como Pêcheux que o sujeito fala a partir de seu lugar social, contudo, como diz Maingueneau ele se constitui no discurso. Mesmo sendo moldado pelo social ele não é completamente assujeitado. Existe a possibilidade de se constituir, mesmo acreditando que já exista um pré-construído que de certa forma é um indício de um "como

[51] [...] un sujet énonciateur individuel qui serait maître chez lui (Mazière, 2005: 05 *apud* Amossy, 2006a: 04).

iniciar, como se posicionar, como se adequar" discursivamente. Dentro dessa perspectiva nos situamos em uma análise discursiva de orientação francesa.

Como trabalhamos com duas variantes discursivas: uma constituída em situação de trabalho e outra na autoconfrontação simples, os nossos dados serão analisados dentro da perspectiva teórica da AD. Contudo, como já dissemos anteriormente, iremos dialogar com outras teorias. Primeiro teceremos considerações sobre as contribuições da retórica para o estudo da argumentação dentro do quadro da AD de orientação francesa para trabalharmos com o discurso constituído na situação de trabalho. Para a análise do discurso constituído na autoconfrontação simples, trabalharemos com categorias da AD francesa e das Ciências do Trabalho.

1.3. Argumentação: da retórica à análise do discurso

A presente pesquisa se preocupa com a produção discursiva do Defensor Público. Esse profissional que trabalha com a linguagem, tem como central o discurso que deve se apresentar argumentativo, tendo em vista a função desenvolvida no Tribunal do Júri. Para tanto, iremos centrar nossa investigação sobre essa prática argumentativa. Iremos primeiramente apresentar os conceitos argumentativos dentro da perspectiva discursiva e, após, dentro da retórica.

A argumentação está no centro da concepção antiga da retórica. Depois de ter conhecido certo descrédito, relacionado ao declínio da retórica e à ascensão de certas formas de cientificismo, os estudos de argumentação foram refundados na segunda metade do século XX, a partir dos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970), Toulmin (1958), Hamblin (1970), assim como os de Grize e Ducrot nos anos 70 (Plantin, 1990, 1996).

O discurso argumentativo foi caracterizado de maneira intradiscursiva por suas diferentes formas estruturais, e de maneira extradiscursiva pelo efeito perlocutório ao qual estaria vinculada à persuasão. Esse efeito foi colocado em primeiro plano pela nova definição de Perelman e Olbrechts-Tyteca, para quem *o objeto da teoria da argumentação é o estudo das técnicas discursivas que permitem prov*ocar *ou ampliar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento* (2002: 05). O domínio da argumentação foi

expandido para além dos grandes gêneros retóricos tradicionais, para coincidir com o do debate em todas as suas formas. Mais ainda, para a teoria da argumentação na língua, bem como para a lógica natural, a atividade argumentativa é co-extensiva à atividade de fala (enunciar é esquematizar; significar é dar uma orientação argumentativa) (Plantin, 2004: 52).

Segundo Plantin (2004), a argumentação pode ser definida como *a expressão de um ponto de vista, em vários enunciados ou em um único, e mesmo em uma única palavra*; e como *modo específico de organização de uma constelação de enunciados*. As duas definições não se excluem.

A argumentação vista como apresentação de um ponto de vista, ou seja, como uma tentativa de modificar as representações do interlocutor pode se apresentar dentro de qualquer informação. Toda sucessão coerente de enunciados constrói um ponto de vista ou esquematização, cujo estudo constitui o objeto da lógica natural. Para Grize (1990), a argumentação é *uma atividade que visa a intervir sobre a opinião, a atitude, e mesmo sobre o comportamento de qualquer indivíduo*, por intermédio do discurso.

> Tal como a compreendo, a argumentação considera o interlocutor não como um objeto a manipular, mas como um *alter ego* que se quer levar a fazer partilhar sua visão. Agir sobre ele é procurar modificar as diversas representações que lhe atribuímos, evidenciando certos aspectos das coisas, ocultando outros, propondo novidades, tudo isso com ajuda de uma esquematização apropriada (Grize, 1990: 40).

A argumentação vista como organização de enunciados pode ser vislumbrada segundo Plantin (2004), dentro do discurso lógico, dentro do discurso natural monológico, e ainda numa perspectiva dialógico-racional. Como discurso lógico, a argumentação é tradicionalmente definida no quadro de uma teoria das três operações mentais: a compreensão, o julgamento e o raciocínio. Pela compreensão, a mente concebe a idéia de um objeto; pelo julgamento, afirma ou nega alguma coisa dessa idéia para chegar a uma proposição; pelo raciocínio, encadeia julgamentos, de modo a avançar do conhecido ao inexplorado. Dentro do plano lingüístico, essas operações cognitivas correspondem respectivamente: à ancoragem referencial do discurso por intermédio de um termo; à construção do enunciado por imposição de um predicado a esse termo; ao encadeamento das proposições ou argumentação, pelo qual se produzem novas proposições a partir das já conhecidas. Como discurso natural monológico, a argumentação deve ser vista como um

procedimento que estabiliza um enunciado que admite o contraditório e liga-o a outro enunciado não submetido à disputa. Dentro de uma perspectiva dialógico-racional, a argumentação é uma atividade verbal e social que tem por objetivo reforçar ou enfraquecer a aceitabilidade de uma opinião controversa junto a um auditório ou a um leitor, alegando uma constelação de proposições destinadas a justificar (ou refutar) esse ponto de vista diante de um júri racional, ou seja, todo ato de argumentação deve centrar a procura pela eficácia e as preocupações em preservar uma forma de racionalidade, são necessárias conciliares a perseguição pelo sucesso sem se esquecer de um posicionamento crítico e racional. Assim, o real e o ideal não podem ser confundidos (Van Eemeren & Houtlosser, 2006).

A argumentação pode ser vista ainda como diálogo e interação. Para as teorias dialógicas, o estopim da atividade argumentativa é a dúvida lançada sobre um ponto de vista, que obriga o interlocutor a justificá-lo. Como a dúvida pede que seja justificada, a situação argumentativa típica caracteriza-se dialeticamente pelo desenvolvimento e pela confrontação de pontos de vista em contradição a respeito de uma mesma questão.

Essa definição da situação argumentativa é fundamental para a dialética, seja ela antiga e de orientação lógica e filosófica, ou nova e interessada na regulamentação de controvérsias sob o controle de normas de razão e de discurso. Ela está na base da argumentação retórica antiga, na qual se encontra a primeira problemática das controvérsias, justamente com a teoria das questões ou estados de causa. Ela é retomada nas abordagens de orientação interacionista; assim, para Schiffrin (1987: 17-18 *apud* Plantin, 2004: 56), *a argumentação é um modo de discurso nem puramente monológico, nem puramente dialógico [...] um discurso pelo qual os locutores defendem posições discutíveis*.

Para Plantin (2004), existe uma explosão das interrogações em torno da noção de argumentação e a multiplicidade das disciplinas relacionadas torna redutora e arriscada qualquer definição global e, principalmente, incitam a caracterizar o domínio pelo feixe de problemas que o organizam. Dentro da concepção dos autores, toda visão da argumentação poderia ser caracterizada pelo conjunto das respostas dadas a questões como as seguintes:

- Uma concepção dos objetos (hipóteses externas). Cada teoria tem seus dados preferenciais: a argumentação como ponto de vista é estudada, na maioria das vezes, em seqüências coerentes de enunciados; a teoria das orientações argumentativas ou argumentação

na língua, em pares de enunciados; a argumentação retórica, no discurso monológico planificado; a argumentação dialética, no diálogo regrado; a argumentação interativa, no debate com vários locutores. Os resultados estabelecidos sobre os fatos prototípicos são, em seguida, aplicados a novos dados.

- Uma concepção da teoria (hipóteses internas, ligadas às hipóteses externas), que supõe decisões que tocam notadamente os seguintes pontos: é necessário atribuir a argumentatividade à linguagem ou ao pensamento? Se a argumentatividade é linguageira, trata-se de um fato da língua, de fala em geral, ou de uma característica de certas formas de discurso? Se for um fato discursivo, trata-se, fundamentalmente, de monólogo ou de diálogo?

- Uma questão sobre a questão das normas do discurso argumentativo; pode-se escolher como norma a coerência textual: todos os encadeamentos apresentados como argumentativos são argumentativos. A única avaliação incide sobre a coerência do discurso. A teoria é descritiva; a eficácia: o melhor discurso é o que melhor atinge seus objetivos, do ponto de vista do locutor, quer se trate de votar, de comprar ou de amar. A retórica é assim justificada com base em sua utilidade; a veridicção: o bom discurso seleciona as premissas verdadeiras e transmite corretamente sua verdade à conclusão; a retidão ética: o bom discurso está adequado a um sistema de normas político-morais (para a fala pública); ou religiosas (para a fala religiosa).

A consideração de normas mais rígidas do que a simples coerência funda a possibilidade de uma crítica do discurso argumentativo.

Os termos retórica e argumentação são mostrados dentro da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação*: *a nova retórica,* de maneira inseparável. Até então, procurava-se, às vezes, isolar uma argumentação livre de toda retórica, neutralizando as manifestações ou manipulações éticas e patéticas, função das pessoas em interação, assim como as características espaciotemporais específicas da enunciação e da interação em geral. No limite, o dizer é visto como uma operação puramente intelectual, e a passagem à linguagem lógica permite eliminar a língua natural. Empregado literalmente, esse programa de uma argumentação sem retórica faria do discurso descontextualizado, alexitímico (sem palavra para exprimir a emoção), o ideal do discurso argumentativo. Evidentemente, não

permite a análise do discurso ordinário, em que a argumentação é sempre situada e vivida por sujeitos portadores de interesses, de paixões e de valores.

A seguir retomaremos os estudos retóricos que foram os precursores das indagações sobre a arte de argumentar.

1.3.1. A Retórica

O uso da palavra foi dado ao homem para exercer uma influência: essa é a posição da Retórica de Aristóteles, redigida entre 329 e 323 a. C. Trata-se de uma disciplina definida como "a faculdade de considerar, para cada questão o que pode ser próprio a persuadir" (Aristóteles, 1991:82 *apud* Amossy, 2006a:08). A retórica *aristoteliana* é como nota Plantin (2004: 433),

> [...] a ciência teórica e aplicada do exercício público da fala, proferida diante de um auditório dubidativo, na presença de um contraditor. Por meio de seu discurso, o orador se esforça para impor suas representações, suas formulações e para orientar uma ação.

As definições clássicas[52] acentuam os aspectos estruturais ou funcionais dessa disciplina: (1) Platão, no *Górgias*, coloca a contradição no coração da retórica, definida por Górgias como *o poder de convencer, graças aos discursos, [...] em não importa qual reunião*

[52] A retórica, ou arte de convencer e persuadir, surgiu em Atenas, na Grécia antiga, por volta de 427 a.C., quando os atenienses, tendo consolidado na prática os princípios do legislador Sólon, estavam vivendo a primeira experiência de democracia de que se tem notícia na história. Ora, dentro desse novo estado de coisas, sem a presença de autoritarismo de qualquer espécie, era muito importante que os cidadãos conseguissem dominar a arte de bem falar e de argumentar com as pessoas, nas assembléias populares e nos tribunais. Para satisfazer essa necessidade, afluíram a Atenas, vindo sobretudo das colônias gregas da época, mestres itinerantes que tinham competência para ensinar essa arte. Eles se autodeterminavam "sofistas", sábios, aqueles que professavam a sabedoria. Os mais importantes foram Protágoras e Górgias. Como mestres itinerantes, os sofistas faziam muitas viagens e, por esse motivo, conheciam diversos usos e costumes. Isso lhes dava uma visão de mundo muito mais abrangente do que tinham os atenienses da época e lhes permitia mostrar a seus alunos que uma questão podia admitir diferentes pontos de vista. Um dos princípios propostos por eles era o de que muitos comportamentos humanos não eram naturais, mas criados pela sociedade. Como exemplo, citavam o "sentimento de pudor". Contradizendo os atenienses, que acreditavam que fosse algo natural, os professores de retórica afirmavam, por experiência própria, que, em muitos lugares por que tinham passado, a exposição de certas partes do corpo e certos hábitos tidos lá como normais, se vistos em Atenas, causariam perplexidade e constrangimento. Foi esse tipo de pensamento que deve ter provocado a célebre afirmação de Protágoras: o "homem é medida de todas as coisas, que o levou, inclusive, a afirmar que o verdadeiro sábio é aquele capaz de julgar as coisas segundo as circunstâncias em que elas se inserem e não aquele que pretende expressar verdades absolutas. A retórica, ao contrário da filosofia da época, professada principalmente por Sócrates e Platão, trabalhava, pois, com a teoria dos pontos de vista ou paradigmas, aplicados sobre os objetivos de seu estudo. Por esse motivo, foi inevitável o conflito entre retóricos ou sofistas, de um lado; e os filósofos, de outro, que trabalhavam apenas com dicotomias como verdadeiro/falso, bom/mau etc. (Abreu, 2003:25-26).

de cidadãos (452b-453b), e por Sócrates como *a contrafação de uma parte da política* (463a-d), sendo a política, para Sócrates *a arte que se ocupa da alma* (464ac). (2) Aristóteles a entende como uma ciência orientada para o particular: *Admitamos, portanto, que a retórica é a faculdade de descobrir, especulativamente, aquilo que, em cada caso, é apropriado para persuadir* (*Retórica*: 1,2,25). (3) Para Quintiliano, é uma técnica normativa da fala, *a arte de bem dizer* (*Institution*: II, 17, 37). Ela vem depois da gramática, que é a arte de dizer corretamente.

A prática retórica tende a normalizar tanto o processo de produção do discurso quanto seu produto. O processo comporta, tradicionalmente, cinco etapas: a invenção, a disposição, a elocução, a memorização e a ação.

A invenção é a etapa cognitiva de pesquisa metódica de argumentos, guiada pela técnica das questões tópicas ("inventar" não é tomado no sentido moderno de "criar", mas no sentido de "encontrar, descobrir"). Somente são retidos os melhores argumentos, em função do caso e das circunstâncias de enunciação. A disposição é a etapa de planificação textual, que organiza a sucessão dos argumentos e das partes do discurso. Essas duas primeiras etapas são de ordem lingüístico-cognitiva. A elocução é a colocação do discurso em palavras e frases. O discurso toma forma em uma língua e em um estilo. A memorização do discurso, assim como a invenção, coloca em jogo valores cognitivos. E finalmente a ação oratória que é o momento da performance, da entrega, da espetacularização do discurso. A técnica retórica é aqui a do corpo, do gesto, da voz. As coerções da ação retórica pesam igualmente sobre o auditório, sobre o ator ou sobre o pregador.

No final desse processo, obtém-se o produto acabado, isto é, o discurso em situação tal como foi enunciado. Ele se articula em três partes, tradicionalmente chamadas de exórdio, narração, argumentação e conclusão. A argumentação é a parte central. Ela repousa sobre a exposição dos pontos litigiosos e das posições sustentadas; ela compreende uma parte positiva, a confirmação da posição defendida, e uma parte negativa, a refutação da posição do adversário. Não há oposição entre a argumentação e a narração, que se efetua sempre segundo uma orientação argumentativa particular, a dos interesses e dos valores defendidos no discurso.

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 1. A escolha de uma teoria

Três tipos de efeitos perlocutórios são perseguidos pelo orador: agradar (pela imagem de si projetada no seu discurso, ou *ethos*); informar e convencer (pela lógica de sua narrativa e de sua argumentação, ou *logos*); comover (*pathos*). A terminologia fala de três tipos de provas; trata-se, de fato, de meios de orientação, verbais ou paraverbais. Tradicionalmente, os atos que visam a produzir esses efeitos são concentrados, respectivamente, na introdução (apresentar-se); na narração e na argumentação (informar e argumentar); na conclusão (emudecer).

Enfim, podemos dizer que para a retórica clássica, a fala tem uma força que é exercida nas trocas verbais no curso das quais homens dotados de razão podem por meios não coercitivos, conduzir seus interlocutores a dividir suas convicções fundadas sobre ao que pode parecer plausível e razoável para crer e fazer. Esse ponto de vista explica a centralidade da teoria *aristoteliana* da noção de lugar comum ou, *topos*, sobre o qual o discurso deve se apoiar na medida em que ele se constitui um esquema admitido sobre o qual se pode fundar o acordo.

Dentro dessa tradição *aristoteliana*, a retórica é definida como:

- um discurso que não existe fora do processo de comunicação onde um locutor leva em consideração o seu outro;

- um discurso que pretende agir sobre os espíritos – dentro de um real - trata-se de uma atividade verbal;

- uma atividade verbal que reclama a razão e que se endereça a um auditório capaz de racionalizar;

- um discurso construído, usando técnicas e estratégias para conseguir sua finalidade de persuadir.

1.3.2. A nova retórica de Chaim Perelman

Durante muito tempo a retórica ficou esquecida. Contudo, os estudiosos, C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, em 1958, publicam o *Tratamento da argumentação. A nova retórica* (obra que foi reeditada várias vezes a partir de 1970) na qual a argumentação é definida, como já foi dito antes, pelas *técnicas discursivas que permitem provocar ou ampliar a adesão dos*

espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento (2002:05). Essa obra representa para os estudiosos do discurso argumentativo um divisor de águas. Ela vai retomar a retórica, inserindo nela outros posicionamentos importantes para a compreensão do discurso argumentativo, que até então, não eram levados em consideração. Trata-se de uma reorientação muito importante porque assinala a dimensão comunicacional de toda argumentação. Para agir sobre o discurso, o orador deve se adaptar àquele ou àqueles aos quais ele se dirige *o orador está obrigado, se ele quer agir, a se adaptar ao seu auditório* (2002:09). Com essa perspectiva, Perelman rompe com a concepção da argumentação como demonstração de uma razão lógica fora de toda relação interpessoal. Assim entendida, a argumentação não é uma racionalização dedutiva que se desenvolve na razão da pura lógica, fora de toda interferência do sujeito. Ela necessita, ao contrário, de uma inter-relação entre o locutor e o alocutário. A influência recíproca que exerce um sobre o outro, o orador e seu auditório, dentro da dinâmica do discurso persuasivo constitui, assim, uma das contribuições da "nova retórica".

No *Tratado da argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam as técnicas argumentativas suscetíveis de provocar a adesão do auditório. Eles distinguem entre as técnicas de associação e as de dissociação. Aquelas são entendidas como as que persuadem, estabelecendo uma ligação entre os elementos; e, estas, ao contrário, trabalham para distinguir o que tende a ser confundido ou associado. Segundo Amossy (2006a: 15), *a argumentação por associação é a mais rica dentro da perspectiva perelmaniana*. Ela se divide em duas grandes categorias: os argumentos quase-lógicos, que estabelecem entre os participantes da enunciação uma ligação que se aproxima à da lógica formal (como a incompatibilidade derivada da não-contradição); os argumentos baseados sobre a estrutura do real que associam um elemento a outro, percebido como parte da realidade e já admitido pelo auditório (como a ligação de causa e efeito); e as ligações que fundam a estrutura do real onde a associação constrói uma imagem da realidade (como a analogia). No interior dessas categorias gerais, enumeram-se técnicas diversas que apresentam diferentes modalidades.

1.3.3. A argumentação após a nova retórica

O interesse pela argumentação continua e ganha força em todos os campos do saber. Assiste-se há algum tempo uma dupla explosão da noção de argumentação: de um lado interrogações teóricas em torno das relações entre argumentação, retórica e discurso; do outro, um acordo sobre o lugar de produzir argumentação dentro da análise de dados empíricos os mais diversos (propagandas, discurso político, discurso cientifico, discurso jurídico, teatro e literatura, etc.).

As pesquisas sobre argumentação procuram definir um campo à parte, particular e autônomo. Mas essa unidade se apresenta problemática em razão da variedade de disciplinas conexas que se encontram no caminho da argumentação, mesmo que a argumentação não seja o centro teórico e metodológico dessas disciplinas, como é o caso da análise do discurso, da lingüística textual, das ciências da comunicação e da informação, das ciências cognitivas em sua relação com a linguagem humana e as línguas naturais. Sem falar dos domínios de aplicação no ensino, no *marketing*, na comunicação política e no discurso jurídico, etc.

Assim, em muitos posicionamentos teóricos, a argumentação é central. Ela está presente como um dos componentes maiores do funcionamento da linguagem humana: nas teorias pragmáticas como nas aproximações textuais, nas problemáticas enunciativas como nas perspectivas cognitivas da interpretação de textos. Não existe um campo unitário da argumentação, existe ao contrário um conjunto de trabalhos teóricos que refletem posições fortes, originais, estimulantes, e que deram origem a inúmeros trabalhos.

A reflexão sobre a construção do discurso argumentativo no *corpus*, desta pesquisa, será feita no capítulo I da terceira parte. Acreditamos que exista uma estruturação do discurso que determina os gêneros do discurso constituídos pela defesa que se apresenta dentro de uma ordem cronológica que por si constitui um argumento do enunciador. Percebemos que ao enunciar o Defensor Público obedece a uma organização discursiva. Tal organização é recorrente nos dois discursos transcritos constituídos nas audiências do Tribunal do Júri.

CAPÍTULO 2

OS ESCRITOS DO TRABALHO REAL E O REAL DA ATIVIDADE

Neste capítulo, descreveremos como se estrutura o trabalho do defensor, considerando os escritos que regulam o real da sua atividade de trabalho. A denominação "defensor" pode ser entendida como advogado particular, advogado dativo (nomeado pelo Juiz *ad hoc*), advogado curador (nomeado pelo Juiz *ad hoc,* no caso dos menores de 21 anos e maiores de 18 anos) e advogado Defensor Público (concursado).

2.1. Os escritos para o trabalho

Durante muito tempo, os estudiosos da linguagem demonstraram pouco interesse por questões que envolvessem o trabalho. A existência desse distanciamento se confirmava na ausência das ciências da linguagem entre o conjunto de fontes teóricas sobre a gestão das organizações.

Dois motivos confirmavam esse isolamento. Primeiramente, existe uma idéia enganosa daquilo que se poderia chamar de a "transparência da linguagem". Acredita-se saber tudo sobre ela. Muitos administradores acreditam que a linguagem serve como suporte ou veículo de informação e ficam admirados quando suas declarações solenes são mal compreendidas, "falsamente" interpretadas ou "deformadas" (Souza-e-Silva, 2004). A segunda razão desse distanciamento está ligada à história da própria Lingüística, cujas pesquisas ficaram, durante muito tempo, voltadas para o estudo imanente da língua, seja para sua estrutura arbitrária, o sistema, segundo os estruturalistas, seja para a elaboração de uma gramática universal, de acordo com os gerativistas (Souza-e-Silva, 2004).

Todavia, essa postura de isolamento tem apresentado modificações relevantes na última década. A partir dos anos sessenta, desenvolvem-se correntes pragmáticas e enunciativas, que relevam a preocupação com os usos efetivos da linguagem em situações concretas do

cotidiano. Na década de oitenta, na França, e, década de noventa no Brasil, surgem pesquisas direcionadas também para as relações de trabalho. Inicia-se, assim, a construção de um corpo de conhecimentos relativos à dimensão linguageira *do/no e sobre* o trabalho que permite aos estudiosos do assunto várias reflexões, entre elas aquela referente à caracterização dos escritos no trabalho.

Os escritos *no/do e sobre* o trabalho constituem presença constante na atividade do Defensor Público e são formalizados por códigos, doutrina e jurisprudências. Esses prescritos regulamentam todo o direito e os procedimentos que esse profissional deve adotar: como conduzir o seu trabalho, o que falar, em que momento falar, sobre o que falar. De uma forma geral, esses prescritos que controlam a atividade do Defensor tentam regulamentar tudo o que, por ventura, possa ocorrer num processo criminal.

A preocupação por esses prescritos tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores. Boutet (1993) interessa-se por todo o tipo de escritos que são produzidos em situação de trabalho, não só os que poderiam dizer "de trabalho", mas qualquer propriedade de escritos ou discursos. A primeira característica dos escritos no trabalho, segundo a autora, seria a coexistência permanente dos lugares de trabalho com outros modos de organização do simbólico: palavra oral, gráfica, icônica, planos e ainda alguns textos que coexistem com gravuras ou desenhos. Os escritos no trabalho, ou seja, prescritos orais, sempre estiveram em contato com o trabalho "real". Muitos conhecimentos sobre um determinado *métier* são passados oralmente entre os trabalhadores, sem terem que estar necessariamente prescritos e, muitas vezes, são indispensáveis para o funcionamento dos serviços.

Boutet (1993) preocupa-se também com a inscrição dos sujeitos nos enunciados e faz uma reflexão sobre a questão do enunciador do texto: quem enuncia?; quem escreve?

No oral, sabe-se perfeitamente que o sujeito enunciador é dado pela situação de enunciação. Contudo, há situações em que a unicidade do sujeito é contestável.

A necessidade de identificar o enunciador nos escritos "sobre/no trabalho" não é um questionamento acadêmico sobre o estilo, mas um olhar voltado para os conflitos sociais que podem emanar de sua interpretação, de seu colocar em obra, do seu agir.

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade

Uma característica *taylorista* do trabalho prescrito é a sua relação estreita com o registro do necessário, da obrigação e do dever: o trabalho que deve ser feito, tal qual a hierarquia o conhece, tal qual está escrito, que deve ser realizado. O prescrito possui assim uma função jurídica, garantindo para todos uma regra, uma norma que deve ser conhecida e aplicada. Apesar de ser senso comum que um texto escrito é feito para ser lido, isso não acontece em situação de trabalho.

Nos escritos do trabalho real, nas autoprescrições, a inscrição do sujeito enunciador é forte. Esses escritos possuem traços do conhecimento não reconhecidos, não oficiais, mas sem os quais o trabalho não poderia ser efetuado sem incidentes permanentes. Graças a eles, os trabalhadores guardam na memória conhecimentos do trabalho complementar e conhecimentos oficiais. São conhecimentos não legítimos, não reconhecidos, e, no entanto, necessários, adquiridos no decorrer de anos de experiência. Esses escritos do trabalho real são os vetores da construção identitária do trabalho, da construção do coletivo de trabalho, que se reencontram sobre a mesma prática estrutural.

Uma terceira característica dos escritos no/sobre o trabalho reside em uma relação não trivial entre a leitura e a escritura de textos. Boutet (1993) menciona uma distinção feita por Maingueneau sobre "discurso fechado" e "discurso aberto": este seria feito por um grupo menor de escritores e maior de leitores e aquele seria formado por um grupo mais ou menos equivalente de escritores e leitores. Essa distinção serve para separar a escritura da leitura.

Os escritos do trabalho prescrito são feitos de início para existir, para testemunhar, e são um recurso potencial em caso de conflitos e litígios ou incidentes. Os agentes conhecem mais ou menos a existência deles. Um escritor de notas de serviço ou de regulamentos, por exemplo, é colocado em uma situação enunciativa estranha: sua subjetividade enunciativa encontra pouco para exprimir, escrevem-se procedimentos que não serão lidos, que não serão feitos por outros leitores, mas como recursos eventuais.

Com os escritos do trabalho real, autor e leitor são, freqüentemente, a mesma pessoa; esses textos não são, em geral, destinados a serem lidos por outras pessoas, sendo considerados secretos e escondidos.

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade

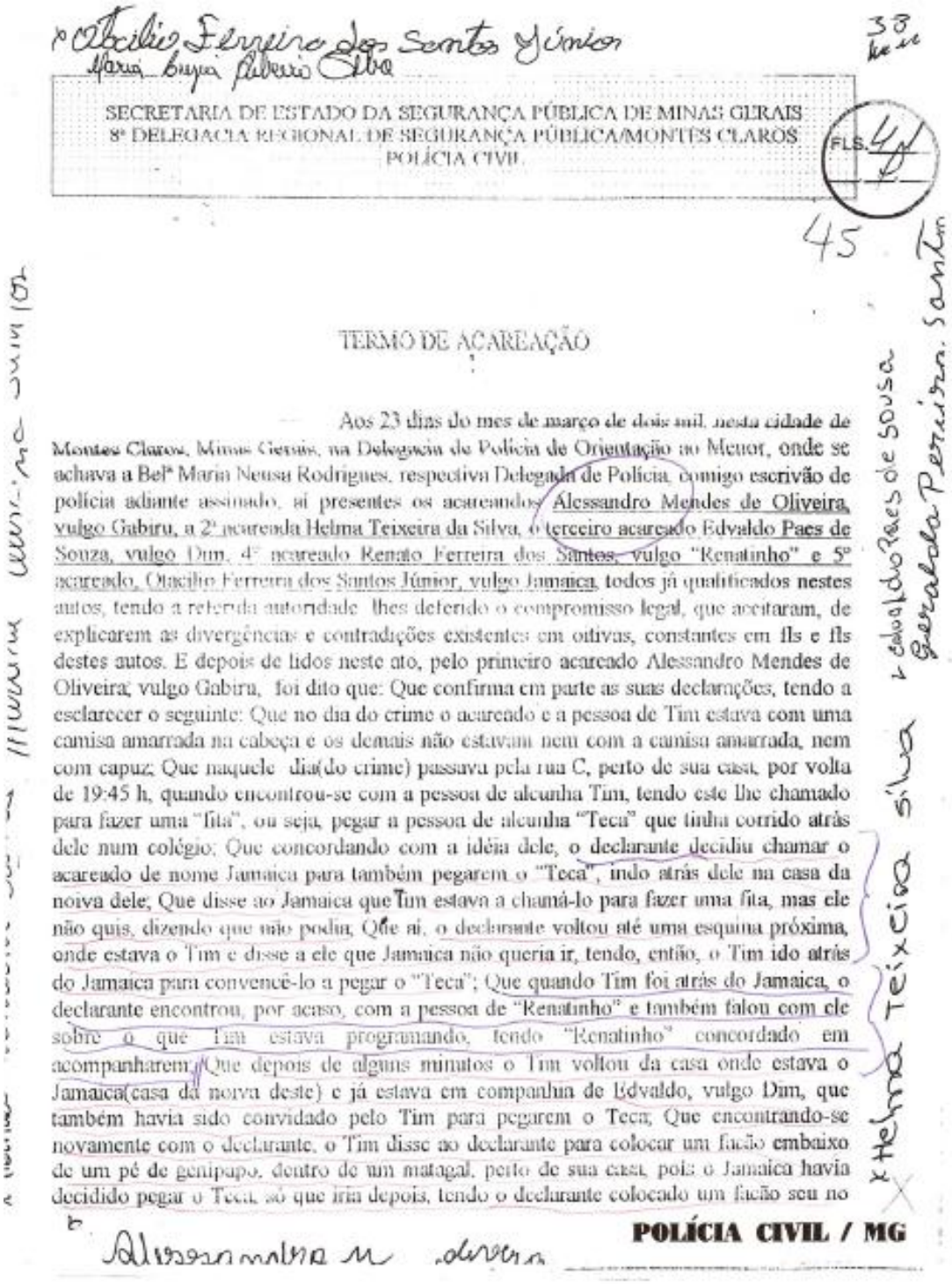
Os textos produzidos em situação de trabalho constituem objetos cuja materialidade autoriza comparações com outros tipos de escritos e, em particular, a produção literária, mas sua descrição faz aparecer importantes especificidades que necessitam fazer repensar as categorias de análise disponíveis. Esses textos têm aqui particularidades que estão sempre em relação de diálogo com o exterior, do não-texto, seja com o sistema técnico e social que constrói sua pertinência, seja com o conjunto de ações não verbais que, segundo as situações, os comentam, os exibem, os verificam, os executam ou os remetem a questionamentos.

A seguir, apresentaremos exemplos desses escritos do trabalho real:

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade



Otacílio Ferreira dos Santos Júnior
Maria Luiza Alves Silva

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS
8ª DELEGACIA REGIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/MONTES CLAROS
POLÍCIA CIVIL

FLS. 44

45

TERMO DE ACAREAÇÃO

Aos 23 dias do mes de março de dois mil, nesta cidade de Montes Claros, Minas Gerais, na Delegacia de Polícia de Orientação ao Menor, onde se achava a Belª Maria Neusa Rodrigues, respectiva Delegada de Polícia, comigo escrivão de polícia adiante assinado, aí presentes os acareandos Alessandro Mendes de Oliveira, vulgo Gabiru, a 2ª acareada Helma Teixeira da Silva, o terceiro acareado Edvaldo Paes de Souza, vulgo Dim, 4º acareado Renato Ferreira dos Santos, vulgo "Renatinho" e 5º acareado, Otacílio Ferreira dos Santos Júnior, vulgo Jamaica, todos já qualificados nestes autos, tendo a referida autoridade lhes deferido o compromisso legal, que aceitaram, de explicarem as divergências e contradições existentes em oitivas, constantes em fls e fls destes autos. E depois de lidos neste ato, pelo primeiro acareado Alessandro Mendes de Oliveira, vulgo Gabiru, foi dito que: Que confirma em parte as suas declarações, tendo a esclarecer o seguinte: Que no dia do crime o acareado e a pessoa de Tim estava com uma camisa amarrada na cabeça e os demais não estavam nem com a camisa amarrada, nem com capuz; Que naquele dia(do crime) passava pela rua C, perto de sua casa, por volta de 19:45 h, quando encontrou-se com a pessoa de alcunha Tim, tendo este lhe chamado para fazer uma "fita", ou seja, pegar a pessoa de alcunha "Teca" que tinha corrido atrás dele num colégio; Que concordando com a idéia dele, o declarante decidiu chamar o acareado de nome Jamaica para também pegarem o "Teca", indo atrás dele na casa da noiva dele; Que disse ao Jamaica que Tim estava a chamá-lo para fazer uma fita, mas ele não quis, dizendo que não podia; Que aí, o declarante voltou até uma esquina próxima, onde estava o Tim e disse a ele que Jamaica não queria ir, tendo, então, o Tim ido atrás do Jamaica para convencê-lo a pegar o "Teca"; Que quando Tim foi atrás do Jamaica, o declarante encontrou, por acaso, com a pessoa de "Renatinho" e também falou com ele sobre o que Tim estava programando, tendo "Renatinho" concordado em acompanharem; Que depois de alguns minutos o Tim voltou da casa onde estava o Jamaica(casa da noiva deste) e já estava em companhia de Edvaldo, vulgo Dim, que também havia sido convidado pelo Tim para pegarem o Teca; Que encontrando-se novamente com o declarante, o Tim disse ao declarante para colocar um facão embaixo de um pé de genipapo, dentro de um matagal, perto de sua casa, pois o Jamaica havia decidido pegar o Teca, só que iria depois, tendo o declarante colocado um facão seu no

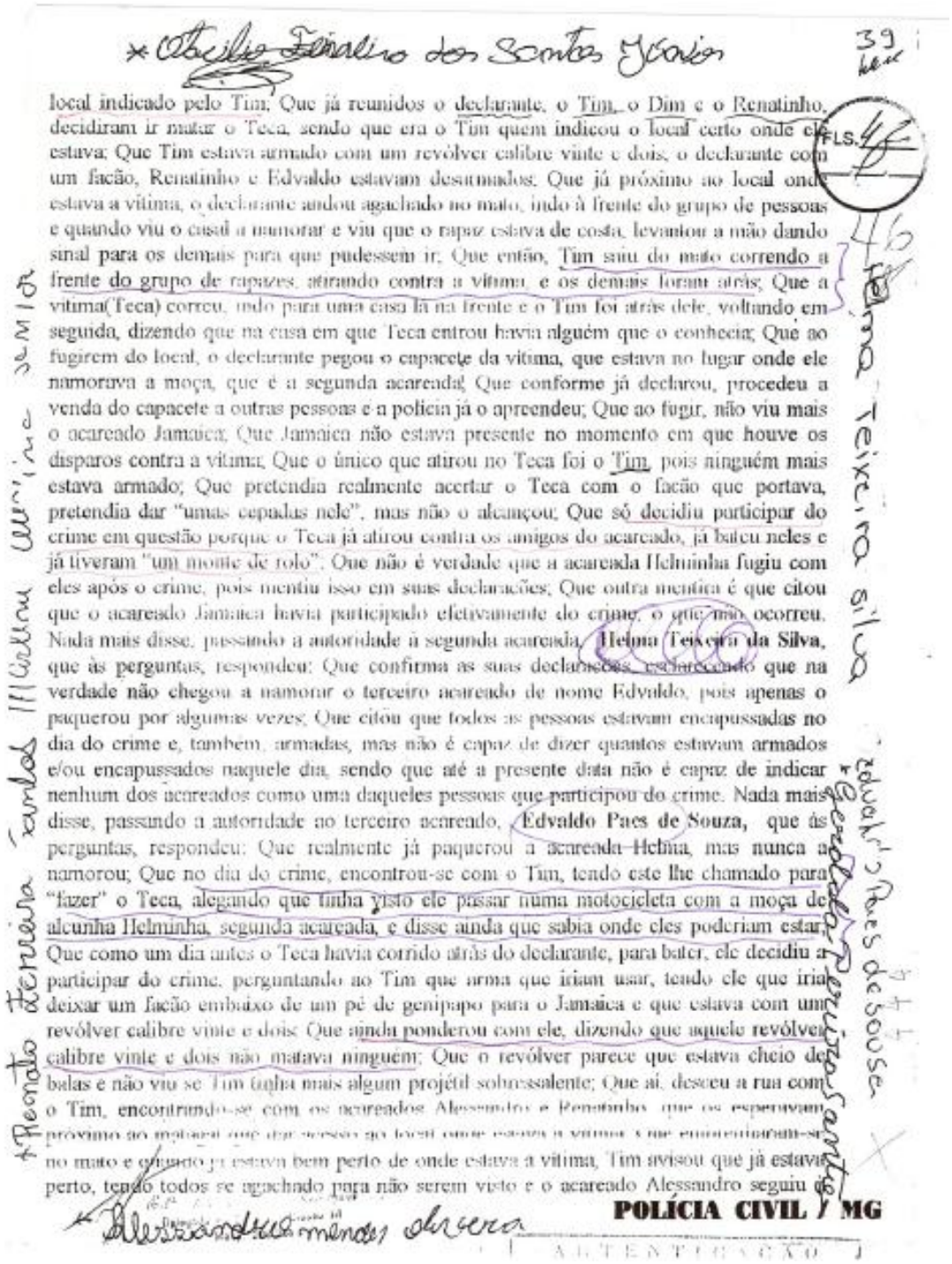
Alessandro Mendes de Oliveira

POLÍCIA CIVIL / MG

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade



local indicado pelo Tim; Que já reunidos o declarante, o Tim, o Dim e o Renatinho, decidiram ir matar o Teca, sendo que era o Tim quem indicou o local certo onde ele estava; Que Tim estava armado com um revólver calibre vinte e dois, o declarante com um facão, Renatinho e Edvaldo estavam desarmados; Que já próximo ao local onde estava a vítima, o declarante andou agachado no mato, indo à frente do grupo de pessoas e quando viu o casal a namorar e viu que o rapaz estava de costa, levantou a mão dando sinal para os demais para que pudessem ir; Que então, Tim saiu do mato correndo a frente do grupo de rapazes, atirando contra a vítima, e os demais foram atrás; Que a vítima(Teca) correu, indo para uma casa lá na frente e o Tim foi atrás dele, voltando em seguida, dizendo que na casa em que Teca entrou havia alguém que o conhecia; Que ao fugirem do local, o declarante pegou o capacete da vítima, que estava no lugar onde ele namorava a moça, que é a segunda acareada; Que conforme já declarou, procedeu a venda do capacete a outras pessoas e a polícia já o apreendeu; Que ao fugir, não viu mais o acareado Jamaica; Que Jamaica não estava presente no momento em que houve os disparos contra a vítima; Que o único que atirou no Teca foi o Tim, pois ninguém mais estava armado; Que pretendia realmente acertar o Teca com o facão que portava, pretendia dar "umas cepadas nele", mas não o alcançou; Que só decidiu participar do crime em questão porque o Teca já atirou contra os amigos do acareado, já baleu neles e já tiveram "um monte de rolo"; Que não é verdade que a acareada Helminha fugiu com eles após o crime, pois mentiu isso em suas declarações; Que outra mentira é que citou que o acareado Jamaica havia participado efetivamente do crime, o que não ocorreu. Nada mais disse, passando a autoridade à segunda acareada, **Helma Teixeira da Silva**, que às perguntas, respondeu: Que confirma as suas declarações, esclarecendo que na verdade não chegou a namorar o terceiro acareado de nome Edvaldo, pois apenas o paquerou por algumas vezes; Que citou que todos as pessoas estavam encapuzadas no dia do crime e, também, armadas, mas não é capaz de dizer quantos estavam armados e/ou encapuzados naquele dia, sendo que até a presente data não é capaz de indicar nenhum dos acareados como uma daqueles pessoas que participou do crime. Nada mais disse, passando a autoridade ao terceiro acareado, **Edvaldo Paes de Souza**, que às perguntas, respondeu: Que realmente já paquerou a acareada Helma, mas nunca a namorou; Que no dia do crime, encontrou-se com o Tim, tendo este lhe chamado para "fazer" o Teca, alegando que tinha visto ele passar numa motocicleta com a moça de alcunha Helminha, segunda acareada, e disse ainda que sabia onde eles poderiam estar; Que como um dia antes o Teca havia corrido atrás do declarante, para bater, ele decidiu a participar do crime, perguntando ao Tim que arma que iriam usar, tendo ele que iria deixar um facão embaixo de um pé de genipapo para o Jamaica e que estava com um revólver calibre vinte e dois; Que ainda ponderou com ele, dizendo que aquele revólver calibre vinte e dois não matava ninguém; Que o revólver parece que estava cheio de balas e não viu se Tim tinha mais algum projétil sobressalente; Que aí, desceu a rua com o Tim, encontrando-se com os acareados Alessandro e Renatinho, que os esperavam próximo ao motocar que dar acesso ao local onde estava a vítima, e que entraram-se no mato e quando já estava bem perto de onde estava a vítima, Tim avisou que já estavam perto, tendo todos se agachado para não serem visto e o acareado Alessandro seguiu o

POLÍCIA CIVIL / MG

AUTENTICAÇÃO

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade



× Otacílio Ferreira dos Santos

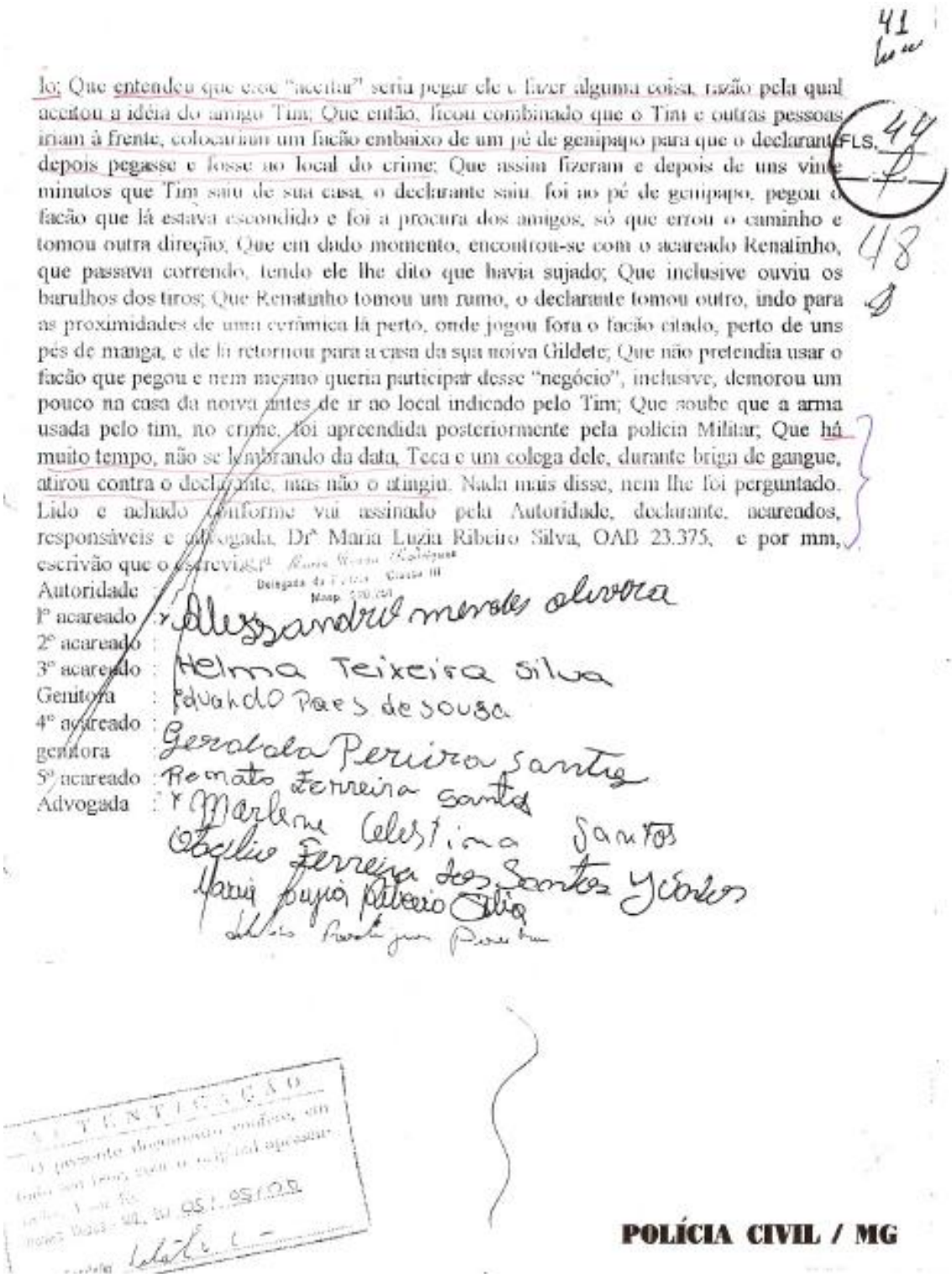
frente, agachado no mato e quando viu que o momento estava propício para o crime, ele levantou a mão dando sinal para que seguissem, tendo todos saído correndo do interior do mato e à frente do grupo de pessoas estava o Tim, com um revólver; Que aproximando-se da vítima o Tim já passou a atirar, efetuando quatro ou cinco tiros; Que a vítima fugiu, o Tim correu atrás dele e o declarante também correu um pouco, cerca de uns cinco metros; Que apesar de ter corrido atrás da vítima, não tinha arma consigo, apenas tinha a intenção de pegá-lo, já que Tim havia mandado; Que após a vítima ter corrido, quando todos os autores fugiam do local, viu o acareado Alessadro apanhar um capacete da vítima que havia ficado no local onde ele estava com a moto; Que depois todo mudo espalhou, ninguém mais viu ninguém e o declarante foi embora para a sua casa. Nada mais disse. Passando a Autoridade ao quarto acareado, Sr. Renato **Ferreira dos santos,** que às perguntas, Respondeu: Que retifica as suas declarações, pois realmente participou do crime em questão, tendo a esclarecer o seguinte: Que no dia do crime encontrou-se "de bobeira" com o acareado Alessandro, tendo este lhe dito que estavam planejando matar o Teca e o chamou para participar, tendo o declarante aceitado, pois Teca já havia atirado numa de suas pernas alguns meses antes; Que ficaram a esperar pelo Tim que havia saído para chamar o Jamaica para participar do crime e quando ele retornou, estava apenas com a pessoa do acareado Edvaldo; Que não quiseram esperar pelo Jamaica, pois este havia ficado de ir depois e, inclusive, foi escondido um facão embaixo de um pé de genipapo para que ele pudesse fazer uso; Que então, todos entraram no mato e já próximo onde estava a vítima o Tim deu o aviso, indicando que o local onde estava a vítima estava próximo e o acareado Alessandro saiu à frente, agachado e aí, ele deu sinal com a mão, mandando que seguissem; Que todos saíram do mato, indo de encontro à vítima e o Tim, que estava à frente do grupo, passou a atirar nela; Que a vítima fugiu, entrando numa casa lá na frente, Tim saiu atrás dela e os outros também correram atrás dela, mas não correram tanto quanto o Tim; Que quando fugiam, Gabiru pegou o capacete da vítima e, inclusive, viu quando o acareado Gabiru colocou o capacete na cabeça, num gesto de brincadeira; Que quando fugia, ainda dentro do matagal, num lugar bem à frente de onde houve o crime, encontrou-se com o acaredo Otacílio, vulgo Jamaica, e passou rapidamente perto dele e disse: "sujou" e continuou a correr, não vendo para onde ele foi; Que não portava consigo nenhuma arma, "estava de mãos limpas". Nada mais disse, passando a autoridade ao acareado Otacílio **Ferreira dos Santos Júnior,** vulgo Jamaica, que às perguntas, respondeu: Que também retifica as suas declarações, esclarecendo o seguinte: Que no dia do crime em questão, o declarante dirigia-se para a casa de sua noiva Gildete, tendo, no caminho, encontrado a pessoa de Gabiru(primeiro acareado), conversou com ele brevemente, fumaram cigarros e depois ele seguiu o destino; Que pouco tempo depois que havia chegado a casa da noiva, o primeiro acareado(Gabiru) chegou lá e chamá-lo dizendo que o Tim o havia mandado chamar para "fazer uma fita", dando a entender que era para aprontar qualquer coisa ruim; Que disse a ele que não podia pois o seu filho estava doente e não podia sair; Que instantes depois o próprio Tim foi a sua casa e lhe disse que havia sofrido ameaça de morte por parte de individuo de alcunha Teca e que ele estava num mato, perto da lagoa dos portugueses, dizendo assim que iria "acertar" ele, chamando o declarante para ajudá-

POLÍCIA CIVIL / MG

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade



lo; Que entendeu que esse "acertar" seria pegar ele e fazer alguma coisa, razão pela qual aceitou a idéia do amigo Tim; Que então, ficou combinado que o Tim e outras pessoas iriam à frente, colocariam um facão embaixo de um pé de genipapo para que o declarante depois pegasse e fosse ao local do crime; Que assim fizeram e depois de uns vinte minutos que Tim saiu de sua casa, o declarante saiu, foi ao pé de genipapo, pegou o facão que lá estava escondido e foi a procura dos amigos, só que errou o caminho e tomou outra direção; Que em dado momento, encontrou-se com o acareado Renatinho, que passava correndo, tendo ele lhe dito que havia sujado; Que inclusive ouviu os barulhos dos tiros; Que Renatinho tomou um rumo, o declarante tomou outro, indo para as proximidades de uma cerâmica lá perto, onde jogou fora o facão citado, perto de uns pés de manga, e de lá retornou para a casa da sua noiva Gildete; Que não pretendia usar o facão que pegou e nem mesmo queria participar desse "negócio", inclusive, demorou um pouco na casa da noiva antes de ir ao local indicado pelo Tim; Que soube que a arma usada pelo tim, no crime, foi apreendida posteriormente pela polícia Militar; Que há muito tempo, não se lembrando da data, Teca e um colega dele, durante briga de gangue, atirou contra o declarante, mas não o atingiu. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade, declarante, acareados, responsáveis e advogada, Drª Maria Luzia Ribeiro Silva, OAB 23.375, e por mm, escrivão que o escreveu.

Autoridade :
1º acareado : Alessandro morais oliveira
2º acareado :
3º acareado : Helma Teixeira Silva
Genitora : Eduardo Paes de Sousa
4º acareado :
genitora : Geralda Pereira Santos
5º acareado : Renato Ferreira Santos
Advogada : Marlene Celestina Santos
Otaciio Ferreira dos Santos Júnior
Maria Lúcia Ribeiro Silva

41
FLS. 44
48

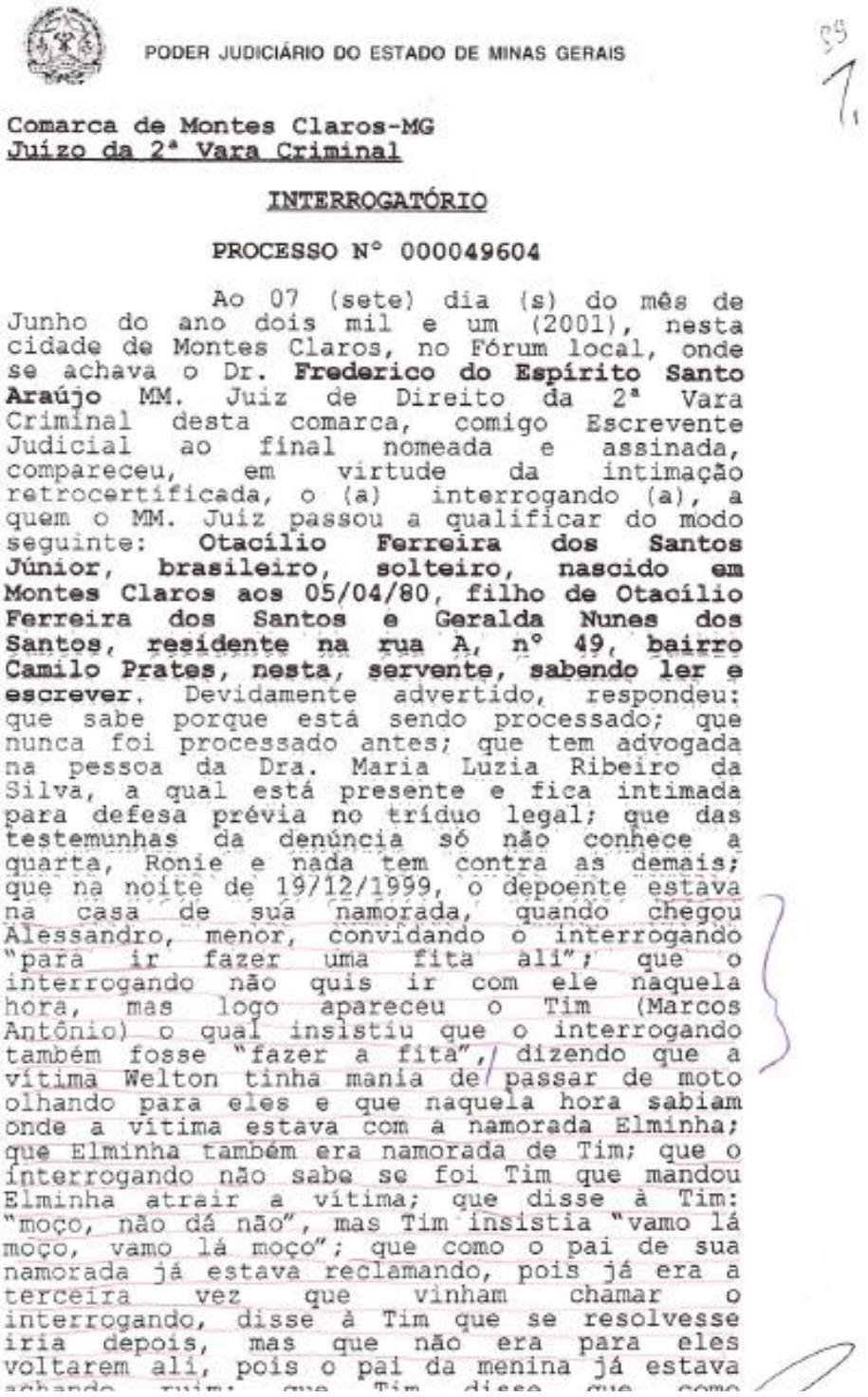
AUTENTICAÇÃO
O presente documento confere em todo seu teor com o original apresentado
Belo Horizonte, 30/05/2008

POLÍCIA CIVIL / MG

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Comarca de Montes Claros-MG
Juízo da 2ª Vara Criminal

INTERROGATÓRIO

PROCESSO Nº 000049604

Ao 07 (sete) dia (s) do mês de Junho do ano dois mil e um (2001), nesta cidade de Montes Claros, no Fórum local, onde se achava o Dr. **Frederico do Espírito Santo Araújo** MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal desta comarca, comigo Escrevente Judicial ao final nomeada e assinada, compareceu, em virtude da intimação retrocertificada, o (a) interrogando (a), a quem o MM. Juiz passou a qualificar do modo seguinte: **Otacílio Ferreira dos Santos Júnior, brasileiro, solteiro, nascido em Montes Claros aos 05/04/80, filho de Otacílio Ferreira dos Santos e Geralda Nunes dos Santos, residente na rua A, nº 49, bairro Camilo Prates, nesta, servente, sabendo ler e escrever.** Devidamente advertido, respondeu: que sabe porque está sendo processado; que nunca foi processado antes; que tem advogada na pessoa da Dra. Maria Luzia Ribeiro da Silva, a qual está presente e fica intimada para defesa prévia no tríduo legal; que das testemunhas da denúncia só não conhece a quarta, Ronie e nada tem contra as demais; que na noite de 19/12/1999, o depoente estava na casa de sua namorada, quando chegou Alessandro, menor, convidando o interrogando "para ir fazer uma fita ali"; que o interrogando não quis ir com ele naquela hora, mas logo apareceu o Tim (Marcos Antônio) o qual insistiu que o interrogando também fosse "fazer a fita", dizendo que a vítima Welton tinha mania de passar de moto olhando para eles e que naquela hora sabiam onde a vítima estava com a namorada Elminha; que Elminha também era namorada de Tim; que o interrogando não sabe se foi Tim que mandou Elminha atrair a vítima; que disse à Tim: "moço, não dá não", mas Tim insistia "vamo lá moço, vamo lá moço"; que como o pai de sua namorada já estava reclamando, pois já era a terceira vez que vinham chamar o interrogando, disse à Tim que se resolvesse iria depois, mas que não era para eles voltarem ali, pois o pai da menina já estava

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

90
1

resolvesse, podia encontrar com eles seguindo pelo trilheiro da Lagoa dos Portugueses; que quinze ou vinte minutos depois, o interrogando resolveu ir encontrar com os amigos, para dar um "couro" na vítima; que quando chegou perto da lagoa, já ouviu dois disparos; que logo em seguida encontrou Renatinho que vinha correndo e dizendo "sujou cara, sujou, a polícia vem vindo"; que dali cada qual correu para o seu lado, para a polícia não pegar os dois; que também é conhecido sob o apelido de "Negão Jamaica"; que de fato portava boné preto naquela noite; que a vítima, um mês antes, tinha desferido um tiro na perna de Renatinho; que de fato disse na polícia que Elminha é sua prima; que mais ou menos um ano antes, a vítima e a gangue dele tinham corrido atrás do interrogando; que saiu de casa de sua namorada por volta de nove horas da noite; que a vítima fazia parte da gangue do canguru; que não sabe quem mandou Elminha levar a vítima até o local onde foi agredida; que não sabe quem gritou para a vítima "não corre não"; que quem primeiro atirou na vítima com o revólver 32 foi "Dim"(Edivaldo) e depois quem atirou nas costas da vítima já caída foi "Tim"(Marco Antônio); que não sabe por que a vítima está dizendo que foi o interrogando quem atirou nela; que o interrogando estava com um revólver 22; que quando a vítima levantou e saiu correndo e já estava entrando na casa de uma mulher que mora ali perto, o interrogando só disparou um tiro com o revólver 22, mas não acertou; que foi Tim quem lhe passou o revólver 22. Nada mais havendo, encerrou-se este termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, (Ana Paula M. B. Fulgêncio), Escrevente Judicial II, o digitei.

MM. Juiz:

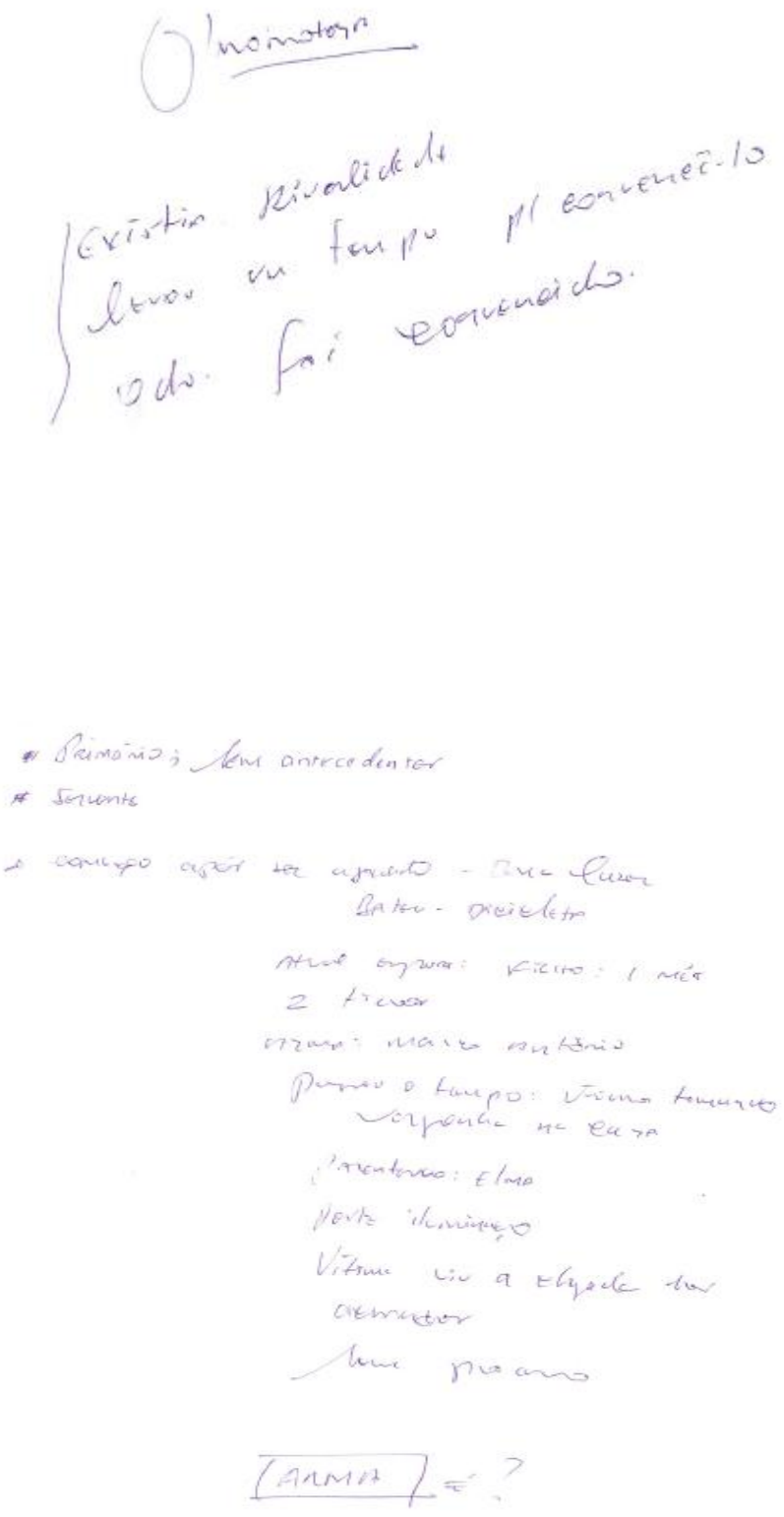
Interrogando: Otacílio Ferreira dos Santos Júnior

Advogada: Maria Luzia Ribeiro Silva

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade



Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 2. Os escritos do trabalho real e o real da atividade

Os documentos apresentados anteriormente exemplificam os escritos secretos, escondidos do nosso protagonista do trabalho. São escritos feitos para organizar ou auxiliar o seu discurso no Tribunal do Júri. Podemos perceber que existem grifos em azul e em vermelho, realizados em momentos diferentes, que atestam sentidos diferentes para a realização do trabalho. Além dos grifos, temos ainda anotações realizadas em momento antes da sua atuação em plenário. Vejamos, a seguir, os comentários feitos por nosso protagonista do trabalho no momento da autoconfrontação simples:

DEFENSOR: 5: 34

Esse começo de ... trabalho... nós não temos ainda precisamente a tese que vai ser escolhida ... se eu chegar:: com a tese já escolhida ... e sem alternativa de trabalho ... a gente corre o risco da surpresa ... o réu sempre tende a ocultar a dissimular ... ele procura muito se defender ao sabor do momento sem contar com coerência ... com as outras fases anteriores ... durante o inquérito ... durante o interrogatório com o Juiz no Fórum ***... então a gente usa o critério de ler o processo três vezes ... pra ter:: é:: conhecimento mais íntimo de todos os depoimentos tudo que aconteceu então a gente passa dois três dias lendo o processo lendo uma duas ou três vezes ... na segunda leitura eu faço os grifos de vermelho ... o que potencialmente vai ajudar o cliente ... durante o tribunal ... mas na hora que começa a seleção de jurados ... o interrogatório novamente do acusado fala da Promotoria ... de azul eu verifico o que que realmente pode ser lido pode ser empregado ... faz uma triagem uma peneira para poder separar um material que pode ter utilidade junto aos jurados ... enquanto vai falando eu começo a ... vasculhar os papéis eu fico com essa postura durante toda a fala do acusado e toda fala da Promotoria ...***

No momento da autoconfrontação, o protagonista do trabalho explica a importância dos escritos do trabalho real. Tais escritos não aparecem de maneira formal, mas existem e ajudam na organização do trabalho.

CAPÍTULO 3

A RELAÇÃO TRABALHO E LINGUAGEM

Neste capítulo, iremos observar como se estabelece a relação linguagem e trabalho em nossa pesquisa, sob a perspectiva da linguagem *como* trabalho, na atividade do Defensor Público. Iremos abordar a importância do prescrito, do escrito e do oral no trabalho do Defensor Público; a linguagem em ambiente formal de trabalho; a linguagem *como*/*no* trabalho; a linguagem *sobre* o trabalho e o método da autoconfrontação; e, por fim, a linguagem *como* trabalho e o processo-crime.

3.1. A linguagem *como* trabalho, *sobre* o trabalho e *no* trabalho

Pensando na complexidade que envolve a utilização da linguagem em situação de trabalho, Lacoste (1998:15) propõe uma tripartição na abordagem dessa relação "linguagem *como* trabalho", "linguagem *no* trabalho" e "linguagem *sobre* o trabalho". Essa divisão não é excludente, mas é necessária para compreender as materializações da linguagem no que se refere ao trabalho.

A linguagem *como* trabalho não é somente uma dimensão, dentre outras, do trabalho, mas ela própria se reveste de uma série de dimensões (Noroudine, 2002). A linguagem é econômica, dado que a comunicação, em situação de trabalho e durante a atividade, é utilizada como meio de gestão do tempo de trabalho. A linguagem também é social, no sentido conferido por Bakhtin em sua teoria do enunciado, uma vez que o enunciado é construído entre duas pessoas que se organizam socialmente. Mesmo que não haja um interlocutor real, este é pressuposto na pessoa do representante normal, ou seja, do grupo social ao qual o locutor pertence. O discurso é sempre orientado para o interlocutor, para aquilo que este interlocutor representa (Todorov, 1981:181-216).

A dimensão ética da linguagem é um corolário do caráter social do enunciado. Sem uma determinada visão ou modelo de humanidade no qual as contradições sociais não se apresentam necessariamente como competição por se constituírem em fator de progresso, podendo, antes, abrir o campo a debates, as trocas no trabalho não seriam uma condição de possibilidade da cooperação, que só é necessária à construção dos coletivos de trabalho.

Existe no trabalho uma parcela de linguagem que não participa diretamente da atividade específica por meio da qual um operador ou um determinado coletivo concretiza uma intenção de trabalho, manifestando-se como "corpo-si" (Schwartz, 1998:107) essa linguagem seria denominada como linguagem *no* trabalho.

Enquanto a "linguagem *como* trabalho" é expressa pelo ator e/ou coletivo dentro da atividade, em tempo e lugar reais, a "linguagem *no* trabalho" seria, antes, uma das realidades constitutivas da situação de trabalho global na qual se desenrola a atividade.

A linguagem *como* trabalho seria aquela imbricada com o agir na atividade de trabalho. Nas palavras de Lacoste (2001) é "quand le travail devient communication". Trabalhar é então comunicar. Saber fazer o uso adequado da palavra é saber trabalhar.

Segundo Lacoste (2001):

> A comunicação não é somente uma ferramenta ou serviço da cooperação e da coordenação entre os diferentes atores da empresa. Ela não se reduz ao papel servidor da ação, ela mesma é ação [...] Trata-se de perguntar, de explicar, de dizer e de contradizer, de dar as instruções, de ligar os fatos, de narrar os acontecimentos, as condutas verbais estão sempre presentes no quotidiano das empresas. Mas algumas situações particularizam os atos de linguagem que se constituem os atos de base do trabalho. Fazer consiste então em dizer. É o caso dos trabalhos de venda, da relação de serviço; é também o caso dos praticantes da linguagem que são os juízes, os advogados, os trabalhadores sociais e mesmo os médicos, [...]. (tradução nossa) (Lacoste, 2001:39-40).[53]

[53] La communication n"est pas seulement un outil ou service de la coopération et de la coordination entre les différents acteurs de l"entreprise. Elle ne se réduit pas à ce role de servante de l"action, elle est elle-même action. [...] Qu"il s"agisse d"interroger, d"expliquer, de dire et de contredire, de donner, les instructions, de rapporter des faits, de raconter des événements, les conduites verbales sont partout presentes dans le quotidien entreprises. Mais certaines situations ont ceci de particulier que les actes de langages y constituent les actes de base du travail. Faire consiste alors à dire. C"est le cas des métiers de la vente, de la relation de services; c"est ausssi le cas de ces praticiens de la parole que sont le juge, les avocats, les travailleurs sociaux, et même les medecins, [...](Lacoste, 2001:39-40).

É nesse âmbito que o Defensor Público desenvolve sua atividade de trabalho. A atividade de trabalho do Defensor Público se desenvolve por meio da palavra. O seu fazer é o seu dizer.

Como podemos perceber, a linguagem *como* trabalho é a atividade e o objeto de alguns trabalhadores, como, por exemplo, o advogado, em nossa pesquisa, representado pelo Defensor Público. Esse trabalhador se apropria da linguagem para desenvolver o seu *métier*. Acredita-se que saber manejá-la adequadamente consiste em ter êxito em seu trabalho. Nesse *métier,* existe a crença da linguagem transparente[54].

Já a linguagem *no* trabalho pode veicular conteúdos de natureza variada e, às vezes, muito distanciadas da atividade executada pelos atores em seu coletivo.

A linguagem *sobre* o trabalho é aquela que interpreta o trabalho e que não pode se configurar como uma exclusividade do pesquisador. Assim, o investigador observa se os protagonistas do trabalho falam do trabalho e se, em algum momento do desenvolvimento deste, há referência à própria atividade. A fala *sobre* o trabalho pode ser motivada por exigências da equipe ou da empresa; além disso, pode ser um motivo, entre colegas, para comentar, avaliar, justificar, corrigir etc. Então, a linguagem *sobre* o trabalho contempla a dimensão que interpreta o trabalho em desenvolvimento. No Tribunal do Júri, acreditamos que o Defensor Público se utiliza da linguagem *como* trabalho em sua atividade. Contudo, entendemos que seja produtivo reconsiderar a linguagem *sobre* o trabalho como uma possibilidade de apreender reflexões sobre questões jurídicas discutidas em plenário.

As dimensões imbricadas da linguagem – *como, no e sobre* o trabalho – possibilitam operacionalizar a análise a partir da linguagem sem se deter em uma ou outra dimensão, o que poderia neutralizar a complexidade do trabalho. Logo, preservar as inter-relações que se propagam no trabalho numa relação dinâmica entre atividade e situação, entre aspectos localizados e circundantes, entre reflexões sobre o próprio trabalho e o trabalho do outro, é um caminho instigante e revelador de saberes sobre o objeto de estudo.

[54] Ver página 225.

3.2. A linguagem *sobre* o trabalho e a autoconfrontação

O objeto e a atividade de trabalho do Defensor é a linguagem. Esse profissional constrói seu discurso em plenário para, de alguma forma, produzir um resultado que beneficie seu cliente. Tanto as palavras escritas quanto a oral estão sempre presentes na atividade do Defensor Público. Esse tipo de linguagem seria caracterizado como linguagem *como* trabalho levando em conta a tripartição feita por Grant Johnson & Caplan (1979) *apud* Lacoste (1995).

Pensando ainda na linguagem/trabalho, os nossos dados mostram que o Defensor Público utiliza em sua prática a linguagem *como* trabalho. Como trabalhamos com o método da autoconfrontação, constatamos, ainda, a linguagem *sobre* o trabalho. Portanto, em nossa pesquisa, devemos levar em consideração a linguagem *sobre* o trabalho, tendo em vista que a análise dessa linguagem subsidia a nossa hipótese sobre o desenvolvimento do trabalhador, quando levado a explicar a sua atividade de trabalho gravada em vídeo e apresentada em lugar e tempo diferentes. Nesse momento, que denominamos autoconfrontação simples, o passado se torna presente e provoca em nosso protagonista um discurso que revela o real de sua atividade.

A linguagem *sobre* o trabalho, que aparece no método da autoconfrontação, não aparece na prática do defensor. É uma linguagem que ajuda esse profissional a se desenvolver. Ao se confrontar com sua imagem, com o seu agir e com seu discurso na atividade de trabalho, o Defensor Público pode se auto-avaliar, externar e entender a complexidade de sua atividade. Essa reflexão pode ser, posteriormente, motivadora para, caso seja necessário, modificar o seu agir e melhorar o seu desempenho em sua atividade de trabalho.

A presente pesquisa apresenta uma relação muito estreita com a linguagem e o trabalho. O trabalho do Defensor Público se desenvolve sob o âmbito da linguagem *como* trabalho. Trabalhar para esse profissional é saber interagir com o mundo da linguagem, quanto mais estreita for essa ligação, mais capacitado será esse profissional. Na atividade de trabalho do Defensor Público, a linguagem e o trabalho estão imbricados de tal forma que é impossível a dissociação, pois o seu trabalho só se efetiva por meio da linguagem.

3.3. O prescrito, o escrito e o oral no trabalho do Defensor

O prescrito ocupa um espaço muito valorizado no trabalho do Defensor. Toda a sua atividade é organizada a partir de um prescrito muito rígido. As leis que nascem do costume, do discurso do senso comum, com o passar do tempo, são codificadas e passam a regular a vida das pessoas. Para realizar o seu trabalho, o defensor depende de um prescrito que o autoriza, o legitima em sua atividade. As pessoas procuram o trabalho do Defensor Público para que esse profissional possa ajudá-las a solucionar um problema, a compor um conflito de interesse. Esse, por sua vez, vai iniciar o seu trabalho se pautando em um prescrito, ou seja, o prescrito está presente desde o momento inicial. Por que agir de uma forma e não de outra. Dirigir-se a uma pessoa e não a outra. Iniciar seu trabalho em determinado momento e não em outro. Pedir um determinado direito e não outro. Tudo isso é regulado por um prescrito que está presente em todos os momentos de seu trabalho, ajudando-o a organizar e a realizar o seu trabalho.

O trabalho do Defensor parte de um prescrito e se realiza por meio do escrito e do oral. O escrito é de suma importância em seu trabalho, uma vez que o que é dito fica registrado e não pode ser esquecido ou modificado por qualquer motivo em qualquer momento. Quando o Juiz passa a palavra para o defensor, este, muitas vezes se reserva o direito de falar no tribunal, ou seja, fazer uso somente do oral. Quando o Defensor faz opção pelo oral, ele não antecipa para o órgão de acusação, o Ministério Público, representado pelo Promotor de justiça, a tese que pretende usar em defesa de seu cliente. Mesmo sem antecipar a sua tese, esse profissional deve acompanhar o processo em todos os seus atos, falando nos autos todas as vezes que é solicitado, ou seja, é por meio do escrito que sua fala se concretiza.

Contudo, não só por meio do escrito, o Defensor irá realizar sua atividade de trabalho. O oral está muito presente em sua atividade. Saber fazer uso da palavra oral e, se posicionar discursivamente diante das partes, do Juiz e do Promotor é de grande importância para a eficácia de sua atividade de trabalho. Acreditamos que, mais que em qualquer outra profissão, no trabalho real do Defensor Público a prática discursiva oral possui uma função social decisiva na construção da comunicação.

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 3. A relação trabalho e linguagem

3.4. A produção da linguagem em ambiente formal

Para realização do trabalho, os protagonistas não podem se esquecer do lugar de produção de seu discurso. Há ambiente que não requer do trabalhador certo grau de formalidade, ou seja, ser formal ou não, não vai interferir na realização de sua atividade de trabalho. O ambiente de trabalho do Defensor Público requer desse profissional certo cuidado com a formalidade. A postura formal está presente o tempo todo em seu procedimento. Nos prescritos, no escrito e no oral. Saber se posicionar discursivamente de maneira formal é decisivo para a realização de uma atividade bem sucedida.

Esse profissional é muito visado e, com o tempo, ele incorpora uma postura formal e até mesmo em momentos de descontração ele não consegue agir de maneira informal.

3.5. A linguagem *como* trabalho e o processo-crime

Para situar a presente pesquisa no âmbito da "linguagem *como* trabalho" são necessárias algumas colocações a respeito do processo criminal e das peças que o compõem.

O Direito Processual Penal[55] é o ramo do Direito Público que regula a função do Estado de julgar as infrações penais e aplicar as penas. Antes do processo, porém, coloca-se em prática um procedimento extrajudicial[56], administrativo[57] e inquisitório[58], que pode ser dispensável, denominado inquérito policial. Essa peça é investigatória, inquisitiva[59], não sujeita ao contraditório[60], podendo revestir-se de sigilo, dentro do necessário. Sigilo relativo, pois o advogado tem o direito de manusear a qualquer tempo o inquérito, findo ou em andamento. O inquérito policial inicia-se por Portaria ou por prisão em flagrante. A Portaria que dá início ao inquérito é baixada de ofício[61] pela autoridade policial, assim que tiver

[55] O Direito Processual Penal estuda o conjunto das normas ditadas pela lei, para a aplicação do Direito Penal na esfera judiciária, tendo por fim não só a apuração do delito e a atuação do direito estatal de punir em relação ao réu, mas também a aplicação das medidas de segurança adequadas às pessoas socialmente perigosas e a decisão sobre as ações conexas à penal [...] (Magalhães Noronha, 1990:04).

[56] Não ocorre no âmbito da Justiça.

[57] É exercido por órgão administrativo (Polícia Civil).

[58] É constituído por interrogatório e investigação.

[59] De questionamentos.

[60] Não cabe defesa.

[61] Sem a necessidade de requisição das partes interessadas.

notícia do crime, ou por requisição do Juiz ou do Promotor de Justiça. Terminada a apuração do fato, a autoridade policial fará um relatório objetivo e o remeterá ao juízo competente com vistas ao representante do Ministério Público (externamente conhecido como Promotor de Justiça), para que este ofereça a denúncia ou não do acusado. Se houver denúncia, inicia-se a fase judicial e, em se tratando de crimes da competência do Tribunal do Júri, há um procedimento específico que se divide em duas fases: a primeira, o "sumário de culpa", vai do recebimento da denúncia até a sentença de pronúncia, na qual se dá o exame da admissibilidade da acusação (*judicium accusationis); e a* segunda fase, que vai do libelo até o julgamento em plenário, quando se dá o exame do mérito (*judicium causae)*. Essa fase também se divide em duas partes: a primeira, que se refere ao período do libelo, após a pronúncia, com o libelo-crime acusatório, a contrariedade ao libelo, as diligências, o saneamento e a inclusão do processo na pauta de julgamentos; a segunda, a sessão plenária, quando efetivamente ocorre o *judicium causae*, o julgamento do mérito.

A seguir explicaremos cada uma dessas fases.

3.6. Os procedimentos dos crimes dolosos contra a vida no Tribunal do Júri

Existe um ritual a ser seguido para a apuração dos crimes dolosos contra a vida. O início, como dissemos, anteriormente, é o recebimento da denúncia e se encerra com a decisão de pronúncia, esta primeira fase é denominada de *judicium accusationis*, ou seja, sumário de culpa. A segunda fase inicia-se com o libelo e termina com o julgamento pelo Tribunal do Júri que é denominada de *judicium causae*, ou seja, julgamento do mérito.

3.6.1. *Judicium Accusationis* ou Sumário de Culpa

a - A denúncia

O procedimento na Justiça deve obedecer, conforme estipula a lei, um rito processual. Para que um processo exista, é necessário que exista, em primeiro lugar, uma denúncia ou uma queixa. A justiça deve tomar ciência de um acontecimento delituoso para que seja instaurada uma investigação e isso acontece quando há uma denúncia ou queixa. A pessoa investigada é citada a comparecer perante o órgão judiciário a fim de esclarecer os fatos, ou seja, é feito um interrogatório. Caso ela não compareça, será considerada revel, isto é, o

processo correrá à sua revelia, sem o seu conhecimento. Como revel, perderá todos os prazos para uma possível defesa. Quando a pessoa não for encontrada, a citação será feita por edital e, se mesmo assim, não comparecer e não houver Defensor constituído, os prazos prescricionais serão suspensos.

Após o interrogatório do réu, o Defensor poderá apresentar a sua defesa prévia, procedimento não obrigatório, e, em seguida, será realizada a oitiva de testemunhas de acusação e de defesa. Ouvidas as testemunhas, as partes apresentarão a defesa prévia e o Juiz poderá determinar a realização das diligências necessárias para sanar eventuais nulidades. Encerrada a instrução processual, ou seja, todos os passos acima citados, o Juiz proferirá a decisão que poderá ser a pronúncia, a desclassificação, a impronúncia ou a absolvição sumária.

b- A pronúncia

A pronúncia ocorrerá se o Juiz estiver convencido da existência do crime e da existência de indícios de que o réu seja o autor, assim, a pronúncia será dada pelo Juiz que deverá explicar os motivos do seu convencimento. Segundo Frederico Marques (1961:198), trata-se de uma "sentença processual de conteúdo declaratório em que o Juiz proclama admissível a acusação, para que seja decidido no plenário do júri".

Os indícios de autoria, segundo o professor Hermínio Alberto Marques Porto:

> [...] são as conexões entre fatos conhecidos no processo e a conduta do agente, na forma descrita pela inicial penal; o indício „suficiente" de autoria oferece uma relativa relação entre um primeiro fato e um seguinte advindo da observação inicial, e devem tais indícios, para que motivem a decisão de pronúncia, apresentar expressivo grau de probabilidade que, sem excluir dúvida, tende a aproximar-se da certeza (Porto, 2005: 72).

c – A impronúncia

Caso o Juiz não se convença da autoria do crime ou da existência do fato, deverá, então, impronunciar o réu. Essa sentença põe fim ao processo por não existir viabilidade de acusação. O Processo é extinto sem o julgamento do *mérito causae*.

d – A desclassificação

O Juiz poderá, em sua decisão, desclassificar o crime quando discordar da denúncia ou queixa e concluir que se trata de um crime que não é de sua competência, ou seja, ele encaminha os autos para outro juízo competente. Isso acontece, quando o crime não é caracterizado como doloso contra a vida.

Devemos observar as considerações do Professor Hermínio Alberto Marques Porto:

> [...] a alteração da classificação penal fixada pela decisão de pronúncia pode ser operada na sessão de julgamento pelo júri, quando da votação do questionário; trata-se, pois, de nova oportunidade, no procedimento do júri, de decisão desclassificatória e, sendo operada pelos jurados a sentença que decidirá sobre a nova classificação penal será proferida pelo Juiz Presidente (Porto, 2005: 78).

e – A absolvição sumária

O Juiz poderá absolver o réu sumariamente quando se convencer da existência de circunstância que impossibilite a existência do crime ou isente de pena o réu.

O professor Hermínio Alberto Marques Porto ensina que:

> Com a absolvição sumária, a instrução a ela antecedente ganha adjetivação de integral. Antes do procedimento do júri chegar ao final de sua primeira fase, e dada atenção ao pedido formulado pela petição inicial penal, denúncia ou queixa que está voltado para um julgamento (a ser expressado (sic.) na decisão de pronúncia) de

> admissibilidade da imputação no sentido de ser encaminhada para a apreciação pelo tribunal do júri, é observado que a instrução realizada tem caráter de verdadeira duplicidade de juízo, os chamados *judicia duplicia*, pois o réu pode requerer, paralelamente ao pedido da parte contrária sobre admissibilidade da acusação, que o Juiz declare inexistente o *jus puniendi*, absolvendo-o sumariamente. Para a identificação do Juiz dos motivos à absolvição sumária, há necessidade de prova segura, incontroversa, identificada de maneira pronta e fácil, não sendo, pois, permitida conclusão absolutória se decorre de exame ampliativo e comparativo de nuanças de diversas fontes de provas para a aceitação de uma das versões em conflitância de um dos contingentes de provas (Porto, 2005: 58-59).

A absolvição sumária deve encerrar os casos em que não restam dúvidas de exclusão do crime ou isenção de pena. Em caso de dúvida, a interpretação deverá ser da sociedade, *in dubio pro societatis*. O Tribunal do Júri que representa a sociedade deverá interpretar e dar o seu veredicto.

3.6.2. *Judicium Causae* ou Julgamento do Mérito

Após transitar em julgado a sentença de pronúncia, iniciam-se os preparativos para o julgamento do acusado em plenário. Trata-se da fase do julgamento do mérito, ou seja, o *judicium causae*.

Essa fase é iniciada com o oferecimento do libelo-crime acusatório.

a- O Libelo-Crime Acusatório

Em latim, *libellus* é o diminutivo de *liber* que significa livro. O libelo pode ser definido como "ato processual de postulação da acusação. Nele encontra-se o ponto de interseção nos procedimentos da competência do júri, entre o *judicium accusationis* e o *judicium causae*" (Marrey; Franco & Stoco, 1991:163).

Conforme o art. 417 do CPP, o libelo deve ser assinado pelo Promotor, conter o nome do acusado, a exposição do fato criminoso, a indicação das circunstâncias agravantes e indicação da medida de segurança aplicável. Nesse momento, o Promotor deve arrolar as testemunhas, oito no máximo, e, se entender imprescindíveis requerer diligências.

b- A contrariedade ao Libelo

A contrariedade ao libelo é um documento elaborado pela defesa e tem por objetivo contra-argumentar o libelo e arrolar testemunhas. A defesa pode, portanto, contrariar o libelo por meio de uma negação geral e se reservar ao direito de rebater as acusações e expor a sua tese defensiva em plenário.

c- O desaforamento

O desaforamento ocorre quando o processo é levado a julgamento em outra comarca por interesse da ordem pública. Isso ocorre quando houver dúvida da imparcialidade do Júri ou se o réu estiver sob ameaça. O desaforamento pode, ainda, acontecer se no prazo de um ano contado do recebimento do libelo, o julgamento não se realizar. Essa demora no julgamento não pode ser derivada de causas em que o réu ou a defesa tenham concorrido.

d- A preparação do julgamento e a escolha dos jurados

Após a realização das etapas anteriores, o Juiz Presidente dará continuidade aos procedimentos para a realização do julgamento. Será marcado o dia da audiência de julgamento, as partes e as testemunhas serão intimadas.

Em seguida, o Juiz fará o sorteio de vinte e um jurados que integrarão o Tribunal do Júri. Após, mandará expedir edital para a convocação dos jurados que participarão da sessão de julgamento, determinando as diligências necessárias para a intimação dos jurados, do réu e das testemunhas.

e- A instalação da sessão

No dia e hora designados para reunião do júri, estando presentes o representante do Ministério Público, o Juiz Presidente e pelo menos quinze jurados, o Juiz declarará aberta a sessão, anunciando o processo que será submetido a julgamento. Em seguida, o oficial de justiça solicitará a apresentação das partes e das testemunhas. As testemunhas serão encaminhadas para um local onde não possam ouvir os debates nem a respostas umas das outras.

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 3. A relação trabalho e linguagem

Em seguida, o Juiz Presidente sorteará o conselho de sentença formado por sete jurados. A defesa e a acusação poderão recusar até três jurados sem a necessidade de justificar a recusa.

Formado o conselho de sentença, composto por sete jurados, o Juiz pedirá que todos fiquem de pé e anunciará o compromisso dos jurados: "Em nome da lei, concito-vos a examinar com imparcialidade esta causa e a proferir a vossa decisão, de acordo com a vossa consciência e os ditames da justiça". Em seguida, os jurados serão chamados nominalmente pelo Juiz e responderão: "Assim o prometo" (art. 464 do CPP).

f - Atos instrutórios: interrogatório e oitiva de testemunhas

Os atos instrutórios serão compostos do interrogatório e da oitiva de testemunhas. O interrogatório do acusado será feito após o compromisso dos jurados. As perguntas feitas ao acusado constituem um ato pessoal do Juiz Presidente, mas os jurados também podem perguntar por intermédio do Juiz Presidente.

Esclarece o professor Hermínio Alberto Marques Porto que:

> A postura do Juiz Presidente do Tribunal do Júri na realização do interrogatório em Plenário deve estar voltada, concretamente, para a informação do jurado, que é leigo e, em regra, sem experiência de tais momentos, por isso comprometido ao Juiz Presidente não olvidar que está sendo o instrumento informativo de terceiros, também juízes, além de um especial policiamento de suas expressões, pois podem, indevidamente, refletir o convencimento pessoal e crítico sobre a versão defensiva ou parte dela (Porto, 2005: 120).

Após o interrogatório, que será assinado por todos os envolvidos, o Juiz fará o relatório do processo e exporá o fato, as provas e as conclusões das partes. Trata-se de um resumo do processo.

Em seguida, as testemunhas serão ouvidas. Primeiramente, as testemunhas de acusação, em seguida, as de defesa, que foram arroladas na apresentação do libelo e na contrariedade ao libelo.

Quanto à mediação do Juiz Presidente no interrogatório das testemunhas, defende o professor Hermínio Alberto Marques Porto:

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 3. A relação trabalho e linguagem

> A inquirição da testemunha em Plenário, após ouvida pelo Juiz Presidente, será feita diretamente pela acusação, pelo assistente, pelo defensor e, por fim, pelos jurados; ao contrário do art. 212, segundo o qual as perguntas são requeridas ao Juiz, o art. 467, tratando da instrução em Plenário, não dá referência à mediação do Magistrado (Porto, 2005:130).

g- Os debates

O Código de Processo Penal estabelece a ordem em relação aos debates em Plenário. Primeiro, falara o Promotor, em seguida, a defesa. Cada um terá duas horas para construir as suas argumentações. Após a fala da defesa, poderá o Promotor replicar em trinta minutos e a defesa, em seguida, treplicar. Somente haverá a tréplica se houver a réplica.

h - Dos apartes

O Código de Processo Penal, atual, não regulamenta os apartes. Essa lacuna gera dúvidas e interpretações contraditórias. Assim, caberá ao Juiz Presidente regular os debates a fim de evitar que as partes se afastem da discussão da causa, dificultando a compreensão pelos jurados leigos, dos fatos, das suas circunstâncias, das conseqüências e dos parâmetros legais.

i - Da votação na Sala Secreta

Após a fala de todos, o Juiz perguntará aos jurados se estão habilitados para votar ou se, ainda, é necessário algum esclarecimento. Em seguida, o Juiz lerá e explicará os quesitos que serão votados pelos jurados na sala secreta. Os jurados votarão, não manifestando a intenção de voto. E, para finalizar, depois de recolhidos os votos pelo oficial de justiça, o resultado é pronunciado.

O Juiz Presidente, as partes e os jurados assinam um termo e, em seguida, será elaborada a sentença, conforme as respostas dos jurados.

Como se pode observar, o processo-crime é completamente regulado por normas, ou prescrições, que devem ser seguidas pelas pessoas envolvidas nessa atividade de trabalho.

As prescrições da **Constituição Federal** Art.5º, do **Código Penal** Decreto-lei nº. 2.848, de 7/12/1940, do **Código de Processo Penal**, Decreto-lei nº. 3.689, de 3/10/1941 organizam

as partes, o delegado, o Promotor, o Juiz, o Defensor Público, as testemunhas e os serventuários da justiça no ambiente de trabalho para que, utilizando as normas prescritas e a partir delas, realize-se a atividade de trabalho no âmbito da justiça. As leis que regulam e disciplinam a aplicação das normas criminais pelo Estado a um sujeito infrator são feitas no Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Na prática, seriam esses trabalhadores os representantes do povo na elaboração e reformulação das leis. A partir de uma necessidade social, as referidas leis, diante da aplicação a um caso concreto, poderão ser mudadas se, com a evolução dos tempos e dos costumes, passarem a não mais representar a necessidade de uma comunidade, apesar de serem vistas como prescritos formais que possuem certa rigidez e inflexibilidade.

Os ergonomistas afirmam que para entender a atividade de trabalho, o pesquisador faz uma análise, partindo do trabalho prescrito para o trabalho realizado. Observa-se, então, que entre o prescrito e o realizado existe sempre um diferencial.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Poder Judiciário as leis (o prescrito) são fundamentais para a realização das atividades. Contudo, percebe-se, também a existência dessa distância entre o prescrito/real, porque, para a satisfação de um direito, às vezes, é preciso não seguir exatamente o que está prescrito tendo em vista que o justo nem sempre é o legal.

Assim, o trabalho não é apenas executar uma tarefa, já que ele é pensado por muitas pessoas - um coletivo de trabalho - que pode ser vislumbrado no plano empírico e no plano discursivo. O resultado de inúmeras pesquisas em situação de trabalho tem demonstrado que o prescrito, ou seja, a tarefa – no âmbito da justiça podemos entender por leis - é realizada por meio de uma atividade nunca feita da mesma forma, e, ainda, existe o real da atividade que deve ser levado em consideração tendo em vista que o realizado é uma resposta ao prescrito. Contudo, "o realizado não possui o monopólio do real", como tem afirmado em diversas publicações o pesquisador Yves Clot. A nossa pesquisa pretende mostrar que essa afirmação pode, também, ser constatada na atividade de trabalho do Defensor Público que, como membro do Sistema Judiciário, trabalha respaldado por regras pré-estabelecidas rígidas e objetivas. Entretanto, na prática, percebemos que se trata de uma crença, uma *doxa* e uma ideologia questionável.

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 3. A relação trabalho e linguagem

Parte II

O objeto de estudo nas ciências da linguagem

Capítulo 3. A relação trabalho e linguagem

PARTE III

A CONSTITUIÇÃO DE UMA PRÁTICA DISCURSIVA NO TRIBUNAL DO JÚRI E NA AUTOCONFRONTAÇÃO SIMPLES: O REAL DA ATIVIDADE

Nesta parte, contemplaremos a análise enunciativo-discursiva[62], dialogando com as Ciências do Trabalho das duas variantes estudadas nesta tese. A primeira, diz respeito à linguagem *como* trabalho, constituída na situação de trabalho. A segunda, à linguagem *sobre* o trabalho, constituída na sessão de autoconfrontação simples. Essa análise, aqui, procura unir as variantes constituídas em lugar e momentos diferentes sob a perspectiva da concepção do trabalho.

[62] A *posteriori* procuraremos uma designação que possa conceituar uma análise que leve em conta um diálogo que se fortalece nas Ciências da Linguagem, uma vez que se preocupa com as especificidades das Ciências do Trabalho.

CAPÍTULO 1

O GÊNERO DO DISCURSO E O GÊNERO DA ATIVIDADE DO DEFENSOR PÚBLICO

Neste capítulo, a nossa reflexão está direcionada para dois temas: o gênero do discurso no Tribunal do Júri e o gênero da atividade. Para trabalharmos com o gênero do discurso, os enunciados escolhidos foram retirados do discurso produzido em plenário. Para o gênero da atividade, trabalharemos com os enunciados constituídos na autoconfrontação simples. Procuraremos refletir como o gênero do discurso e da atividade estão imbricados na construção da atividade do Defensor Público.

1.1. O gênero do discurso no Tribunal do Júri

A necessidade geral de comunicação social nas situações ordinárias da vida se liga a um princípio de economia cognitiva que é proporcionado pelos gêneros discursivos. Os discursos se organizam em uma multiplicidade de gêneros, mais ou menos fixos, mais ou menos inovadores, mais ou menos rotineiros. Essa organização permite uma forma de economia comunicativa em forma de recepção ou de produção. Trata-se de um funcionamento fluido e econômico nas trocas verbais. Os enunciados são marcados pela especificidade de uma esfera de atividades por meio do seu conteúdo temático, seu estilo verbal e por sua construção composicional. Cada esfera de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de enunciados, orais ou escritos, os chamados gêneros do discurso – formas pré-existentes de dizer -, que se singularizam a cada enunciação (Bakhtin, 2003).

A noção de gênero do discurso atesta a dupla vida das palavras. Por um lado, pertencem a funcionamentos sociais pré-dizíveis e esperados aos quais o sujeito pode se ater – utiliza-se a língua sob a forma de gêneros do discurso de modo tão incorporado aos próprios atos, que só se reconhece sua existência quando uma falha acontece, quando um uso se destaca por oposição ao esperado. Por outro lado, e ao mesmo tempo, as palavras vivem no curso do inesperado e do impredizível do desenvolvimento das trocas verbais (Clot, 1999).

Definir o enunciado, sob a perspectiva de suas características essenciais, permite situar em um mesmo conjunto tanto o romance literário quanto a réplica do cotidiano, o que evidencia a heterogeneidade de gêneros que participam da vida humana, mas ao mesmo tempo, surge o problema de uma definição genérica do enunciado.

Por essa razão, Bakhtin recomenda aos estudiosos do enunciado a consideração de uma importante diferença entre os gêneros do discurso, que permite distingui-los em dois grupos: os do tipo primário — aqueles que têm uma relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos discursos alheios -, e os do tipo secundário - que aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa, como é o caso do romance, do teatro, do discurso político ou do discurso científico.

Bakhtin privilegiou, em seus estudos, o romance que é um gênero secundário do discurso. Nesta tese, trabalhamos com duas variantes discursivas como objeto de análise: o discurso constituído no Tribunal do Júri e o constituído na autoconfrontação simples. O primeiro deles é constituído pelo protagonista do trabalho, em sua atividade concreta e real de trabalho, poderia desta forma, ser classificado, segundo orientação *bakhtiniana*, como gênero primário do discurso. Contudo, o gênero do discurso argumentativo utilizado por nosso protagonista apresenta características de uma comunicação cultural complexa. Assim, acreditamos que esse gênero por ser complexo e ser constituído por vários gêneros não poderia ser classificado nem como discurso primário nem como secundário.

O conceito de gênero permite compreender por que, ao se lançar na cadeia verbal, não se procede a escolhas de grupos de enunciados, de palavras, aleatoriamente combinadas ou escolhidas ao acaso. Em razão de uma economia verbal, não se pode dar continuidade a um enunciado que não faça referência a outro, do mesmo gênero: "se nos fosse necessário criar

pela primeira vez na troca cada um dos nossos enunciados, essa troca seria impossível" Bakhtin (2003: 279).

De fato, quando enunciamos, lançamos mão de formas de discurso constitutivas de gêneros previamente existentes, formas de discursos disponíveis para uma determinada situação, segundo princípios de natureza social. Esses gêneros fixam, em um dado meio, o regime social de funcionamento da língua. Trata-se de um estoque de enunciados esperados, protótipos de maneiras de dizer ou de não dizer em um espaço sócio-histórico discursivo.

Com base na constatação da existência dos gêneros, enfatizando a essência do caráter social da fala, Bakhtin opõe, ao conceito de sistema lingüístico (produto de uma reflexão sobre a língua), o conceito de sistema de normas que a consciência subjetiva do locutor sente como coercitiva.

Essa consciência coercitiva e subjetiva do locutor é capaz de mobilizar o gênero adequado à situação sócio-histórica em que o discurso circula. Pensando dessa forma, o Defensor Público constrói seu discurso argumentativo dentro de um quadro genérico que possa ser condizente com seus propósitos no Tribunal do Júri. Trata-se de um gênero regulamentado por lei[63] e que deve obedecer a um procedimento formal[64].

---

[63] Sendo o processo promovido pela parte ofendida, o Promotor falará depois do acusador particular, tanto na acusação como na réplica (art.471). Após a acusação, o defensor terá a palavra para defesa (art.472). O acusador poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de qualquer das testemunhas já ouvidas em plenário. O tempo destinado à acusação e à defesa será de duas horas para cada um, e de meia hora para a réplica e para a tréplica. Havendo mais de um acusador ou mais de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo, na falta de entendimento, será determinado pelo Juiz, para que não seja ultrapassado o tempo fixado na lei. Se houver mais de um réu, o tempo para a acusação e para a defesa será, em relação a todos, acrescido de uma hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica (art.474) Código de Processo Penal Brasileiro.

[64] Aristóteles classificou os gêneros discursivos em três: judiciário, deliberativo e epidíctico. O judiciário é aquele que dispõe de leis e se dirige a um auditório especializado, utiliza de preferência raciocínios silogísticos (entimemas), próprio a esclarecer a causa dos atos. O deliberativo, dirigindo-se a um público mais móvel e menos culto, prefere argumentar pelo exemplo que permite conjecturar o futuro a partir dos fatos passados. Quanto ao epidíctico, recorre, sobretudo, à amplificação, pois os fatos são conhecidos pelo público, e cumpre ao orador dar-lhes valor, mostrando sua importância e sua nobreza. Essa teórica dos três gêneros de Aristóteles é muito restritiva para os dias atuais. O mérito de Aristóteles foi mostrar que os discursos podem ser classificados segundo a finalidade (Reboul, 2000).

O gênero discursivo utilizado pelo defensor no Tribunal do Júri constitui-se para atender aos prescritos do *métier* sem, contudo, se descuidar do seu auditório (corpo de jurados, Juiz, Promotor, público). Trata-se do discurso de defesa pronunciado no Tribunal. Esse discurso, normalmente é introduzido por uma saudação aos presentes seguida de elogios ao trabalho do Promotor e do Juiz. Em seguida, discorre sobre a dificuldade de seu posicionamento perante a sociedade, por ser ele também solidário à vítima. Entretanto, seu papel é construir um discurso de defesa e esse papel lhe foi confiado pelo Estado e como tal procura se vincular aos acontecimentos e provas que estão registrados nos autos (processo).

Após a introdução de construção discursiva de defesa, o Defensor relata a história de vida do acusado. Dentro do seu relato, introduz outras histórias: reais, bíblicas ou mitológicas, procurando construir uma analogia entre o acusado e o personagem bíblico ou da mitologia. Às vezes, o personagem bíblico ou mitológico é parte de uma história "real" da humanidade, tendo se notabilizado e se tornado conhecido. As analogias são construídas entre figuras que fazem parte do conhecimento de um homem comum para que o seu discurso possa sensibilizar seu público. Caso contrário, o público poderia não entender a analogia construída ali e o discurso defensivo não construir um efeito de sentido positivo.

Depois da sensibilização pela construção analógica, o Defensor procura se respaldar na lei para contradizer o discurso de acusação. Nesse momento, ele cita artigos de lei, decisões de outros tribunais, comentários e explicações de juristas de renome. Como na maioria das vezes, as pessoas que são levadas ao Tribunal do Júri possuem uma história de vida complexa, muitas vezes são réus confessos, o Defensor Público trabalha para que não haja abuso em uma provável condenação.

O Defensor, em sua prática, lê no processo os discursos relatados das pessoas envolvidas no crime, para exemplificar os argumentos construídos e defender o acusado. O vocabulário utilizado costuma ser muito técnico e às vezes incompreensível para o leigo. A forma de se expressar e o vocabulário utilizado pelo Defensor poderão contribuir para a constituição de um discurso eficaz.

Como os discursos são históricos e submetidos a um sistema de restrições - uma espécie de grade que vai se aplicar a um determinado *corpus*, então o falante teria uma competência

discursiva para produzir enunciados compatíveis com essa grade - de tudo que pode ser dito, cada discurso só pode dizer uma parte. Isso ocorre porque há um sistema de restrições, uma espécie de filtro que fixa os critérios, segundo os quais, certos textos se distinguem de outros. Os discursos citados no Tribunal do Júri por nosso protagonista do trabalho funcionam como uma uma espécie de "tradução" do discurso bíblico, do discurso jurídico, do discurso mitológico etc. feita a partir do seu posicionamento. Geralmente, essa tradução nunca é de fato o que o Outro disse, mas um simulacro do que ele disse. O nosso protagonista toma o discurso do Outro a partir dele mesmo (Um) e estabelece uma relação entre eles numa interincompreensão regrada, conforme a teoria desenvolvida por Maingueneau (2005b).

A seguir trabalharemos com a noção de gênero da atividade para analisarmos como se constitui a prática discursiva/atividade no Tribunal do Júri por nosso protagonista do trabalho.

1.2. O gênero da atividade no Tribunal do Júri

A ECA (Equipe da Clínica da Atividade) trabalha com o conceito de gênero da atividade de maneira interdisciplinar[65], ou seja, em conjunto com outras ciências, objetivando responder a vários questionamentos em torno da problemática que envolve o ser humano em situação de trabalho.

Os pesquisadores que atuam na ECA vêm se empenhando para responder a esses questionamentos, em meio a tantos que se fazem necessários, por envolver um tema atual e preponderante no desenvolvimento da relação homem – linguagem – trabalho. Contudo, um é recorrente: quem é o responsável pelas mudanças pretendidas em situação de trabalho? A resposta é complexa. Em primeiro lugar, é necessário aceitar que as mudanças não podem ser impostas e, em segundo, elas não são feitas de fora para dentro.

Observando o poder de agir de um coletivo profissional, os pesquisadores Clot e Faïta (2000) perceberam, por meio do método da autoconfrontação cruzada[66], que as mudanças mais eficazes são aquelas desenvolvidas com a participação do coletivo de trabalho. Sabemos

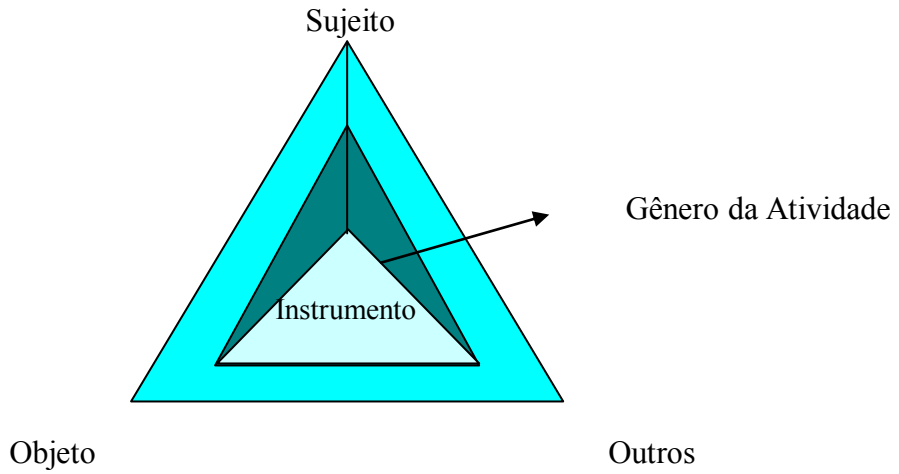
[65] O trabalho de pesquisa desenvolvido pela ECA foi explicado na primeira parte desta tese.
[66] Método desenvolvido pela ECA foi exposto na Parte I.

da importância do método da autoconfrontação cruzada, entretanto, trabalhamos com o método da autoconfrontação simples.

O método da autoconfrontação simples permitiu-nos observar o gênero e o desenvolvimento do *métier*. O estudo do conceito de gênero que é assumido em situação de trabalho está relacionado às teorias de Bakhtin em relação aos gêneros do discurso. Para Bakhtin (2003), a relação do homem com o mundo por meio da linguagem não se estabelece de maneira direta. É necessário manipular um gênero existente para se estabelecer essa relação. A existência e o uso de um gênero estão condicionados ao momento sócio-histórico-cultural. Dessa forma, os gêneros organizam a comunicação humana.

Entender a noção de gênero proposta por Bakhtin é muito importante, uma vez que essa noção vai contribuir para observar o gênero de trabalho também conhecido como gênero da atividade (Clot & Faïta, 2000) e gênero profissional (Boutet, 2005) desenvolvido em situação de trabalho. Como as noções estão em proximidade no plano semântico, trabalharemos aqui com as três designações sem fazer distinção teórica. Partindo do pressuposto *bakhtiniano* de que o conhecimento do gênero do discurso facilita a comunicação, acreditamos que o conhecimento do gênero da atividade facilita o desempenho da atividade de trabalho, representando economia de ação.

O triângulo apresentado abaixo identifica os elementos necessários para o desenvolvimento da atividade: o sujeito, o objeto, o instrumento e os outros. No centro do triângulo, podemos observar a presença do gênero da atividade.



Organograma 1.1- Gênero da atividade

Para que o gênero da atividade seja constituído em situação de trabalho, é necessário compreender os quatro pilares que integram a atividade, ou seja, compreender o que é atividade é pressuposto para a compreensão do gênero da atividade. O primeiro pilar que constitui a atividade é representado pela dimensão **pessoal**, ou seja, ela é única, não deve ser sobreposta à atividade de outro. O segundo, é representado pela dimensão **impessoal** tendo em vista que a atividade, na maioria das vezes, nasce de uma tarefa (prescrito) concebida por outras pessoas; o terceiro, está entre a atividade pessoal e a impessoal, é a representação da dimensão **interpessoal** da atividade; e, o quarto, é representado pela dimensão **transpessoal** da atividade que se apresenta mais genérica. Quando se fala ou se age, coloca-se em andamento a dinâmica dessas quatro dimensões. Nenhuma atividade escapa a essas quatro dimensões, seja no plano teórico, seja no prático ou no lógico[67].

É por isso que um *métier* não é somente uma "prática", uma atividade ou uma profissão. Nós o definiríamos como uma discordância criadora – ou destruidora – entre as quatro instâncias em conflito de uma arquitetura fundamentalmente social. O *métier* é, ao mesmo tempo, irredutivelmente pessoal, interpessoal, transpessoal e impessoal. Pessoal e interpessoal ele o é em cada situação singular, de início como atividade real exposta sempre ao inesperado.

[67] Ler Clot (no prelo) « De l''analyse des pratiques au développement des métiers ». In : M. Altel (Ed.). *L''analyse de pratiques: une démarche de formation et de recherche*. Paris: PUF.

Sem destinatário, a atividade perde seu sentido. É por isso que o *métier* na atividade é ao mesmo tempo muito pessoal e sempre interpessoal, ação situada, endereçada e, em um sentido, não reiterável. Ela é em seguida transpessoal porque atravessada por uma história coletiva que ultrapassou numerosas situações, de uma situação a outra, de uma época a outra. São os esperados genéricos da atividade que são reiteráveis no gênero profissional e construídos para o sobre-destinatário do esforço consentido por cada um (Clot et Faïta, 2000). O trabalho coletivo de reorganização da tarefa assegura ou não a sua "manutenção". A história transpessoal do *métier* que cada um traz em si é o objeto do "*métier* ao quadrado", esse "segundo *métier*" que somente vive graças ao coletivo de trabalho que cuida ou não de si. Se ele não for contábil desenvolve-se, então, o sentimento de viver a mesma história que dá a cada um o garante[68] indispensável para trabalhar. Enfim, o *métier* é impessoal, desta vez sob o ângulo da tarefa ou da função definida. Essa última é, na arquitetura da atividade de um trabalhador, o que é necessariamente o mais descontextualizado. Mas, de repente, ela é justamente o que retém o *métier* para além de cada situação particular, cristalizada na organização ou na instituição. Prescrição indispensável ela pode – ela deveria sempre – se nutrir do "*métier* ao quadrado" que os trabalhadores procuram fazer em sua atividade para realizá-la apesar de tudo, às vezes, apesar da organização oficial do trabalho. Então, o *métier* passa também pela tarefa prescrita. É ela que a retém, codificando-a longe da atividade efetiva, como um modelo congelado que deve ser descongelado por cada um e por todos, face ao real, com a ajuda dos esperados de uma história comum.

Como dizem Clot & Faïta (2000) os gêneros:

> [...] são os antecedentes ou os pressupostos sociais da atividade em curso, uma memória impessoal e coletiva que dá sua abrangência à atividade pessoal em situação: maneiras de se manter, maneiras de se localizar, maneiras de começar uma atividade e de terminá-la maneiras de conduzir com eficácia seu objetivo (objeto). Essas maneiras de colocar as coisas e as pessoas em um meio de trabalho dado formam um repertório de atos condizentes ou deslocados que a história de seu meio reteve. Essa história fixa os esperados dos gêneros que permitem suportar - em todos os sentidos do termo – os inesperados do real. Mobilizar o gênero do

[68] O fiador, o sobre-destinatário.

> *métier* é também se colocar no "diapasão profissional". É poder se manter nele, em todos os sentidos do termo (Clot & Faïta, 2000: 12-13) (Tradução nossa).[69]

O conhecimento do gênero profissional, momentaneamente estabilizado, faz parte do conhecimento social de uma memória coletiva em dada situação de trabalho. Representa saber como agir, como se conduzir nos relacionamentos interpessoais exigidos em torno dos objetivos da ação de uma determinada situação, evitando, assim, o erro ou a inadequação no uso de um determinado gênero.

Entretanto, como dizem Clot & Faïta (2000), parafraseando Bakhtin, os gêneros não são amorfos e sua estabilidade é sempre transitória. Existem para facilitar o agir humano, contudo, são passíveis de modificação, são constantemente colocados à prova pelo agir do homem. Em situação de trabalho, os protagonistas agem mobilizados por meio de determinado gênero profissional estabilizado na memória coletiva, mas quando necessário retocam e modificam os gêneros, permitindo assim seu desenvolvimento. Dessa forma, eles imprimem ao gênero uma maneira própria de agir mediada pela circunstância, caracterizando um estilo profissional. Segundo Clot & Faïta (2000:15), *O estilo pode ser definido então como uma metamorfose do gênero no seu movimento de ação*.[70]. Essa maneira diferente do sujeito agir é percebida quando se coloca à prova, por meio da confrontação, o seu agir e o agir do outro.

> Cada autoconfrontação faz reviver o gênero de um modo pessoal, oferecendo a possibilidade ao coletivo de um aperfeiçoamento do gênero ou, em todo caso, a de um questionamento podendo provocar a validação coletiva de novas variantes (Clot & Faïta, 2000:16)[71].

---

[69] [...] sont les antecedents ou les présupposés sociaux de l"activité en cours, une mémoire impersonnelle et collective qui donne sa contenance à l"activité personnelle en situation : manières de se tenir, manières de la conduire efficacement à son objet. Ces manières de prendre les choses et les gens dans un milieu de travail donné forment un répertoire des actes convenus ou déplacés que l´histoire de ce milieu a retenus. Cette histoire fixe les attendus du genres qui permettent de supporter – à tous les sens du terme – les inattendus du réel. Mobiliser le genre du métier, c"est pouvoir s"y tenir, à tous les sens du terme (Clot & Faïta, 2000: 12-13).

[70] Le style peut donc être defini comme une métamorphose du genre en cours d"action.

[71] Chaque autoconfrontation fait revivre le genre d"une façon personnelle, offrant la possibilité au colletif d"un perfectionnement du genre ou, en tout cas, celle d"un questionnement pouvant déboucher sur la validation collective de nouvelles variantes (Clot & Faïta, 2000: 16).

Por meio das trocas verbais é possível se aproximar do conhecimento que o homem possui dentro de si. Somente por meio da interação o homem pode se conhecer. Segundo Bakhtin, é impossível captar a subjetividade humana de maneira imparcial e neutra. O dialogismo permite apenas uma aproximação a essa subjetividade. Pode-se descrever o homem interior por intermédio das representações de suas comunicações com os outros.

Podemos constatar como essa afirmação de Bakhtin apresenta-se na seguinte passagem da autoconfrontação em que o nosso protagonista do trabalho se mostra tranqüilo e seguro da sua atividade de trabalho. Contudo, conforme afirma Bakhtin é apenas uma aproximação da subjetividade:

> *não ... eu ... eu ... hoje ... eu percebo que ... eu estava tranqüilo ... me analisando eu não pude perceber tensões ... como estava fluindo tranqüilamente ... o fluxo das idéias estava ... surgindo ... tranqüilamente ... e eu estava fazendo uma tese na qual eu acreditava ...*

Segundo Clot & Faïta (2000), é o diálogo e a ordem dialógica que oferecem a cena em que os sujeitos se reencontram e reencontram os outros, assim como suas histórias, seus meios e circunstâncias para Bakhtin todo diálogo se desenvolve em forma de teatro em que vozes variadas se confrontam e não pertencem a seus atores.

O método da autoconfrontação promove uma relação entre os interlocutores do discurso capaz de oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento discursivo tendo em vista que é possível reviver a ação e se revelar em um momento e um espaço diferentes, distantes de regras e de restrições sociais. O diálogo constituído na autoconfrontação, que representa uma instância do desenvolvimento, alimenta-se de outros diálogos anteriores e paralelos existentes no grupo profissional, que retoma e re-elabora temas, sobre os quais se articulam múltiplos encadeamentos. Esse diálogo faz o protagonista do trabalho repensar e reavaliar as suas ações. Essa tomada de consciência pode contribuir para a transformação da situação de trabalho.

Vejamos no recorte abaixo como essa situação se apresenta:

> *... eu to reparando que: eu abusei de algumas palavras que não são do uso comum ... quando a gente trata pra um tribunal leigo ... a gente deve ter o máximo de cuidado de ser claro ... é: nosso ideal pessoal ... por aquilo que a gente tem trabalhado nessa tarefa ... é de procurar ter precisão e clareza ... precisão nas informações ... precisão na argumentação ... mas também clareza ... sempre se espera do Defensor Público ... ou do advogado de defesa ... um certo brilho pra falar ... uma certa eloqüência ... um certo poder de persuasão ... então tem que se aliar isso porque é a expectativa de todos ...*

Nesse momento, o nosso protagonista do trabalho, após assistir a uma seqüência no vídeo, em que ele se vê trabalhando, percebe que o vocabulário usado foi inadequado aos seus co-enunciadores. Reconhece que poderia ter sido mais cuidadoso na escolha vocabular para atender à *expectativa de todos.*

Os enunciados a seguir foram retirados da primeira autoconfrontação simples[72]. Nesse recorte, iremos apresentar o discurso em que o protagonista do trabalho comenta os momentos mais relevantes que constituem a sua atividade de trabalho. Por se tratar de uma autoconfrontação simples, percebemos como o coletivo apresenta-se dentro do indivíduo, ou seja, o Defensor vai comentar a sua atividade se protegendo pelo "guarda-chuva"[73] do gênero. Para se explicar trabalhando, ele vai se respaldar pelo gênero da atividade que é assumido em uma história coletiva. As pesquisas realizadas pela ECA apresentam resultados na materialidade lingüística que corroboram com o que constatamos em nossos dados, ou seja, na constituição do discurso do indivíduo relacionado ao gênero de sua atividade de trabalho existe um eco do discurso coletivo que pode ser entendido como uma memória de uma história coletiva. Ele parte da dimensão pessoal: *nosso ideal pessoal* para atingir a dimensão transpessoal: *sempre se espera do Defensor Público ... ou do advogado de defesa.*

1.2.1. A posição em plenário

A disposição dos lugares físicos ocupados pelo Juiz, Promotor e Defensor no Tribunal do Júri revela uma posição de desvantagem para o Defensor. O Juiz ocupa o lugar central. Está em um degrau acima da posição do defensor. O Promotor ocupa o lado direito do Juiz e

[72] Como foi informado na Introdução desta tese, realizamos duas autoconfrontações simples.
[73] Expressão metonímica utilizada pelo Professor Yves Clot.

no mesmo degrau. O lugar reservado para o defensor, lado esquerdo do Juiz e após a cadeira do escrevente, possui uma desvantagem visual. Em seu campo visual, o corpo de jurados não é visível. Para que possa ter um bom desempenho em sua construção discursiva, é necessário que esse trabalhador esteja de pé e se posicione diretamente ao público e ao corpo de jurados.

> ***PESQUISADORA: 11:04***
>
> *antigamente o:: defensor ele... eu não sei se eu estou enganada mas ele ficava era de frente pro corpo de júri e não do lado do Juiz do lado esquerdo do Juiz ... é verdade isso?*
>
> ***DEFENSOR: 11: 15***
>
> *é .... é correto ... na disposição do anterior Tribunal do Júri ... na sede do antigo Fórum ... a **nossa** posição era de frente pro corpo de jurados e ao mesmo tempo de frente pro Magistrado ... a disposição era bem mais favorável ... hoje **nós** ficamos assim ... é .. ocultos né?... **nós temos uma posição de frente pra a ... platéia ... mas sem assim a visualização direta do corpo de jurados sem o contato visual direto do Juiz quando há essa necessidade eu tenho de levantar** ... e posicionar lá na frente de modo a enxergar como estão as expressões do Juiz as como estão as expressões dos jurados*
>
> ***PESQUISADORA 11:57***
>
> *e essa disposição lá ela foi mudada por lei ... ou por... foi por que que mudaram essa disposição?*
>
> ***DEFENSOR: 12:04***
>
> *a única disposição sobre ... a estrutura ... da sala ... vem em favor do MP (Ministério Público) ... o MP tem que sentar à direita do Juiz*
>
> **PESQUISADORA 12:16**
>
> *a lei só prescreve a respeito da postura do MP*
>
> ***DEFENSOR 12:21***
>
> *e tem que sentar num tablado abaixo do Magistrado ... então há uma hierarquia visual ... uma expressão de poder também visual ... o Juiz num tablado acima ... a Promotoria um degrau abaixo ... e a **defesa** rente ao chão ... essa é que é a disposição ... visualmente ... isso ... isso ... **nos** revela que o Juiz está acima de todos ... que a Promotoria está acima da **defesa** ... e a **defesa** está a nível reduzido perante esses dois ... membros do judiciário ... aquele que julga e aquele que faz o papel da acusação ...*

1.2.2. A escolha dos jurados

Ao iniciar o trabalho no Tribunal do Júri, o Juiz sorteia o corpo de jurados que irá atuar naquele tribunal. Tanto a defesa como a acusação podem contestar a atuação de até três membros, que poderiam fazer parte daquele tribunal em questão. O Defensor, nesse momento, volta sua atenção para a composição do corpo de jurados que poderá ser prejudicial ao acusado. A preocupação deve estar voltada para uma possível recusa de jurados que poderiam votar contra a defesa. Como fazer essa seleção? Com o tempo e com a experiência em atuar no Tribunal do Júri ele adquire um conhecimento da personalidade das pessoas que compõem a lista de jurados. Logo, a escolha ou a rejeição dos prováveis jurados, deve estar adequada às condições sócio-históricas. Percebemos aqui como o pré-discursivo participa da definição do quadro da interlocução.

DEFENSOR:1:21

(...).... aqui presentes estão TRÊS alunas minhas (...) ***a gente*** *começa então ...conforme o tipo de causa e conhecimento que* ***temos*** *dos jurados ... a fazer a seleção a clivar a entrada e a rejeição de um ou de outro deles (...) então essa é que é a proposta ... ele realmente participou da ação ...ele tinha:: uma participação efetiva no processo e:: tentava-se amenizar o destino dele ali:: então esse corpo de jurados foi escolhido entre pessoas que* ***a gente*** *sabia que haveria uma aceitação a esse apelo da vida pessoal dele da mudança de vida dele porque* ***nós*** *temos em Montes Claros um corpo de jurados muito elitizado pertencentes a:: camada média a camada da alta e eles não* ***nos*** *teriam assim:: muita abertura para esse discurso e* ***fomos*** *selecionando até ficar com três estudantes de Direito ... que têm um discurso mais aberto ... pessoas mais simples em termos de:: aspecto financeiro então um júri bem favorável para Daniel*

DEFENSOR: 4:22

seu M. ... à direita ... ***nós*** *temos uma senhora ao fundo ali com quem* ***nós*** *tivemos uma certa convivência porque ela* ***nos*** *pediu para fazer uma separação judicial dela e* ***nós*** *temos lá no fundo uns jurados já conhecidos* ***nossos*** *pelas inumeráveis sessões que já* ***participamos*** *acaba sempre tendo esse contato...(...)*

A produção discursiva sinaliza para uma prática que se organiza em torno do pré-discursivo no enunciado *então esse corpo de jurados foi escolhido entre pessoas que* ***a gente*** *sabia que haveria uma aceitação a esse apelo da vida pessoal dele da mudança de vida dele*

percebemos como um posicionamento discursivo está entrelaçado a uma memória daquilo que foi vivido antes. Uma experiência que antecipa e organiza a enunciação.

1.2.3. Procedimentos que antecipam as estratégias para a realização da audiência

A atividade de trabalho do Defensor requer muita atenção, muita leitura e muito estudo. Como o volume de trabalho é enorme[74], muitas defesas, muitas teorias, muitos casos para serem estudados, o Defensor deve centrar a sua atenção para a construção discursiva de defesa da audiência mais próxima. A história de cada processo deve ser recuperada em data anterior recente ao acontecimento da audiência no Tribunal do Júri, por isso ler uma, duas, três vezes o processo e selecionar o que pode ser útil, durante a constituição de seu discurso no Tribunal, observando o argumento relevante, adequado para cada momento.

> *(...) ...então **a gente** usa o critério de ler o processo três vezes ... pra ter:: é:: conhecimento mais íntimo de todos os depoimentos tudo que aconteceu então **a gente** passa dois três dias lendo o processo lendo uma duas ou três vezes...(...)*

1.2.4. A escolha da tese de defesa

A escolha de uma tese adequada de defesa é a base da construção argumentativa. Trata-se da escolha de um posicionamento, ou seja, delimitar o seu espaço dentro de uma formação discursiva que corrobore com as condições sócio-históricas acessíveis naquele momento e

[74] Minas Gerais é apontado como um dos Estados com menor desenvolvimento na área de assistência jurídica do país, de acordo com o 2º. Diagnóstico da Defensoria Pública do Brasil. Esses dados são relativos a um estudo realizado em 2005 pela ADEP-MG – Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais. Apesar de compor o segundo maior número de Defensores Públicos do país (545), ficando atrás do Rio de Janeiro (674), Minas está muito aquém de alcançar o efetivo determinado pela Constituição, que é de 918 servidores. Minas Gerais possui 853 municípios e 545 Defensores Públicos, mas a Constituição estabelece 918. Outro dado levantado foi que, em 2006, foram atendidas cerca de um milhão de pessoas. Se dividirmos o número de Defensores por municípios mineiros, o resultado será de 0,6 Defensores Públicos por cidade. Outro dado relevante que foi apontado pela pesquisa é que dos 167 profissionais nomeados em 2005, apenas 100 permaneceram no cargo. A saída tem como principal motivo a baixa remuneração.

lugar. É necessário estar seguro desse posicionamento, isto é, a tese escolhida pode atender às necessidades de defesa? Por isso o Defensor deve estar atento, durante o transcorrer da audiência, deve observar os mínimos detalhes trabalhados pelo Ministério Público. O nosso protagonista do trabalho articula com antecedência várias possibilidades para a construção de sua defesa. Como na organização temporal condicionada pelas leis processuais que regulam o tempo e ordem dos discursos, dentro do gênero discursivo da audiência do Tribunal do Júri, o momento de produção discursiva destinado ao nosso protagonista do trabalho está organizado após a fala de todos. A construção de seu discurso só será autorizada após a construção discursiva de todos. Cada um representa posicionamento apropriado ao seu papel social. Em primeiro lugar fala o Juiz, depois o MP e após o Defensor Público. Depois de escutar a fala de todos, o nosso protagonista irá proferir seu discurso de defesa, apoiando-se naquela tese, dentre aquelas estudadas anteriormente, que poderá melhor atender às necessidades do momento. Somente no transcorrer da construção argumentativa utilizada pelo Ministério Público, aquilo que se vai constituindo discursivamente e sendo validado pelo corpo de jurados, é que as alternativas de escolha de tese, preparadas com antecedência, serão delineadas e confirmadas. O Defensor deve iniciar sua atividade de trabalho com segurança, por isso é importante preparar várias possibilidades de construção argumentativa, apoiando-se em uma tese que possa ser bem sucedida.

> ***DEFENSOR: 5: 34***
>
> *esse começo de ... trabalho... **nós** não **temos** ainda precisamente a tese que vai ser escolhida ... se eu chegar:: com a tese já escolhida ... e sem alternativa de trabalho ... **a gente** corre o risco da surpresa ... (...)*

1.2.5. Como introduzir o discurso

Como iniciar o discurso de defesa após a fala do Juiz, do Promotor, do acusado e das testemunhas? Essa é outra preocupação do Defensor Público. Saber iniciar seu discurso defensivo é fundamental para despertar nos jurados e no público interesse àquilo que será construído no decorrer de toda a sua fala.

> ***DEFENSOR: 16:41***
>
> *esse preâmbulo é muito importante ... porque ali ... ou **nós** ... passamos a ter a atenção dos jurados ... então pode olhar assim na própria face dos jurados ... a revelação de um desinteresse de uma intenção de uma discordância ... com a causa*

*... eu to reparando que:: eu abusei de algumas palavras que não são do uso comum ... quando **a gente** trata pra um tribunal leigo ... **a gente** deve ter o máximo de cuidado de ser claro ... é:: nosso ideal pessoal ... por aquilo que **a gente** tem trabalhado nessa tarefa ... é de procurar ter precisão e clareza ... precisão nas informações ... precisão na argumentação ... mas também clareza ... sempre se espera **do Defensor Público ... ou do advogado de defesa** ... um certo brilho pra falar ... uma certa eloqüência ... um certo poder de persuasão ... então tem que se aliar isso porque é a expectativa de todos ... da Promotoria isso não é exigido ... tem que se aliar essa expectativa com precisão e com clareza ... então há dias em que **nós** acordamos ((risos)) mais inspirados ... pra fazer essa transição né?... de procurar falar uma coisa se não muito chamativa ... pelo modo de falar né?... pela postura ... e também fazer que isso seja claro e preciso ... **é o ideal do:: orador** ... é clareza precisão e bom gosto ... durante essa fase intermediária **a gente** vai fazer uma transição desse preâmbulo ... né ... em que saudamos as pessoas **apresentamos** o objetivo daquela manhã ... qual é o cerne da causa ... e **temos** que fazer uma transição pra ligar esse momento até o debate ... e eu usei a questão da moderação ... meu argumento dessa manhã é moderação ... (...)*

1.2.6. Argumentando aos jurados

Como convencer os jurados, ser agradável discursivamente e encantar. O Defensor Público, além dos conhecimentos do Direito, preocupa-se com uma formação cultural. O seu discurso deve ser agradável, por isso utiliza a história. O outro se deixa levar pelo encantamento das histórias da mitologia. Assim, não vê o tempo passar. Não se irrita. Escuta com tranqüilidade e muitas vezes se interessa pela história e também pela história real que é contada ali. Ao final do julgamento, o real e o imaginário se confundem. Aquele momento de contar histórias opera na mente do corpo de jurados algo positivo. O acusado poderá receber uma punição mais branda.

DEFENSOR 27:51

a sessão do júri pros jurados ... às vezes é:: cansativa ... porque ambas as partes têm que repetir muitas vezes ... trabalhar ... insistentemente certos pontos e eles

têm a vontade de aprender alguma coisa ao final daquilo tudo ... eles querem aprender alguma coisa ... querem sair com a sensação ... "eu estive num local ... onde eu auxiliei ... mas estou levando um material pra mim" ... daí a importância da Literatura na fala ... da Filosofia na fala ... e os conceitos na fala de quem está justificando sua tese ... a história de Ulisses por exemplo mais tarde ... é:: umas das juradas perguntou assim é:: "e onde eu acho esse livro para ler?..." ((risos)) ...(...)

20 - PESQUISADORA - 08:05

> *você fala também que o Promotor ele tem lá na escola dele preparação para atuar em Plenário ...*
>
> ***21 - DEFENSOR - 08:12***
>
> *tem ...*
>
> ***22 - PESQUISADORA - 08:13***
>
> *o Defensor não tem isso?*
>
> ***23 - DEFENSOR - 08:14***
>
> *não tem ... o Promotor de Justiça ele faz uma escola preparatória ... por um período de três a seis meses ... para tomar assim com os mais experientes aquele traquejo da função ... aqueles detalhes que oferecem ... né? ... uma qualidade e também ... estudos de postura ética do Promotor junto à Justiça e à população... o* ***defensor*** *... nomeado ... entra em exercício imediatamente sem qualquer preparação*

O enunciado *o* ***defensor*** *... nomeado ... entra em exercício imediatamente sem qualquer preparação* testemunha uma prática que está se tornando comum nas situação de trabalho. Trata-se da negação do papel da experiência. O protagonista do trabalho mostra a importância da valorização da experiência e o real prejuízo dessa negação em sua atividade de trabalho.

1.2.7. A reação dos co-enunciadores

Como já foi explicado anteriormente, o discurso do Defensor é proferido após a fala de todos. Existe um senso comum que circula nesse espaço discursivo de que tudo já foi dito. Saber escolher dentro do processo (dos autos) as falas que já foram ditas, mas que não foram recuperadas no decorrer do julgamento é relevante no momento da constituição do discurso de defesa. Por isso é importante escutar a fala da Promotoria e selecionar o que é relevante para ser dito, não tendo sido, anteriormente mencionado, por nenhum outro discurso. Carregar o

processo em mãos e citar o discurso do outro poderá modificar crenças pré-estabelecidas e provocar o encaminhamento do julgamento. O Defensor utiliza esse procedimento para enriquecer o seu discurso e se aproximar daquilo que parece ser verossímil.

DEFENSOR 52:28 - *os jurados estão ficando desconsertados ... porque não foi essa a versão apresentada pela Promotoria ... mas é do estilo da Promotoria não ler muito os autos não:: se referir-se muito a depoimento ... então fica a impressão .. de:: tradução pessoal desse encaminhamento ... enquanto* ***a gente*** *coloca os autos na mão vai folheando ... pulando de fala em fala o delegado as testemunhas ... e aí o cenário começou a ser constituído a vítima tentando captar da moça os favores para atrair os da gangue rival (...)*

55 - DEFENSOR - 32:31: - *o jurado gosta que* ***a gente*** *fale pouco MESMO ... e tem algumas historinhas que* ***a gente*** *já traz guardadinhas ... quando é preciso falar muito ... né? ... o mês de outubro por exemplo desse 2005 foram 25 júris ... manhã e tarde ... então os jurados começam ... a ter aquela impressão industrial ... de Justiça ... entra um réu de manhã sentencia ... entra outro à tarde sentencia ... e assim mais três dias da semana ... nos primeiros Júris* ***nós*** *temos jurados muito mais atentos ... muito mais assim preocupados ... conscienciosos mas os últimos Júris do mês já acostumaram ... né? ... de fazer aquela avaliação ... superficial né? ... no começo de aguardar desde o começo o que eles acham que é correto ou incorreto ... e já vão ouvir o* ***advogado*** *com menos interesse ... muitos Júris* ***nós*** *temos historinhas prontas para poder desafiar ... a questão ética do jurado ... abrir o Código de Processo reler o juramento que eles fizeram ... é:: estabelecer o papel da consciência na vida de cada um ...* ***a gente*** *tem um poema do Victor Hugo chamado "A consciência"*[75] *que ele refaz a suposta trajetória de Caim depois do*

[75] Caim, fugindo a Deus, carregando seus filhos/ lívido, desgrenhado, após mil empecilhos,/certa noite/alcançou a paragem estranha/de uma enorme planície, ao pé de uma montanha/A mulher fatigada e/seus filhos exaustos./"É melhor que se durma aqui"- disse ele, então./E, apenas, não dormiu o assassino do irmão/que, sob o jugo atroz de temores cruciantes,/viu surgirem no céu dois olhos vigilantes,/que o fitavam por entre a escuridão noturna/"É demasiado perto." acordou com a soturna/voz, filhos e mulher,/já mortos de cansaço,/e a fuga continuou, sinistro, pelo espaço.//Trinta vezes andou a vagar, noite e dia,/pálido, a estremecer quando um ruído ouvia,/sem sono, sem descanso, umedecido e triste,/até que viu, por fim, uma praia que existe/em longínquo país. "É seguro este abrigo/Fiquemos" disse "Aqui não pode haver perigo,/pois os confins do mundo/alcançamos agora!"/E, ofegante, parou. Porém, na mesma hora,/idêntica visão no céu viu desenhada.../Um tremor sacudiu-lhe a carne amaldiçoada!/"Escondam-me!" gritou, e ao formidável brado,/o bando circunda o avô alucinado./Esse disse a Jabel, cuja estirpe ainda agora/nomademente vai/pelo deserto em fora:/"Estende deste lado o pano de uma tenda!"/E, enquanto procurava encontrar qualquer fenda/na muralha da lona, a meiga Tsila, linda/como a aurora, inquiriu-lhe: "Ó meu avô, ainda/vês qualquer coisa agora." E apontando coa a mão/respondeu-lhe Caim "Sim! Os olhos lá estão !"/Foi aí que Jubal, pai dos soldados, vendo/a angústia do infeliz, acalmou-o dizendo: /"É melhor se fazer uma muralha."/ E, assim, um brônzeo muro ergueu-se em torno de Caim/"Inda os vejo! Inda os vejo! este, porém, lhes disse.../Depois falou Enoc: - "E se alguém erigisse /um abrigo perfeito e/dispusesse em volta/compacta multidão de torres como escolta./Façamos uma forte e grande cidadela/e encerremos Caim conosco dentro dela!"/Então Tubalcaim, o ancestral dos ferreiros/empregou nessa empresa os seus dias inteiros,/ao passo que os irmãos, pela planície em frente,vigiavam./ E, ao encontram alguém, barbaramente/atacavam, com raiva os olhos lhe vazando;/levavam toda a noite /o céu trevoso olhando,/e, assim que viam nele uma estrela brilhar/lançavam-lhe uma seta, ansiosos de a cegar!/E a lona deu lugar a moles de granito/presas com nós de ferro. O recinto maldito/ficou sendo um primor de cidade infernal,/desenrolando a sombra, além de um modo tal/que um derredor reinava uma noite infinita;/da rígida muralha a grossura inaudita/somente uma montanha a podia igualar;/na porta alguém gravou: "Vedado a Deus entrar"./A torre mais central, a mais fortificada,/foi que elegeu Caim para sua morada./"Ó

*assassínio de Abel com os dois olhos vigilantes seguindo-o a toda parte ... por mais que ele fugisse ... para poder ter consciência ... então **a gente** tem que criar alguns estratagemas ... de acordar os jurados com responsabilidade ... senão fica um processo industrial ...*

1.2.8. A explicação dos quesitos

Os quesitos são as perguntas que os jurados devem responder para dar o veredicto. Esses questionamentos costumam ser complexos. Logo, é importante, antes dos votos, que o Defensor explique para esse tribunal leigo o que será perguntado e o que não pode ser esquecido após a sua construção discursiva, para que os votos (as respostas) aos quesitos, sejam adequados ao que foi defendido em sua tese. Contudo, o defensor não dispõe de tempo suficiente para explicar, de maneira eficaz, o que deveria ser respondido.

*(...)... vou pegar o quesito que o Juiz preparou e a pergunta fundamental que é sobre a dissimulação ... se houve ou não houve? ... vou fazer mais uns comentários sobre ela tentando reaplicar às perguntas à explanação anterior ... ou ausência **falamos** ... é:: o suficiente ... há vezes que **a gente** é bem rápido e impactante ... fala meia hora quarenta minutos ... os jurados gostam que **você** fala pouco ... eles hoje estão ouvido muito né? ... a Promotora foi breve mas a defesa falou mais de uma hora ... eles não gostam de **advogado** que falam mais de uma hora ... eles têm compromisso ... muitos são autônomos são comerciantes são representantes são revendedores estão perdendo tempo e o dinheiro deles ... eles querem resolver aquilo naquela manhã ... até gostam de ser jurados ... mas querem brevidade ... e hoje eu não tenho tempo pra eles ... então na hora da quesitação **vamos** ser breve ... e **vamos** pra sala secreta ...(...)*

---

meu pai! disse Tsila Agora certamente,/te sentirás seguro! E Caim, já descrente/e a tremer de pavor, respondeu: -Maldição!/Ainda me persegue a maldita visão! .../Só me resta tentar o negro insulamento/de um tétrico sepulcro! O meu padecimento/há de acabar então! Nessa nova morada/ninguém mais me verá e não verei mais nada!"/E ei-lo, então, encerrado em um fosso, por fim..../Mas os olhos lá estão a interrogar Caim!...(**HUGO, V. *A consciência* em: http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/B_VictorHugo.htm)**

1.2.9. A pena e o regime de prisão

Para decidir o julgamento, os jurados votam os quesitos que lhes são apresentados e dão o veredicto. No veredicto, constará se o acusado é culpado ou inocente, se existem causas que aumentam ou diminuem a pena. São as causas agravantes ou atenuantes da pena. Após o veredicto, se houver condenação, o Juiz presidente fixa a pena. Tanto o veredicto quanto a fixação da pena devem estar de acordo com o que foi debatido em plenário. Quando o Juiz ou os jurados não observam o que foi sustentado no Tribunal pela defesa ou pela acusação, nasce a necessidade de recorrer a uma segunda instância. Caso contrário, as partes aceitam o que foi decidido e aquele caso é encerrado, ou seja, transita em julgado.

> ***DEFENSOR 1:34:07- j****ustamente ... então depois Dr. Selton vai falar muito do papel da Karina... ele vai comentar depois no júri que a moça é uma moça terrível ... ela se prestou a um papel terrível ... então ele justifica então um pouquinho porque que ele fez uma opção por dosar tão brandamente essa pena ...(...)*
>
> ***DEFENSOR 1:39:06*** *- ... e eu estava fazendo uma tese na qual eu acreditava ... tinha que se proporcionalizar a pena nesse tribunal ...*

Podemos perceber pelos recortes apresentados anteriormente o que se revela genérico e o que atesta uma singularidade, ou seja, aquilo que representa a dimensão pessoal e aquilo que representa a dimensão transpessoal. A dimensão pessoal do trabalho poderia ser representada pelos enunciados: "*eu estava tranqüilo" eu estava fazendo uma tese na qual eu acreditava* revela o seu estado de espírito, ou singularidade, no momento da audiência, está seguro daquilo que faz, do seu agir. Mostra tranqüilidade porque acredita no seu agir. No enunciado *eu abusei de algumas palavras que não são do uso comum* revela preocupação com o uso inadequado de seu vocabulário ao falar para um tribunal leigo e reconhece uma falha pessoal em seu estilo, ou seja, poderia ter escolhido outras palavras que pudessem facilitar a interação com o corpo de jurados. A dimensão transpessoal revelada naquilo que é retido da memória coletiva do gênero profissional pode ser atestado nos seguintes enunciados: "***a gente*** *começa então ...conforme o tipo de causa e conhecimento que* ***temos*** *dos jurados ... a fazer a seleção a clivar a entrada e a rejeição de um ou de outro deles*" a escolha que se faz no momento da

seleção do corpo de jurados, parte de um conhecimento partilhado pelo meio, que faz parte do *métier* conhece o perfil do jurado que é capaz de compreender a construção de um discurso de defesa, uma vez que a experiência é compartilhada pelo meio. No enunciado, *sempre se espera* ***do Defensor Público ... ou do advogado de defesa*** *... um certo brilho pra falar ... uma certa eloqüência ... um certo poder de persuasão,* existe a afirmação de um conhecimento, de um sentimento que é vivido pelo coletivo de trabalho. O enunciado revela que existe uma exigência de eficácia que sempre é cobrada daqueles que fazem parte do *métier* (advogado de defesa no tribunal do júri), por isso a preocupação deve ser redobrada. Em relação à duração de um discurso de defesa existe um conhecimento partilhado de que a fala do Defensor Público deve ser realizada em um tempo que não seja extensivo, pois os jurados *não gostam de* ***advogado*** *que fala mais de uma hora [...] o jurado gosta que* ***a gente*** *fale pouco MESMO ... e tem algumas historinhas que* ***a gente*** *já traz guardadinhas ... quando é preciso falar muito.* Caso seja necessário falar muito, o Defensor contará histórias para ser agradável ao seu auditório.

Em suma, a atividade do Defensor Público se caracteriza por um discurso eloqüente e culto. O seu agir deve ser respaldado pela atenção ao que é dito pelo outro e com uma postura que seja aprovada pelo corpo de jurados, pelo juiz, pela promotoria e pelo público.

1.3. Os embreantes coletivos do gênero da atividade

Apresentaremos a seguir as marcas de pessoas que designam uma memória coletiva. Essas marcas podem ser identificadas no plano embreado do discurso constituído na sessão de autoconfrontação simples.

Nós/nos/nosso/(nós)	A gente	defensor/advogado/orador	Você
19	11	4	1

Quadro 1.3 - Marcas de pessoa para se referir à atividade de trabalho

Podemos perceber, pelo quadro apresentado acima, que no discurso do Defensor, constituído na autoconfrontação simples, o índice de recorrência a termos que indicam o coletivo (***nós/a gente/nos/nosso*** etc.) é relevante em contraposição ao número de representações lingüísticas que marcam o singular, o indivíduo. Isso explica que, para a realização da atividade de trabalho, o protagonista recorre a uma memória coletiva que representa o gênero da atividade, acionada graças a essa memória capaz de organizar o seu agir em situação de trabalho.

> A mobilização subjetiva do trabalho é endereçada a um sobre-destinátário a alguma outra coisa e não somente a um outro qualquer. Esse sobre-destinatário que no plano clínico, desempenha a função de "destinatário de socorro", como diz Bakhtin (1984), é o que eu chamo de instância transpessoal do *métier*, fazendo dessa palavra um conceito. É o garante coletivo da atividade pessoal, a história que se persegue ou que se passa por mim, aquela a qual eu pertenço ou não ... Eu designei essa memória transpessoal para a ação pelo conceito de gênero profissional. Poder se reconhecer naquilo que se faz, é precisamente fazer qualquer coisa de sua atividade a fim de tornar-se único em seu gênero renovando-o (Clot, 2006:167).[76]

As sessões de autoconfrontação simples, normalmente, revelam esse "destinatário de socorro", "instância transpessoal do *métier*" ou "garante coletivo". O que importa saber com o entendimento desses conceitos é que, por meio deles, podemos aceder ao gênero profissional e reconhecer o trabalho individual por meio do uso de expressões coletivas. Essas expressões às vezes são utilizadas como escudo, ou seja, uma proteção contra qualquer comentário ou crítica que se possa fazer ao seu modo de agir em situação de trabalho. Contudo, pode revelar algo da atividade que caracteriza o *métier* e ajudar o protagonista do trabalho ou o coletivo de trabalho a se reconhecer, ou não, naquela atividade. Esse reconhecimento, ou o contrário, é momento de reflexão. É momento que pode contribuir para uma efetiva transformação do mundo do trabalho.

---

[76] La mobilisation subjective au travail est adressée à un *sur-destinataire*, à quelque chose d'autre et pas seulement à quelqu'un d'autre. Ce sur-destinaire qui, au plan directement clinique, fait souvent fonction de "destinataire de secours", pour parler comme M. Bakhtine (1984), est ce que j'appelle l'instance transpersonnelle du métier, en faisant de ce dernier mot un concept. C'est le répondant collectif de l'activité personnelle, l'histoire qui se poursuit ou s'arrête à travers moi, celle que je parviens ou pas à faire mienne en y mettant précisément du mien. J'ai désigné cette mémoire transpersonnelle pour l'action par le concept de *genre professionnel*. Pouvoir se reconnaître dans ce qu'on fait, c'est précisément faire quelque chose de son activité afin de devenir *unique en son genre* en le renouvelant (Clot, 2006 :167).

> E é desenvolvendo o repertório das ações possíveis, o teclado dos gestos desejados ou substituídos, das palavras que se pode dizer ou que é necessário descartar no patrimônio dos subentendidos de uma história coletiva. Essa história retém, como um grito, o integral dos equívocos do trabalho coletivo, a memória dos fracassos, dos questionamentos sem respostas, das proezas realizadas, mas também as das "pequenezas" em que insistem o não realizado e o realizável (Clot, 2006:167-168).[77]

Esse momento pode ser, como afirma Clot (2006) anteriormente, dramático. Tudo pode acontecer em uma sessão de autoconfrontação em que o sujeito se depara com uma "memória de fracassos" ou com "questionamentos sem respostas". É um momento tenso, mas ao mesmo tempo revelador de conflitos que não são discutidos, normalmente, pelos protagonistas do trabalho em sua atividade. O silenciamento diante dos conflitos vividos em situação de trabalho pode contribuir para desencadear, no futuro, problemas, às vezes, irremediáveis. Ao passo que se discutidos com o pesquisador em uma sessão de autoconfrontação simples, pode ser visto como solucionador de problemas futuros. Por isso a importância do método da autoconfrontação.

Como afirma Maingueneau (1996:12), o *nós* não é exatamente o plural do *eu* como *cavalos* é o plural de *cavalo*. O *nós* designa o (eu + outros). Ele poderia ser representado por (eu + eu), (eu + tu) ou (eu + ele).

> Este emprego do "nós" para designar não uma soma de indivíduos, mas um sujeito coletivo, não tem nada de surpreendente; como o explica Émile Benveniste (1996: 234-235), "de uma forma geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa" O *nós* não é efetivamente uma coleção de *eu*, "é um *eu* expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos". No "nós", a predominância do "eu" é muito forte, a ponto de,

[77] Et ce, en développant le répertoire d'actions possibles, le clavier des gestes envisageables ou déplacés, des mots qu'on peut dire ou qu'il faut écarter dans le patrimoine des sous-entendus d'une histoire collective. Cette histoire retient, comme un rébus, l'intégrale des équivoques du travail collectif, la mémoire des échecs, des questions sans réponses, des prouesses réalisées mais aussi celles des "petitesses" où insistent le non-réalisé et le réalisable en gésine (Clot, 2006 :167-168).

> em certas condições, este plural poder passar pelo singular [...] (Maingueneau, 2002: 126).

A seguir mostraremos o "nós" que representa o coletivo de trabalho, ou seja, o nós que representa o gênero da atividade. Acreditamos que esse "nós" estudado aqui não se enquadra ao "nós" estudado por Maingueneau (2002), tendo em vista que o "nós" analisado na situação de trabalho, que nos interessa, representa uma memória coletiva.

Além do "nós" que representa uma memória coletiva, identificamos no discurso da autoconfrontação simples outras categorias que poderíamos denominar de "dêiticas" as quais identificam uma memória coletiva e especificam o gênero da atividade.

1.3.1. As marcas subjetivas de uma *memória coletiva*

O ato de enunciação supõe a instauração de uma dêixis espaciotemporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo (Maingueneau, 2005b: 93). Além da dêixis espaciotemporal, existem ainda as marcar subjetivas do enunciador e do co-enunciador que especificam quem enuncia e para quem enuncia: são as marcas de pessoas do discurso. Nos quadros que seguem, tentamos captar na materialidade lingüística signos que denominamos de *marcas subjetivas de uma memória coletiva*, relevantes na identificação do gênero da atividade de trabalho.

Fragmentos que atestam as pessoas do discurso	Fragmentos que identificam as designações
(1) a gente sabia que haveria uma aceitação a esse apelo da vida pessoal dele da mudança de vida dele porque **nós** temos em Montes Claros um corpo de jurados muito elitizado pertencentes a:: camada média	(1) o **defensor** nem sempre fora a fama dos **advogados** essas coisas sobretudo no Tribunal do Júri ... inclusive em Montes Claros isso é muito difícil esse é um júri da humildade ... **a gente** não

a camada da alta e eles não **nos** teriam assim:: muita abertura para esse discurso e **fomos** selecionando até ficar com três estudantes de Direito ... que têm um discurso mais	ataca a Promotoria **a gente** reconhece que é uma pessoa sensata de fato
(2) então nesse momento aí **a gente** tá encontrando ...alguns perfis que poderiam ser ajustados do ponto de vista social a entender a causa de Daniel	(2) a Promotora foi breve mas a **defesa** falou mais de uma hora ... eles não gostam de **advogado** que falam mais de uma hora ... eles têm compromisso ... muitos são autônomos são comerciantes são representante são revendedores estão perdendo tempo e o dinheiro deles ... eles querem resolver aquilo naquela manhã ... até gostam de ser jurados ... mas querem brevidade ... e hoje eu não tempo pra eles ... então na hora da quesitação (**nós**) **vamos** ser breve ...
(3)então **a gente** pensava o seguinte que os doze anos de pena com desconto de apenas um terço porque foi tentativa de homicídio ... o colocaria em oito anos em reclusão:: e se tratando de crime hediondo ele ia cumprir cerca de seis anos ininterruptos então:: o **nosso** esforço é dá a ele oportunidade de ser responsável pelo que fez mas dentro da média de pena menor que não inviabilizasse nele o retorno à sociedade à convivência com os filhos esposa	(3) os jurados já têm aquela imagem que o **defensor** tá preocupado só com seu cliente .
(4)e **nós** sentamos ... é:: numa posição ... em que ela fica às **nossas** costas ...	(4)então **a gente** percebe um **profissional** na trajetória ... nas dificuldades da função nas limitações sociais da função e da instituição
(5)... hoje **nós** ficamos assim ... é .. ocultos né?... **nós** temos uma posição de frente pra a ... platéia ... mas sem assim a visualização direta do corpo de jurados sem o contato visual direto do Juiz	
(6) isso ... **nos** revela que o Juiz está acima de todos	
(7) ou **nós** ... passamos a ter a atenção dos jurados ... então pode olhar assim na própria face dos jurados ... a revelação de um desinteresse de uma intenção de uma discordância	
(8) há dias em que **nós** acordamos ((risos)) mais inspirados	
(9) nenhum de **nós** temos a expectativa que a prisão hoje em qualquer canto do mundo possa operar res-so-cia-li-za-ção	

Parte III

A constituição de uma prática discursiva no tribunal do júri e na autoconfrontação simples: o real da atividade

Capítulo 1. O gênero do discurso e o gênero da atividade do Defensor Público

(10) mas **vamos** ver é que na seqüência a gente não tem o êxito nesse sentido não consegue dar essa sensação de que punir menos Daniel seria dar proporcionalidade para a participação de todos ...	
(11) mas com o tempo todos **nós** passamos a vestir as camisas das instituições e **começamos** a enxergar as coisas com as cores da instituição ...	
(12) quando a Promotoria não tem razão ... então o júri é outro ... **a gente** vem com força	
(13) **a gente** ta perto da população muito necessitada ... muito sofrida da nossa região ...	
(14) **nós** passamos por uma fase aqui em Montes Claros do domínio das gangues	
(15) por mais que ele tem assim desculpas ... justificações até plausíveis pra **gente** pra aquelas circunstâncias os antecedentes não permitem no final que ele seja bem avaliado ...	
(16) **vamos** ver que ... a causa de Otacílo tem até certos traços de justiça no que ele pede ... mas ele não tem cacife pra pedir o que ele pede ... só que o Juiz de Direito ... vai concordar com a defesa e vai dar uma pena que **nos** pedimos ... vai diminuir em 50% a pena pedida pela Promotoria	
(17) e **pedimos** o regime semi-aberto	
(18) o Juiz quando toma a sentença pra fazer só os cálculos aritméticos ... ele distorce a vontade dos jurados ... que que ele fez ... ele deu aquilo que **a gente** pediu e deu mais ... deu regime aberto	
(19) caso **a gente** recorra ao tribunal numa apelação não **vamos** ganhar	
(20) júri em que eu sinto bem em terminar ... é aquele júri assim que ... foi bem acertado as teses os jurados andaram bem ... aquilo dá confiança para **você** trabalhar ...	
(21) **nós** somos defensores públicos ... **nós** não temos compromisso é:: ... com o aspecto financeiro do cliente **nós** não temos repercussão financeira se a	

gente for *exitoso* ou for vencido no júri	
(22) mas o júri que **a gente** vê assim com bons olhos é aquele que os jurados acertaram ... esse é um bom júri ... esse **você** trabalha da próxima vez ... com mais segurança ...	
(23) esse é o júri que **nos** apavora ... é o júri do cliente inocente	
(24) então **você** encontra pessoas que vão ser injustiçadas se a Promotora vencer ... aí **você** fica preocupado ... aí **você** chega lá tenso	

Quadro 1.4 - 1ª. Autoconfrontação Simples – pessoas do discurso/designações

Fragmentos que identificam as pessoas do discurso	**Fragmentos que identificam as designações**
(1) porque os jurados não podem comunicar ... e o caso já era público e notório então possivelmente **a gente** tem que redobrar a vigilância porque alguém pode tentar passar uma informação para o outro jurado que venha comprometer a imparcialidade	(1) isso tem a ver com o crescimento do trabalho da **defensoria** na qualidade ... na qualidade de trabalho da **defensoria** ...
(2) quando **a gente** não prepara ... o curso da fala ... a gente espera que surja ... e nessa inspiração que surge **a gente** ... como conhece o processo com mais detalhes ... vai trabalhando as idéias do processo os depoimentos ...	(2) ela merecia uma pena de quatorze anos ... isso era o que **minha consciência jurídica** pedia ... quatorze anos a quinze anos ... no muito dezesseis .
(3) **a gente** percebeu que ... o Juiz nessa intimidade maior com a família da vítima ... começou a trazer causas que aumentam a pena contra acusada ... a certa altura **nós** percebemos ele conseguiu o milagre de ter oito causas que aumentam as penas	
(4) o Juiz deu 25 isso **nos** obrigou a apelar	
(5) sim ... porque **a gente** com os estudos da Medicina Legal ... pode ter confiança nesse tipo de argumentação ...o modo dos golpes eram todos golpes que tentavam realmente ferir	

(6) e o **nosso** Juiz da Comarca convidou setenta e poucos amigos da Cemig para incorporar o conselho de sentença	

Quadro 1.5 -2ª. Autoconfrontação Simples

Fragmentos que identificam as designações e pessoas do discurso	Fragmentos que identificam as Pessoas do discurso
(1) um **defensor advogado** particular ou **Defensor Público** ... ele segue em geral ... aquilo que lhe é mais fácil ... é ... normalmente ... se se vai fazer ... um júri ... **a gente** recomenda que a pessoa defina as teses gerais ... as possíveis ... e:: aguarde a Promotoria falar	(1) porque na Defensoria Pública **a gente** não passa por um treinamento ... para as funções ... pressupõe-se que esteja ajustado para as funções
(2) quando o Promotor de justiça ele sai dos autos e começa a fazer as cogitações dele ... e começa a levantar certas afirmações certas suposições ... e isso às vezes abre flancos ... e a **defesa** entra por aí e desmonta a tese ... normalmente o Promotor conhece muito pouco do processo ... é... conhece os autos ... mas conhece pouco daquilo que está atrás do processo ... como **a gente** tem contato com a família do réu ... com o réu ... e às vezes com testemunhas amigos **a gente** começa a ter uma noção grande daquilo que não está nos autos ...	**(2) nós** estamos dez anos atrás deles em estrutura ... só agora que a Constituição **nos** deu autonomia financeira ... autonomia administrativa
(3) o **defensor** ... nomeado ... entra em exercício imediatamente sem qualquer preparação ...	(3) o jurado gosta que **a gente** fale pouco MESMO ... e tem algumas historinhas que **a gente** já traz guardadinhas ... quando é preciso falar muito ... né? ... o mês de outubro por exemplo desse 2005 foram 25 júris ... manhã e tarde ... então os jurados começam ... a ter aquela impressão industrial ... de Justiça ... entra um réu de manhã sentencia ... entra outro à tarde sentencia ... e assim mais três dias da semana ..
(4) nasceu ... nasceu agora com essa nova fase da **Defensoria** de Minas Gerais ... a possibilidade **da gente** ... instalar uma escola ... né? ... preparatória ... ela está funcionando ... mas em caráter precário	
(5) na primeira semana ... eu fui tratado como um **Defensor** já antigo na carreira ... hoje é melhor porque	

há pelo menos um bem maior dos colegas em	
(6) estava se medindo o trabalho do **Defensor** de acordo pela quantidade de ações propostas ... ele não teria nenhum aumento salarial nenhum gratificação ... mas assim ... no desempenho estava se separando o **defensor** no número de ações propostas ... e isso é muito irreal	
(7) mas a **defesa** é muito mais bem sucedida do que a Promotoria de Justiça em Montes Claros	

Quadro 1.6 - Autoconfrontação Simples sobre a 1ª Autoconfrotação

Nos quadros acima, podemos identificar que as marcas subjetivas de uma memória coletiva apresentam-se de diversas formas: o "Nós" pode ser representado por "a gente", "você" por algumas designações como: "a defesa", "o defensor", "a defensoria", "minha consciência jurídica", "o(s) advogado(s)" e "um profissional". Percebemos, ainda, que essas marcas circunscrevem um "eu" mais *uma subjetividade coletiva* que pode se diversificar.

No quadro no. 2, o exemplo (1) de marcas de pessoas

> *(1)* ***a gente*** *sabia que haveria uma aceitação a esse apelo da vida pessoal dele da mudança de vida dele porque* ***nós*** *temos em Montes Claros um corpo de jurados muito elitizado pertencentes a:: camada média a camada da alta e eles não* ***nos*** *teriam assim:: muita abertura para esse discurso e* ***(nós) fomos*** *selecionando até ficar com três estudantes de Direito ... que têm um discurso mais*

A primeira marca que aparece no fragmento acima: "a gente" nos remete a uma *memória coletiva do trabalho* (dimensão impessoal) que é seguido por um "nós" que remete a uma *memória coletiva social*, ou seja, eu + tu (que mora em Montes Claros) que não está ligada diretamente ao coletivo de trabalho. Em seguida, a memória coletiva do trabalho é retomada por um "nós" que remete diretamente ao trabalho do Defensor Público (dimensão impessoal) que é seguido por outro "nós" que exprime um saber que pertence àquele coletivo específico (dimensão interpessoal), uma vez que revela uma predileção por meio de uma seleção possível entre os jurados que poderiam compor o corpo de sentença para aquele júri em específico que são jurados que representam um papel social relevante, levando-se em

conta que são estudantes de Direito. Esse papel social "estudantes de Direito" abre a perspectiva de co-enunciadores que poderiam interagir com mais facilidade com o discurso constituído no Tribunal do Júri.

No exemplo, (8) *há dias em que **nós** acordamos ((risos)) mais inspirados* percebemos que o "nós" não se refere a uma memória coletiva nem social. Esse "nós" é a representação de um "eu" em sua singularidade (dimensão pessoal) . Está ligado ao seu estado de espírito individual e histórico que é atravessado pela possibilidade de variabilidade.

No fragmento, (11) *mas com o tempo todos **nós** passamos a vestir as camisas das instituições e (**nós**) **começamos** a enxergar as coisas com as cores da instituição ...* , o "nós" parte do (eu + tu) para chegar ao "nós" instituição representação do coletivo de trabalho. O que podemos apreender aqui é que o "nós" da *memória social* admite a possibilidade de que a *memória social* passe a ser representada pela *memória coletiva do trabalho*. O *ser social* passa a *ser coletivo de trabalho*, tendo o tempo como o responsável por esta transformação (dimensão transpessoal).

Percebemos no exemplo, (22) *mas o júri que **a gente** vê assim com bons olhos é aquele que os jurados acertaram ... esse é um bom júri ... esse **você** trabalha da próxima vez ... com mais segurança ...* que a *memória coletiva* é representada primeiramente pela expressão "a gente" e é retomada pela pessoa do discurso "você" que não representa no momento da autoconfrontação o co-enunciador, pesquisador, e, sim a *memória coletiva do trabalho*. É o trabalhador se reconhecendo naquilo que ele faz (dimensão transpessoal).

Com o uso das designações, conforme os exemplos: (3) *os jurados já têm aquela imagem que o **defensor** tá preocupado só com seu cliente;* (1) *um defensor advogado particular ou **Defensor Público** ... ele segue em geral ... aquilo que lhe é mais fácil ... é ... normalmente ... se se vai fazer ... um júri ... **a gente** recomenda que a pessoa defina as teses gerais ... as possíveis ... e:: aguarde a Promotoria falar* percebemos o termo "defensor" sempre remete a uma memória coletiva do trabalho (dimensão impessoal). Os outros termos utilizados também possuem um caráter coletivo. Observamos ainda no exemplo (2) *ela merecia uma pena de quatorze anos ... isso era o que **minha consciência jurídica** pedia ... quatorze anos a quinze anos ... no muito dezesseis* na expressão, "minha consciência

jurídica" o possessivo "minha" não pode ser caracterizado como singular, pois determina "consciência jurídica". Esse termo parece contraditório, porque utiliza o signo "consciência" que poderia ser pensado como individual. Contudo, é seguido de "jurídica" que representa uma noção coletiva. Essa expressão não pode ser entendida na singularidade de cada um de seus termos. O sentido de uma memória coletiva só se constitui na sua integralidade.

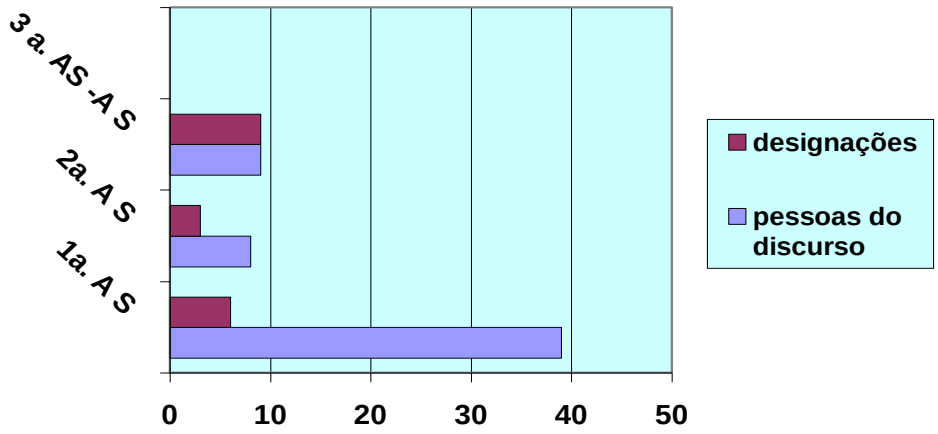


Gráfico 1.1 - Designações/pessoas do discurso

Podemos perceber, pela representação no gráfico acima, que na primeira autoconfrontação simples (1ª. AS) existe uma representação relevante das pessoas do discurso em relação às outras categorias que representam o coletivo. Na segunda autoconfrontação simples (2ª. AS), as designações representam um crescimento significativo em proporção às pessoas do discurso. Por fim, na terceira autoconfrontação simples (3ª. AS/ AS) existe uma equivalência em relação às representações das pessoas do discurso e às designações. Então, poderíamos afirmar que a categoria discursiva que representa uma memória discursiva coletiva poderia ser representada no discurso, ou seja, para se referir ao gênero da atividade, o protagonista do trabalho recorreria, inicialmente, às pessoas do discurso em relação às outras categorias que se materializam em sua prática discursiva. Contudo, no decorrer de outras sessões de autoconfrontação, as pessoas do discurso seriam substituídas pelas designações.

Após a análise do gráfico, poderíamos levantar a hipótese de que em uma pesquisa que utiliza o método da autoconfrontação simples, com o mesmo protagonista do trabalho, as

pessoas do discurso seriam substituídas pelas designações a partir do momento em que uma confiança fosse se constituindo entre o pesquisador e o protagonista investigado. A substituição das pessoas do discurso pelas designações seria pelo fato de que o sujeito investigado poderia ter mais segurança em utilizar palavras ou expressões que pudessem designar um coletivo de trabalho do qual o trabalhador pudesse se reconhecer naquilo que é discutido entre pesquisador e investigado.

Não temos a pretensão de comprovar essa hipótese, nesta pesquisa. Contudo, acreditamos que a hipótese por nós levantada, aqui, poderia ser perseguida em outras pesquisas.

1.4. Estrutura e funcionamento do discurso argumentativo no gênero discursivo/atividade

O gênero do *discurso*/*atividade* argumentativo no Tribunal do Júri possui características específicas[78] aos posicionamentos discursivos. Na retórica clássica, os autores propuseram diversos planos-tipo para a constituição de um discurso que não estão relacionados diretamente ao discurso judiciário, mas podem ajudar a compreender a estrutura e organização desse discurso. Como afirmamos acima, existia uma diversidade de planos-tipo que poderiam variar de duas a sete partes[79]. Contudo, daremos ênfase a quatro: exórdio, narração, confirmação e peroração.

---

[78] São orais os debates, nada impede, naturalmente que as partes leiam em plenário o que pretendem dizer, não há dúvida de que o júri é para os que sabem exprimir por meio de palavra. Saber argumentar de fato e de direito, é o primeiro requisito para o orador do júri. Devem as partes evitar os diálogos e, máximo, os doestos e as diatribes. O Promotor, principalmente, se não quiser comprometer sua acusação não deverá nunca ofender o acusado, a regra de se evitar os qualificativos e apontar os fatos, estes sim, com toda a pujança e com toda a eloqüência (BACCIOTTI, Rui Carlos Duarte. Processo e o Tribunal do Júri no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 45, set. 2000. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp? id=1071>. Acesso em: 15 mar. 2007).

[79] Exórdio ("*prooimion*", proêmio) início; tópicos de refutação; narração ("*diegesis*") exposição dos fatos; confirmação ("*pistis*") provas e refutação; a interrogação; digressão ("*parekbasis*") relaxamento; peroração ("*epílogo*") fim do discurso.

O exórdio marca o início do discurso. Sua função é essencialmente fática; a narração é a exposição dos fatos referentes à causa, exposição que deve se apresentar objetiva; a confirmação é uma parte mais longa, porque constitui na apresentação de um conjunto de provas, seguido por uma refutação, que destrói os argumentos adversários; e, por último, a peroração que põe fim ao discurso, o enunciador, em primeiro lugar, amplifica o discurso, retomando a tese defendida, relacionando-a à realidade do delito, em seguida, recorre à paixão, despertando a piedade ou a indignação no auditório, e, para o fechamento, é necessário recapitular o que foi dito, resumindo a argumentação.

A seguir procuraremos apresentar como essa estrutura e organização ocorre na prática discursiva do nosso protagonista.

1.4.1. A inscrição do auditório: os índices de alocução

O Defensor Público, em sua atuação em plenário, investe-se do gênero profissional pertinente à sua atividade e inicia seu discurso, fazendo uma saudação aos presentes.

Ao iniciar o seu discurso argumentativo de defesa, o sujeito enunciador vai se preocupar com a inscrição dos seus co-enunciadores (auditório) dentro de seu discurso.

Como se dirigir a um público em uma situação de trabalho como o TJ, sendo o locutor o Defensor Público? Trata-se de uma situação delicada. Contudo, o orador pode construir seu auditório[80]. Podemos perceber a seguir que existe uma preocupação no discurso de saudação quando o defensor inicia seu trabalho.

Organização discursiva/argumentativa	Primeira audiência	Segunda audiência
Saudação	aos companheiros da força pública:: ... nosso eventual apreço ... serventuários da	excelentíssimo Sr. Dr. Selton ... nossa saudação fraterna ... rogando a Deus que o conserve sempre assim ... um Juiz amigo do povo ... e sensível ao

[80] [...] l‟image de l‟allocutaire projetée par le discours constitue en soi une stratégie. Sans doute, la representation que l‟orateur se fait de son public s‟inscrit-elle dans le texte en determinant des modalités argumentatives. Néanmoins, ce qui se donne à voir dans le discours, ce n‟est pas seulement la façon dont le locuteur perçoit son ou ses partenaires, c‟est aussi la façon dont il leur présente une image d‟eux-mêmes susceptible de favoriser son entreprise de persuasion (Amossy, 2006a: 67).

	justiça ... nossos agradecimentos... excelentíssimos senhores e senhoras jurados ... bom dia ...	povo ... a excelentíssima Sra. Dra. Daniela ... também a nossa estima ... a nossa admiração ... rogando a Deus a proteção ao seu lado ... e a de sua menina que recentemente conhecemos que é tão bela ou mais quanto a mãe ... aos colegas ... aos estudantes da S. A. ... e demais faculdades ... na pessoa de Sebastião saudamos os amigos serventuários da Justiça ... aos irmãos da força pública ... hoje nosso amigo Cláudio em plenário ... um abraço caloroso ... excelentíssimos Senhores Jurados ... bom dia

Quadro 1.7- Discurso de saudação

A concretização da imagem do alocutário supõe que se torne uma instância concreta que possui margens lingüísticas, também conhecidas, por "índices de alocução"[81]. Essas pistas nem sempre se apresentam literalmente dentro do discurso, mas oferecem instrumentos preciosos para a análise da argumentação no discurso. Os principais elementos dos índices de alocução responsáveis pela designação de um auditório são:

- designações nominais explícitas em um discurso direcionado, o orador usa, às vezes, nomes próprios, ou apelativos, que permitem encontrar o alocutário com precisão;

(1) hoje nosso amigo Cláudio em plenário ... um abraço caloroso ...

Podemos perceber em (1) que o enunciador identifica, no meio do público presente, alguém que é citado pelo nome próprio *Cláudio* e, ainda, o protagonista do trabalho vai qualificá-lo com o uso do adjetivo *amigo*. Isso demonstra que a sua preocupação enunciativa ultrapassa os co-enunciadores diretos (Juiz, Promotor, jurados). Essa materialidade discursiva demonstra uma concreta preocupação com os co-enunciadores que não participam diretamente de sua atividade de trabalho, mas representam o social.

-descrição do auditório – as designações nominais podem receber mais ou menos uma grande extensão que se desenvolvem em verdadeiras descrições;

[81] Kerbrat-Orecchioni, 1990: 87.

> *(2) excelentíssimo Sr. Dr. Selton ... nossa saudação fraterna ... rogando a Deus que o conserve sempre assim ... um Juiz amigo do povo ... e sensível ao povo ...*
>
> *(3) a excelentíssima Sra. Dra. Daniela ... também a nossa estima ... a nossa admiração ... rogando a Deus a proteção ao seu lado ... e a de sua menina que recentemente conhecemos que é tão bela ou mais quanto a mãe .*

Aqui, temos a representação de um auditório que recebe atenção especial. Além do uso do pronome de tratamento adequado ao gênero, o enunciador vai utilizar o nome das autoridades que representam o Estado, um na função de punir e o outro na função de acusar. Vemos, ainda, uma descrição dos co-enunciadores *um Juiz amigo do povo ... e sensível ao povo.* Com essa designação, o enunciador procura estabelecer uma proximidade do Juiz que compreende a necessidade da população e, ainda, compreende o comportamento da acusada dentro daquele julgamento. Ao se referir à Promotora, enuncia da seguinte forma: *a nossa admiração ... rogando a Deus a proteção ao seu lado ... e a de sua menina que recentemente conhecemos que é tão bela ou mais quanto a mãe*. O enunciador aqui procura ganhar a simpatia de sua co- enunciadora que vai construir um discurso contraditório àquele que será enunciado dentro de seu discurso defensivo.

- o uso das pessoas do discurso[82] – normalmente, trata-se da segunda pessoa do singular ou plural, contudo a essas pessoas pode-se juntar o "nós" que possui a vantagem de englobar o locutor. É necessário ressaltar, ainda, que o auditório visado pode ser interpelado pela terceira pessoa e é no contexto que é possível constatar em que medida o "ele" não se refere a uma não-pessoa (segundo os termos de Benveniste) excluída da comunicação, mas substituta de um "vós" (vocês). Nesse caso, o uso da terceira pessoa pode designar um efeito de "indireta", ou seja, quando o locutor fala a alguém, querendo se referir a outra pessoa[83]

(4) excelentíssimos senhores e senhoras jurados ...

Em (4), a escolha foi pela segunda pessoa do discurso. Contudo, fez-se uma opção por um pronome que indica mais formalidade, próprio ao gênero, mas também para indicar maior

[82] Segundo Amossy (2006: 50), trata-se de pronome pessoal.

[83] [...] l"usage de la troisième personne pour désigner l"auditoire constitue un effet d"indirection, qui peut reveler de ce que Catherine Kerbrat-Orecchioni appelle un „trope communicationnel": on parle à quelqu"un en feignant de s"adresser à quelqu"un en feignant de s"adresser à quelqu"un d"autre (1986 : 131). Il s"agit là de stratégies dont il importe dans chaque cas d"examiner les conséquences (Amossy, 2006a: 51).

respeito aos jurados que terão papel fundamental naquela situação. Serão os responsáveis pelo veredicto.

- as evidências partilhadas[84] – o auditório é designado pelas crenças, opiniões, valores que o discurso lhe atribui de maneira implícita ou explícita.

> *(5) aos companheiros da força pública:: ... nosso eventual apreço ...*
>
> *(6) ... aos irmãos da força pública*
>
> *(7) aos colegas ... aos estudantes da S. A. ... e demais faculdades ...*
>
> *(8) na pessoa de Rachel saudamos os amigos serventuários da Justiça ...*

Aqui, podemos ver o uso de algumas designações que revelam, de certa maneira, que seus co-enunciadores pertencem a um grupo cujas crenças, opiniões posicionamentos são compartilhados com o enunciador. Ao se referir aos policiais militares, que acompanham os acusados em plenário, o enunciador vai denominá-los de *companheiros* e de *irmãos.* Isso revela, que apesar de estar o policial diretamente ligado ao combate ao crime, possui um posicionamento compartilhado com o Defensor Público que, também, preocupa-se com o combate à criminalidade. E estar, ali, falando em defesa de um acusado não o deslegitima enquanto um cidadão que se preocupa com a criminalidade.

As designações *colegas* e *estudantes* revelam a sua inserção dentro de outro grupo, que compartilha de conhecimentos jurídicos e práticas discursivas, pertencentes a uma mesma comunidade, ou seja, uma formação discursiva única.

O Defensor Público se refere aos serventuários da justiça presentes, utilizando o nome de um que poderá representá-los naquela saudação. Os serventuários da justiça são chamados de *amigos.* Isso revela um sujeito discursivo de bom relacionamento com a comunidade discursiva.

Estudar o auditório permite reconhecer a imagem que o locutor ou enunciador constrói de seu público.

[84] Même lorsqu"il ne fait pas l"objet d"une designation explicite, l"auditoire est désigné en creux par les croyances, les opinions, les valeurs que le discours lui attribue explicitement ou implicitement (Amossy, 2006 : 51).

1.4.2. Introdução ao tema a ser discutido em plenário

Depois de introduzir o seu discurso, saudando a todos os presentes, o Defensor Público anuncia a tese que pretende sustentar em plenário. É importante, nesse início, sinalizar para os seus co-enunciadores em que ponto vai centrar a construção de seu discurso argumentativo. Essa referência à tese a ser sustentada vai ajudar, principalmente, os jurados no momento do veredicto, tendo em vista que os acusados, levados a julgamento pelo Tribunal do Júri, apresentam um alto índice de culpabilidade. O objetivo é trabalhar para tentar melhorar a situação do acusado em uma possível condenação. Trabalhar discursivamente com circunstâncias que envolvem prática do crime pode ajudar os acusados a não serem condenados dentro de uma totalidade daquilo que foi pedido pela Promotoria.

Nos trechos apresentados no **Quadro 1.8**, podemos perceber que as teses a serem apresentadas, na primeira audiência, são *proporcionalidade* e *moderação*. Na segunda, a tese será combater o número exagerado de qualificadoras, que com certeza, irão dificultar a construção do discurso defensivo, tendo em vista que ele deverá explicar cada uma delas, verificar dentro dos fatos o que aconteceu e, em seguida concluir, mostrando aos jurados a impertinência daquelas qualificadoras. Trata-se de um discurso cujos conceitos exigem uma alta indagação da compreensão jurídica[85].

	Primeira audiência	**Segunda audiência**
Anúncio da tese de defesa	Proporcionalidade moderação	... e numa sucessão ... foram surgindo .... brotando do chão ... qualificadoras ... o júri anterior não aconteceu porque a defesa ficou pasmada ... já eram oito ... a Promotoria criou mais duas ainda além das seis no libelo ... e peticionamos ao Juiz ... como se defende uma pessoa ... disso aqui ... e qualificadora foram botando e foram botando ...

Quadro 1.8 – Anúncio da tese

[85] Na parte III, iremos analisar a complexidade desse discurso.

1.4.3. A heterogeneidade argumentativa

Com o primado do *interdiscurso,* Maingueneau nos ensina que todo discurso é antecedido de outro discurso. *A unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.* Vejamos a seguir, nos quadros apresentados, em que percebemos a escolha da intertextualidade interna e da externa para alimentar o seu discurso argumentativo.

Quando o enunciador constitui o seu discurso com citações discursivas pertencentes ao mesmo campo discursivo, temos a intertextualidade interna. Temos, ainda, a intertextualidade externa que se caracteriza pelas relações intertextuais que um discurso mantém com textos pertencentes a discursos de outros campos compatíveis.

No quadro a seguir, apresentaremos, em forma de intradiscurso, o que é exterior a esse discurso, contudo, o constitui.

	Primeira audiência	**Segunda audiência**
Discurso de autoridade citado	definições de Justiça segundo Ulpiano ... grande literato e jurisconsulto romano ... vontade constante:: e perpétua de dar a cada um o que é seu ... vontade constante ... e perpétua de dar a cada um ... o que é seu ...	... vamos começar aqui com o tratadista César Roberto ... o artigo 121 do código Penal parágrafo primeiro inciso cinco ... ele se põe a examinar o motivo torpe ... é o abjeto ... é o ignóbil ... é o que traz o constrangimento (...)"os tribunais têm decidido ... OS TRIBUNAIS ...têm decidido que a qualificadora por meio cruel somente pode ser admitida ... quando o agente age com sadismo ...

Quadro 1.9 – Discurso de autoridade

	Primeira audiência	**Segunda audiência**
Citações bíblicas		... mas no Eclesiastes nós encontramos a conhecida afirmativa ... "nada de novo sob o sol" ... é a história mais antiga ... já contada

Quadro 1.10 – Discurso bíblico

O enunciador, por meio do discurso citado, constrói parte da sua argumentação. Cita um jurisconsulto romano, um tratadista do direito, os tribunais (não no sentido de lugar, mas dos juízes que compõem a instituição), e o Eclesiastes, um dos livros que compõe a Bíblia, livro sagrado dos cristãos.

Quando o enunciador cita "os tribunais", "um jurisconsulto romano", "um tratadista" espera dos co-enunciadores uma interação, tendo em vista que os enunciados citados ali representam uma relação de intertextualidade interna, pois pertencem ao mesmo campo discursivo. Entretanto, ao citar o "Eclesiastes" constitui-se uma relação por meio da intertextualidade externa, que apesar de pertencer a outro campo discursivo, mantém com o discurso jurídico uma afinidade.

Nesse sentido, tais citações, independentemente de serem internas ou externas ao campo jurídico, reforçam o discurso argumentativo constituído em plenário. Revelam o conhecimento do enunciador e conferem autoridade ao seu discurso. Trata-se de alguém que sabe o que cita e que se preocupa em mostrar aos seus co-enunciadores as fontes de sua citação. Acrescente-se, ainda, que a citação: "os tribunais têm decidido ... OS TRIBUNAIS" existe uma modificação na entonação, marcada na transcrição em caracteres em maiúsculo. Podemos perceber que, além da repetição do vocábulo, existe uma entonação, uma postura de voz que reforça de maneira enfática o caráter de uma citação que pretende ser legitimada pelo co-enunciador como sendo de autoridade.

Os recortes discursivos apresentados acima não apresentam pertinência real se não forem relacionados ao sistema que lhes atribui sentido. Esses fragmentos não fazem sentido por si mesmos. Só resultam, em modo de coesão, quando apresentados em um encadeamento discursivo.

Conforme Maingueneau (2005b: 101):

> Cada formação discursiva tem uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro... Todas essas junturas de unidades pequenas ou grandes não poderiam escapar à carga da semântica global (Maingueneau, 2005b: 101).

1.4.4. A (não) pessoa discursiva

Os pronomes de tratamento, também conhecidos como segunda pessoa indireta do discurso, ocorrem quando precisamos utilizar pronomes que indicam o nosso interlocutor. Neste caso, os verbos flexionam-se na terceira pessoa. Esses pronomes representam uma forma indireta de nos dirigirmos aos nossos interlocutores. Ao tratarmos um deputado por "Vossa Excelência", por exemplo, estamos nos endereçando à excelência que esse deputado supostamente tem para poder ocupar o cargo que ocupa. Os pronomes de tratamento, aqui entendidos como pessoas do discurso, são necessários em nossa cultura devido a uma grande estratificação social. O tratamento é adequado às situações e ao nosso interlocutor e, no Tribunal do Júri, é endereçado, normalmente, ao Juiz, ao Promotor e aos Jurados. Em relação aos demais presentes, a interlocução é feita com o uso do nome próprio ou pelo tratamento "você" e, normalmente, não se apresenta antecedido de pronome de tratamento que especifica um cargo, mesmo porque os demais não ocupam um cargo que tenha um pronome de tratamento adequado. Contudo, como podemos perceber, aqui, os acusados recebem antes do nome próprio um pronome de tratamento que evoca respeito do enunciador. Parece-nos um procedimento argumentativo. Uma tentativa de igualar um posicionamento que, naquele espaço discursivo, evoca o respeito que todos ali presentes devem às pessoas que estão sendo julgadas.

Ao enunciar *senhor* ou *senhora*, para se referir aos acusados, percebemos que as pessoas do discurso representadas por *senhor* e *senhora* não representam os co-enunciadores, e, sim os referidos no discurso do enunciador Defensor Público. Se aceitarmos a hipótese de que eles são os referidos, no âmbito discursivo deveriam representar a não-pessoa teorizada por Benveniste (1989).

> Ela [a língua] fornece o instrumento lingüístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do "eu" ao "tu" e a oposição do sistema "eu/tu" a "ele".
>
> A primeira, oposição "eu/tu", é uma estrutura de alocução pessoal que é exclusivamente inter-humana. [...]
>
> A segunda oposição, a do "eu-tu"/ "ele", opondo a pessoa à não-pessoa, efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocução (Benveniste, 1989: 101).

Contudo, são pessoas discursivas, pois a voz que enuncia, enuncia representando as vozes dos referidos, ou seja, o Defensor Público fala em nome dos acusados. A voz que se ouve é a voz dos acusados no corpo ou aparelho enunciativo do Defensor Público. Percebemos assim, que a adequação à teoria do enunciado, idealizada por Benveniste (1989), parece ser questionável.

	Primeira audiência	**Segunda audiência**
Pronome de tratamento usado para se referir aos acusados	Senhor Daniel	Senhora /Dona Rachel.

Quadro 1.11 – A (não) pessoa

1.4.5. A ironia no argumento *ad hominem*

Tradicionalmente considerado como um paralogismo, o argumento *ad hominem* é muito eficaz no discurso polêmico. Existem, contudo, opiniões contrárias. "O argumento *ad hominem* trata-se de um argumento muito baixo, que utiliza no fundo uma violência, restringindo a razão" Reboul (1991:183 *apud* Amossy, 2006: 142). O argumento *ad hominem* é criticado pelos estudiosos da argumentação por não ter um valor de pertinência, principalmente, por causa da sua validade lógica e, ainda, a crítica recai sobre a questão do ponto de vista da ética da discussão. Contudo, Reboul reconhece que "o argumento de autoridade revertida consiste em refutar uma proposição, ligando-a uma pessoa odiosa", "ou fazendo ressaltar as características dessa pessoa" (Reboul, 2000: 182-183). Nessa perspectiva, o argumento *ad hominem* é um argumento que trabalha com o *ethos* do adversário e não sobre o seu enunciado (argumento). Assim, podemos considerar o argumento *ad hominem* como perfeitamente válido como assinala Brindon, (1985: 56 *apud* Amossy, 2006a: 143),

> [...] que o locutor não tem a autoridade moral exigida sobre a questão que é tratada, não está inclinado a deliberar bem ou a examinar com atenção as coisas prudentemente em razão dos motivos anteriores, não partilha verdadeiramente dos valores ou das crenças ou, ainda, dos princípios pressupostos dentro do contexto" (Brindon, 1985: 56 *apud* Amossy, 2006a: 143).[86]

Os discursos *ad hominem* podem ser diferenciados segundo três perspectivas, como assinala Gilles Gauthier (1995:22 *apud* Amossy, 2006a:143): discursos *ad hominem* lógico, circunstancial e pessoal. Pode ser considerado lógico quando ataca um interlocutor cujo propósito possui dois posicionamentos contraditórios. Pode ser considerado circunstancial quando se ataca alguém em razão de uma inconsistência suposta entre uma posição que está atrelada a qualquer traço de sua personalidade ou de seu comportamento. Enfim, ele pode ser considerado pessoal quando há ataque frontal ao adversário. Esses argumentos devem ser submetidos aos critérios de veracidade e de pertinência, tendo em vista que um argumento *ad hominem* mentiroso ou constituído de enunciados falsos, errôneos ou inexatos é eticamente ilegítimo. E em relação à pertinência deve ser observado que, quando se questiona o adversário, deve-se fazer de maneira motivada. Segundo Gauthier (1995), esse último critério permite distinguir dentro do discurso jurídico aquilo que é aceitável daquilo que é inaceitável.

	Primeira audiência	**Segunda audiência**
Ironia	Sr. Wel. aqui hoje ... liberto ... apesar da sua ficha criminal onde há mais de uma tentativa de homicídio ... quando ele foi ouvido ... por sua Excelência ... o Juiz F. do E. S. A. ... há algum tempo ... ele também fez a PO::se do bom moço diz que nunca havia atirado em ninguém ... salvo na ex-	segunda-feira Vossas Excelências participaram do Júri ... em que um grupo seqüestra ... tira um pai de família de seu lar ... matam ... e a solução foi quatorze anos ... de pena ... mas isso que foi proposto hoje para Dona Rachel aqui ... vai levá-la a uma pena estratosférica ... porque se se dobram qualificadora em cima de qualificadoras ... o grupo criminoso de segunda-feira ... comparado com Dona Rachel ... é um grupo de frades franciscanos ...

[86] [...] que le locuteur n"a pas l"autorité morale exigée sur la question dont on traite, n""est pas enclin à bien délibérer ou à peser les choses prudemment en raison de motifs ultérieurs, ne partage pas vraiment les valeurs ou les croyances ou encore les principes présupposés dans le contexte, ou est déficient en *ethos* de toute autre manière" (Brindon,1985: 56 *apud* Amossy, 2006a: 143).

	namorada e também ... foi só uma vez ... só atirou numa ex-namorada uma vez ... ainda bem que foi ... só uma vez ... nela ... (...)o Sr. Wel. G. S. ... o chefe da gangue ... do Santo Antônio ... estacionou sua motocicleta aqui ... no estacionamento público ... e desfilou daquela porta ... sentou-se aqui entre nós ... e depois foi erguido como vítima no cenário desse Tribunal ... (...)Ren. ... Ale. ... Ma. Na. ... Edv. ... se escondem atrás da menoridade ... bom ... e Daniel faz os 8 anos de prisão em nome de todos eles ... proporcionalidade ... ele vai dançar a valsa solteiro ...	(...) a Lei diz "emboscada dissimulação traição ou outro recurso" ... e afirmamos a Promotora não pode bater o corner e marcar gol de que é ... porque o gol de que é é clássico né? tá atacando ... solto na área ... refletindo alguém lança a bola e alguém grita fulano ... e ele ... que é? ... e marca o gol ... que é ou Migué ... os conceitos estão errados ... mas houve sim o modo que qualifica ...

Quadro 1.12 – A ironia no argumento *ad hominem*

Vejamos, a seguir, como o recurso *ad hominem* é utilizado no discurso do enunciador.

> *(1) Sr. Wel. aqui hoje ... liberto ... apesar da sua ficha criminal onde há mais de uma tentativa de homicídio*

O nome citado no discurso se relaciona ao fato dessa vítima, autor da ação penal, possuir "uma ficha criminal" que apresenta crimes de grande relevância.

> *(2) há algum tempo ... ele também fez a PO::se do bom moço diz que nunca havia atirado em ninguém ... salvo na ex-namorada e também ... foi só uma vez ... só atirou numa ex-namorada uma vez*

Continuando em sua argumentação é acrescentado ao discurso a característica de "bom moço" apesar de ter atirado em uma ex-namorada.

> *(3) Sr. Wel. G. S.... o chefe da gangue ... do Santo Antônio ... estacionou sua motocicleta aqui ... no estacionamento público ... e desfilou daquela porta ... sentou-se aqui entre nós ... e depois foi erguido como vítima no cenário desse Tribunal ...*

O nome aqui é atrelado à característica negativa de "chefe da gangue". Contudo, aquele tribunal o reconhece como vítima.

> *(4) (...)Ren. ... Ale. ... Ma. Na. ... Edv. ... se escondem atrás da menoridade (...) e Daniel faz os 8 anos de prisão em nome de todos eles (...) ele vai dançar a valsa, solteiro*

O apelo aqui vai para fato de a condenação recair somente em uma das pessoas envolvidas na prática do crime, tendo em vista que os demais não poderiam ser punidos por serem menores, mas a menoridade penal não retira deles a culpabilidade. Contudo, trata-se de um esconderijo, um espaço fictício que permite o não alcance da Lei.

> *(5) um grupo seqüestra ... tira um pai de família de seu lar ... matam ... e a solução foi quatorze anos ..(...) o grupo criminoso de segunda-feira ... comparado com Dona Ed. ... é um grupo de frades franciscanos*

Para defender seu ponto de vista em relação à fixação da pena, o enunciador aqui cita o caso de um grupo que pode ser comparado a um grupo, ironicamente nomeado, de "frades franciscanos", apesar do crime praticado receberam uma pena irrisória se comparada àquela que poderá ser fixada à acusada. Diante da gravidade das circunstâncias que envolveram a prática do crime, existe uma desproporção na fixação da pena.

> *(6) e afirmamos a Promotora não pode bater o corner e marcar gol de que é*

Aqui, o ataque é direcionado à postura contraditória da Promotora. Em seu pedido de condenação postula a "dissimulação", mas o que de fato aconteceu foi "traição". Apesar das várias tentativas em desfazer o equívoco, o enunciador teme que seu pedido possa ser atendido mesmo defendendo um posicionamento contraditório, tendo em vista que as duas qualificadoras se excluem.

Os enunciados apresentados, nesse quadro, constroem por meio da negação polêmica um interdiscurso que é rejeitado pelo enunciador. Revelando, assim, formações discursivas antagônicas.

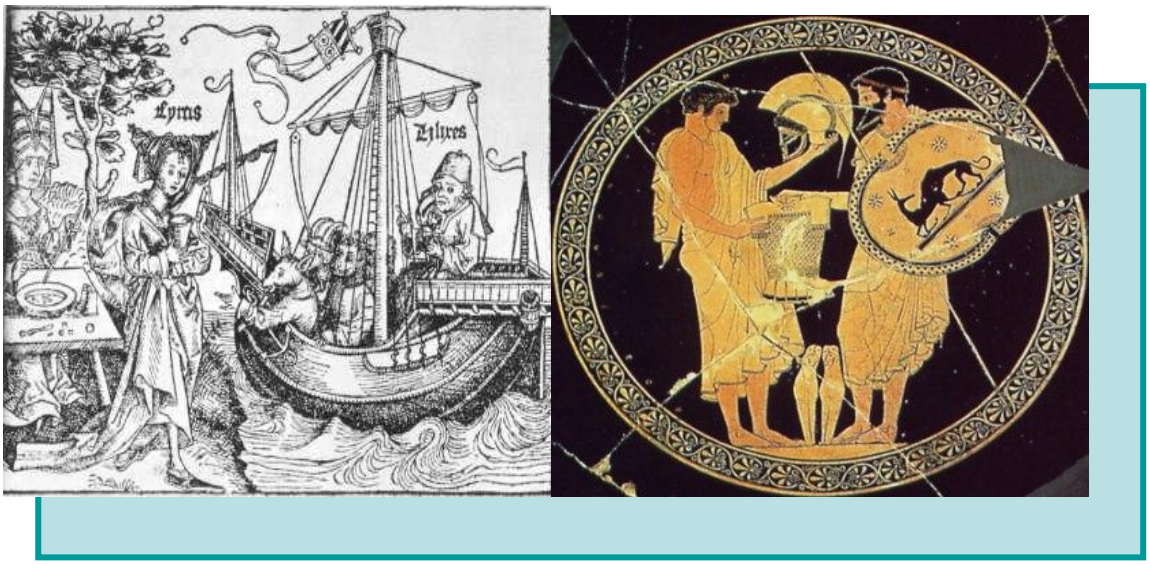
1.4.6. A analogia e a ilustração

A analogia e a ilustração consistem em comparar um elemento do discurso ao outro que está fora, mas é trazido com a intenção de mostrar semelhanças entre os elementos colocados em relação. Como diz Maingueneau (1991:246) *apud* Amossy (2006a:146), "Pode-se dizer sucintamente que sua força persuasiva liga-se àquilo que se coloca em relação um objeto problemático com um objeto já integrado pelas representações do co-enunciador".

	Primeira audiência	**Segunda audiência**
Mitologia grega	a:: guerra de tróia ... há um episódio na Odisséia de Ulisses MUIto curiosa narrada por Homero [...] mas Ulisses é Ulisses o industrioso ... o sensato ... o ponderado ... então ele delibera consigo ... narra Homero no capítulo 13 ... se ele iria enviar o adversário num só golpe aos infernos ... ou se iria clemente ... iria simplesmente se contentar em estendê-lo a seus pés ... e o herói delibera pela segunda forma ... e simplesmente derruba o adversário ao solo ... mas não o elimina ... pro-por-cio-	...porque não lembrar do mito de Medeia

	nalidade ... MO-de-ra-ção	

Quadro 1.13- Mitologia



Pintura 1.1 - Circe e Ulisses por Wolgemut

Segundo a Mitologia Grega, Ulisses (Odisseu em grego), no poema da Odisséia narra as peregrinações de Ulisses em seu regresso de Tróia ao seu reino de Ítaca. Conta o poema que ao chegarem à Ilha de Eana, onde vivia Circe, a filha do Sol, Ulisses enviou metade da tripulação, sob o comando de Euríloco, para verificar com que hospitalidade poderiam contar. Ao se aproximarem do palácio, os gregos viram-se rodeados de leões, tigres e lobos, não ferozes, mas domados pela arte de Circe, que era uma poderosa feiticeira. Todos esses animais tinham sido homens e haviam sido transformados em feras pelos seus encantamentos. Do lado de dentro do palácio, vinham os sons de uma música suave e de uma bela voz de

[87] http://latinorium.blogspot.com/2006_09_01_archive.html

mulher que cantava. Euríloco chamou em voz alta, e a deusa apareceu e convidou os recém-chegados a entrar, todos entraram, exceto Euríloco, que desconfiou do perigo. Aqueles que entraram foram servidos com vinhos e iguarias. Quando haviam divertido muito, ela lhes tocou com sua varinha de condão e eles imediatamente se transformaram em porcos, com "a cabeça, o corpo, a voz e as cerdas" de porco, embora conservando a inteligência de homem. Circe prendeu-os em suas pocilgas, dando-lhes para comer bolotas e outros alimentos apreciados pelos suínos.

Euríloco voltou ao navio e contou o que vira. Ulisses, então, resolveu ir sozinho libertar os companheiros. No caminho, foi advertido por Mercúrio que informou a Ulisses acerca das artes de Circe e do perigo de aproximar-se dela. Como Ulisses não desistisse de seu intento, Mercúrio deu-lhe um broto da planta chamada "Moli", dotada de enorme poder para resistir às bruxarias, e ensinou-lhe o que deveria fazer. Ulisses prosseguiu o caminho e, chegando ao palácio, foi cortesmente recebido por Circe, que o obsequiou como fizera a seus companheiros, e, depois que ele havia comido e bebido, tocou-lhe com sua varinha de condão, dizendo: "Ei! Procura o teu chiqueiro e vai te espojar com teus amigos".

Em vez de obedecer, porém, Ulisses desembainhou a espada e investiu furioso contra a deusa, que caiu de joelhos, implorando clemência.

Ulisses ditou-lhe uma fórmula de juramento solene de que libertaria seus companheiros e não cometeria novas atrocidades contra eles ou contra o próprio Ulisses. Circe repetiu o juramento, prometendo, ao mesmo tempo, deixar que todos partissem sãos e salvos (Bulfinch, 2006:232-234).

A história de Ulisses serve de subsídio ao Defensor para desenvolver a tese de moderação. Assim como Ulisses não matou a feiticeira, os jurados deveriam dar uma segunda oportunidade ao acusado, dando a ele a possibilidade de uma condenação compatível com a sua participação no crime. A história é evocada para demonstrar o bom senso de Ulisses que poderia ter matado a feiticeira contudo, preferiu dar-lhe uma oportunidade.



Pintura 1.2-Medeia, por Eugène Delacroix

Segundo a lenda grega, a feiticeira Medeia ajudou Jasão, líder dos argonautas, a obter o velocino de ouro. O mito é conhecido pelas versões literárias que lhe deram Eurípides, Ésquilo, Ovídio e Sêneca. Medeia era filha de Eetes, rei da Cólquida. Eetes possuía o velocino de ouro, que Jasão e os argonautas buscavam, e o mantinha guardado por um dragão. A maga Medeia apaixonou-se por Jasão e, depois de ajudá-lo a realizar sua missão, seguiu com o grupo para a pátria de Jasão, Jolcos, na Tessália. Mais tarde, Jasão apaixonou-se por Glauce e abandonou Medeia. Inconformada, ela estrangulou os filhos que tivera com Jasão e presenteou a rival com um manto mágico que se incendiou ao ser vestido, matando-a. Medeia casou-se, depois, com o rei Egeu, de quem teve um filho, Medos. Por ter, porém, conspirado contra a vida de Teseu, filho de Egeu, foi obrigada a refugiar-se em Atenas. Medeia foi

honrada como deusa em Corinto e, sobretudo, na Tessália. Sua lenda serviu de tema a obras artísticas e literárias de todos os tempos, das quais a mais conhecida é a tragédia Medeia, de Eurípides (Bulfinch, 2006:136-139).

A história de Medeia é evocada para mostrar aos jurados que o que aconteceu com a acusada, não deve ser visto como algo inédito e absurdo, uma vez que o mesmo já havia acontecido muitas vezes e que existia, até mesmo um mito, que havia passado pela mesma situação.

	Primeira audiência	Segunda audiência
Literatura	mesma frase citada um pouco antes por Hesíodo no poema "trabalhos e dias" ao seu irmão ( ) ou a Justiça e não deixeis crescer o descomprometimento ... a desproporcionalidade ainda que cegos ...	Porque Medeia é tão discutida ... é tão lida ... é tão encenada ... Chico Buarque de Holanda ... mostrou a peça em torno da sua vida ... Maria Calas ... a grande cantora ... patrocinou a interpretação memorável de Medeia ... justamente quando seu amado também a abandonara

Quadro 1.14 – Literatura

	Primeira audiência	Segunda audiência
Metáfora	O MP hoje (...) sem analisar a conjuntura em que esse fato está incrustado ... como se ele fosse uma mera estrela vespertina isolada no céu ... esquecendo que há um conjunto de fatos	V. considera na folha 65 do processo ... "A. era amiga da vítima"... razão pela qual a vítima acreditou no falso recado transmitido ... era amiga da vítima ... (...) da serpente ... se lhe retira ... a peçonha ... para o soro antiofídico ... se se soltar a serpente ela vai para a toca e recompõe o seu veneno ... quem produz o próprio veneno ... é a serpente ... ela vem afirma a traição ... é a melhor amiga de Valéria... é amiga de Rachel ... e começa a transacionar o jogo ... (...) traição ... o que que é traição ... pega-se a vítima sorrateiramente ... cria-se a fraude para ir adiante ... como acontece nas nossas lojas de roupas ... que ilude o vendedor ... tira a atenção ... na traição tem que ter uma fraude para enganar ... e nesse caso ... é a fraude um recado . (...) porque é tão fácil de ser corrigido ... para eu precisar argumentar a unidade funcional do dever funcional no Tribunal de Justiça agora ...

		mas vai ser quesitado ... é igual a bater o corner e marcar gol de cabeça ... não dá para ser dissimulação e outro meio ao mesmo tempo ... ou é uma coisa ou outra ... agora perfeitamente ... vamos torcer para que seja só o joio ...

Quadro 1.15 - Metáfora

Para ilustrar a interpretação feita pela Promotora, que não leva em consideração a situação sócio-histórica, o enunciador relaciona o entendimento da Promotora ao de uma "estrela vespertina", tendo em vista que é uma interpretação isolada que não se integra à situação dos fatos.

(1) fato (...) numa mera estrela vespertina isolada no céu

O elemento ilustrativo apresentado no enunciado (2) é a "serpente". O signo ideológico "serpente" é associado ao comportamento traiçoeiro de uma pessoa que se dizia amiga da vítima e da acusada. A "amiga" vai produzir um "veneno". Esse "veneno" é um discurso mortal. O veneno produz o efeito desejado. Após absorver o "veneno", que discursivamente é representado pelo relato sobre a traição do marido, a acusada transtornada, embriagada, afetada pelo "veneno" é conduzida a praticar o homicídio.

(2) quem produz o próprio veneno... é a serpente ... ela vem afirma a traição ... é a melhor amiga de Valéria... é amiga de Rachel

A fraude em (3) é ilustrada pela imagem da atividade de trabalho do "vendedor de roupas". Cria-se essa imagem para representar o efeito de ilusão, aquilo que existe no plano ficcional, um sonho, um engano dos sentidos ou da inteligência, um logro. O vendedor usa dessa artimanha para vender o produto. No plano discursivo do Tribunal do Júri, a fraude existe para explicar o que é "traição" que no discurso jurídico é uma das circunstâncias que agrava a pena do acusado, ou seja, se o acusado além de praticar o fato criminoso o faz

conduzido por "um recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido" [88], a pena deve ser mais severa.

> *(3) cria-se a fraude para ir adiante... como acontece nas nossas lojas de roupas ... que ilude o vendedor ...*

O enunciador em (4) remete a uma ilustração um pouco complicada "bater corner e marcar gol de cabeça". É necessário que o co-enunciador entenda as regras do jogo de futebol. De acordo com essas regras, é impossível ao mesmo jogador chutar a bola de um canto do campo de futebol e, ao mesmo tempo, está na área para marcar gol de cabeça. Da mesma forma, a Promotora não pode pedir uma condenação, utilizando a qualificadora "dissimulação" e outro meio ao mesmo tempo, uma vez que a designação de uma exclui a outra.

[88] **Art. 61 do Código Penal Brasileiro** - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Alterado pela L-007. 209-1984)
I - a reincidência;
II - ter o agente cometido o crime:
a) por motivo fútil ou torpe;
b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;
c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;
d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;
e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;
f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica; (Alterado pela L-011. 340-2006)
g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;
h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida; (Alterado pela L-010. 741-2003)
i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;
j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;
l) em estado de embriaguez preordenada.

(4) é igual a bater o córner e marcar gol de cabeça ... não dá para ser dissimulação e outro meio ao mesmo tempo

O enunciador aqui apela para o conhecimento dos co-enunciadores em relação às regras do futebol. Ele acredita que a construção da sua explanação ao conceito de "dissimulação" e "outro meio ao mesmo tempo", utilizando como exemplo um fato, que segundo as regras do futebol, não pode ocorrer dentro de uma partida de futebol ajuda na compreensão das leis que regulamentam os procedimentos contemplados pelo Código de Processo Penal, tendo em vista que os seus co-enunciadores constituem uma comunidade discursiva que poderíamos designar como pertencentes ao "país do futebol", como é conhecido o Brasil.

1.4.7. O fechamento

Para concluir seu discurso argumentativo, o enunciador vai explicar aos jurados os questionamentos (quesitos) que serão formulados pelo Juiz Presidente para que possam dar o veredicto. Essa fase constitui, no discurso argumentativo do Tribunal do Júri, à peroração. O enunciador recapitula os fatos, resumindo os argumentos apresentados no decorrer de sua exposição e, ao mesmo tempo, explica os quesitos que serão votados logo em seguida pelo corpo de jurados.

	Primeira audiência	**Segunda audiência**
Explicação dos quesitos	Os quesitos que serão examinados ... os quesitos ... têm uma linha ... importante ... as duas primeiras proposições querem saber se naquele dia ... obrigado ((o defensor se desloca em direção à mesa dos Juiz para buscar os quesitos)) se naquela hora ...Daniel fazendo uso de arma de fogo desferiu tiros contra Wel. ... provocando os ferimentos ... sim ... ele deu os tiros ... segundo quesito ... analisar o *animus nefande* a sua pretensão ... assim agiu mediante ...	Excelência vai nos fazer variadas perguntas nessa manhã ... primeira delas ... dia onze de novembro ... vinte e duas horas ... margens do Anel Rodoviário Sul ... onde ocultamente se encontravam Valéria e Valéria... lembremos ... ninguém procura esse refúgio ... de seus prazeres se não é para ocultar ... da esposa o que se faz ... (lendo os quesitos) "a acusada Rachel desferiu vários golpes de faca contra V.?" sim ... desferiu ... "tais lesões foram a causa do falecimento natural da vítima?" sim ... condená-la por homicídio ... qualificadoras ... "a acusada Rachel C. agiu impelida por motivo fútil" ... (...). quarto ... "a acusada Rachel agiu impelida por motivo torpe ... consistente no fato de que o crime foi praticado por que a acusada pretendia eliminar a vítima sua concorrente ... pois a ofendida mantinha relacionamento amoroso ... com o companheiro do acusada?" ... isso é torpeza? ... o ciúme que Rachel

	perdão ... assim agindo o acusado deu início à execução do crime de homicídio que não se consumou por circunstâncias alheias a sua vontade ... sim ... quis matar ... qualificadora ... terceiro quesito ... o acusado agiu mediante dissimulação ... e ... ele agiu com dissimulação ... vê-se com uma menor com quem agia em unidade de propósitos ... levou a vítima ao local dos fatos sobre pretextos de ali namorar ele ... ele é responsável por isso ... ou a idéia partiu de We. ... que foi acolhida por Dim ... que caiu nos ouvidos do Tim ... e ele que é o responsável por isso ... é ele que está reunindo o grupo ... é ele que está aliciando os comparsas ... não ... ele não agiu com dissimulação ... ele ... mas ele adere ao propósito pois ele responde por tentativa de homicídio ...	sentiu era torpe? ... ciúme é torpeza? ... esse caso ... esse ciúme é torpe? ... refaçam a trajetória de Rachel ... nos últimos quatro anos ... segue ... "a acusada Rachel praticou o fato criminoso usando de meio cruel?" ... com todo respeito não se pôde explicar o que é meio cruel aqui ... meio ... um instrumento cruel ... aí a Lei diz no artigo 121 parágrafo terceiro ... fogo asfixia explosivo ... meio é instrumento ... e a faca ( ) há dois terços ... meio o instrumento é cruel ... por mais desagradável não se mata com fogo ... agora a Lei 121 é esclarecedora ... pena que nem sempre é apresentada é interpretada ... diz principalmente o Código ... que é a base ( ) nosso ... é a Lei e seus artigos ... se o homicídio é cometido ... com emprego de veneno ... fogo ... explosivo ... asfixia ... tortura ... ou outro meio insidioso ou cruel ... esse se transmuda o homicídio qualificado ... não houve ... não houve ... a crueldade ... até por que ... quem está possesso de ciúmes ... como se refere a acusação ... não se ( ) o cruel ... o cruel é o frio ... é o inflexível ... é o meditativo ... que pára ... e pensa ... como que eu posso agravar o sofrimento ... disseram os Tribunais "quem usa de sadismo ... sadismo" ... sua Excelência vai perguntar ainda ... "a acusada Rachel agiu mediante recurso que dificultou ... ou tornou impossível a defesa da vítima? ... agindo de forma a surpreendê-la?" ... isso que poderá atuar o júri não teve jeito de encontrar nos autos ... como que a Lei mais antiga que nós que e é a somatória de experiência dos povos ... como que a Lei ... trabalhou no inciso quarto ... disse-nos assim ... "se o homicídio é cometido ... à traição ... de emboscada ... ou mediante dissimulação ... ou outro meio ... outro meio ... que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido" ... doze a quinze ... ou é traição .. o modo empregado ... ou é emboscada ... o modo empregado ... ou é dissimulação ... o modo empregado ... ou é um outro meio ... que dificulta ... mas não tem como ser emboscada traição dissimulação e outro ao mesmo tempo ...

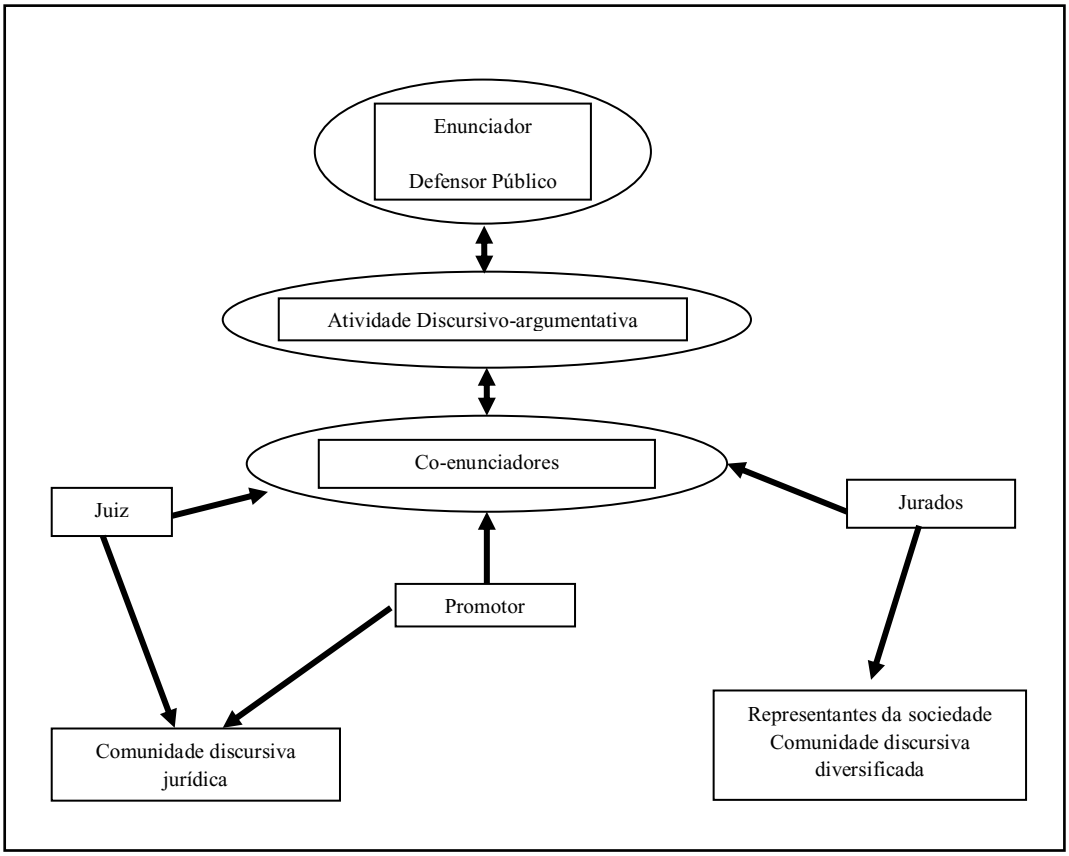
Quadro 1.16 - Quesitos

A peroração ou fechamento é constituído com um resumo do que foi debatido em plenário concomitantemente à explicação dos quesitos que os co-enunciadores deverão responder ao término do seu discurso. Assim, mais uma vez, os discursos de defesa e de

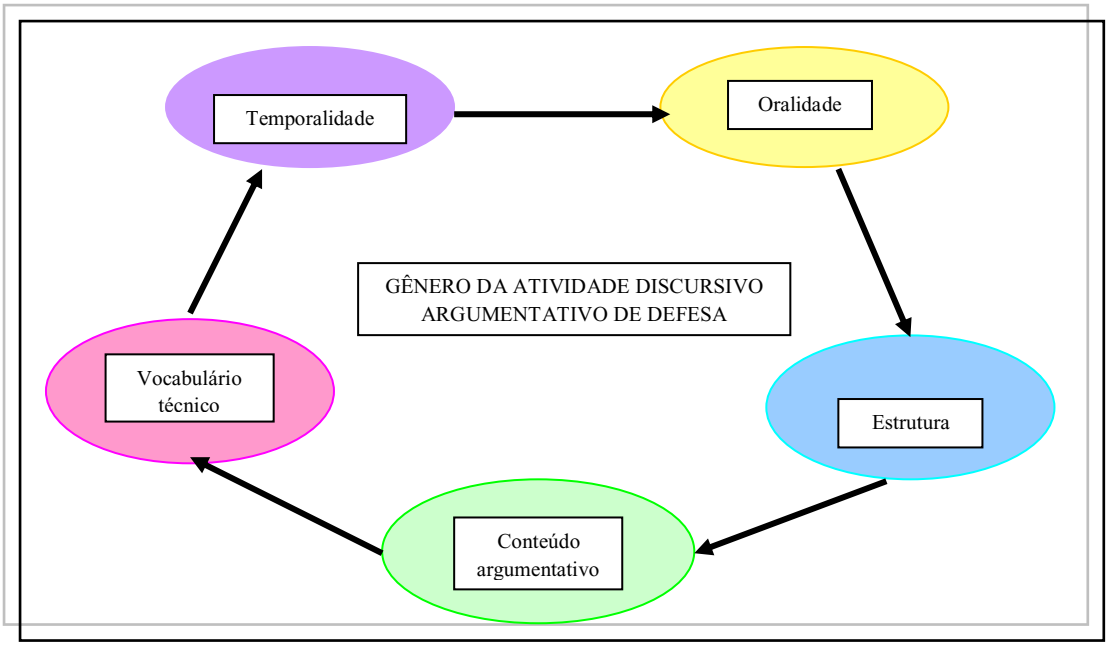
acusação, que são relevantes para o discurso de defesa, são recuperados como tentativa de fixar naquilo que poderá ser votado pelo conselho de sentença e que favoreça o gênero *discursivo/atividade* do Defensor Público no Tribunal do Júri.

Procuramos, aqui, com essa análise do gênero da atividade, demonstrar como se constitui o discurso argumentativo do Defensor Público. Como seu discurso é estruturado de maneira a atender a uma especificidade do gênero discursivo de defesa em audiência do Tribunal do Júri. O que caracteriza esse discurso é a temporalidade, a estrutura, a oralidade e o conteúdo argumentativo. O **tempo** obedece ao que é disposto pela lei; a **estrutura** não é caracterizada pela lei, segue uma estrutura canônica dos discursos argumentativos proferidos nos tribunais desde à antiguidade grega. É proferido **oralmente**, mas não se aproxima do gênero conversacional. Possui características do gênero instituído. O **conteúdo argumentativo** é apresentado por um **vocabulário técnico** e muitas vezes rebuscado de difícil compreensão para aqueles que não constituem a comunidade discursiva jurídica.

Representaremos a seguir os sujeitos discursivos presentes no Tribunal do Júri.



Esquema representativo dos sujeitos discursivos no Tribunal do Júri



Esquema representativo das características do gênero da atividade-discursiva

Parte III

A constituição de uma prática discursiva no tribunal do júri e na autoconfrontação simples: o real da atividade

Capítulo 1. O gênero do discurso e o gênero da atividade do Defensor Público

Como afirmamos na introdução desta tese, a linguagem para o nosso protagonista do trabalho é atividade e objeto ao mesmo tempo. Assim, o gênero da atividade e o gênero do discurso se misturam, uma vez que a atividade se constitui quando mobiliza a linguagem e, como mostra o triângulo da atividade constituído por Clot (2004a), o gênero da atividade possui em seu vértice o sujeito que desenvolve sua atividade para e pensando no outro que se localiza em uma das extremidades do triângulo, passando pelo outro ele constrói o seu objeto. Se o objeto constitui um dos elementos do gênero da atividade e para o nosso protagonista é também a linguagem, o gênero da atividade engloba o próprio objeto, pois tanto o gênero quanto o objeto são linguagem.

Explicando melhor: a atividade de trabalho é uma atividade humana, que possui como objetivo transformar o mundo do trabalho ou construir no mundo trabalho algo que seja previsto e desejado nesta situação. Para realizar essa atividade, o protagonista mobiliza um gênero que é socialmente constituído, a fim de realizar uma tarefa pré-concebida. A realização dessa tarefa, que muitas vezes é formalmente prescrita, ou seja, possui um prescrito rígido, como no caso do nosso protagonista, será constituída com o objetivo fim que é a construção de um objeto. A construção desse objeto passa pelo crivo do outro que sempre molda o sujeito e sua atividade na realização da tarefa. Ao final temos um resultado que podemos chamar de tarefa realizada. A tarefa realizada nunca será completamente constituída conforme foi prevista, tendo em vista as condições sócio-históricas e as singularidades de cada um. Além do realizado, temos, ainda, o real da atividade que muitos analistas do trabalho não levam em consideração e que engloba o "tudo".

O pesquisador que pretende contribuir para as reflexões sobre as atividades que são desenvolvidas na situação do trabalho, conforme praticadas pela ECA, o processo de constituição das tarefas não só o realizado é considerado. Assim, o real da atividade é mais complexo e completo que o simples realizado a partir de uma tarefa pré-estabelecida.

Em suma, o objeto constituído por nosso protagonista do trabalho se realiza por meio da linguagem, tendo em vista, que para a realização de sua atividade, utiliza a linguagem e, ao mesmo tempo, se retornarmos ao triângulo da atividade, percebemos que, ao final, a atividade

de trabalho do Defensor é também a produção de um discurso que se constitui por meio da linguagem. Assim, temos a linguagem como atividade e ao mesmo tempo como objeto de trabalho. O gênero da atividade e o gênero do discurso analisados, anteriormente, nós faz concluir que, tanto um como o outro, possuem algo que os unem e os constituem, ou seja, a linguagem.

Parte III

A constituição de uma prática discursiva no tribunal do júri e na autoconfrontação simples: o real da atividade

Capítulo 1. O gênero do discurso e o gênero da atividade do Defensor Público

CAPÍTULO 2

A CENOGRAFIA E O *ETHOS*

Sabemos que é de fundamental importância compreender o fenômeno discursivo tendo como base a semântica global. Para isso, devemos levar em consideração como se constitui a cenografia discursiva. Temos como ponto de partida uma cena empírica que é constituída no Tribunal no Júri. Contudo, acreditamos que o discurso constituído na cena empírica, mesmo que seja regulamentado por leis que lhe impõem um caráter rígido e objetivo, existe a possibilidade de um rompimento com a rigidez, imposto pela lei, para se constituir uma outra cena discursiva. Para isso, iremos refletir como são constituídos os sentidos do discurso que ali são veiculados, uma vez que acreditamos que os signos não se apresentam inertes em um discurso, mas deixam um rastro onde são proferidos, de modo que os co-enunciadores possam interagir ou não com os enunciados.

2.1. As cenas da enunciação

A cena da enunciação, para Maingueneau (1998/2000) poderá ser vislumbrada dependendo do ponto de vista que se assume. Poderá, assim, ser ela englobante, genérica e cenográfica.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso (religioso, político, publicitário etc.) trata-se de depreender a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo, isto é, em nome de quê o discurso interpela o co-enunciador e a partir de qual finalidade ele foi organizado.

Na presente pesquisa, podemos observar que existe uma cena englobante constituída pelo discurso jurídico. No Tribunal do Júri, pressupõe-se que todos os participantes – Juiz,

Promotor, advogado, defensor e juízes leigos que compõem o Tribunal do Júri[89] - conheçam o contrato que rege esse discurso. A noção de contrato pressupõe indivíduos, pertencentes a um corpo de práticas sociais, susceptíveis de chegar a um acordo sobre as representações concernentes a essas práticas sociais.

A cena genérica define o papel do discurso, como ele se apresenta para o co-enunciador e junto com a cena englobante caracteriza o quadro cênico do discurso, isto é, o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido. Trata-se do gênero discursivo mobilizado para produzir a enunciação, no caso do nosso protagonista, trata-se do discurso argumentativo como gênero da atividade, como foi analisado anteriormente. Maingueneau (2006: 148) propõe uma distinção básica entre dois regimes genéricos: os gêneros *conversacionais* e os *instituídos*. Os conversacionais se organizam por uma caracterização imprecisa. Em contrapartida os instituídos podem ser classificados por vários graus de variabilidade. Em primeiro grau, estão aqueles que correspondem a pouca ou mesmo à ausência de variação; em segundo, aqueles nos quais é possível produzir enunciados singulares, mas obedecendo a roteiros rígidos; os gêneros de terceiro grau possibilitam o apelo a cenografias originais; nos de quarto grau, estão aqueles que exigem a invenção de cenários. E, finalmente, no quinto grau, situam-se os gêneros que *não possuem um formato pré-estabelecido, mas zonas genéricas sub-determinadas nas quais uma única pessoa, um autor com uma experiência individual, auto-categoriza sua própria produção verbal* (Maingueneau, 2006: 151). No caso do nosso protagonista do discurso, o seu gênero pode ser visto como parte de um gênero instituído na fronteira do quarto e quinto graus, tendo em vista que o legislador regulamenta sua atividade de trabalho, contudo, não traça roteiros rígidos para a construção discursiva.

O Código de Processo Penal (CPP) Brasileiro regulamenta que nos debates em plenário a ordem de produção discursiva deve seguir a seguinte lógica: terminada a inquirição das testemunhas, o Promotor lerá o libelo e os dispositivos da lei penal em que o réu se achar vinculado. Em seguida, produzirá a acusação. O assistente (caso haja) falará depois do Promotor. Caso o processo seja promovido pela parte ofendida, ou seja, a vítima, o Promotor falará depois do acusador particular (advogado de acusação), tanto na acusação como na

[89] Na introdução, desta tese, explicamos como se constitui o Tribunal do Júri.

réplica é o que dispõe o art. 471 do CPP. Após a acusação, o Defensor terá a palavra para a construção do discurso de defesa art. 472 do CPP. O acusador poderá replicar e a defesa treplicar e nesse novo discurso a lei permite a reinquirição (ouvir, interrogar, questionar novamente) qualquer testemunha já ouvida em plenário. O tempo destinado pela lei para que a acusação e a defesa produzam seus discursos em plenário deve transcorrer em duas horas para cada um. Na réplica, do Promotor e, na tréplica, do Defensor, o tempo regulamentado é de trinta minutos. Caso haja mais de um acusador ou mais de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo. Caso não haja entendimento, será estipulado pelo Juiz, a fim de que não sejam excedidos os prazos fixados na lei. O art. 474 do CPP regulamenta que, caso haja mais de um réu, o tempo para a acusação e para a defesa será, em relação a todos, acrescido de uma hora e elevado ao dobro o da réplica e o da tréplica. Durante o julgamento não será permitida a produção ou leitura de documento que não tiver sido comunicado à parte contrária, com antecedência mínima de três dias. Essa proibição deve ser entendida também como a leitura de jornais ou de qualquer escrito, cujo conteúdo estiver relacionado à matéria do fato constante do processo.

Como podemos depreender dos artigos 471, 472 e 474 do CPP, a lei regulamenta as seqüências de produção discursiva em plenário, o tempo de duração de cada produção discursiva e proíbe a leitura de documentos que não fazem parte do processo. Entretanto, não regulamenta sobre um roteiro, uma estrutura ou uma determinada organização que devem ser seguidos no momento da construção discursiva. Cabe a cada protagonista produzir um discurso argumentativo que esteja vinculado ao seu papel social (acusador/defensor), obedecendo à ordem de produção discursiva (quem fala primeiro, quem fala em seguida), o tempo de duração discursiva e a não leitura de documentos que não fazem parte do processo.

Diante do que é regulamentado pela lei, podemos conceber que o gênero discursivo argumentativo do Defensor Público pode ser classificado como um gênero *instituído* cuja fronteira é estabelecida entre o quarto e o quinto graus, pois, apesar de seguir a um pré-estabelecido, existe a possibilidade de criação de uma cenografia discursiva condizente com sua atividade de trabalho, ou seja, ele não deve se esquecer do antes, do durante e do depois. O antes está relacionado ao pré-discurso, o durante relaciona-se àquilo que é possível discursivamente ser produzido, levando em consideração o pré-discurso, e, o depois àquilo

que se relaciona ao real de sua atividade, o que foi produzido discursivamente nas possibilidades das condições sócio-históricas.

Partindo do pressuposto de que é possível a constituição de uma cenografia discursiva, para a análise discursiva argumentativa do nosso protagonista, faz-se necessário entender, além da cena englobante e da cena genérica, a cenografia discursiva, tendo em vista que é com esse quadro que o co-enunciador se confronta. A cenografia pode ser entendida como um processo de enlaçamento paradoxal que é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra.

A cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. Vista desta forma, a cenografia é o próprio ato de enunciação, é o colocar em prática o discurso.

A cena empírica constituída em nossa pesquisa composta por jurados (público-alvo direto do discurso, a quem cabe condenar ou absolver); pelo Juiz de Direito (que, na função de presidente, acerta a pena); pelo Ministério Público (o acusador, que fala em nome do Estado); pelo Defensor Público ou advogado de defesa (que está diante de uma complexa atividade de trabalho); pelo réu (naquele momento, o acusado, que pode ou não estar presente) e pelo público, que não pode se manifestar.

Como se pode observar, o espaço e o tempo em que se constitui o discurso do Defensor estão completamente imbricados com sua atividade de trabalho. Com o método da autoconfrontação, pudemos observar como é válido e importante entender e trabalhar com o conceito de *exotopia* que pode ser entendido como um posicionamento exterior que revela um desdobramento de olhares. Esse lugar exterior permite que o sujeito veja algo de si próprio que em outras situações jamais poderia ver.

Quando as atividades de trabalho se iniciam no Tribunal do Júri, uma cenografia discursiva se constitui, afastando-se da cena empírica. Todos se transformam em personagens de uma cena real, cada qual com suas implicações e seus papéis sociais pré-estabelecidos. Cada um sente o impacto daquela cena de maneira peculiar. O Magistrado veste-se de negro, ocupa o lugar central e assenta-se na cadeira mais alta. Sua figura é a própria imponência. Sentado no alto, vestindo negro e zelando pelo andamento da audiência torna-se, quase sempre, o centro das atenções. O Ministério Público assenta-se ao lado direito do Juiz. Cabe a ele o papel de acusar e de tentar conter a criminalidade. Na atualidade, goza de prestígio social. O corpo de jurados é formado por pessoas que representam a sociedade: são pessoas do povo: professores, empresários, comerciantes etc. Em plenário, não podem se comunicar entre si nem com o público. Caso o réu esteja preso, deve entrar escoltado pelo policial para seu julgamento. Se estiver solto, entrará sozinho. Fica sempre de costas para o público e assenta-se em frente ao Juiz Presidente ou ao corpo de jurados. O Defensor Público assenta-se à esquerda do Juiz. É figura normalmente antipatizada pelo público, que costuma ser composto por familiares da vítima, do réu, dos assistentes de acusação ou de defesa em alguns casos. Os estudantes de Direito e advogados, também, costumam assistir às audiências do Tribunal do Júri.

É diante dessas pessoas que o Defensor Público deve se constituir em uma cenografia discursiva que atenda às expectativas de todos os presentes. Para o seu posicionamento todos os acontecimentos são importantes. O corpo de jurados é de suma importância, uma vez que toda a sua investida deve levar em conta esse grupo de pessoas que está ali reunido para dar um veredicto.

Em sua atividade de trabalho, o Defensor refere-se discursivamente ao Magistrado de modo cauteloso e respeitoso. O Magistrado representa uma figura respeitadíssima pelo corpo de jurados, que o observa o tempo todo, tentando extrair do seu semblante e de seu comportamento algo que possa indicar a eles que decisão tomar. O tratamento dispensado ao Ministério Público costuma ser respeitoso: como representante do Estado goza de uma imagem de defensor das vítimas da criminalidade. O público ali presente, também, deve ser levado em consideração tendo em vista que representa o social, o mundo real, a comunidade

discursiva e social em que o Defensor está inserido uma vez que esse profissional não vive isolado e sim em sociedade.

Finalmente, as condições sócio-históricas em torno da prática do crime sob julgamento. Tudo isso, constitui o real de sua atividade de trabalho e deve ser trabalhado de maneira consciente e eficaz. Qualquer crítica que revele desacordo com o senso comum conduz a sua atividade de trabalho, que possui um valor negativo construído pelo imaginário social, ao fracasso e à confirmação do estereótipo negativo.

A cenografia discursiva, que leva em conta as condições sócio-históricas de produção discursiva, muitas vezes, é vislumbrada antes que o Defensor realize o seu intento de defender um criminoso. Para tanto, deve estar atento à representação de lugares determinados na estrutura dessa formação social, lugares esses marcados por propriedades diferenciais que, no discurso, acham-se representadas por uma série de "formações imaginárias" designando o lugar que enunciador e co-enunciador atribuem a si mesmo e ao outro, bem como a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o enunciador pode antecipar as representações do co-enunciador e, de acordo com essa antevisão do imaginário do outro, fundar as estratégias ou procedimentos de construção do seu discurso.

Trabalhando com os conceitos de *exotopia* e *cronotopos*[90], utilizados por Bakhtin na análise literária, e, aqui, transportados para o palco real da vida, podemos perceber como é importante o encontro do nosso protagonista do trabalho com o seu duplo. Como ele se analisa diante do vídeo. Como é importante a sua percepção dos conflitos vivenciados em sua atividade de trabalho em contraposição com o coletivo empírico que constitui o Tribunal. Assumir o papel social, real e concreto na vida de cada um e, principalmente, como representante de um acusado que se apresenta para a sociedade como aquele que infringiu

[90] [...] o conceito de *cronotopos* [...] é uma outra criação de Bakhtin no domínio da análise literária. Do mesmo modo que a polifonia é uma metáfora emprestada da música, o *cronotopos* é emprestado da matemática e das teorias da relatividade de Einstein. Traduzido literalmente, ele é o continuum espaço-tempo tal como o tempo é considerado a quarta dimensão do espaço. A correlação essencial das relações espácio temporais num todo inteligível e concreto. O *cronotopos* é a materialização do tempo no espaço: há um lugar em que a história se desenrola, onde o tempo passa, se vive e se mede em função das características desse lugar. Como categoria literária, está relacionado com a forma e com o conteúdo, o que quer dizer que ele concerne não somente ao acontecimento narrado na obra, mas também ao acontecimento da narração (Amorim, 2001, p. 222-223).

regras pré-estabelecidas do bom convívio e do respeito ao próximo é complexo, mas constrói na maioria das vezes, um saber baseado na "compreensão responsiva ativa" como nos ensina Bakhtin. Para corroborar com a nossa crença, Amorim (2001:223) ressalta que: *o encontro com o outro, em seus obstáculos e possibilidades, constitui um dos eixos da produção de saber.*

Os quadros seguintes vêm demonstrar, por meio do discurso constituído pelo Defensor Público em momentos distintos: em sua atuação em plenário e no momento da autoconfrontação, como as cenas englobante, genérica e cenográfica se materializam no discurso do Defensor Público.

DISCURSO CONSTITUÍDO EM PLENÁRIO	Aos companheiros da força pública:: ... nosso eventual apreço ... serventuários da justiça ... nossos agradecimentos .... excelentíssimos senhores e senhoras jurados ... bom dia ...
DISCURSO CONSTITUÍDO EM AUTOCONFRONTAÇÃO	esse começo de ... trabalho... nós não temos ainda precisamente a tese que vai ser escolhida ... se eu chegar:: com a tese já escolhida ... e sem alternativa de trabalho ... a gente corre o risco da surpresa ...

Quadro 2.17 – Cena englobante

Os enunciados apresentados no **Quadro 2.17** revelam um discurso técnico típico do advogado em sessão plenária, ou seja, dentro de um quadro institucional bem definido. É o discurso jurídico caracterizado pelo formalismo com o uso de pronomes adequados aos co-enunciadores do Tribunal. As expressões: "companheiros da força pública", "jurados", "serventuários da justiça" e "tese" revelam a característica de um discurso jurídico que constitui a cena englobante.

DISCURSO CONSTITUÍDO EM PLENÁRIO	há de ser uma manhã breve ... pela pauta:: breve ... com que o Ministério Público na atual questão *sub judice*[91] ... nós temos bem a aparência do que deve transcorrer por parte da justiça, o fato apesar de complexo na sua:: Interpretação:: ele é simples na sua manifestação ... os eventos tiveram um encadeamento ... tranqüilo de serem examinados mas fica a nossa advertência em relação à complexidade da interpretação ...
DISCURSO	... enquanto vai falando eu começo a ... vasculhar os papéis eu fico com essa

[91] Sob julgamento.

CONSTITUÍDO EM AUTOCONFRONTAÇÃO	postura durante toda a fala do acusado e toda fala da Promotoria ... primeiro ... pra atender uma necessidade que os jurados têm de ver um advogado respeitoso ... que se ajusta bem ao cenário ... que não fica circulando ... interrompendo ... agredindo ... ou que de alguma maneira sendo irônico a todo momento ... o que é muito comum acontecer no tribunal do júri ... advogado movimentar-se demais excessivamente e causando assim uma impressão pra ele pessoal de estar sendo visto ... então os jurados querem uma pessoa mais humilde mais serena mais sossegado que ouça a PromotorIA né? ...

Quadro 2.18 – Cena genérica

Os enunciados proferidos pelo defensor: [...] *há de ser uma manhã breve ... pela pauta:: breve ... com que o Ministério Público na atual questão sub judice... nós temos bem a aparência do que deve transcorrer por parte da justiça* [...], configuram o gênero discursivo que será manipulado. Trata-se de um discurso genérico oral utilizado em plenário cujo fim é o julgamento de um acusado. Para caracterizar o gênero discursivo argumentativo do Defensor, os enunciados proferidos por ele, indicam um início de defesa *o fato apesar de complexo na sua:: Interpretação:: ele é simples na sua manifestação ... os eventos tiveram um encadeamento ... tranqüilo de serem examinados mas fica a nossa advertência em relação à complexidade da interpretação[...]*

Nos enunciados produzidos do discurso da autoconfrontação simples, o Defensor comenta a sua postura adequada ao gênero da atividade de trabalho [...] *eu fico com essa postura durante toda a fala do acusado e toda fala da Promotoria ... primeiro ... pra atender uma necessidade que os jurados têm de ver um advogado respeitoso ... que se ajusta bem ao cenário ... que não fica circulando ... interrompendo ... agredindo ... ou que de alguma maneira sendo irônico* [...]

ETHOS	**AUDIÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI**
PROFETA	Eu estou me sentindo um pouco João Batista pregando no deserto quem deveria ouvir não está aqui ... (sorri) ... devem saber mais do que eu por que ... devem saber mais que eu ... ... mas no Eclesiastes nós encontramos a conhecida afirmativa ... "nada de novo sob o sol" ... é a história mais antiga ... já contada ... a morte de alguém pela razão ..
PROFESSOR	vamos começar aqui com o tratadista César Roberto ... o artigo 121 do código Penal

	parágrafo primeiro inciso cinco ... ele se põe a examinar o motivo torpe... é o abjeto ... é o ignóbil ... é o que traz o constrangimento
CONTADOR DE HISTÓRIAS	mas Medeia como Rachel ... acreditou em Jasão ... com os sortilégios de sua magia ... ela conseguiu a fuga ... do seu amado por conta da ira ... do seu pai traído ... o mito está para o sonho de cada pessoa ... numa quase proporção ... se o sonho fala da nossa vida pessoal ... medos angústias desejos conflitos ... o mito revela a psicologia ... o mito é como se fosse um sonho coletivo ... é algo que paira sobre as almas ... e porque Medeia é tão discutida ... é tão lida ... é tão encenada ... Chico Buarque de Holanda ... mostrou a peça em torno da sua vida ... Maria Calas ... a grande cantora ... patrocinou a interpretação memorável de Medeia ... justamente quando seu amado também a abandonara ... a alguns dias do início da obra ... quando foge para a Grécia Medeia e Jasão vivem muito anos felizes e tem dois filhos ... Rachel também tinha dois filhos ... dois anos e sete meses ... e seis meses ... e Jasão se apaixona pela filha do rei Creonte ... de Corinto ... e abandona Medeia ... por conta da filha de um outro rei ... e Valdeir três dias antes dos fatos abandona Rachel por conta de outra mulher ... outra filha da pobreza ... Medeia ... possessa ... vê os dias se passando e o regresso ... que não ocorre ... feiticeira ... diz o mito ... ela preparou um presente para o adversário ... um manto ... e quando o adversário vestiu o manto ... ele se incendiou ... matando-o para que o pai ... da vítima ... Creonte ... não lhe assassinasse os filhos ... Medeia estrangula as duas crianças ... com as próprias mãos e foge ... a Promotoria quer dizer que frieza se associa a paixão ... a ciúme ... paradoxo ... engano ... não pode pedir a torpeza do crime por ciúme ... e atravessar a manhã falando que ela é uma pessoa fria ... porque ou a pessoa é fria ou passional ... ou a pessoa está tomada pelo ciúmes ... claro que não vamos discutir se é torpe ou não porque é ciúmes ... ou a pessoa é fria ... e não caberia a qualificadora ... Medeia é ciúme ... todos esse colhidos pelas malhas dessas paixões que se chama amor ... é uma mulher alucinada ... traída ... abandonada ... depois dos sacrifícios ... que fez ... porque senão ... Rachel pariu dois filhos dele

Quadro 2.19 – Cenografia e *ethos*

Contudo, na cenografia constituída, o Defensor Público, por meio de uma dêixis espaciotemporal, incorpora outros seres. Ora ele se apresenta em um corpo de "profeta", ora em um corpo de "professor", ora em um corpo de "contador de histórias". Por um momento, distancia-se do seu papel social de Defensor e discursivamente se constitui em um outro corpo.

Quando confere ao seu fiador uma imagem de "conhecedor da palavra de Deus", alguém que vive e pratica o que está escrito na Sagrada Escritura ele revela uma profunda intimidade com o mundo espiritual e se dirige ao seu co-enunciador com um tom convicto de "mensageiro de Deus". Citando o Eclesiastes: *[...] mas no Eclesiastes nós encontramos a conhecida afirmativa... "nada de novo sob o sol"[...]* , procura construir um sentido para os fatos acontecidos, afirmando que o que está sob critério de avaliação da sociedade não é fato

novo. Todos esses acontecimentos já fazem parte da vida dos seres que habitam no Sistema Solar, ou seja, aqui na Terra. Assim, assume o *ethos* de um "profeta".

O *ethos* de "professor" é assumido quando percebemos em seu discurso um tom didático preocupado com a explicação de um termo técnico, característico do discurso judiciário, para um co-enunciador leigo.

O *ethos* que é incorporado em um "contador de histórias" está relacionado ao caráter mágico do discurso. Aquele que fala para encantar. Esse enunciador não escolhe qualquer história. Ele recorre à mitologia para narrar fatos que trabalham com o imaginário das pessoas. Narrando a história de Medeia, procura estabelecer uma analogia com os fatos da vida real *[...] quando foge para a Grécia Medeia e Jasão vivem muitos anos felizes e têm dois filhos ... Rachel também tinha dois filhos [...]*. O fiador desse discurso revela um tom quase teatral, encantador, aproximando, assim, os fatos da vida real aos fatos históricos, que podem transformar as convicções pré-estabelecidas, em verdades relativas. Esse "contador de histórias" comove, emociona e transforma o real em imaginário.

2.2. O *ethos* e a argumentação[92]

A teoria retórica argumentativa distingue, tradicionalmente, três tipos de argumentos: os argumentos éticos, patéticos e lógicos. Os argumentos éticos ligados à pessoa do locutor (sua autoridade, seu *ethos*), assim como os argumentos patéticos, de ordem emocional (*pathos*), não são obrigatoriamente expressos por um enunciado. Para inspirar confiança ou comoção, a melhor estratégia não é, necessariamente, dizer-se digno de confiança ou comovido; é preferível agir nos registros semióticos não-verbais. Somente o argumento dito lógico é proposicional: é um enunciado (ou um fragmento de discurso) verossímil que exprime uma razão que dá autoridade a uma proposição controversa, com estatuto de conclusão.

O *ethos* retórico foi retomado e re-elaborado nas pesquisas desenvolvidas por Maingueneau. O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele se deixa apreender também como uma voz e um corpo. O *ethos* se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito quanto ao falado, e

[92] A teoria da argumentação adotada por esta pesquisa foi trabalhada na parte II.

que se apóia em uma "dupla figura do enunciador, aquela de um caráter e de uma corporalidade". O *ethos* assim definido se desenvolve, em Maingueneau, em relação à noção de cena de enunciação. Cada gênero de discurso comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis que determinam em parte a imagem de si do enunciador. Esse pode, entretanto, escolher mais ou menos livremente sua "cenografia" ou cenário familiar que dita sua postura. A imagem discursiva de si é, assim, ancorada em estereótipos, um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura.

O *ethos* discursivo mantém relação estreita com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a idéia que este faz do modo como seus co-enunciadores o percebem. A representação da pessoa do enunciador anterior a sua tomada de turno – às vezes denominada *ethos* prévio ou pré-discursivo – está freqüentemente no fundamento da imagem que ele constrói em seu discurso: com efeito, ele tenta consolidá-la, retificá-la, retrabalhá-la ou acentuá-la. Essa noção, que permanece problemática, dado que é extradiscursiva, é, entretanto, adotada, com diversas precauções, por mais de um analista (Adam, 1999; Amossy, ed., 1999, 2000).

2.2.1. A autoridade em retórica: o discurso do Defensor

Dentro dessa perspectiva iremos abordar a construção do discurso de autoridade do Defensor Público que determina a eficácia de seu discurso. Mais precisamente é necessário que o auditório legitime a autoridade desse orador para que seu discurso seja eficaz e produza a persuasão.

Admitamos que a autoridade retórica funcione segundo dois critérios, todos dois condicionados pelo uso das convenções: sua legitimidade e seu carisma.

O auditório tem a capacidade de reconhecer o orador como autorizado a utilizar a palavra em uma situação dada seja em função do seu papel social ou institucional, seja em função de sua experiência ou competência.

Em relação ao carisma, o auditório tem a capacidade de interpretar o carisma e o talento persuasivo do orador.

A construção do *ethos* se dá de um lado graças à legitimidade e de outro graças ao carisma do orador. Assim, em retórica pode-se compreender a construção do *ethos* do orador graças ao duplo critério de sua legitimidade institucional e de seu carisma.

Alguns pesquisadores acreditam que a idéia da eficácia da persuasão em retórica se apresenta em analogia com o discurso mágico que interpretado como a capacidade de utilizar representações que perderam seu estatuto epistemológico e político, mas cuja eficácia psicológica permanece. Essa função cognitiva que está no centro da persuasão consiste em fazer evidentes as coisas que não são. É nesse sentido que se pode dizer que a eficácia persuasiva funciona em um modo analógico à eficácia mágica.

Contudo, a persuasão dentro do Tribunal do Júri se faz de maneira diferente. Vejamos a seguir como se constrói o *ethos* do Defensor Público em sua atividade de trabalho.

2.2.2. A construção do *ethos* do Defensor



Fotografia 2.7 – A construção do *ethos*

O Defensor Público com o intuito de desenvolver o seu discurso observa o que é discursivo e o que é extradiscursivo. O seu discurso pode ser legitimado ou não pelo auditório tendo em vista que o que é pré-discursivo pode contribuir para essa legitimação. Dentro dessa perspectiva retórica, o Defensor procura construir um discurso eficaz e para tal ele deve se preocupar em agir sobre os estados mentais de seu auditório.

O discurso social eficaz pode se apresentar de três maneiras: a eficácia mágica, a eficácia ritual e a eficácia persuasiva. Cada modo de eficácia do discurso utiliza uma concepção da linguagem e condiciona o que torna a palavra eficaz. O discurso mágico pretende agir diretamente sobre o mundo. O discurso ritual torna a ação possível para uma arquitetura rigorosa e repetitiva de fórmulas ou de sintagmas. Logo, a eficácia do discurso persuasivo se funda sobre uma concepção convencional da linguagem. Tal concepção que se constrói dentro do discurso retórico utiliza conjuntamente a crítica e a persuasão, conforme postula Danblon (2006).

Sabe-se que a retórica nasceu de uma reflexão sobre a natureza convencional da linguagem humana e criou um estatuto simbólico das representações. A retórica é atravessada

pela idéia de convenção. A consciência da dimensão convencional da linguagem e das instituições é uma condição necessária à crítica que está no centro da atividade retórica. A atividade crítica supõe que um princípio seja discutível, ou seja, ele pode ser justificado e modificado porque ele nunca é o resultado de um consenso sobre o qual a sociedade está em acordo em um momento preciso. A utilização consciente de convenções é assim incompatível com uma concepção mágica da linguagem na qual o discurso está como ação que intervém diretamente em um mundo cujas instituições são vividas como naturais. Entretanto, isso não quer dizer que a ligação mágica com o mundo desapareceu com a ciência da convenção. Significa apenas que ela mudou de quadro institucional e está sempre presente na retórica.

Assim, pode-se ver o quadro geral da retórica como um sistema de convenções que graças aos debates conduzem a decisões.

A tripartição aristotélica do *ethos*, do *pathos* e do *logos* pode ser descrita como uma tripla convenção: o *logos*, o discurso, é uma construção do espírito humano que inventa argumentos para apresentar uma realidade. O *pathos*, graças ao qual pode se produzir a persuasão, é obtido por um conjunto de figuras que produzem a persuasão. Enfim, o *ethos* tem também uma dimensão convencional que está ligada à natureza da representação que um auditório constrói de um orador. Quem tem o direito de usar a palavra e em quais circunstâncias?

A dimensão estritamente convencional da autoridade de um orador deve levar em conta seu status, sua função, sua experiência etc., mas há também a dimensão da persuasão: seu carisma, a adaptação de seu propósito ao auditório, seu *ethos prévio* (Amossy: 1999), ou seja, a representação que o auditório constrói de sua personalidade antes que ele construa seu discurso.

Maingueneau (2002) apresenta a importância do conhecimento do *ethos* pré-discursivo.[93]

[93] L"ethos est crucialement lié à l"acte d"énonciation, mais on ne peut ignorer que le public se construit aussi des représentations de l"ethos de l"énonciateur avant même qu"il parle. Il semble donc nécessaire d"établir une distinction entre ethos discursif et ethos prédiscursif (Maingueneau, 2002 : 58).

> O *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. É necessário estabelecer uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo (Maingueneau, 2002: 58).

O protagonista do discurso em nossa pesquisa ocupa o papel social de Defensor Público. O Defensor Público no Tribunal do Júri é o advogado de defesa de pessoas economicamente consideradas desprovidas de condições financeiras de arcar com os honorários de um advogado particular. É necessário ressaltar, ainda, que o Tribunal do Júri é responsável por julgar os crimes contra a vida, conforme estabelecido na introdução desta tese. Portanto, os acusados que são julgados pelo Tribunal do Júri são pessoas que são acusadas de homicídios e representam classe social „marginalizada". São pessoas que estão no mundo do crime, muitas vezes por falta de opção na vida ou produtos dos meios sociais que, normalmente, a sociedade produziu por omissão ou por irresponsabilidade. O Defensor Público representa no Tribunal do Júri essas pessoas que são excluídas e vivem à margem da sociedade.

Se partirmos do pressuposto de que o *ethos* é construído mesmo antes que o enunciador fale, devemos acreditar que o Defensor Público possui um *ethos* pré-discursivo negativo, tendo em vista que existe uma *doxa* que teme o criminoso e procura se proteger de todos os atos de violência que estão presentes em nosso cotidiano. Segundo Amossy (2005:126), *na perspectiva argumentativa, o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprio a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa na qual ele se situa.* O problema que surge em relação à atividade de trabalho do Defensor é justamente falar em defesa dos pobres, dos excluídos e dos marginalizados que são conhecidos como "criminosos", os responsáveis diretos pela violência existente em nossa atualidade.

Como nos ensinam Amossy (2005) e Maingueneau (2005c), o *ethos* também está ligado ao ato de enunciar. Portanto, o enunciador pode validar por meio do seu discurso um estereótipo ou o contrário também acontecer, ou seja, o *ethos* constituído no discurso pode não validar o *ethos* pré-discursivo. Se o *ethos* pré-discursivo é negativo o enunciador deve trabalhar para que seu discurso possa validar outro *ethos*. Segundo Amossy (2005), a AD trabalha com o *ethos,* dentro de uma proposta teórica desenvolvida por Maingueneau (2005c), em que o modo de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si em que o co-

enunciador deve depreendê-la por meio de diversos índices discursivos. Essa imagem estabelece uma inter-relação entre enunciador e co-enunciador, participando da eficácia da palavra com o intuito de causar impacto e suscitar adesão. Ao mesmo tempo, o *ethos* está ligado ao estatuto do enunciador e à questão do processo de legitimação por meio de seu discurso.

A noção de *ethos* trabalhada por Maingueneau (2005c), dentro da teoria da AD, vai ao encontro da sociologia de campos, mas privilegia *o imbricamento de um discurso e de uma instituição* que recusa uma sociologia externa. A retórica também é retomada por Maingueneau (2005a), por meio da idéia de discurso eficaz. Contudo, dentro de sua teoria, o discurso eficaz não corresponde a uma *coleção de procedimentos a serviço de um conteúdo que procura encontrar uma forma*.

De acordo com o exposto, a nossa hipótese em relação à construção do *ethos* discursivo do Defensor Público, levando em conta o *ethos* pré-discursivo que se constitui de um estereótipo negativo de "defensor dos criminosos" inimigos das pessoas de bem, deve ser re-trabalhado no momento da sua construção argumentativa nas audiências do Tribunal do Júri. Contudo, mesmo que seu discurso se aproxime do discurso que poderia ser considerado eficaz e ser validado discursivamente, existem as condições sócio-históricas de produção de um discurso que se apresentam negativas para o desenvolvimento da atividade de trabalho do Defensor Público.

Como afirma Maingueneau (2005c):

> [...] mesmo que o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos* (Maingueneau, 2005c:71).

Pensando dessa forma, o enunciado de Maingueneau vem corroborar a nossa crença em relação à atividade de trabalho do Defensor Público. "Um gênero de discurso ou um posicionamento ideológico" age diretamente na construção de um *ethos* negativo do Defensor.

> O caráter e a corporalidade do fiador apóiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apóia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Esses estereótipos culturais que circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade [...] (Maingueneau, 2005c: 72).

A eficácia de um discurso proferido no Tribunal do Júri não pertence em sua plenitude à capacidade do Defensor em construir o seu discurso de defesa. Essa eficácia está diretamente ligada ao *ethos* pré-discursivo ou prévio que circula em nossa cultura em forma de estereótipo negativo.

A seguir, como se efetiva uma prática discursiva de (des)construção do *ethos* discursivo do co-enunciador.

2.2.3. A (des)construção do *Ethos* no discurso da autoconfrontação e no discurso do plenário

Para construir seu *ethos,* o Defensor procura se posicionar de maneira contrária aos seus interlocutores do Tribunal do Júri. Vejamos a seguir como ele se constrói e ao mesmo tempo desconstrói os seus interlocutores diretos: Promotora e Juiz.

O quadro a seguir mostra os enunciados proferidos por nosso protagonista do discurso em que aparecem na materialidade lingüística um tom que procura legitimar seu trabalho, mesmo que este não seja valorizado socialmente. Para construir uma imagem positiva de si, ele procura se comparar aos outros que compõem o Tribunal do Júri, deixando transparecer que sua postura é aquela que deve ser valorizada pelo social e por meio de um simulacro ele apresenta uma postura inadequada dos demais integrantes do Tribunal (nesses enunciados, somente são comentados os posicionamentos do Juiz, da Promotora e de outros advogados).

EU	OUTRO
um advogado respeitoso ... que se ajusta bem ao cenário	*fica circulando [outros advogados] ... interrompendo ... agredindo ... ou que de alguma maneira sendo irônico a todo momento*
Enquanto [a Promotora] vai falando eu começo a ... vasculhar os papéis eu fico com essa postura durante toda a fala do acusado e toda fala da Promotoria	*a Promotora não ela circula ... ela vai lá dentro ela atende o telefone ela faz um chá ela conversa com o Juiz ela vai a platéia*

eu sempre faço [analogia] sobretudo com a mitologia	*fica uma fala muito seca né... e como ela não tem assim:: é:: GRANDES virtudes de oradora*
eu tenho que ... desmerecer o trabalho da Promotoria ... daquilo que está errado ... mas agora não é mais um Promotor em geral agora no plenário são dois	*a vontade que dá ... é de reclamar da parcialidade do Juiz* *mas ele [o Juiz] tornou-se o Promotor de Justiça*

Quadro 2.20 - O *ethos* no discurso da autoconfrontação simples

No quadro a seguir, percebemos a construção discursiva que valoriza sua atividade de trabalho e, ao mesmo tempo, desconstrói o Outro em forma de negação polêmica ou de simulacro do discurso do outro. Em um espaço discursivo como rede de interação semântica é necessário aceitar um processo de interincompreensão generalizada. Segundo Maingueneau (2005b), não compreender os enunciados do Outro é pressupor que cada discurso é delimitado por uma formação discursiva diferente.

EU	OUTRO
há toda semana acusados sendo melhor interpretados ... pela defesa que pelo MP ... isso ... representa ... que a alma:: está bem intencionada ... mas que as luzes da percepção muitas vezes não clarificam suficientemente a estrada do trabalho deste Tribunal ... é a falibilidade humana::	*É verdade que:: a nossa Promotora de Justiça:: trabalha sempre com a consciência MUITO acima da média ... mas é ser humano ... e por ser humano ... sujeito à falibiliDA::de ...*
há de ser uma manhã breve ... pela pauta:: breve ... com que o ministério público na atual questão sub judice ... nós temos bem a aparência do que deve transcorrer por parte da justiça ... o fato apesar de complexo na sua interpretação:: ele é simples na sua manifestação ... os eventos tiveram um encadeamento ... tranqüilo de serem examinados mas fica a nossa advertência em relação à complexidade da interpretação ...	*poderia ter sido hoje também a postura do MP ... ele está a nossos pés ... vamos o próprio mas não ... em posição diversa a jurista:: vamos arrojá-lo ... e aí está o fato ... o fato tratado:: sinuosamente numa CURVA da prova do processo ... esquecendo antes ... o depois do processo ... hoje houve uma má interpretação aqui da:: prova produzida ...*
	fica a nossa advertência em relação à complexidade da interpretação ... nós percebemos que o MP realmente vem imbuído de um excelente propósito (...) percebemos porém que o MP excursionou muito pouco na prova amealhada deste processo ...

Quadro 2.21 - O *ethos* constituído em plenário

Para construir seu *ethos*, percebemos uma formação discursiva na prática discursiva do nosso protagonista que não é compatível com a de seu Outro. Na materialidade discursiva, podemos identificar enunciados que revelam esse pertencimento a uma formação discursiva antagônica ao do seu outro. O Eu se apresenta como *advogado respeitoso,* sabe escutar o Outro; é culto, pois utiliza citações da mitologia e da bíblia que enriquecem o seu discurso; trabalha em um pólo isolado, pois não pode contar com aliados; o Eu sabe interpretar os atos do acusado, a complexidade das provas. Ao passo que o Outro possui uma postura desrespeitosa, que *circula*, não sabe ouvir; *interpreta mal é passível de erro*; possui *uma fala seca*, desprovida de citações que possam encantar pelo discurso; e, não precisa se esforçar para construir um discurso brilhante que possa interpretar os fatos conforme o que se apresenta nos autos do processo, pois não está sozinho, possui um aliado valorizado pelo imaginário social, a figura do juiz que se apresenta parcial, uma vez que por meio de sua prática discursiva, produz um efeito de sentido de que atua em plenário como se exercesse a função de acusar, dando respaldo ao discurso do Outro (promotor).

O nosso protagonista do discurso para se legitimar discursivamente, procura, primeiramente, (des) construir o *ethos* pré-discursivo de "advogado do criminoso", "defensor dos malfeitores" fala e se mostra ético, culto, humano, pois respeita o Outro, possui um saber superior ao do Outro, porque é capaz de perceber o que não perceptível nos autos do processo. Aquilo que revela os porquês dos atos de um criminoso e, ainda, mesmo se sentido sozinho se sente superior, pois é capaz de manter a sua retidão ética defronte a dois pilares sociais, a duas instituições jurídicas validadas pré - discursivamente pelo imaginário social como "defensores do povo" contra "os mal-feitores".

Poderíamos afirmar que, na cenografia discursiva, o nosso protagonista do trabalho constrói um *ethos* de um ser "humanista". O posicionamento de humanidade exacerbada extrapola a cena empírica e constrói uma *cenografia* em que o espaço/tempo é representado por uma arena onde o "menos favorecido" fosse o não o "acusado", "o criminoso" e não representasse perigo para a sociedade. Ele é visto como vítima de um sistema que se preocupa em punir, mas não oferece possibilidades aos cidadãos de serem "homens de bem". Os representantes do Estado na função de punir e de acusar encarnam o papel de "inimigos dos menos favorecidos", pois são relapsos, anti-éticos, sem-cultura e desumanos. Nessa arena de

vozes sociais, a voz do Defensor Público fala em nome do "menos favorecido" e o defende com ética, sabedoria e, principalmente, imbuído de um propósito humanista capaz de ver no trabalho do Outro a falta de humanismo para o desenvolvimento de uma atividade que se mecanizou.

Em suma, a análise do *ethos* e da *cenografia* ajudou-nos a compor o corpo do discurso argumentativo do Defensor Público, permitiu-nos compreender como é possível a depreensão de um *ethos* discursivo que se difere do enunciador empírico, levando em consideração que o discurso jurídico é caracterizado como formal e rígido, ou seja, estabelecido por regras. Acreditamos que as análises produzidas neste capítulo contribuíram para desmistificar uma crença arraigada na sociedade de que a prática discursiva jurídica deverá se pautar sempre nas leis e buscar uma verdade absoluta.

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES SOBRE O GÊNERO DE ATIVIDADE/DISCURSO, O *ETHOS* E O AUTOCONHECIMENTO: UMA ENTIDADE OBSCURA OU *CORPO-SI*

O princípio que guia nossa reflexão, neste capítulo, é o de que o método da autoconfrontação, entre outras funções, visa ao desenvolvimento do trabalhador e ao desenvolvimento[94] de sua atividade de trabalho. Quando ele se transforma, sua atividade de trabalho e o seu meio também sofrem transformações.

Os recortes foram retirados de duas audiências do Tribunal do Júri[95], de duas autoconfrontações simples e de uma autoconfrontação frente à primeira autoconfrontação. Esse terceiro recorte, que aqui designamos de "autoconfrontação sobre autoconfrontação", trata-se de uma inovação ao método canônico. Utilizamos as imagens da primeira

[94] O termo "desenvolvimento" é utilizado pela ECA como proposto por Vygotski. Os pesquisadores da *Clinique* defendem a tese de que o método da autoconfrontação é o desencadeador desse desenvolvimento que consiste na abertura da zona de desenvolvimento proximal (ZPD), ou seja, a tomada de consciência. Atualmente, o mesmo termo é utilizado como sinônimo de "migração funcional". Em nossa tese, utilizaremos o termo como "autoconhecimento". Sugestão que nos foi dada pela Professora Doutora Helena Brandão em nossa segunda qualificação.

[95] Conforme explicado na introdução desta tese, na primeira audiência do Tribunal do Júri, o advogado apresenta a defesa de um réu acusado por crime de tentativa de homicídio. Na segunda, a ré foi acusada pela prática de homicídio qualificado (com oito qualificadoras), pela prática de aborto e pela prática de corrupção de menor. Nos dois júris, os réus foram condenados por quatro votos contra três. No primeiro, o Juiz fixou a pena de oito meses em regime aberto; no segundo, de vinte e cinco anos, em regime fechado, pela prática de homicídio qualificado (quatro qualificadoras) e aborto. Quanto ao crime de corrupção de menor, a acusada foi absolvida.

autoconfrontação para realizarmos uma segunda autoconfrontação das imagens e dos discursos constituídos na primeira autoconfrontação à primeira audiência[96].

Neste capítulo, os recortes tiveram como critério avaliador os conflitos vividos pelo trabalhador em seu meio profissional divididos em cinco partes a saber: i) o sentido da ausência; (ii) a parcialidade e a voz do ressentimento; (iii) a argumentação e a competência linguageira; (iv) ética no trabalho e o mundo ético; e, (v) o autoconhecimento: uma entidade obscura ou corpo-si.

Os enunciados selecionados mostrarão o "difícil de dizer" [97], isto é, aquilo que, normalmente, não se diz do real da atividade, o que se evita dizer. O que identificamos em nossos dados que nomeamos de difícil de dizer não se trata da falta de palavras e sim de um "não poder dizer" que se relaciona às restrições do *métier*. A procura por esse "difícil de dizer" está inserida na primeira fase do método da autoconfrontação que Clot (2005:45) classifica como dispositivo metodológico clínico-desenvolvimental[98]. Nele, a atividade é vista como objeto de uma observação minuciosa, com conseqüências psicológicas indiretas, em geral insuspeitas. O registro dessas observações é levado ao coletivo para construir o objeto de uma investigação. Procura-se, lá, "desnaturalizar" a atividade. Redescobre-se, a cada vez, que o sujeito na situação de trabalho traz consigo e transmite uma história e uma experiência,

[96] A sugestão para trabalhar com esse recorte inovador, que distancia do método canônico, foi-nos dado pela Pesquisadora Professora Doutora Maristela Botelho França. Contudo, ao apresentarmos o recorte no seminário de pesquisa em 19/10/06, no Laboratório de Psicologia do Trabalho, o Pesquisador Professor Doutor Catedrático Yves Clot Coordenador da ECA/CNAM, discordou desse procedimento, argumentando que o discurso constituído, no que denominamos "autoconfrontação sobre autoconfrontação", seria um discurso defensivo, ou seja, não poderia ser levado em consideração tendo em vista que o protagonista do trabalho não produziria, dentro desse procedimento, um discurso que pudesse revelar um "desenvolvimento", isto é, uma tomada de consciência, que em nossa pesquisa denominamos de "autoconhecimento" (designação sugerida pela Pesquisadora Professora Doutora Helena Brandão, em nossa segunda qualificação, realizada em 12/03/07 no LAEL/PUCSP). Entretanto, preferimos manter o recorte, porque acreditamos que os enunciados produzidos, naquele momento, estão bem próximos do "discurso interior", trabalhado por Vygotski em suas pesquisas sobre aquisição do conhecimento. E, ainda, aproximam-se muito da "subjetividade do enunciador" defendida por Bakhtin. Tais conceitos (desenvolvimento) e teóricos (Vygotski e Bakhtin), que são os pilares científicos do método da autoconfrontação proposto por Faïta (1997) e aperfeiçoado pela ECA (2001), corroboram com a nossa hipótese de que o método utilizado, nesta pesquisa, subsidiou a produção de um discurso que proporcionou ao nosso protagonista um posicionamento, uma reflexão e uma tomada de consciência que contribuíram para o seu "autoconhecimento".

[97] Em francês "difficile à dire". Termo utilizado por Frédéric François (1998) em sua obra *Le discours et ses entours: essais sur l''interpretation*.

[98] A introdução, desta tese, apresenta o método da autoconfrontação e a explicação de todas as fases que o compõem, conforme trabalhado pela ECA, coordenada pelo Pesquisador Professor Doutor Yves Clot.

que a observação exterior confunde com um conjunto de automatismos e de rotinas que são suportados pelas escolhas e por um engajamento subjetivos. É essa redescoberta da experiência, de sua riqueza, mas também de seus limites e de seus dilemas, que a primeira fase procura instituir individual e coletivamente. É a pesquisa pelo "objeto-ligação", pelo "difícil de explicar". Na quinta seqüência desse recorte, que nomeamos „O autoconhecimento", mostraremos um posicionamento contraditório aos quatro primeiros recortes. Nela, percebemos que os enunciados revelam o diálogo interior, externado por nosso protagonista, cujo comentário de seu trabalho revela pontos positivos no real de sua atividade de trabalho.

Neste capítulo, pretendemos responder a dois questionamentos: a busca pelo conflito denominado o "difícil de dizer"/ "não poder dizer" contribuiu para a produção do "autoconhecimento" no discurso da autoconfrontação? A construção de um *ethos* discursivo eficaz, que se preocupa com o *ethos* pré-discursivo e com os pré-discursos, pode ser retrabalhado, de maneira que, desconstrua um estereótipo negativo, construído pelo senso comum, sem levar em consideração as condições sócio-históricas de produção?

3.1. O sentido da ausência[99]

Aqui iremos correr um risco em procurar um sentido para a ausência. Entretanto, o desafio nos impulsiona. Pretendemos correr o risco, porque acreditamos que, em nossos dados, a "ausência" produz um sentido revelador de sentimentos negativos em relação à atividade de trabalho do nosso protagonista.

Existe no estudo das ciências da linguagem um processo de produção dos sentidos silenciados que nos faz entender o não-dito distinto do estudo do "implícito" (Ducrot, 1972). Para nós, o não-dito materializado na "ausência" produz um sentido tácito ligado à história e à ideologia. A "ausência" nos faz crer que extradiscursivo não é o nada, mas constrói sentido, a compreensão dessa lacuna simbólica permitiu-nos perceber as relações com os posicionamentos discursivos. O sentido da "ausência" atesta o movimento do discurso que se faz na contradição.

Compreender o que é efeito de sentido é compreender que o sentido não está seguramente inerente em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente em sua inscrição no entrelaçamento das múltiplas formações discursivas que constituem o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível se articula em diferentes espaços desigualmente acessíveis aos diferentes co-enunciadores. Aqueles que concebem a língua enquanto um sistema de formas abstratas (e não material) acreditam na transparência e no efeito de literalidade. Porém, se a concebemos – na perspectiva discursiva – como materialidade, essa materialidade lingüística é um lugar, um espaço discursivo da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem os

[99] A obra de Orlandi (2007) *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*, cujo fio condutor são os sentidos do silêncio, ofereceu-nos um embasamento teórico para refletirmos sobre o "sentido da ausência". Diz a autora que tomar o silêncio como objeto de reflexão é colocar-se em relação com o dizível e o indizível, isso a faz correr um risco: "o de não saber caminhar entre o dizer e o não dizer" (Orlandi, 2007: 13).

confrontos ideológicos. Nessa perspectiva, percebemos que a opacidade é inerente ao discurso.

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os sentidos, os diferentes efeitos de sentido entre enunciador e co-enunciador. Não podemos nos esquecer, ainda, de que os próprios enunciador/co-enunciador, como sujeitos discursivos, não são anteriores à constituição desses efeitos, mas se produzem com eles. Importa ainda lembrar que o limite de uma formação discursiva é o que a distingue de outra (logo, é o mesmo limite da outra), o que permite pensar que a formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois já evoca por si o "Outro" sentido que ela não significa. Ora, a relação com as múltiplas formações discursivas nos mostra que não há coincidência entre a ordem do discurso e a ordem das coisas.

O discurso materializa-se entre o ideológico e o lingüístico, pois ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia, podemos compreender a "ausência" fundadora como o não-dito que faz parte da história e que, dada à necessária relação com o sentido do imaginário, é também função da relação (necessária) entre língua e ideologia. A "ausência" trabalha então essa necessidade.

Chegamos então a uma hipótese: a "ausência" é fundadora, é matéria significante por natureza e, em nossos dados, pode ser considerada como parte da retórica da dominação, do poder e do estereótipo negativo constituído pré-discursivamente pelo social.

Em sua atividade de trabalho no Tribunal do Júri, o Defensor Público constrói um discurso argumentativo defensivo[100] condizente com a realidade de seu cliente, com o intuito de sensibilizar o Juiz, a Promotoria, os jurados e também a sociedade do porquê o réu praticou tal ato, considerado criminoso. Procura encontrar a composição de um conflito existente entre o indivíduo e a sociedade. Dentro de uma possível composição, poderá conseguir uma absolvição completa, uma absolvição parcial ou, ainda, uma possível melhora nas condições de cumprimento de determinada pena. Para a construção de sua defesa, ele não fala somente

[100] Entenda-se aqui como o discurso argumentativo produzido pelo Defensor Público.

para os jurados que constituem o Tribunal do Júri[101]. Ele fala também para o Juiz, que é o responsável pela fixação da pena, e para a Promotora que representa o Estado na função de acusar.

A presença do Juiz, assim como a da Promotora, durante a constituição do discurso defensivo[102] é de suma importância para esse trabalhador, tendo em vista que, entre outros motivos, representa o respeito ao trabalho desse profissional e à eficácia de seu *ethos*[103], parte indissociável da cena da enunciação, diante do auditório.

O recorte apresentado a seguir apresenta, na materialização lingüística, o "difícil de dizer" desse profissional, diante da ausência de seus colegas de audiência no Tribunal do Júri, ou seja, o Juiz e a Promotora. Essa postura é interpretada como obstáculo para o desenvolvimento de seu trabalho, ou seja, para a legitimação de seu discurso. Aquela ausência materializa-se no seu discurso de defesa, que será interrompido para fazer alusão ao que está acontecendo naquele momento. O efeito de sentido produzido pela ausência do Juiz e da Promotora se revela negativo para a constituição do recurso de autoridade que constitui seu *ethos* perante a sociedade, os jurados e o público. Essa transgressão ao gênero vista como estratégia por parte do Juiz e da Promotora, que representam funções estatais mais privilegiadas pelo imaginário social na composição do Tribunal do Júri, representa falta de respeito à Lei e ao trabalho do Defensor Público. Como postula Possenti (2004:156), *acreditar que uma identidade é uma postura imaginária não significa que não tenha amparo no real*. Esse lugar social ocupado pelo Juiz e pela Promotoria apresenta um lugar de evidente construção de um simulacro[104]: em que o discurso do Defensor representa o lado do "criminoso", que é temido pela sociedade e os discursos do Juiz e da Promotora representam o discurso dos "defensores dos cidadãos de bem".

Acreditamos na concepção do ser humano em que o *outro* se faz elemento imprescindível e constitutivo de significado, como postulava Bakhtin (2006) em seus estudos,

[101] Na introdução, desta tese, tecemos considerações sobre a composição e funcionamento do Tribunal do Júri.
[102] O discurso defensivo, aqui, deve ser entendido como o discurso construído pelo advogado na defesa de um acusado.
[103] O *ethos* é entendido aqui como o caráter (conjunto de traços psicológicos) e a corporalidade (conjunto de traços físicos e indumentários) atribuídos ao enunciador por meio de sua fala e comportamento. Tais falas e comportamento se apóiam em estereótipos valorizados ou desvalorizados pela coletividade.
[104] [...] para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele (Maingueneau, 2005b: 103).

além de considerar que a alteridade é condição de identidade. Assim, a alteridade é constitutiva de toda atividade humana e dá suporte ao dialogismo, conceito central de linguagem apontado pelo pensador russo. Podemos dizer que o sujeito só se constitui em uma interação dialógica entre o eu e o "*outro*", em uma multiplicidade de vozes sociais. Na visão *bakhtiniana*, de caráter dialógico, a linguagem é construída em um processo interacional. Segundo esse autor, o indivíduo, baseando a sua análise no enunciado, abstrai as informações lingüísticas e constrói os significados de acordo com o momento da interação (Bakhtin, 2006).

É importante ressaltar, neste momento, o postulado proposto por Maingueneau (2002, 51-70) que *[...] todo ato de linguagem dá-se nos níveis situacional, comunicacional e discursivo*. Tal ato se caracteriza por constituir um contrato de comunicação em que atuam o enunciador e o co-enunciador, no circuito interno, ou seja, nos níveis situacional e comunicacional. No nível discursivo, a saber, os círculos externos do ato de linguagem, atuam o sujeito enunciador (eu) e o sujeito co-enunciador (tu). Tais sujeitos interagem em uma encenação ("*mise en scène*").

Vejamos a seguir como a presença (ausência) do *Outro* interfere na construção discursiva.



Fotografia 3.8

(i) Enunciados retirados da segunda audiência

Nos dois recortes a seguir, o negrito apresenta, dentro da materialidade lingüística, os enunciados utilizados pelo Defensor Público no momento em que o seu discurso defensivo é interrompido com o intuito de expor para os presentes que o Juiz e a Promotora não se encontram no recinto onde é realizada a audiência do Tribunal do Júri.

(...) ... a Lei chama de crueldade o sofrimento ... que é imposto sem nenhuma necessidade ... ***eu estou me sentindo um pouco João Batista pregando no deserto quem deveria ouvir não está aqui ... (sorri) ... devem saber mais do que eu porque ... devem saber mais que eu ... (lendo o livro)*** *"os Tribunais têm entendido que a qualificadora por meio cruel ... somente pode ser admitida ... na hipótese em que o agente por puro sadismo ... com o nítido propósito de prolongar o sofrimento da vítima ...agride"(...)*

(...) aliás é até um caso ... pena que estou sozinho aqui ... para rogar explicação ... (...)

(...) depois de varrer OS TRIBUNAIS ... trouxemos também informações de outros tribunais ... não tenho qualidade para me considerar superior em direito à ***Promotora de Justiça*** *... então eu prefiro não argumentar ... dizem os autores ...*

vou usá-los como argumentos nosso ... "o que é traição ... ação inesperada ... ação inesperada ... a vítima não cogita da agressão" ... eu afirmei que tudo que aconteceu foi traição ***... como estava lá dentro ... não acompanhou todo o raciocínio*** *... eu coloquei que houve erro na interpretação do direito ... a*

Promotoria explicou mal um quesito ... vamos ser mais franco não soube explicar um detalhe ... isso que aconteceu foi traição ... e por um desvio na compreensão da regra chamou-se de dissimulação ...

(ii) Enunciados retirados da segunda autoconfrontação simples

Os negritos apresentam a retomada dentro do discurso da autoconfrontação dos momentos em que o Defensor Público comenta o porquê de sua interrupção no discurso proferido em plenário para se referir à ausência do Juiz e da Promotora.

***64 – PESQUISADORA**:*

eles sempre se ausentam quando você fala?

65 – DEFENSOR:

***sempre ...** nesse dia como eu comecei a repetir várias vezes ... a porta que aparece no vídeo separa a sala secreta do Tribunal do Júri ... e dentro da sala secreta tem um lanchezinho ... e ali ficam os comes os bebes e eles estavam lá conversando ... como eu comecei a bater muito nisso **quem devia estar aqui me ouvindo não está ... o Juiz que vai dar a sentença ... né? que está pedindo a condenação** ... ela não quer ouvir o outro lado ... não está ... eu fui repetindo ... eles voltaram para a cena ... né? ...*

Como pudemos observar, no discurso proferido para o Tribunal do Júri, o advogado interrompe o fio discursivo de defesa para evocar a figura bíblica de João Batista. Essa mudança de sentido discursivo é utilizada nesse momento com o intuito de chamar a atenção dos jurados e do público, mostrando a ausência de ambos. João Batista tinha o hábito de se retirar para o deserto para conversar com Deus e pregar para aquelas poucas pessoas que ali moravam. A utilização da palavra *deserto* evoca o sentido de *ausência*. Essa aproximação analógica produz um efeito de ineficácia, pois quem prega no deserto, prega para o vazio. O discurso produzido ali é um discurso em vão como ele mesmo repete em várias passagens da

autoconfrontação. Entretanto, ao se comparar à figura bíblica de João Batista, o efeito de sentido produzido se mostra de maneira positiva, tendo em vista que esse personagem é respeitado e valorizado pelos cristãos. O João Batista era primo de Jesus Cristo, e foi aquele que batizou o fundador do Cristianismo. A construção de uma identidade, ou seja, de um estereótipo, como dito acima, não se reflete apenas no plano real, mas também no plano social e imaginário e pode ser construída discursivamente por meio de um simulacro, segundo Possenti (2004:156), *uma identidade pelo avesso*. Essa identidade é atribuída ao sujeito discursivo, que, em princípio, não assume esse papel que lhe é imposto pelo outro, como podemos constatar no enunciado que segue *quem deveria ouvir não está aqui ... (sorri) ... devem saber mais do que eu porque ... devem saber mais que eu ... (lendo o livro).* Ao enunciar que os outros possuem mais conhecimento que ele, o Defensor o faz sorrindo. Esse riso pode ser interpretado como o simulacro de uma não concordância com aquilo que diz. Ele enuncia, mas deixa implícito que o seu dizer não corresponde à verdade daquilo que ele realmente acredita. Dentro da materialidade lingüística podemos, também, trabalhar com a hipótese de que ao se comparar ao João Batista bíblico, o Defensor constrói um *ethos* positivo de si mesmo e tenta neutralizar o efeito de sentido negativo causado pela ausência do Juiz e da Promotoria.

Na passagem seguinte, ele lamenta a sua solidão**,** *pena que estou sozinho aqui***.** Ele reclama a presença dos outros, dos seus interlocutores. Esse enunciado define um *território como sendo o de seu Outro, daquilo que, mais que qualquer coisa, não pode ser dito. O Outro circunscreve, pois, justamente, o dizível insuportável sobre cujo interdito se constituiu o discurso;* (Maingueneau, 2005b:40). Para produzir o efeito de sentido ele utiliza um tom de „desapontamento", o discurso exige uma conexão entre a parte discursiva e em parte extralingüística materializada na ausência do Juiz e da Promotora. Só é possível compreender esse discurso, porque simultaneamente pertence a uma história, a fatos da realidade. Diante da tentativa de esclarecimento da prática de um ato criminoso que chocou a sociedade, muitos estão ali em busca de respostas a questionamentos possíveis. Por que ela praticou esse crime? O que motivou essa pessoa a praticar um crime tão terrível? Caso se compreenda a motivação, talvez se possa evitar que o fato se repita. Mas o Defensor Público está sozinho. Os outros, quem vai fixar a pena e quem pede a condenação, não se encontram no recinto para tentar

compreender como o fato aconteceu. Por que o fato aconteceu. Ele procura mostrar discursivamente para os jurados e para o público que aquela ausência o incomoda, e prejudica, não somente a sua produção discursiva, prejudica a própria sociedade e os jurados, que sairão dali sem compreender os motivos da prática daquele crime.

Como postula Possenti (2004):

> [...] deveria ser evidente que os estereótipos são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como sendo o(s) outro(s) para algum grupo. Mas, eventualmente, esta relação interdiscursiva é ofuscada ou apagada – quando o confronto não aparece (...) -, e o efeito é a impressão de que o estereótipo é universal, que não tem condições históricas de produção, ou, pelo menos, que essas condições não incluem efetivas relações de confronto com a alteridade (Possenti, 2004: 158).

Os enunciados apresentados acima exemplificam a ausência de confronto, tentando mascarar o interdiscurso. Contudo, como base no discurso do Defensor que se refere ao real de sua atividade, tanto no discurso proferido em plenário, como em seu comentário na autoconfrontação, podemos vislumbrar um simulacro representado por um fato real (ausência do tribunal). Isso representa que o papel assumido pelo Defensor não deve ser levado em consideração, tendo em vista que no Tribunal ele representa um "inimigo da sociedade" por estar ao lado de um "criminoso". Acreditamos que este estereótipo negativo do Defensor Público se constitui nesta relação interdiscursiva que se apresenta opaca, quase invisível, justamente por não existir o confronto discursivo materializado no discurso[105], ou seja, uma "heterogeneidade mostrada", segundo Authier-Revuz (1984), mas existe nas condições históricas de produção ligadas ao estatuto social do réu.

[105] [...] essa forma de heterogeneidade não deixa marcas visíveis: as palavras os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem lingüística *stricto sensu* (Maingueneau, 2005b: 33).

3.2. A parcialidade e a voz do ressentimento

Para exercer a sua atividade de trabalho, prescreve a lei que o Juiz é imparcial. Mesmo que seja humanamente impossível ser imparcial, em sua prática palavras e atos que revelem a sua predileção por uma ou por outra parte são evitados. A lei proíbe que a sentença seja pronunciada antes de se ouvir ambas as partes e de se avaliar as provas apresentadas nos autos.

Segundo a Escola Francesa de Análise do Discurso, não há relação direta entre o homem e a realidade, tendo em vista que essa relação se constitui por meio da linguagem. Para a Análise do Discurso (AD), a linguagem não é um "instrumento de comunicação", de "transmissão de idéias", mas acima de tudo um lugar social em que são constituídas as relações intersubjetivas. A linguagem tem um tipo de funcionamento cujas restrições não são de ordem somente lingüísticas, mas também históricas, na medida em que o equívoco e o indizível são absorvidos pela memória social e inscritas nas práticas sociais[106]. Para a Análise do Discurso, o discurso é "efeito de sentido entre interlocutores" e se constitui em uma região fronteira entre o real da língua e o real da história[107].

Assim, se a produção do sentido é o resultado de um conjunto de processos sócio-históricos e lingüísticos, os sentidos não são transparentes. Todo discurso, assim como todos os sujeitos envolvidos em sua produção e circulação são eles dispersos, pois o discurso tem em seu entorno um conjunto de dizeres, de saberes e de poderes que se encontram em lugares sociais que funcionam como instrumentos de restrição do dizer. Isso significa que não se pode dizer tudo, em qualquer tempo ou em qualquer lugar. A esse sistema de dispersão e de regularidade Foucault (2004:43) denominou "formação discursiva" [108]. A "formação discursiva" na qual está inserido o discurso do Defensor Público restringe ou agrega enunciados que representam aquilo que pode ser dito e o que não pode ser dito no Tribunal do

[106] Pêcheux, 1997:61-161.

[107] O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (...) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 1997:190).

[108] Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Júri. Construir um discurso, de uma determinada forma, num determinado contexto sócio-histórico, significa que as escolhas feitas ao dizer, ao produzir um discurso, não são aleatórias, mas decorrentes das condições em que esse discurso é realizado, ou seja, quando interagimos verbalmente com alguém. O discurso se organiza a partir dos conhecimentos do co-enunciador sobre o assunto, do que se supõe serem suas opiniões e convicções, simpatias e antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade que se tem, da posição social e hierárquica que se ocupa em relação a ele e vice-versa. Isso tudo pode determinar as escolhas que serão feitas com relação ao gênero no qual o discurso realizar-se-á, à seleção de procedimentos de estruturação e, ainda, à seleção de recursos lingüísticos. Acreditamos que, em um processo de interlocução, isso nem sempre ocorre de forma deliberada ou de maneira a antecipar-se ao discurso propriamente. Em geral, é durante o processo de produção que as escolhas são feitas.



Fotografia 3.9

(iii) Enunciados retirados da segunda audiência

Os negritos representam a indignação do Defensor Público diante da apresentação de oito qualificadoras, que foram ilegalmente colocadas dentro do processo. Em sua denúncia, a Promotora pediu a condenação, apresentando seis qualificadoras. Contudo, o Juiz, na sentença de pronúncia, concedeu oito qualificadoras. Duas a mais daquilo que foi pedido pela Promotoria.

(...) assim também nos diz o Dr. Delegado de Polícia ... quando ... ele informa ... classificando o crime ... artigo 121 parágrafo segundo ... inciso 4 homicídio qualificado por dissimulação ... mas aí ... os ilustres membros ... do sistema penal ... recebem o inquérito ... (bate palmas) ... dentro do inquérito o Delegado C. diz que é homicídio qualificado ... com uma qualificadora ... dissimulação ... ele ouve as partes ... ele está lá ... ele acompanha ... ele sente ... e ele interpreta ... e é o Delegado de Polícia ... naturalmente combatível ... mas aqui na distância dos fatos ... na distância das pessoas envolvidas ... sem ouvir ninguém ... entende a Promotoria que há torpeza porque a pessoa é fria ... porque a pessoa é calculista ... entende que é uma pessoa abjeta ... ignóbil ... por isso seu motivo é torpe ... porque torpe é abjeto ... é ignóbil ... e só tem motivo torpe quem é ... ignóbil ... abjeto ... porque ela foi atrás da mulher que tomou seu marido ... ***e vai qualificadora por torpeza ... e numa sucessão ... foram surgindo .... brotando do chão ... qualificadoras ... o júri anterior não aconteceu porque a defesa ficou pasmada ... já eram oito ... a Promotoria criou mais duas ainda além das seis no libelo ... e peticionamos ao Juiz ... como se defende uma pessoa ... disso aqui? ... e qualificadoras foram brotando e foram brotando ...*** *só o Delegado*

estava lá que viu os olhos de cada um ... que viu a vítima ... afirmou que houve dissimulação ... o Delegado de Polícia ... C ... está no inquérito ... (...)

(IV) Enunciados retirados da segunda autoconfrontação simples

O itálico apresenta, nas seqüências a seguir, o comentário do Defensor Público a respeito da ausência de imparcialidade do Juiz, revelando que as duas qualificadoras que aparecem no processo, além das seis que foram pedidas pela Promotora, são da autoria do próprio Juiz.

***14 – DEFENSOR**:*

chama muito a atenção o crime é muito ... muito feio ... a vítima era uma grávida de nove meses ... morre a gestante ... morre a criança ... e gente muito nova muito simplória então começou a haver esse confronto entre ... a família da menina abandonou-a ... da ré ... nunca apareceu na Defensoria ninguém ... nunca compareceram a nenhum ato do processo ninguém ... abandono completo ... e a família da vítima ... claro ... buscando também satisfazer ... claro ... a necessidade de justiça que sentiam procurando cercar jurados ... né? ... e Juiz ... de informações ... ***nesse caso por exemplo o Juiz conversou ... excessivamente com a família da vítima ... que não é uma função dele ... mas toda semana eles estavam lá na porta dele*** *... como minha sala fica de frente ... toda semana conversando ...* ***isso acaba gerando no Juiz uma necessidade de dar uma satisfação*** *... primeiro porque é a família da vítima ... a outra é a criminosa ... a família ... ela está receando aí uma solução diferente quem sabe uma outra solução ...* ***então fica comprometendo a independência dele*** *... então quando terminou a primeira sessão ... em que eu apresentei oito nulidades ... ele aceitou as nulidades ... para mandar consertar o processo ... com coleguismo da Promotoria de justiça ... e terminou e* ***ele saiu lá fora e foi explicar na minha frente ... lá de fora ... " olha ela não está absorvida não ... nós só estamos adiando pode ficar certos ... vamos acabar com essa história da melhor maneira possível ... foi só um erro que se fizesse o júri hoje ... ela seria possivelmente ... numa apelação para o tribunal ... mandada a um segundo júri" ... mas foi lá ... então criou uma intimidade muito grande*** *... o Juiz ele tem que ser sensível ao povo ... mas ele não pode tomar esse tipo de partido ... nesse caso a gente lamentou ... por duas vezes ... na assistência à família e nessa liberdade ... que imprensa teve de filmar a moça chorando ... colocando a mão no rosto ... sem querer ser vista ... direito dela apesar do erro grave ...*

17 – Defensor:

(...) a gente ... lamentava muito a situação da família da vítima ... que sofria de verdade ... e por outro lado a gente percebeu que ***... o Juiz nessa intimidade maior com a família da vítima ... começou a trazer causas que aumentam a pena contra acusada ... a certa altura nós percebemos ele conseguiu o milagre de ter oito causas que aumentam as penas*** *e aí na luta pelo processo ... a gente diminuiu ... diminuindo ... haveriam quatro... se tivesse...*

18 – PESQUISADORA:

primeiro você pediu para entrar ... interromper justamente porque tinha qualificadoras que ... eram antagônicas né? ...

19 – DEFENSOR:

(...) justamente ... nunca havia sido colocado isso antes ... foi uma surpresa ... a lei proíbe isso ... ***ele foi despejando qualificadoras*** *... que já ... mas para essa segunda sessão ficaram quatro ...*

20 – PESQUISADORA:

ah é? Então ela não havia pedido oito ...

21 – DEFENSOR:

(balança a cabeça em sentido negativo) não ... ela pediu dissimulação

22 – PESQUISADORA:

eu tinha anotado aqui o Juiz na sentença de pronúncia das qualificadoras antagônicas ***na verdade ela nem pediu ele deu por si só ...***

23 – DEFENSOR:

é... deu por si só *... R. ficou só no estritamente possível ... antes a gente conversava assim ... ela dizia ... eu creio que vai cair a crueldade ... ela imaginava que ia ficar duas qualificadoras ... ele entendeu o ciúmes como um ciúmes torpe ... abjeto ... que levou a morte ... então e ... a dissimulação a defesa nem combateu ... realmente houve a dissimulação ...*

48 – DEFENSOR:

> ***a vontade que dá... é de reclamar da parcialidade do Juiz*** *... é de contar o que estava acontecendo nos corredores do fórum mas não pode ... porque se você desafia ali a autoridade do Juiz na frente dos jurados eles ressentem imensamente mas ele tornou-se o Promotor de Justiça ... porque ele foi muito além do que a imaginava ... (...)*

No recorte apresentado, podemos perceber o "difícil de dizer" / "não poder dizer" materializado pelas passagens que mostram a parcialidade do Juiz. O advogado vai mostrar como o Juiz foi além da sua função, *ele tornou-se o Promotor de Justiça***,** ele assume de uma só vez os poderes de acusar e de julgar. Dentro da acusação a Promotoria pede a punição pela prática de homicídio doloso com três qualificadoras (dissimulação, torpeza e crueldade). Na sentença de pronúncia (pronunciada antes do Tribunal do Júri), o Juiz aceita as qualificadoras pedidas pela Promotoria e acrescenta ao seu pedido mais quatro qualificadoras (torpeza por ciúme, por frieza, por ser a acusada calculista e ignóbil).

Por ser o delito um crime que choca a sociedade, o Juiz quer se mostrar eficiente se posiciona ao lado da família da vítima e conseqüentemente ao lado da sociedade. A parcialidade do Juiz, que pronuncia sua sentença antes mesmo de acontecer o júri, provoca um efeito negativo na atividade de trabalho do advogado. O questionamento que surge é: para que exercer uma atividade que não irá produzir nada materialmente. É um sentimento de exercer uma atividade ilusória, figurativa, teatral, que não faz parte de um real. Esse sentimento negativo é vivido na situação de trabalho, na atividade de trabalho e permanece no depois. No momento da autoconfrontação, essa voz interior, ou seja, o "difícil de dizer" é externado: *a vontade que dá... é de reclamar da parcialidade do Juiz ... é de contar o que estava acontecendo nos corredores do Fórum.* Por um momento ele, o advogado se ressente, mas imediatamente uma outra voz diz: *mas não pode,* e, nesse momento, percebemos uma outra voz que se apresenta contrária à voz anterior. Existe nessa voz um reposicionamento que está centrado na razão, ou seja, em valores racionais que funcionam dentro das práticas discursivas que condizem com o papel social que esse profissional representa. Ele retorna à

realidade e procura se encaixar novamente em um *ethos* que apresenta um tom de responsabilidade e de respeito ao outro, que é o valorizado pelos jurados e pela sociedade.

3.3. A argumentação e a competência linguageira

A paráfrase é um fenômeno lingüístico muito utilizado dentro das práticas do discurso jurídico. Ela consiste na reformulação de um enunciado com o objetivo de retomar o já-dito e esclarecê-lo, (Muniz, 2005:14). No Tribunal do Júri, o advogado constrói o seu discurso para um tribunal leigo[109] que na maioria das vezes não domina o vocabulário técnico que está sendo discutido ali. Por meio da paráfrase, ele procura esclarecer para o corpo de jurados o sentido de algumas palavras, para que eles possam compreender melhor e formar um juízo de valor sobre a prática do crime.

A limitação cultural de um auditório transforma-se em um obstáculo para a construção de um discurso argumentativo no Tribunal do Júri. O "difícil de dizer" aqui é o saber se expressar. É construir um discurso capaz de ser compreendido por um auditório. Comunicar sempre apresenta dificuldades, pois e*xiste uma idéia enganosa daquilo que se poderia chamar de transparência da linguagem* (Souza-e-Silva, 2002: 62). Esse obstáculo pode ser visto e sentido nas passagens que seguem.

---

[109] Primeiro, ainda que só se julgue sobre fatos, invariavelmente é necessária a apreciação de prova, que é uma atividade que hoje não se pode fazer sem uma base intelectual. Segundo, diversos pontos objeto de quesitação envolvem conceitos jurídicos. Conceitos como violenta emoção, provocação injusta, torpeza, motivo fútil, traição, dentre outros tantos, necessitam de apreciação acurada e serena dentro de cada caso, tarefa essa incompatível com o turbilhão da plenária. O togado ao menos teve a oportunidade de se deparar, ainda que seja, sumariamente, com essas questões na fase de formação acadêmica, possuindo uma base mínima já formada. A prévia preparação e o conhecimento geral que, presume-se, têm o togado o tornam infinitamente mais apto a produzir uma decisão mais próxima da justiça. [...] Aqui entra o papel do jurista cuja perícia no *Direito* lhe permite ter elementos técnicos para enxergar que uma instituição como o júri é uma burla que dá a falsa sensação à sociedade de eqüidade e justiça, mas que mostra mais danos que benefícios em relação ao julgamento togado que não é imune a falhas e injustiças, mas ao menos é a eles menos suscetível (MEZZOMO, Marcelo Colombelli. Tribunal do Júri: vamos acabar com essa idéia!. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. **62**, fev. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3690>. Acesso em: 15 mar. 2007).



Figura 3.10

(v) Enunciados retirados da segunda audiência

O negrito marca, no discurso do Defensor Público, a dificuldade em esclarecer para o corpo de jurados o que é uma qualificadora por motivo torpe. Ele procura as definições dentro da doutrina jurídica e explica como a doutrina compreende o que está prescrito no Código Penal. Essa tentativa em esclarecer para o corpo de jurados o que é um motivo torpe, que caso exista é motivo de aumento de pena, pode vir a beneficiar a acusada se os jurados compreenderem qual o significado de motivo torpe. Assim, eles poderão votar contra essa qualificadora que não existiu no momento da realização do crime e a pena da acusada será, conseqüentemente, mais branda.

(...) ciúmes é o motivo alegado pela Promotoria de Justiça ... haverá torpeza (caminha em direção à sua mesa e busca livros) ... como esta manhã não houve oitiva de testemunhas ... e o nosso compromisso é grave ... pretendo não delongar mais ... mas há uns pontos de vista ... não todos ... alguns ... que precisam ser destacados ... (busca os livros e começa a fazer citações) ... vamos começar aqui com o tratadista César Roberto ... o artigo 121 do Código Penal parágrafo

primeiro inciso cinco ... ele se põe a examinar ***o motivo torpe ... é o abjeto ... é o ignóbil ... é o que traz o constrangimento*** ...(...)

(vi) Enunciados retirados da segunda autoconfrontação simples

Os negritos, abaixo, apresentam o comentário do Defensor Público sobre sua dificuldade nas escolhas lexicais adequadas para explicar aos jurados o que é uma qualificadora e os motivos que caracterizam uma qualificadora. Essa dificuldade em explicar termos técnicos a um tribunal leigo dificulta a interação entre Defensor Público e Jurados. Podemos ler no semblante dos jurados, apresentados na foto anterior, um comportamento completamente alheio ao que está sendo explicado pelo Defensor.

51 – PESQUISADORA:

quando você fala aos jurados dá para perceber ***eles não estão entendendo nada de qualificadora ...***

52 – DEFENSOR:

nada *... quem fez ali um ou outro aceno de compreensão ... foi um rapaz que está estudando Direito... que está à frente à esquerda ... mas ali atrás torpeza? ... ciúmes algo torpe? ... que que é torpe? aí você fica lá é abjeto ... é ignóbil ... eles mal dominam esse vocabulário! ... mas é a tradução que o Direito nos dá do que é abjeto ... eu não posso falar que é só má fé ... porque má fé ela teve ... e aí esse pessoal não tem uma cultura de ... trabalhar até com as palavras que a gente tá usando ... à direita e à frente ... nós temos uma faxineira ... né? ... é uma faxineira ... porque o Juiz mandou alguns ofícios às Faculdades de Direito ... informando que alunos e funcionários que quisessem poderiam se inscrever como jurados ... o alvo era sobretudo os estudantes de Direito para dar uma qualidade técnica maior aos jurados ... mas aí muitos funcionários da S. A. do P. da U. ... quiseram participar e é muito bom ... para ter claro a maior diversidade cultural ... as pessoas possível dentro do júri ...* ***mas ela dentro da limitação de faxineira ... limitação cultural ... não vai dá conta de acompanhar essa argumentação ... a gente fica ali esperneando achar as palavras e um jeitinho ... nesse dia o jeitinho não estava aparecendo com facilidade ...***

No Tribunal do Júri brasileiro, diferentemente do Tribunal do Júri francês, os jurados devem compreender se houve ou não a prática de um crime e os motivos que levaram à prática de determinado crime. Para compreendê-los (causas que aumentam ou diminuem a pena), os jurados precisam compreender uma teoria enorme e difícil de ser explicada em pouco tempo. O advogado precisa explicar aos jurados, com eficiência, o que é uma qualificadora (causa que aumenta a pena), mas ele não dispõe de tempo suficiente para falar a um público que se apresenta culturalmente despreparado. Essa limitação prejudica a construção da defesa que pode ao final ver o acusado condenado a uma pena desproporcional à prática de um crime. Pelo motivo de que os jurados não compreenderam o que é uma qualificadora e se ela existiu dentro daquele caso que está sendo avaliado.

Por meio da autoconfrontação, o protagonista do trabalho pode se observar de maneira distante e avaliar a sua desenvoltura em situação de trabalho, pois,

> [...] submetido individualmente à autoconfrontação, ele se encontra simultaneamente confrontado à imagem de suas ações, bem como à pressão dos modos operatórios prescritos, cujo conhecimento ele já possuía. O diálogo travado com sua própria imagem sob o olhar do pesquisador, observador ingênuo da conduta e, portanto, relativamente neutro, fora da dimensão puramente interacional da troca, tende naturalmente para a procura de concordâncias entre o que ele se vê fazendo e o que ele normalmente deveria ter feito, por meio de um discurso de justificação (Faïta, 2001: 277).

Como pudemos observar, o recorte acima apresentado, vem corroborar com a nossa crença de que a autoconfrontação simples possibilitou ao Defensor Público o reconhecimento de uma prática discursiva não facilitadora da comunicação, ou seja, dentro da sua construção discursiva existe uma grande dificuldade de interação com os membros do corpo de jurados.

Podemos assim observar o "difícil de dizer"/ "não poder dizer" representado pelo problema da "formação linguageira"[110] (Boutet, 1995:264). Na perspectiva bakhtiniana do dialogismo, os atores sociais em posição de enunciar, em posição de entender e serem entendidos, devem estar em sintonia com o lugar e o momento sócio-histórico. Eles devem conhecer as regras de produção e circulação do discurso. Percebemos, nos enunciados citados, que falta aos jurados essa intimidade com a "prática linguageira" do Defensor[111]. Isso dificulta a compreensão de sua argumentação. No universo técnico do Tribunal do Júri, palavras ou expressões do uso corrente enunciadas pelo advogado, possuem de fato, um sentido terminológico que é incompreensível aos jurados, mesmo com explicações e reformulações. Por outro lado, percebemos também, que falta ao advogado uma "formação linguageira" adequada aos jurados para se fazer compreendido.

Segundo Maingueneau (1987), quando o enunciador "bloqueia a infinidade de possíveis interpretações", no caso em questão, a utilização da expressão „qualificadora por motivo torpe", "fornecendo um equivalente que, em vez de explicitar um sentido unívoco (...) o constrói em sua enunciação" é exemplar daquilo que a AD afirma quando argumenta que um sujeito não é fonte do seu discurso e, sim, que ele enuncia a partir de uma posição. A escolha do enunciador em parafrasear a expressão "qualificadora por motivo torpe" e não outra se deve ao fato de que ela representa um ponto de encontro, ou de desencontro de várias

[110] A noção de "formação linguageira" é entendida como um conjunto social e historicamente regulado pelas práticas linguageiras. Nessas práticas, a linguagem não é um puro reflexo da sociedade. Ela age e modifica o social.

[111] Presencio no Júri estudiosos do direito penal não lograrem êxito em serem compreendidos pelos leigos. Soberba na linguagem? Superfetação do orador? As explicações são variadas, mas todas, a demonstrar o erro profissional, porquanto precisa, ao menos, fazer-se entender naquele ambiente delimitado, país único, com usos, costumes, geografias, idioma e soberania (constitucional), o país do Tribunal Popular. Existe um léxico próprio, uma atmosfera inconfundível, forjada na história desta instituição e, hoje, de tal forma incorporada à sua essência que, ouso dizer, nenhum computador, e nenhuma técnica milagrosa, poderá suprir os feitos, efeitos ou defeitos da tradicional palavra oral, porque exposta por horas naquele recinto misterioso, esclarecendo, escondendo, complicando, simplificando, encobrindo ou revelando, mas defendendo ou acusando sempre, visando fornecer os dialéticos elementos para o julgamento (Bonfim, 2007:04).

formações discursivas ou posicionamentos conflitantes em função das circunstâncias em que é utilizada.

3.4. Ética no trabalho e o mundo ético

O prescrito[112] ocupa um espaço muito valorizado no trabalho do Defensor. Toda a sua atividade é organizada a partir de um prescrito. Para realizar o seu trabalho, o Defensor depende de um prescrito que o autoriza, o legitima em sua atividade. As pessoas procuram o trabalho do Defensor Público para que este profissional possa ajudá-las a solucionar um problema, a compor um conflito de interesses. Ele, por sua vez, vai iniciar o seu trabalho pautando-se em um prescrito, presente desde o momento inicial de sua ação. Por que agir de uma forma e não de outra? Dirigir-se a uma pessoa e não a outra? Iniciar seu trabalho em determinado momento e não em outro? Pedir um determinado direito e não outro? Tudo isso é regulado por um prescrito que está presente em todos os momentos de seu trabalho, ajudando-o a organizar e a realizar a sua atividade. Trata-se do Código Penal, do Código de Processo Penal e do Código de Ética.

Além desses prescritos baseados em leis, pertencentes ao mundo jurídico, o advogado deve cuidar de um procedimento que não é regulamentado, não é Lei, mas está presente dentro do social. Ele se preocupa, também, com a questão da ética social.

[112] O prescrito que regula a atividade de trabalho do Defensor Público é trabalhado na introdução desta tese.



Fotografia 3.11

(vii) Enunciados retirados da primeira autoconfrontação simples

Os negritos apresentam a dificuldade do Defensor Público em trabalhar com sentimentos que são colocados à prova no momento de realização de sua atividade de trabalho. Mesmo exercendo uma atividade pautada em leis, que regulamentam o seu trabalho, no real da sua atividade, esse trabalhador está muito próximo de problemas sociais que afetam os sentimentos de todos os seres humanos que vivem em sociedade e temem pela violência que direta ou indiretamente afeta o bem estar social.

PESQUISADORA 1:38:59

e assim pra finalizar .... você se sentiu vitorioso aí ... com esse júri ?

DEFENSOR 1:39:06

não *... eu ... eu ... hoje ... eu percebo que ... eu estava tranqüilo ... me analisando eu não pude perceber tensões ... como estava fluindo tranqüilamente ... o fluxo das idéias estava ... surgindo ... tranqüilamente ... e eu estava fazendo uma tese na qual eu acreditava ... tinha que se proporcionalizar a pena nesse tribunal é:: **eu não me sinto bem depois do júri** ... a não ser ... em casos é:: que a gente vê que: realmente foi feita a justiça ... não é vitória o resultado ... não é derrota ...`as vezes necessidade ... mas eu esperava que o Juiz tivesse fixado o regime semi-aberto ... porque mais do que da liberdade a gente preocupa com o que a pessoa vai fazer da liberdade ... ele ganha a liberdade pra fazer o que não sabemos ... pra mim alguns meses no cárcere seria ... seria muito úteis pra ele ... e foi o que eu comentei com ele antes de começar o júri ... você vai hoje pegar oito anos ou quatro anos ... você vai ficar cerca de oito meses a dez meses na prisão ... se a defesa ganhar ... se*

você perder ... você vai ficar seis anos na prisão ... você vai aceitar isso né?? Caso a gente recorra ao tribunal numa apelação não vamos ganhar ... porque eles vão respeitar a decisão dos jurados ... e ... procure ir ... aceitando isso e transformando isso em uma lição ... eu não sei se o Juiz agiu bem ... talvez ele tenha mais lá decepções ... tenha aprendido... ... mas o moço precisava ... eu achei um certo estímulo pra ele o regime aberto.

(viii) Enunciados retirados da autoconfrontação sobre a primeira autoconfrontação

Os negritos apresentados a seguir, no discurso da autoconfrontação, como se materializam na prática discursiva as complexidades que envolvem a atividade de trabalho do Defensor. Ele acredita que o réu merecia uma pena mais severa. Ao se posicionar dessa forma, o Defensor Público possui dificuldades em expressar o sentimento de "vitória", ou seja, mesmo que o acusado receba uma punição mais branda, resultado positivo de seu empenho no cumprimento da sua função pública, essa "conquista" não é vista pelo Defensor Público como algo positivo dentro do desempenho de sua atividade de trabalho, ou ainda, dentro do mundo do qual ele faz parte.

***70 – PESQUISADORA – 40:00**:*

*tem uma parte também da autoconfrontação em **que você fala que não se sente bem em fazer júri** ... porque nesse processo aí apesar dos jurados terem dado três a dois ... três a quatro ... foi três a quatro?*

***71 – DEFENSOR – 40:12**:*

quatro a três ...

***72 – PESQUISADORA – 40:13**:*

... quatro a três ... na hora de fixar a pena ele ganhou o regime aberto ... eu perguntei se você se sentia bem se sentia vitorioso e você falou que não que não se sentia bem que fazer júri não é bom ... por que isso?

***73 – DEFENSOR – 40:40**:*

*(risos) o Daniel... esse réu ... devia ter sido sentenciado em regime semi-aberto dentro do que eu conheci ele ... **do que eu pude ver da personalidade dele ... ficou muito gratuito** ... então a gente contava que o Juiz desse a pena do regime da Lei*

... o regime semi-aberto ... seria uma passagem breve né? pelo cárcere com menos rigor ... e seria para ele assim um sinal de fazer ... a volta no caminho e recuperar uma estrada mais feliz ...

***74 – PESQUISADORA – 41:18**:*

você se preocupa com essa questão da fixação da pena ... assim ... diante da criminalidade? ... é isso?

***75 – DEFENSOR – 41:26**:*

é ...eu vejo que o crime tá na porta da minha casa dos meus amigos da minha família ... das demais pessoas ... então ***eu não tenho assim aquele romantismo pela causa do Júri ... é por isso que eu não me sinto muuuuito bem com os resultados*** *... eu acho que a gente podia fazer um Júri melhor ... o Brasil pode ter uma Justiça melhor ... se o país é pobre a Justiça não tem que ser barata ... e é muito barato lá as coisas são muito superficiais ... a pesquisa da Delegacia é muito simples pobre deficiente ... a Promotoria não tem assim condições de dar uma assistência melhor aos processos ... a Defensoria é ainda mais fraca que a Promotoria que a Delegacia de Polícia ... o que eu gostaria é que no Júri fosse um ambiente os melhores fatos e argumentos preponderassem ... e não é assim... né? ... hoje em dia por exemplo em Montes Claros ... existe uma proximidade muito grande da Promotoria com o Juiz com esses anos todos de trabalho ... e eles estão conversando ... e organizando já assim o que pode acontecer no júri ... quais são as melhores saídas para a Promotoria ... e o Juiz ... isso é o meu modo de entender eu posso está até errado ... perdeu aquela eqüidistância necessária entre Juiz e partes ... né? ... e isso faz mal para mim ... quando eu vou falar eu quero levar o melhor argumento e o melhor fato ... e se a Promotoria levar melhores é ela que deve sair com o pedido atendido ... mas às vezes a Promotoria é pobre no que oferece ... e existem alternativas do Juiz modificar o resultado ... então aconteceu por exemplo nesses dias ... como a tese da Promotoria não tinha como ser aceita depois que a gente começou a falar ... ela nem veio à replica ... o Juiz entrou na sala secreta e fez a seguinte proposta "vocês podem dar dois mesinhos de pena para ele ... que são as lesões que a defesa pediu ou se vocês quiserem eu posso dar para ele dois anos de serviço à comunidade .. eu vou ajudá-lo" ... então ali ele definiu o Júri ... nós passamos duas horas e meia fazendo o quê? nada! Porque até eu ... aí eu intervi e falei Doutor ... até eu voto contra o meu cliente (risos) ... porque nós não estamos aqui para saber a matemática da vida dele ... nós estamos para saber se ele fez ou não fez ... se fez com esses motivos ou sem esses motivos ... é isso que eu gostaria que fosse votado ... ele fez com esses motivos ou sem esses motivos? ... se ele fez com esses motivos a conseqüência vai ser a pena que o Senhor sugeriu ... né?? ... dois anos e isso e aquilo outro ... mas se ele fez sem os motivos a conseqüência é que ele seja apenado como eu pedi ... e isso no júri ... deixa a gente*

muito triste ... a gente vai cansando ... né?? ... dos juízes que tomam partido ... é humanamente ... impossível eu creio um Juiz totalmente imparcial ...

***76 – PESQUISADORA – 44:36**:*

imparcial ...

***77 – DEFENSOR – 44:38**:*

porque ele tá lá de um lado e do outro sentindo vibrando um ou outro isso é natural ... mas daí deliberadamente ele construir uma estratégia ... de fazer virar para um lado ou para o outro ... infelizmente é a coisa que mais acontece no Júri ...

***78 – PESQUISADORA – 44:53**:*

e quando eles condenam à pena máxima e vai executar essa pena ... também é uma lastima né??

***79 – DEFENSOR – 45:04**:*

(acena afirmativamente com a cabeça)

***80 – PESQUISADORA – 45:05**:*

porque o sistema penitenciário não atende e ... eu não sei eu estou um pouco afastada ... mas não existe nenhuma política que esteja preocupada com isso ...

***81 – DEFENSOR – 45:18**:*

não ...nesse momento no país não ***... eu não me sinto bem por isso! porque o júri toma um ar de teatro ... e eu me exponho ... a minha pessoa fica exposta nisso*** *... e eu passo o dissabor de ver pessoas que mereceriam a repreensão e não conseguiram porque naquele dia a Promotoria não deu conta de ler o processo ... e passo às vezes a grande tristeza de ver pessoas que mereceriam uma sorte melhor ... simplesmente foram condenadas sem mais detida análise sem mais critério ... lembra aquela passagem do ... Exupéry no Pequeno Príncipe que conta a historinha do planetinha em que vivia o acendedor de lampião enquanto o mundo dele tinha um ritmo ele tinha uma hora de acender e uma hora de apagar o lampião ... mas depois o mundinho foi correndo mais depressa foi girando mais rápido ... mas ele não perdeu o hábito o formalismo de acender e de apagar e quando o Pequeno Príncipe chega no mundinho a cada minuto ele apaga e a cada minuto ele acende o lampião ... então eu acho que a Justiça humana tem esse problema ... formaliza demais para ser democrática e esse excesso de formalismo*

> *... não cria meio termo para as coisas ... é claro ou escuro ... ou acende ou apaga o lampião ... mas o mundo tá girando e as coisas tão mudando ... e a dinâmica dos fatos ... nem sempre fica assim ... ajustada a esse formalismo ... a necessidade da população nem sempre se encaixa nesse formalismo ... mas se der um pouco mais de poder ao Juiz de mais arbítrio ao Juiz nem todos os juízes estão preparados para ter esse arbítrio a gente volta à idade medieval ... então fica esse impasse ... se der arbítrio para fazer justiça na maneira correta ... a maioria vai extrapolar ... sem o arbítrio do Juiz a Lei é muito fria ... e não se encaixa bem nas circunstâncias que merecem sua atuação ... e patrocina às vezes injustiças ...* ***e no Júri você sofre demais ... eu carrego a carga ... do réu ... da família do réu ... da família da vítima ... que vai me hostilizar ... carrego a carga do meu nome ... que como pessoa humana lá minha vaidade gosta de um pouco de sucesso ... e do trabalho reconhecido ... a carga da Defensoria Pública que tem que se apresentar bem ... então o peso emocional é muito grande ... muito grande***
>
> ***83 – DEFENSOR – 50:54****:*
>
> ***ficou claro esse não sentir bem? ... porque às vezes eu sinto ... às vezes não ... quase sempre eu sinto que não atendeu o que era melhor para todo mundo*** *... ou às vezes ficou muito bom para o réu ... ou às vezes ficou ... muito o lado da sociedade ... menos para o indivíduo ... mas eu não vejo ... por enquanto para a nossa prática de júri possibilidade para meio termo não ... para essas coisas assim ...*

A grande surpresa dessa passagem é a resposta *não* dada pelo advogado de maneira espontânea após o questionamento de sua eficácia na construção da defesa. Segundo Clot (2006:173) *Por isso Vygotski teria podido escrever, parafraseando Spinosa, que é somente em movimento que o inconsciente mostra o que ele é*[113].

E após, toda uma seqüência de enunciados que justificam e confirmam seu sentimento de angústia diante de um trabalho complexo[114].

---

[113] C"est pourquoi Vygotski aurait pu écrire, en paraphrasant Spinoza, que c"est seulement en mouvement que l"inconscient montre ce qu"il est (Clot, 2006 :173).

[114] [...] é chegado o momento de se questionar se o júri cumpre a função para a qual precipuamente se destinou. É preciso que analisemos a instituição sob as luzes das novas perspectivas do processo que hoje, sobretudo, tem em conta uma *Teoria Geral de Processo*, uma visão instrumentalista e uma óptica fulcrada não mais na ação, mas sim na jurisdição (MEZZOMO, Marcelo Colombelli. Tribunal do Júri: vamos acabar com essa idéia!. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 62, fev. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3690>. Acesso em: 15 mar. 2007).

(a) ...eu não me sinto bem depois do júri ...

(b) do que eu pude ver da personalidade dele ... ficou muito gratuito

né? eu não tenho assim aquele romantismo pela causa do Júri ... é por isso que eu não me sinto muuuuito bem com os resultados

(c) ... eu não me sinto bem por isso... porque o júri toma um ar de teatro ... e eu me exponho ... a minha pessoa fica exposta nisso

(d) eu passo o dissabor de ver pessoas que mereceriam a repreensão e não conseguiram porque naquele dia a Promotoria não deu conta de ler o processo ... e passo às vezes a grande tristeza de ver pessoas que mereceriam uma sorte melhor ... simplesmente foram condenadas sem mais detida análise sem mais critério ...

(e) e no Júri você sofre demais ... eu carrego a carga ... do réu ... da família do réu ... da família da vítima ... que vai me hostilizar ... carrego a carga do meu nome ... que como pessoa humana lá minha vaidade gosta de um pouco de sucesso ... e do trabalho reconhecido ... a carga da Defensoria Pública que tem que se apresentar bem ... então o peso emocional é muito grande ... muito grande

(f) ficou claro esse não sentir bem? ... porque às vezes eu sinto ... às vezes não ... quase sempre eu sinto que não atendeu o que era melhor para todo mundo ...

As palavras, ou seja, signos ideológicos: *dissabor*, *carga*, *sofro*, *peso*, *tristeza*, *teatro* revelam a execução de uma atividade de trabalho que apesar de seguir o prescrito às vezes não atende à satisfação humana desse trabalhador.[115]

Em muitos momentos da autoconfrontação simples, o diálogo interior externado pelo Defensor revela uma grande insatisfação consigo mesmo, com o outro e com o social.

[115] Acreditamos que o Júri não mais se justifica; muito pelo contrário é contraproducente confrontando valores maiores que pertencem a um direito natural, como a ampla defesa, a liberdade e a justiça (MEZZOMO, Marcelo Colombelli. Tribunal do Júri: vamos acabar com essa idéia!. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 62, fev. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3690>. Acesso em: 15 mar. 2007).

Segundo Clot (2004:55),

> [...] o trabalho é o lugar em que o sujeito desenvolve a experiência dolorosa e decisiva do real compreendida como o que – na organização do trabalho na tarefa – resiste ao seu saber-fazer, à suas competências à sua destreza (Clot, 2004: 55).

Com base na teoria polifônica proposta por Bakhtin, a teoria do acontecimento discursivo e do acontecimento estético possui um mesmo eixo, que é o da alteridade. O que e o como se diz supõem sempre o "outro" em sua fundamental diversidade.

A análise do "Outro" dentro do discurso jurídico criminal construído no Tribunal do Júri é constante, uma vez que tudo se constitui naquele momento a partir de como se deve agir perante o "Outro". Diante desse Tribunal, lugar de conflito marcado mais do que em qualquer outro lugar, as vozes que se farão ouvir são plenas de diversidades e proferidas como tentativa de composição de conflitos. O trabalho identitário de todo discurso e de todo texto seja na vida seja na arte, é um trabalho plural e intrinsecamente conflitante. A identidade conflitante de todo discurso se apresenta dessa maneira visto que para a produção de conhecimento é necessário o confronto de vários discursos. Para qualquer pesquisador, é fundamental reconhecer essa multiplicidade de discursos conflituosos e aceitar que não existe transparência nem no discurso do outro nem no seu próprio discurso.

O reconhecimento dessa opacidade dos discursos traz para a pesquisa contemporânea uma contribuição que pode fazer da diversidade um elemento constituinte do pensamento e não apenas um aspecto secundário. Reconhecer um discurso diverso e um sentido singular não impede que se examine a relação de forças desiguais que o produziu e que o atravessa.

A voz do Defensor Público demonstra provavelmente essa relação de forças desiguais, uma vez que representa a voz do social e economicamente mais fraco.[116]

[116] Na plenária, ante a perplexidade em que se vê envolto o jurado pela complexidade das questões, os argumentos valem menos pela sua solidez e conclusividade do que pela forma teatral com que são expostos. As partes utilizam-se do rebusco de linguagem visando induzir o jurado a inferir disso o saber e conseqüentemente a credibilidade. Prima a teatralização dos gestos, o apelo à emoção, o jogo de provocações, ironias, chicanas, estratagemas. Reina a falácia. Prevalece a experiência. Quando se batem Promotores ou procuradores com advogados igualmente experientes até há uma relativa paridade. Mas isso nem sempre é possível. Os Promotores

Compreender o comportamento do criminoso em confronto com as leis que regulam uma sociedade e possuem o poder de punição dada pelo Estado, irá revelar a diferença de posicionamentos e de valores que se apresentam em confronto entre o "mesmo" e o "Outro". Para o pesquisador, é possível, por meio de posicionamento exterior, vislumbrar como esses discursos se confrontam. Esse posicionamento exterior revela um desdobramento de olhares que é denominado exotopia. Esse lugar exterior permite, segundo Bakhtin (2003:117), que se veja do sujeito algo que ele próprio (o "eu") nunca pode ver.

Segundo o pensamento bakhtiniano, como cita Amorim (2003:14) *Somente somos teóricos no plano teórico e abstrato; no plano empírico, cada um de nós ocupa um lugar singular e único*. E assumir essa singularidade nos faz responsáveis, capazes de responder pelo lugar que ocupamos num dado momento, num dado contexto. Assumir um pensamento, assiná-lo, ser responsável por ele face aos outros num contexto real e concreto, tornar o pensamento um ato, eis o que torna possível um pensamento ético ou, como diz Bakhtin, um pensamento não-indiferente.

No pensamento *bakhtiniano*, o ético e a questão do valor se dão sempre no lugar do acontecimento, do singular e do irrepetível, o que equivale a dizer, no âmbito do concreto e do histórico. Para tornar o pensamento não-indiferente, é preciso responder por ele, levando em conta o contexto ou as condições sócio-históricas em que nos encontramos.

---

geralmente têm empatia com os membros da comunidade e freqüentemente operam no júri, o que lhes dá rapidamente experiência. Não se pode falar em paridade de armas quando contra eles se batem advogados inexperientes, ou não dotados do dom da palavra, que são nomeados defensores dativos, via de regra para réus pobres. Frente ao togado, por certo, melhor se haveriam no seu mister, pois foram preparados e estão naturalmente condicionados a postular de forma técnica perante um técnico (MEZZOMO, Marcelo Colombelli. Tribunal do Júri: vamos acabar com essa idéia!. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 62, fev. 2003. Disponível em:<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3690>. Acesso em: 15 mar. 2007).

.

Partindo desse pressuposto fazemos a hipótese de que a postura do Defensor Público perante o Tribunal do Júri se constitui sempre nessa oposição entre o ético e o estético. Conforme afirma Bakhtin (2003:79), o conhecimento filosófico e científico, assim como a criação estética, são modos de objetivação e como tais, constituem apenas um momento da cognição do mundo. Ocupam um lugar fundamental, mas limitado e não devem ser tomados como a totalidade do real. O mundo conhecido teoricamente não é o mundo inteiro. Em nossa pesquisa, podemos constatar que esse mundo conhecido teoricamente é representado pelas leis e o real é o lugar das condições sócio-históricas.

Diante dessa afirmação filosófica de Bakhtin, podemos entender a postura do Defensor que deve agir e ser responsável por esse agir. O que se coloca dentro do processo a respeito da prática de um crime não deve ser tomado como aquilo que é conhecido teoricamente, e sim parte do real que se apresenta ao outro. É impossível para a Justiça colher todos os fatos em sua plenitude. Assim, justifica-se o porquê de uma pessoa criminosa ter ao ser lado um Defensor e o porquê da atividade de trabalho do Advogado de Defesa em plenário.

Quando esse profissional constrói seus procedimentos discursivos com base nas provas apresentadas nos Autos, ele o faz porque deve buscar uma verdade e colocar a sua assinatura que representa a sua responsabilidade com o que diz. De acordo com os estudos *bakhtinianos*, o que torna o pensar verdadeiro, ou seja, um dever ético é a correlação da verdade com o ato real de pensar: a responsabilidade por aquilo que penso num dado momento, isto é, a assinatura do meu ato de pensar.

Assim, nos apoiamos na teoria *bakhtiniana* para justificar a atividade de trabalho do Defensor Público que é muitas vezes incompreendida pela sociedade. As severas críticas dirigidas a esse profissional, muitas vezes por pessoa sem conhecimento jurídico e/ou filosófico, contribuem para construir uma imagem de alguém que não possui ética. Contudo, é justamente o oposto o que ocorre. É pensando na ética e na estética que esse profissional se posiciona perante um Tribunal popular representado por membros da sociedade e defende um criminoso.

3.5. O autoconhecimento[117]: uma entidade obscura ou *corps-soi*

Neste recorte, iremos apresentar a questão do autoconhecimento proporcionado pela autoconfrontação. Para compreender como podemos vislumbrar um autoconhecimento precisaremos, primeiramente, tecer algumas considerações sobre as condições de produção discursiva. Essa noção nasce com Pêcheux (1969:16-23) alicerçada na expressão marxista *condições econômicas de produção* com a hipótese de que a um estado determinado das condições de produção (discursivas) correspondem invariantes semântico-retóricas, estáveis, no conjunto dos discursos suscetíveis de serem produzidos. Para aquele autor, nas situações objetivas existem representações imaginárias de lugares. As relações entre os lugares não constituem comportamentos individuais, não remetem à *parole*[118] saussuriana nem à psicologia, mas dependem da estrutura das formações sociais e decorrem das relações de classes, ou seja, ele vê nos protagonistas do discurso não a presença física de organismos humanos individuais, mas a representação de lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos podem ser descritos pela sociologia. Assim, no interior de uma instituição escolar há "o lugar" do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de "formações imaginárias" que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do imaginário do outro, fundar estratégias de discurso.

Além do seu emprego na linha dos trabalhos de Pêcheux e de sua redefinição por Courtine (1981:19-25), essa noção terminou por adquirir um sentido geral, assimilando-se

[117] O termo "desenvolvimento" aqui foi substituído por "autoconhecimento".
[118] Fala.

algumas vezes a contexto, termo também ambíguo[119], entendido como o conjunto dos dados não-lingüísticos que organizam um ato de enunciação.

Podemos observar, ainda, conforme a teoria de Pêcheux que o sentido é historicamente determinado, pois nada é dado *a priori, n*ão apenas o sujeito, mas também o sentido, uma vez que as palavras só adquirem sentido dentro de uma formação discursiva. Concebe-se, assim, o sentido como algo que é produzido historicamente pelo uso e o discurso como o efeito de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas.

Segundo Pêcheux, os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes correspondem. Inseridos nesse sistema de interpelação, os sujeitos, na maioria das vezes caminham sozinhos, isto é, com a ideologia cujas formas concretas são realizadas nos Aparelhos Ideológico de Estado. A estes, os bons sujeitos se opõem aos maus sujeitos que, não caminhando com a ideologia provocam a ação do Estado através dos seus Aparelhos Repressivos.

A noção de sujeito se apresenta, então, ambígua, uma vez que temos de um lado uma subjetividade livre e do outro uma subjetividade assujeitada a uma ordem superior, pois o sujeito se vê submetido às coerções das condições de produção.

A compreensão desses conceitos é fundamental para se compreender o autoconhecimento proporcionado pelo método da autoconfrontação no caso do advogado que trabalha no Tribunal do Júri. Como o método foi capaz de provocar nesse profissional uma reflexão e uma mudança de posicionamento em relação ao seu desempenho em sua atividade

[119] Para Charaudeau (2004:115) isso representa um problema, pois, nesse conjunto de dado, há os que decorrem apenas da situação de comunicação e outros, de um saber pré-construído que circula no interdiscurso e *sobredetermina* o sujeito falante. Dito de outra forma, algumas dessas condições são de ordem situacional e outras de ordem do conteúdo discursivo. É certo que um sujeito falante é sempre parcialmente *sobredeterminado* pelos saberes, crenças e valores que circulam no grupo social ao qual pertence ou ao qual se refere, mas ele é igualmente *sobredeterminado* pelos dispositivos de comunicação nos quais se insere para falar e que lhe impõem certos lugares, certos papéis e comportamentos.

de trabalho. Em muitas passagens das autoconfrontações, o Defensor se mostra descontente com o resultado de seu trabalho.

Como é mostrado a seguir na sessão de autoconfrontação, o Defensor Público apresenta um número muito alto, 90% de condenações contra 10% de absolvição, resultado de dez anos de trabalho. Esse dado é alarmante se olharmos sob o ponto de vista de condenação *versus* absolvição. Contudo, existe um outro olhar, um outro ponto de vista, que foi proporcionado pelo método da autoconfrontação. Esse novo posicionamento vai mostrar um certo contentamento com o seu desempenho, com as vitórias, com as conquistas em sua atividade de trabalho.

(ix) Enunciados retirados da primeira autoconfrontação

Nos negritos, podemos observar a apresentação, em percentagem, do número de punições, ou seja, acusados que não são inocentes e que ao final da audiência serão condenados pelo Tribunal do Júri.

... esse é o júri que nos apavora ... é o júri do cliente inocente ***... regra 90% eles não são inocentes*** *... qualquer resultado que vier ... será bom pra eles ... em termos assim ... de coletividade ... mas há cerca de 10% dos casos é mais raro então você encontra pessoas que vão ser injustiçadas se ah né? vencer*

(x) Enunciados retirados da autoconfrontação à primeira autoconfrontação

Nas seqüências a seguir, podemos perceber a confirmação do número de condenações dentro do Tribunal do Júri. Contudo, é revelado, também, que mesmo em 90% dos casos de condenação, existe uma porcentagem favorável ao desempenho do Defensor Público em suas defesas no Tribunal. Ele revela na segunda autoconfrontação que em seu trabalho existe uma grande porcentagem (70%) de conquistas dentro daquilo que é pedido pela Promotora, ou seja, dentro da denúncia, somente 30% do que é pedido pela Promotoria é julgado procedente nas decisões judiciais (sentença).

62- PESQUISADORA – 36:19*:*

tem uma parte na outra autoconfrontação ... ela não aparece aí não ... e você fala que 90% dos casos de júri as pessoas são condenadas ... eu queria saber se essa estatística foi revelada em alguma pesquisa?

***63 – DEFENSOR – 36:40**:*

não ... é só dentro da Defensoria Pública de Montes Claros ... são os últimos dez anos que a gente vai acompanhando ...

***64 – PESQUISADORA – 36:49**:*

ah! Vocês mesmos têm essa estatística dentro de Montes Claros

***65 – DEFENSOR – 36:50**:*

temos

***66 – PESQUISADORA – 36:53**:*

90% são condenados ... ah tá certo ...

***67 – DEFENSOR – 36:55**:*

agora ... aí do que é acusação e do que é sentença ... nem sempre atende esse número ... ***não quer dizer que 90% dos casos a Promotoria chega aonde queria chegar*** *... porque às vezes as condenações são em crimes menores ... ou em circunstâncias em que se perdem qualificadoras ... são aquelas causas que aumentam a pena ... né?? ... então de quem vai à Júri ... a gente tem essa expectativa ... é alguém que está caminhando possivelmente para a condenação ... condenado naquilo que foi solicitado na Promotoria? ... não esse número cai demais ... na Promotoria ... dentro do que pede ... pelo que temos visto nesses números aí nesses últimos dez anos só em Montes Claros ...* ***ela perde 70% do que pede ... de cada 100 júris a Promotoria só alcança o que quer em trinta ... mas o réu sai condenado ... por outros níveis ... por outras infrações ... nesse sentido ... sim ... mas a defesa é muito mais bem sucedida do que a Promotoria de Justiça em Montes Claros ...***

(xi) Enunciados retirados da primeira autoconfrontação simples

Os negritos, em (xi) e (xii), mostram a sua satisfação em ser Defensor Público, mesmo reconhecendo que seu trabalho é complexo e que às vezes ele encontra dificuldades para se expressar.

não ... eu ... eu ... hoje ... eu percebo que ... eu estava tranqüilo ... me analisando eu não pude perceber tensões ... como estava fluindo tranqüilamente ... o fluxo das idéias estava ... surgindo ... tranqüilamente ... ***e eu estava fazendo uma tese na qual eu acreditava ...***

... eu tô reparando que: eu abusei de algumas palavras *que não são do uso comum ... quando a gente trata pra um tribunal leigo ... a gente deve ter o máximo de cuidado de ser claro ... é:: nosso ideal pessoal ... por aquilo que a gente tem trabalhado nessa tarefa ... é de procurar ter precisão e clareza ... precisão nas informações ... precisão na argumentação ... mas também clareza ... sempre se espera do Defensor Público ... ou do advogado de defesa ... um certo brilho pra falar ... uma certa eloqüência ... um certo poder de persuasão ... então tem que se aliar isso porque é a expectativa de todos ...*

[...]

e a defensoria passou a retratar o meu ideal ... tem a ver com minhas idéias religiosas ... tem a ver com as minhas idéias espíritas tem a ver com a minha idéia de direito né? ... tem a ver com meu anseio social né? a gente tá perto da população muito necessitada ... muito sofrida da nossa região ... e uma área abandonada até então em Montes Claros *... a defensoria pública até 95 estava abandonada ... os réus eram praticamente indefesos ... e a advocacia particular pra quem podia pagar tinha uma certa qualidade ... pra quem não podia era lastimável ... então desde que a gente entrou na defensoria a gente foi pedindo muito aos Tribunais nulidades de certos processos pois os réus estavam totalmente indefesos e os tribunais foram reconhecendo ... refazendo tudo de novo ...*

(xii) Enunciados retirados da segunda autoconfrontação simples

Um dia a Promotora disse assim ... "eu tinha certeza Doutor Wesley se não fosse a obrigação legal ele não estaria aqui para defendê-la" ... isso não é verdade ... por outro lado ... embora eu não me sinta tão bem no júri ... pela circunstância que tem o júri brasileiro hoje ... quase que um teatro ***... eu gosto de estar ao lado dessas pessoas nesse momento ... é o meu sentimento cristão que me anima muito ... então quando eu fui falar naquele Júri ... eu disse ... não senhora Promotora a senhora está enganada ... se Ele o Cristo caminhava com as pessoas de vida lamentável ... de igual para igual ... eu que sou um aspirante ao modelo que ele foi ... tenho mais que a obrigação eu faço com o maior prazer ... então dói na gente o outro lado ... ver também direitos de um criminoso um acusado ... serem respeitados ...***

Nas várias passagens apresentadas, pudemos notar como é difícil para esse trabalhador desempenhar a sua atividade incompreendida e sem prestígio social.

Como pudemos perceber, o método da autoconfrontação irá provocar uma mudança "inesperada" de posicionamento, no discurso do advogado. Vygotski (1997: 428) mostrava que há um devir do pensamento na palavra, em parte imprevisível. No diálogo, em torno do que não se chega ainda a compreender e a dizer do trabalho, há também um futuro do real dentro do realizado, e inversamente. É o terreno do desenvolvimento psíquico de ligações novas.

O método da autoconfrontação cumpre nesse momento o seu objetivo que é o de proporcionar um autoconhecimento do trabalhador dentro da observação de sua própria atividade. Mesmo para a interpretação: o objetivo não é a interpretação da situação pelo pesquisador, mas o desenvolvimento da interpretação da situação entre os sujeitos, na pesquisa em questão. Então, a análise da atividade não é mais a fonte da ação, mas um recurso para sustentar uma experiência de modificação do trabalho, por aquele que o faz. Essa linguagem *sobre* o trabalho, proporcionada pelo método da autoconfrontação, interpreta o trabalho e não se configura como uma exclusividade do pesquisador. Assim, o investigador observa se os protagonistas do trabalho falam do trabalho e se, em algum momento do desenvolvimento do trabalho, há referência à própria atividade. A fala sobre o trabalho pode ser motivada por exigências da equipe ou da empresa; além disso, pode ser um motivo, entre colegas, para comentar, avaliar, justificar, corrigir, etc. Então, a linguagem *sobre* o trabalho contempla a dimensão que interpreta o trabalho em desenvolvimento.

Observamos, como é demonstrado na passagem acima, que quando o trabalhador é conduzido a refletir sobre os números apresentados na primeira autoconfrontação, ele mesmo reconhece que, 90% das pessoas levadas à Júri, não são inocentes. Ele vai refletir e de certa forma corrigir a sua impressão anterior sobre condenação, sobre um trabalho vão, sobre um trabalho sem reconhecimento.

Ele revela que, mesmo que haja condenação, o seu trabalho possui um valor positivo, uma vez que de tudo que é pedido pela Promotoria de Justiça somente 30% é atendido. Isso

que dizer que, em seu trabalho de defesa ele consegue 70% de pedidos atendidos. Então, como ele mesmo diz, *a defesa é muito mais bem sucedida do que a Promotoria de Justiça em Montes Claros*.

A materialidade lingüística em (vi) e (vii) revela, ainda, um tom de idealismo no desempenho da função de Defensor. Ele revela que: *a defensoria passou a retratar o meu ideal.* E em outras seqüências *eu gosto de estar ao lado dessas pessoas nesse momento... é o meu sentimento cristão que me anima muito*. Podemos perceber pelo tom das declarações feitas, no momento da autoconfrontação, que mesmo sabendo do estereótipo negativo que circula na sociedade e caracteriza sua atividade de trabalho, ele assume um *ethos* idealista de "defensor dos oprimidos e marginalizados" por um sistema social injusto. Para Clot (2004) *[...] o sujeito não tem o monopólio do possível. É, o contrário, esse conflito que faz parte do real cuja história do sujeito procura superar que é a fonte do seu desenvolvimento possível* (Clot, 2004: 121).[120]

A seguir tentaremos representar pelo triângulo da "atividade dirigida" proposto por Clot (2004) como a atividade do outro interfere na atividade do nosso protagonista.



Organograma 3.2- A atividade dirigida

[120] [...] le sujet n"a pas le monopole du possible. C"est, au contraire, ce conflit dans le réel que l"histoire du sujet cherche à surmonter et qui est la source de son développement possible (Clot, 2004: 121).

Na "atividade dirigida" proposta por Clot (2004), baseada nas experiências desenvolvidas por Vygotski, existe um sujeito, um objeto e um outro. As pesquisas realizadas pela ECA constataram que a mudança do "outro" provoca simultaneamente uma mudança do objeto que é representada na atividade. A atividade do outro sobre o objeto vai condicionar a relação do sujeito com o mesmo objeto de maneira simultânea, ou seja, a atividade do sujeito vai ser mediatizada pela atividade do outro. Acredita-se que a atividade se relaciona com o objeto, baseia-se nos instrumentos técnicos e simbólicos, dirige-se a uma outra atividade, seja a do pesquisador, seja a do outro. Toda atividade é uma réplica à outra atividade; toda atividade retoma ou antecipa outra. Toda atividade está inscrita numa cadeia de atividades. A atividade dirigida se constitui em três vias (a do objeto, a do sujeito e a dos outros), mobilizando o gênero da atividade apropriado à situação.

Para Clot (2004), o trabalho como *atividade dirigida em situação real* é visualizado como gênero da ação que mobiliza uma memória social da atividade assimilado pelo protagonista do trabalho e, em seguida, é colocado a serviço do desempenho de sua ação como meio de realizá-la. O gênero é, então, a mediação por meio do qual o sujeito age sobre o objeto e sobre os outros no fluxo da *atividade dirigida* em situação.

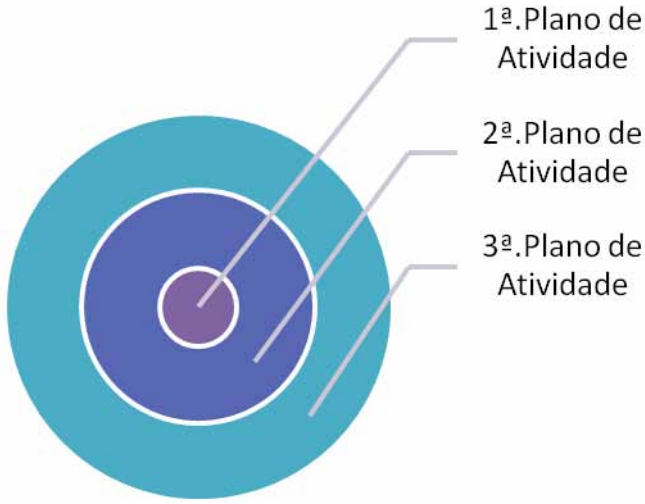
Para representarmos a atividade de trabalho do nosso protagonista, apresentaremos, simbolicamente, como a sua atividade está sempre em polêmica com a atividade do outro e vice-versa[121]. Essa polêmica se apresenta em três planos.

[121] Sugestão que nos foi dada pela Professora Doutora Vera Sant´Anna em nossa segunda qualificação.



Organograma 3.3- Polêmica na atividade

As atividades representadas acima aparecem no primeiro e segundo planos. No primeiro, a polêmica se apresenta na própria atividade do Defensor. São os debates de valores dos prescritos (instituídos e acadêmicos) que regulam sua atividade como aqueles que representam a sua singularidade (investidos). No segundo, a polêmica aparece entre os valores dos Outros que estão ligados diretamente à atividade de trabalho do Defensor. Além dos planos apresentados, temos, ainda, outro plano que se relaciona indiretamente com a atividade do Defensor. Vejamos a seguir:



Organograma 3.2-Conflitos indiretos da atividade

No primeiro plano, temos representada a atividade do Defensor Público; no segundo, as atividades do Juiz, dos jurados e do Ministério Público; e, o terceiro, as atividades da família da vítima e do réu. A atividade do Defensor está em constante conflito com as atividades dos outros que interferem na constituição de sua atividade de trabalho direta ou indiretamente.

Os conflitos vividos na situação de trabalho por nosso protagonista devem ser enfrentados com uma disposição complexa. Existe algo que o conduz ao enfrentamento das situações conflituosas que é contraditório ao próprio discurso desse trabalhador. Mesmo reconhecendo valores negativos, sofrimentos, um não-reconhecimento social, esse trabalhador consegue se identificar naquilo que faz. Essa entidade abstrata, obscura, nas palavras de Schwartz, é o reconhecimento de um real da atividade que deve ser vivido com dignidade, que não traz somente o sofrimento e o sentimento de fracasso, mas uma força invisível, contraditória, mas impulsionadora da atividade de trabalho.

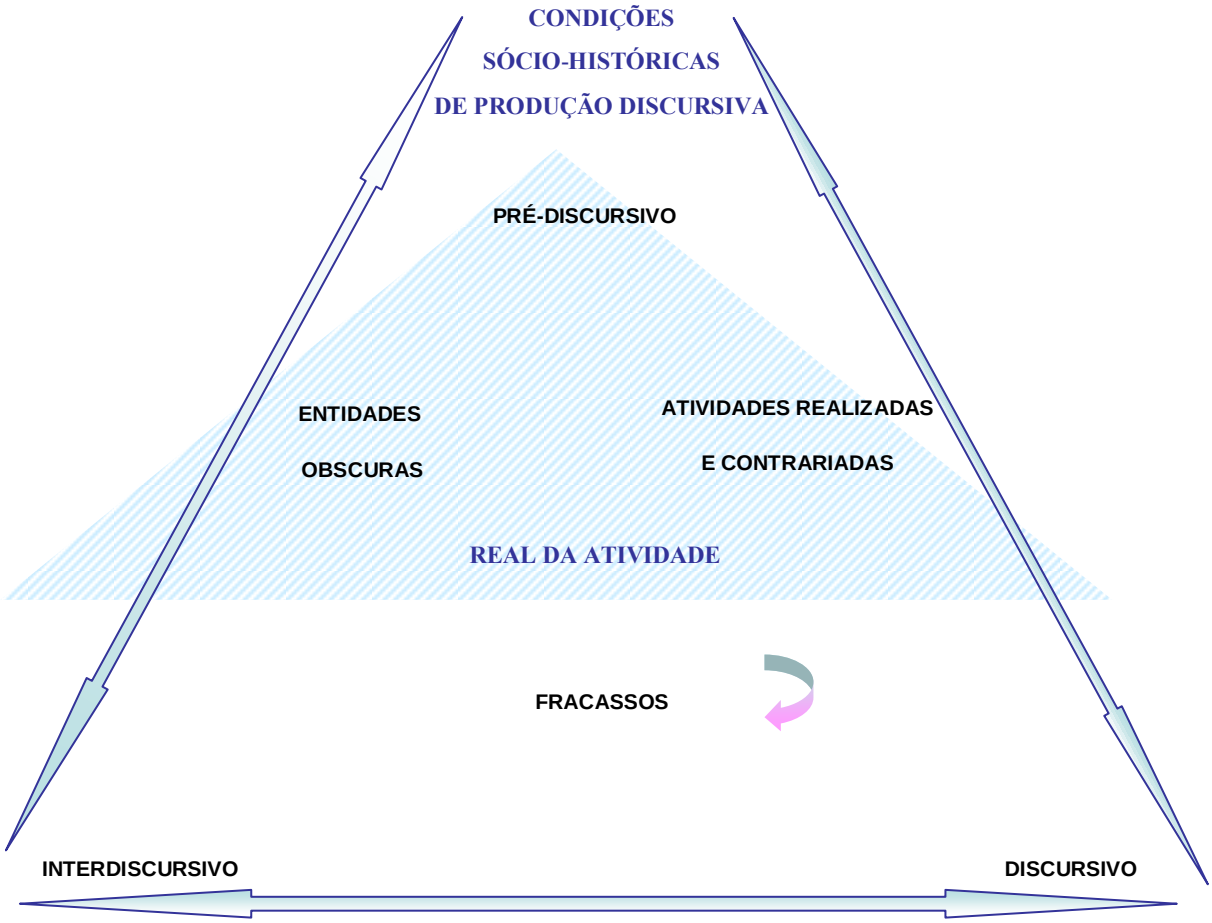
Como afirma Schwartz (2007), o trabalho existe dentro de um corpo. Sem esse corpo não pode o trabalho ser concebido. Trata-se do *corps-soi*[122] que não pode ser tomado como uma presença física, biológica, mas uma entidade complexa que é individual e ao mesmo tempo social, histórica, institucional, regulada por normas e valores. Compreender a existência de um *corps-soi* é um caminho para se compreender as complexidades que envolvem os trabalhadores em suas atividades.

Os dados coletados nas sessões de autoconfrontação simples atestam a existência dessa "entidade obscura" ou *corps-soi* que move e envolve o corpo que trabalha. Uma

[122] Le travail n"existe pas sans quelqu"un qui travaille. Difficile de nommer celui-ci sujet car cela sous-entendrait qu"il serait bien cerné, défini. Or, si l"activité est effectivement pilotée par quelqu"un en chair et en os, – elle s"inscrit dans des fonctionnements neurosensitifs tellement complexes qu"on n"en fait pas le tour – cette activité a, de plus, des prolongements qui débordent la personne physique. Sont sollicités et même incorporés, inscrits dans le corps : le social, le psychique, l"institutionnel, les normes et les valeurs [ambiantes et retraitées], le rapport aux installations et aux produits, aux temps, aux hommes, aux niveaux de rationalité, etc… Ce quelqu"un qui travaille – ce centre d"arbitrages qui gouverne l"activité – peut ainsi être désigné corps-soi ou corps-personne (vocabulaire ergologique, Louis Durrive et Yves Schwartz, 2001 www.ergologie.com).

multiplicidade de sinergias obscuras que não podem ser visualizadas de maneira transparente e que movem o corpo com seus saberes e sua experiência consciente. Esses saberes e valores são incomensuráveis, ultrapassam o bem comum não possuem pertinência com a situação vivida no trabalho. São valores sem dimensão.

A seguir traçaremos um diagrama do centro de conflitos vividos pelo Defensor em sua atividade.



Organograma 3.5 - Condições sócio-históricas de produção discursiva e o real da atividade do DP

Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo responder às seguintes perguntas: *a) quais traços do gênero da atividade do Defensor Público podem ser identificados, tendo em vista os prescritos que regulam sua atividade?; b) considerando o gênero discursivo e o da atividade, que ethos se depreende de seus procedimentos discursivos?* Para respondê-las, registramos em vídeo duas audiências do Tribunal do Júri e realizamos três sessões de autoconfrontação simples, conforme explicado em capítulo próprio.

As Ciências do Trabalho, especialmente a ergonomia da atividade, disciplina que busca, a partir de uma demanda, analisar a atividade do trabalho e entender a sua realização, perseguindo a melhora na prática da atividade e a satisfação do trabalhador, ajudaram-nos a analisar os dados, juntamente com Análise do Discurso, disciplina que compõe as Ciências da Linguagem.

Para entendermos a atividade de trabalho, fizemos uma análise enunciativo-discursiva, levando em conta a Ergonomia, que parte da análise do trabalho prescrito para o realizado. Observamos, então, que entre o prescrito e o realizado existe sempre um diferencial.

Além do realizado, há de se considerar o real da atividade. Para a ECA, o real da atividade vai além do realizado, pois se levam em conta o que foi realizado e todos os dramas que envolvem o não realizado. Assim, o "real da atividade" engloba o resultado como um todo de uma ação de trabalho prescrita: o que foi realizado e o que não foi. O trabalho prescrito, não se limitando a construir as regras e o realizado, muitas vezes, vai além daquilo que é prescrito. Nesta pesquisa, pudemos constatar que, para ser aceito em seu agir, o nosso protagonista procura ser agradável e atender às exigências do *métier*. Demonstra cultura em seu discurso, mostra-se ético e respeita o outro, mesmo reconhecendo a não-reciprocidade.

Por meio de uma análise que destaca as contribuições das Ciências do Trabalho de orientação francesa, pudemos perceber a eficácia, a eficiência e os riscos à saúde do trabalhador. Pretendemos discutir com o coletivo de trabalho, o que descobrimos, nesta pesquisa, como uma maneira de contribuir para funcionamento da atividade investigada, visando à melhora das condições de trabalho.

A nossa análise pôde atestar, então, que o trabalho não se restringe à execução de uma tarefa, mas que deve ser pensado por muitas pessoas, num coletivo de trabalho, uma vez que aquilo que é dado, feito na atividade, nunca é realizado de uma mesma forma. Mesmo que pareça repetição, a atividade é sempre modificada, ou seja, a cada vez que se pratica uma ação, com base em um prescrito, ela não será igual à praticada anteriormente. Jamais teremos duas ações iguais.

A atividade de trabalho é subjetiva e existe no sujeito da ação, pois sua realização vai depender da história, da experiência, da competência, dos valores de cada trabalhador e, na maioria das vezes, implica um modo de fazer diferente do prescrito. O trabalho é fonte de satisfação, de esforço, de prazer e de sofrimento. O trabalho é, na verdade, um enigma. É uma atividade humana que vai além do prescrito. E o que faz o real do trabalho é a atividade que é subjetiva, diferindo, portanto, da ação que pode ser repetitiva. Em nossa pesquisa, percebemos que a subjetividade na constituição da atividade de trabalho do nosso protagonista é representada pelo discurso e por uma postura ética, culta, de cunho humanista, que demonstra seu respeito ao Outro. Possuindo um saber superior ao do Outro, nosso protagonista é capaz de perceber e compreender o que não perceptível na materialidade lingüística dos autos do processo, aquilo que revela os porquês dos atos de um criminoso. E, mesmo se sentindo sozinho, mostra-se superior, pois é capaz de manter a sua retidão ética como "defensor do povo" contra "os mal-feitores", defronte a dois pilares sociais, a duas instituições jurídicas validadas pré - discursivamente pelo imaginário social.

No primeiro capítulo da terceira parte desta tese, analisamos o gênero da atividade com base nos prescritos que regem o agir do Defensor Público e pudemos perceber que os prescritos são rígidos, mas o protagonista do trabalho introduz em sua atividade algo que é pessoal e está em conformidade ao gênero da atividade. Contudo, emergem em sua atividade de trabalho práticas exteriores e pré-discursivas. Os conflitos mostram-se e agem de maneira direta e indireta no decorrer de sua atividade. Os dados foram capazes de demonstrar, por meio das sessões de autoconfrontação, que o *ethos* pré-discursivo, materializado nas práticas discursivas dos co-enunciadores diretos da situação de trabalho e em suas ações, uma desvalorização e desrespeito ao trabalho do nosso protagonista, que interferem negativamente em seu trabalho.

Na terceira parte desta tese, a análise do gênero discursivo e da atividade permitiu-nos perceber a constituição do *ethos* do nosso protagonista do trabalho no espaço discursivo em que é constituído. Esse *ethos* revela seu comprometimento com a atividade de trabalho e com os problemas sociais. Entretanto, revela também que ele é alvo de incompreensões por parte de diferentes grupos sociais. As nossas análises mostraram uma cenografia discursiva em que o nosso protagonista do trabalho constitui o *ethos* de um humanista. A sua formação discursiva revela uma postura humanitária que, ao extrapolar a cena empírica, constrói uma *cenografia* em que o espaço/tempo é representado por uma arena onde o "acusado" representa, na verdade, o "menos favorecido" e não "o criminoso" que assombra a sociedade. Nessa configuração, o criminoso/acusado é tido como vítima de um sistema que se preocupa em punir, mas não oferece possibilidades aos cidadãos de serem "homens de bem". Os representantes do Estado, na função de punir e de acusar (juiz e promotor), encarnam o papel de "inimigos dos menos favorecidos". Nessa arena de vozes sociais, o Defensor Público enuncia uma voz que fala em nome do "menos favorecido" e que o leva a defender, com ética e sabedoria, o acusado. Imbuído do propósito humanista, ele é capaz de ver no trabalho do Outro a falta de humanismo para o desenvolvimento de uma atividade que, ao se mecanizar, não se preocupa com a resolução dos problemas sociais.

A luta contra o pré-construído, valores pré-concebidos, lugares pré-determinados, *ethos* pré-discursivo e estereótipo social delimitado caracteriza e constitui a atividade de trabalho do Defensor Público. É o que torna essa atividade de trabalho difícil de ser executada, mas faz parte do "real da atividade". A tarefa, o prescrito, tais como são concebidos, não estão baseados no real da atividade e não levam em consideração os meios. Nesse "real", o trabalhador e o pesquisador devem levar em consideração que a atividade é também aquilo que não se faz, aquilo que procuramos fazer sem conseguir – o drama dos fracassos –, aquilo que tenhamos querido ou podido fazer, aquilo que pensamos que poderíamos fazer em outro lugar ou de outra maneira, aquilo que fazemos para não fazer e, ainda, aquilo que deve ser feito.

Segundo Clot (2004):

> O real é a ação de realização – jamais totalmente previsível – que coloca o sujeito com as realidades objetivas do mundo das coisas e dos homens, ocasiões e obstáculos ao seu desenvolvimento (Clot, 2004: 94). [123]

Como pudemos perceber nos recortes apresentados, o Defensor Público surpreende-nos ao afirmar que exerce sua atividade pautado, principalmente, por um ideal de vida, mesmo quando se defronta com dificuldades encontradas na situação de trabalho - materializadas discursivamente, seja no plano verbal, seja no extraverbal, revelando as condições históricas e sociais de produção discursiva.

Observamos que o método da autoconfrontação foi provocador de reflexões que levaram o Defensor a externar todo o "difícil de dizer"/ "não poder dizer", nos momentos da autoconfrontação, e se apresentaram como constitutivas de uma identidade que se ajusta ao seu papel social. Tal método desencadeou um discurso que conduziu o Defensor Público a reconhecer que em seu trabalho, embora complexo, existem pontos positivos. Esse encontro consigo, que produz um reconhecimento identitário e evoca satisfação em exercer essa complexa atividade de trabalho, é o que interpretamos, aqui, como *autoconhecimento: uma entidade obscura, um enigma.*

O método da autoconfrontação oportunizou entre o pesquisador e o protagonista da atividade uma aproximação que resultou em uma relação de confiança, trazendo benefícios para a compreensão da situação investigada. Como realizamos três sessões de autoconfrontação com um mesmo protagonista, tal relação foi marcada por enunciados que comentavam as atividades desenvolvidas e pelos conflitos cotidianos da situação de trabalho que não costumam aparecer nos diálogos entre profissionais em uma situação habitual. Em nossa atividade de pesquisadora, percebemos que as edições de vídeo para serem mostradas nas sessões de autoconfrontação foram se refinando a cada vez que retomávamos as filmagens para isolar os enunciados relevantes e passíveis de comentários que pudéssemos entender o real da atividade e, ao mesmo tempo, promovessem uma reflexão em nosso protagonista.

[123] Le réel c"est l"action de realisations – jamais totalement prévisible – qui met le sujet aux prises avec les réalités objectives du monde des choses et des hommes, occasions et obstacles à son développement (Clot, 2004 :94).

Percebemos que à medida que o diálogo era estabelecido e se aprofundava a tensão entre aquilo que poderia não ser dito e aquilo que era dito de fato ia diminuindo e mais nos aproximávamos da subjetividade que envolvia o protagonista investigado. Sabemos que não atingimos na integralidade a subjetividade do nosso protagonista do trabalho, mas o discurso materializado nas sessões de autoconfrontação, assim como os gestos, a postura corporal, as expressões faciais revelavam uma maior integração entre pesquisador e investigado, possibilitando a compreensão do real da atividade do nosso protagonista.

Para compreendermos aquilo que designamos de resíduos, ou seja, os conflitos, as interrupções discursivas, o que ia de encontro com os prescritos, o que nos parecia antagônico com o que esperávamos que fosse desenvolvido por nosso protagonista em sua atividade de trabalho, propusemos, como foi explicado no capítulo referente à metodologia, o que designamos de "autoconfrontação sobre a primeira autoconfrontação". Essa inovação ao método canônico utilizado pela *Clinique de l'' Activité* permitiu-nos retomar os enunciados produzidos na primeira sessão de autoconfrontação e propor ao nosso protagonista a possibilidade de analisar e de comentar novamente alguns pontos que considerávamos importantes e que revelavam um incômodo para o desenvolvimento da atividade de trabalho do Defensor Público.

O confronto do protagonista com os seus enunciados polêmicos, em um outro momento, confirmaram-nos a dificuldade de produzir um discurso sobre a atividade de trabalho, mas, mesmo tempo, possibilitou ao protagonista uma nova oportunidade para enunciar o "não poder dizer". Como entre pesquisador e investigado havia se estabelecido uma relação de confiança, aquilo que, em um primeiro momento foi ocultado e transformado em resíduos, mostrou-se, nessa sessão, de maneira natural.

Percebemos que, nessa sessão de "autoconfrontação sobre a primeira autoconfrontação", os enunciados que poderiam ter sido interpretados de maneira equivocada puderam ser retomados e foram reconstruídos e aprofundados na análise a compreensão da situação primeira da atividade de trabalho. Essa sessão pôde ser validada por apresentar um caráter investigatório que ajudou no aprofundamento da compreensão da linguagem *como* trabalho.

A proposta de compreensão da atividade de trabalho, utilizando o método da autoconfrontação possibilitou-nos estudar atividade de trabalho e contribuiu para o

conhecimento do funcionamento do real da atividade do Tribunal do Júri. Instituição que é freqüentemente criticada e questionada pelos estudiosos do Direito. Esta pesquisa pôde mostrar como o trabalhador Defensor Público vivencia e sobrevive aos prescritos, ao realizado e ao real da atividade do seu trabalho.

As imagens e os discursos registrados na situação de trabalho e nas sessões de autoconfrontação mostraram um real que normalmente não aparece nos processos, nos livros doutrinários e nas pesquisas acadêmicas que estudam o Tribunal do Júri.

Não foi o nosso objetivo, nesta investigação, afrontar as leis, os estudiosos do Direito, os funcionários da Justiça ou qualquer autoridade que defende a instituição Tribunal do Júri. Contudo, após o percurso que fizemos durante a nossa investigação detectamos posturas e fatos que revelam o real funcionamento dessa instituição que poderia funcionar de uma maneira que pudesse contribuir de fato para aquilo que a instituição se propõe a promover.

Não podemos como pesquisadora, deixar de questionar o que os nossos dados revelaram. Não podemos, ademais, ocultar os registros dos estranhamentos e dos conflitos entre aquilo que é proposto e como se realiza no real. Observamos em nossa investigação um distanciamento relevante entre o prescrito e o realizado. Nesse distanciamento aparece o "real da atividade" vinculado aos valores que circulam na sociedade e interferem na atividade de trabalho do nosso protagonista.

Concluindo, podemos dizer que uma grande descoberta envolve a solução de um grande problema, mas concordamos com George Polya (1913), quando afirma que há uma semente de descoberta na solução de qualquer problema. Nosso problema pode ser modesto, porém, se desafia a nossa curiosidade e faz funcionar a nossa capacidade inventiva, é possível, então, vivenciarmos a tensão e o prazer do triunfo da descoberta.

Podemos não ter feito uma grande descoberta. Contudo, experimentamos um enorme prazer em descobrir o que registramos no decorrer desta tese. Muitas vezes, fomos tomados por momentos de tensão, mas o prazer que ora experimentamos é compensador dos nossos esforços, principalmente porque acreditamos que a nossa pesquisa pôde contribuir para a compreensão dos conflitos vividos por nosso protagonista do trabalho que, mesmo nos conflitos e na não-aceitação social, se reconhece no que faz.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. (2000). *Dicionário de filosofia*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

ABREU, A. S. (2003). *A arte de argumentar*: gerenciando razão e emoção. 6ª ed. Cotia: Ateliê Editorial.

ADAM, J. – M. (2004).Une aproche textuelle de l'argumentation : « schèma », séquence et phrase périodique. In: *L'argumentation aujourd'hui*: position théoriques en confrontation. Paris: Sorbonne Nouvelle, p.77-102.

ALVES, V.C.S.F. *Inquirição na justiça*: estratégias lingüístico-discursivas. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris.

AMORIN, Marília. (1996). Um estrangeiro do interior – reflexões sobre a pesquisa com meninos de rua. In: *Arquivos brasileiros de psicologia*. **v. 48**, **n. 2**. Rio de Janeiro: Ed. IP/UFRJ/IMAGO/CNPq.

_____.(2001). *O pesquisador e seu outro*: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora.

_____.(2003). A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. Orgs. FREITAS, M. Teresa; SOUZA, Solange Jobin e & KRAMER, Sônia. São Paulo: Cortez, p. 11-25.

_____.(2003). Ato *versus* objetivação e outras oposições fundamentais no pensamento bakhtiniano. In: *Proceedings XI internacional Bakhtin conference*. Curitiba. p.73-76.

_____.(2007). Raconter, démontrer… survivre, Formes de savoir et de discours dans la culture contemporaine.In: *La lettre de l'enfance et de l'adolescence*. Paris: Ères.

AMOSSY, R.(1999). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*, Lausanne-Paris: Delachaux & Niestlé, coll. Textes de base en sciences des discours.

_____.(Org.) (2005). *Imagens de si no discurso*: a construção do ethos. Trad. CRUZ, D. F. de; KAMESU, F. & POSSENTI, S. São Paulo: Contexto.

_____.(2005). O ethos na interseção das disciplinas: retórica, pragmática sociologia dos campos, In: *Imagens de si no discurso*: a construção do ethos. Amossy, R. (Org.) Trad. Cruz, D. F. de; Kamesu, F. & Possenti, S. São Paulo: Contexto.

_____.(2006a). *L'argumentation dans le discours*. 2ª ed. Paris: Armand-Colin.

_____.(2006b). Argumentation, situation de discours et théorie des champs: l'exemple de les hommes de bonne volontés (1919) de Madeleine Clemenceau Jacquemaire. In: *Dossier discours em contexte*. sept. 2007. http://www.revue-contextes.net/document.php?id=43 consultada em 16 de abril de 2007.

ANSCOMBRE, J. C. & DUCROT, O. (1976).L'argumentation dans la langue. In: *Langages*. **n.42**. Paris: Didier-Larousse.

_____. (1997). *L'argumentation dans la langue.* 3ª ed. Paris: MARDAGA.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. (1984).Hétérogénéité(s) Enonciative(s). In: *Langages* **73**. Paris: Larousse.

_____.(1982). Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive:éléments pour une approche de l'autre dans le discours. DRLAV. *Revue de linguistique*, **n. 26**, p. 91-151.

ARISTOTE.(1944). *Art rhétorique et art poétique*. Trad. J. Voilquin et J. Capelle. Número d"édition: **1** – número d"impression: **131**. Paris: Garnier

ARISTÓTELES. (1998). *Retórica*. Trad. M. A. Júnior; P. F. Alberto & A. N. Pena. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

BACCIOTTI, Rui Carlos Duarte. (2000). Processo e o Tribunal do Júri no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, **n. 45**, set. 2000. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp? id=1071>. Acesso em: 15 mar. 2007.

BAKHTIN, M. (2003). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins fontes.

_____.(2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*.12ª ed. São Paulo: Hucitec.

BARELLI, E. & PENNACCHIETTI, S. (2001). *Dicionário das citações*. São Paulo: Martins Fontes.

BARTHES, Roland. (1984). L"ancienne rhétorique. Aide-mémoire, *Communications*, n.**16**, 1970, repris in L"Aventure sémiologique, Paris: Seuil.

BATISTA, N. (2004). *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan.

BRAIT, B. (Org.) (2005). *Bakhtin*: conceitos-chave. São Paulo: Contexto.

_____.(Org.) (2006). *Bakhtin*: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto.

BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*. Trad. T. Guimarães. São Paulo: Hemus.

BONFIN, Edílson Moungenot.(1999). *Júri* – do inquérito ao plenário. São Paulo: Saraiva.

_____.(2007). *No tribunal do júri*: a arte e o ofício da tribuna crimes emblemáticos, grandes julgamentos. São Paulo: Saraiva.

BONNAFOUS, S. *et al*. (2003). *Argumentation et discours politique. Antiquité grecque et latine, révolution française, monde contemporain*. Rennes: Presse Université de Rennes.

BOUTET, J.(1993).Quelque proprietés des écrits au travail. In: *Langage et travail: les écrits au travail*. Paris: Cahier **n. 6**, p. 21-28.

_____.(1995).Le travail et son dire. In : *Paroles au travail*. Paris: L"harmattan, p. 247-267.

_____.(2005).Genres de discours et activités de travail. In: *L'analyse des actions et des discours en situation de travail : concepts, méthodes et applications*. Sob a direção de L. Filliettaz e J.-P. Bronckart.Louvain-la-Neuve: BCILL, p. 19-35.

BRANDÃO, H. N. (1997). *Introdução à análise do discurso*. 6ª ed. Campinas: UNICAMP.

_____. (1998). *Subjetividade, argumentação, polifonia*: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação editora da UNESP.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Código Penal, Decreto-lei n. 2.848, de 7/12/1940.

BRASIL. Código de Processo Penal, Decreto-lei n. 3.689, de 3/10/1941.

BRASIL. Ministério da Justiça. (2004). Defensoria pública do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da república federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.

BRASIL. Lei complementar no. 80, de 12 de janeiro de1994. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da outras providências. Diário oficial da união, Brasília DF, 13 de jan. 1994. Disponível em www.planalto.gov.br Acesso em 13 de junho 2007.

www.anadep.org.br Acesso em 13 de junho 2007.

BUTLER, S. (2001). Verdade. In: Barelli & Pennacchietti. *Dicionário das citações.* São Paulo: Martins fontes, p. 694.

BRETON, P. (1997). *La parole manipulée*. Paris: La Découverte.

BULFINCH. T. (2006). *O livro de ouro da mitologia*: histórias de deuses e heróis. Trad. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro.

CAPES, Fernando.(1997). *Curso de processo penal*. São Paulo: Saraiva.

CARNELUTTI, F. (2002). *As misérias do processo penal*. Campinas: Edicamp.

CARVALHO, K. G. (2001). *Direito constitucional didático*. 7ª ed. Belo Horizonte: Del Rey.

CHALITA, G. (2002). *A sedução no discurso*: o poder da linguagem nos tribunais do júri. São Paulo: Max Limonad.

CHARAUDEUAU, P & MAIGUENEAU, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

CLOT, Y. (1998). *Le travail sans l'homme ?: pour une psychologie des milieux de travail et de vie*. Paris: La Découverte & Syros.

_____. (Org.) (1999). *Avec Vygotski*. Paris: La Dispute

CLOT, Y. *et* FAÏTA D. (2000). Genre et style en analyse du travail. In: *Travailler*. **n.4**, Paris: Martin Media, p. 7-42.

CLOT, Y. *et al*. (2001). Entrétiens em autoconfrontation croisée: une méthode em clinique de l'activité. In: *Éducation Permanente*, **n. 146**, p.17-25.

CLOT, Y. (2002). Psychologies du travail: une histoire possible. In: *Les histoires de la psychologie du travail* – approche pluridisciplinaire. 3ª ed. Toulouse: OCTARÈS Éditions, p.21-29.

CLOT, Y. (2004a). *La fonction psychologique du travail*. 4ª ed. Paris: PUF.

_____. (2004b). *Uma psicologia histórico-cultural para a compreensão das práticas educativas*. Curso ministrado no LAEL em setembro de 2004.

_____. (2005). L'autoconfrontation croisée en analyse du travail: l'apport de la théorie bakhtinienne du dialogue". In : *L'analyse des actions et des discours en situation de travail: concepts, méthodes et applications*. Sob a direção de L. Filliettaz e J.-P. Bronckart.Louvain-la-Neuve : BCILL, p. 5-16.

CLOT, Y. *et al*. (2005).Travail et formation: les bénéfices d'une analyse exigents. In: *Education Permanente.* **n. 165**, p.139-160.

CLOT, Y. (2006).Clinique du travail et clinique de l'activité. *Nouvelle revue de psychosociologie*. **n.1**, p.165-177.

CLOT Y. (à paraître). De l'analyse des pratiques au développement des métiers. In: M. Altel (Ed.). *L'analyse de pratiques:* une démarche de formation et de recherche. Paris: PUF.

COURTINE. J.J. (1981). Analyse du discours politique : le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages.* **n**.**62**. Paris: Didier-Larousse.

DANBLON, E.(2005). *La fonction persuasive:* anthropologie du discours rhétorique - origines et actualité. Paris: Armand Colin.

_____.(2006). La construction de l'autorité en rhétorique. In: *Semen* – Revue de sémio-linguistique des textes et discours politique, **n. 21**, p.141- 153.

DECLERCQ. G. (2004) Schèmes argumentatifs et cultures oratoire: l'exemple de Jean Racine. In: *L'argumentation aujourd'hui:* position théoriques en confrontation. Paris: Sorbonne Nouvelle, p.125-157.

DINIZ, M. H. (2005). *Dicionário jurídico*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva.

DI FANTI. (2004). *Discurso, trabalho e dialogismo:* a atividade jurídica e conflito trabalhador-patrão. Tese de doutorado. LAEL–PUCSP.

DÛCHENE, A.(2006).Dans les Etats où il existe des minorités ...: les conditions de production institutionnelle, discursives et idéologique d'un article de loi. In: *Semen* – Revue de sémio-linguistique des textes et discours politique, **n. 21**, p.121- 140.

DUCROT, O. (1972). *Dizer e Não Dizer Princípio da Semântica Lingüística.* Trad. Bras. São Paulo: Cultrix.

_____.(1984). *O dizer e o Dito.* Trad. Bras. São Paulo: Pontes.

DUCROT, O. (2004). Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: *L'argumentation aujourd'hui:* position théoriques en confrontation. Paris: Sorbonne Nouvelle. p. 17-34.

DURRIVE, Louis & SCHWARTZ, Yves. (2001).V*ocabulaire ergologique.* www.ergologie.com

ESTUDO DIAGNÓSTICO. (2006). *A Defensoria Pública no Brasil*, Ministério da Justiça e PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

FAÏTA, D. (1997). La conduite du TGV: exercices de styles. *Camps Visuels*. **n. 6.** p. 75-86.

FAÏTA, D. (2001).Genres d'activité et styles de conduite. In: A. Borzeix & B. Fraenkel (Eds.). *Langage et travail. Communication, cognition, action.* Paris: CNRS Editions.

FERNANDEZ, G. (2003). *Nous, conducteurs de trains*. Paris: La dispute.

FIGUEIREDO, R.B. (2002). *A linguagem no Tribunal do Júri*. Dissertação de Mestrado em Direito Processual Penal apresentada à PUC/SP.

FILLIETTAZ, L. & BRONCKART, J.-P.(2005). *L'analyse des actions et des discours en situation de travail*: concepts, méthodes et applications. Louvain-la-Neuve: BCILL.

FRANÇA. M. B.(2002). *Uma comunidade dialógica de pesquisa*: atividade e movimentação discursiva nas situações de trabalho de recepcionistas de guichê hospitalar. Tese de doutorado. LAEL/PUCSP.

FRANÇOIS, Frédéric.(1998). *Le discours et ses entours*: essais sur l'interpretation. Paris: L'Harmattan.

FOUCAULT, M.(1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.

FOUCAULT, M. (1984). *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____.(1970). *A ordem do discurso*. Trad. SAMPAIO, L. F. A. São Paulo: Loyola.

_____.(2004). *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____.(2004).*Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes.

GARDIN, B.(2005). *Paroles d'ouvrières et d'ouvriers.* Textes édités et présentés par Nanon Gardin et Josiane Boutet. Limoges: Lambert-Lucas.

GRECO FILHO, Vicente. (1991). *Manual de processo penal*. São Paulo: Saraiva.

GRIZE, J.-B. (1990). *Logique et langage*. Paris: Ophrys.

_____.(2004). Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter. In: *L'argumentation aujourd'hui:* position théoriques en confrontation. Paris: Sorbonne Nouvelle, p. 35-44.

GUERIN, F. *et al*. (2004). *Compreender o trabalho para transformá-lo:* a prática da ergonomia. São Paulo, Edgard Blücher: Fundação Vanzolini.

GUINCHARD, Serge & MONTAGNER, Gabriel.(2005). *Lexique des termes juridiques*. 15ª ed. Paris: Dalloz.

HARRISON, K. (2006). *Análise da atividade em ambiente escolar bilíngüe*: a construção partilhada de sentidos em situação de trabalho. Tese de doutorado. LAEL/PUCSP.

HUGO,V.*Aconsciência*em:http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/B_VictorHugo.htm

HUNGRIA, Nelson.(1955). *Comentário ao código penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

http://latinorium.blogspot.com/2006_09_01_archive.html

JESUS, Damásio E. de. (1991). *Direito penal*. **v. 3.** São Paulo: Saraiva.

KARNAS. (2004). *La psychologie du travail*. Paris: PUF.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1990). *Les interactions verbales.* Paris: Armand Colin.

_____. (2006). *Análise da Conversação*: princípios e métodos. Trad. Piovezani Filho, C. São Paulo: Parábola Editorial.

LACOSTE, Michele. (1995). Parole, action, situation. In: *Parole au travail*. Sous la direction de BOUTET, J. Paris: L'Harmattan, p.23.

_____.(1998). Fala, atividade, situação. In*: Linguagem e trabalho* (Org.) DUARTE, F.J.C.M. & FEITOSA, V.C.R. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 15-35.

_____.(2001).Peut-on travailler sans communiquer? In: *Langages et travail*: communication, cognition, action. Cood. BORZEIX, A & FRAENKEL, B. Paris: CNRS Edtions, p.39-40.

LE GUILLANT, Louis. (2006). *Le drame humain du travail*. Ramonville Saint-Agne: Eres.

_____.(2006a). *Escritos de Louis Le Guillant*: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho/ prefácio de Yves Clot; posfácio de Wanderley Codo; (Org.) LIMA, M. E. A. Trad. TEIXEIRA, G. Título original: Travaux et écrits de Louis Le Guillant quelle psychiatrie pour notre temps? Petrópolis, RJ: Vozes.

LEPLAT, Jaques. (2002). Petites histoires pour des histoires. In: *Les histoires de la psychologie du travail – approche pluridisciplinaire*. 3ª ed. Toulouse: OCTARÈS Éditions, p.131-141.

LHUILIER, Dominique. (2006).*Cliniques du travail*. Ramonville Saint-Agne: Eres.

KRIEG-PLANQUE, Alice. (2006).Formules et lieux discursifs: propositions pours l'analyse du discours politique. In : *Semen* – Revue de sémio-linguistique des textes et discours politique, **n. 21**. Besançon: LASELDI, p.19- 47.

MACHADO. A. R. (Org.) (2004). *O ensino como trabalho* – uma abordagem discursiva. Londrina: Editora Eduel.

MAINGUENEAU, Dominique. (1987/1997). *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. INDURSKY, F. Campinas, Pontes. Nouvelles tendances en analyse du discurs. Paris: Hachette.

_____.(1991). *L'analyse du discours*: introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette.

_____.(1997). *Introdução à lingüística*. Trad. L. Baptista. Lisboa: Gradiva.

_____.(2000). *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. M. V. Barbosa & M.E. A. T. Lima. Belo Horizonte: UFMG.

_____.(2001). *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fonte.

_____.(2002a). Problèmes d'ethos. In: *Pratiques* **n.113-114**, Metz: Cresef, p. 55-67.

_____.(2002b). *Análise de textos de comunicação*. 2ª ed.Trad. SOUZA-E-SILVA, M.C.P. & ROCHA, D. São Paulo: Cortez.

_____. (2005a).L'analyse du discours et ses frontières. In : *Marges Linguistiques*. **n. 9**. Analyse du discours. État de l'art et perpectives www.marges-linguistiques.com, p. 64-75.

_____. (2005b). *Gêneses dos discursos*. Trad. S. Possenti. Curitiba: Criar.

_____. (2005c). Ethos, cenografia, incorporação. In: *Imagens de si no discurso*: a construção do ethos. R. Amossy (Org.) Trad. CRUZ, D. F. de; KAMESU, F. & POSSENTI, S. São Paulo: Contexto p.69-92.

_____.(2006). *Cenas da enunciação*. (Org.) SOUZA-e-SILVA, M. C. P. & POSSENTI, S. Curitiba: Criar.

MAGALHÃES, A.L. (2001). *Um olhar retórico, discursivo e pragmático sobre o discurso do júri*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa apresentada à PUC/SP.

MAGALHÃES NORONHA, Edgar. (1990). *Curso de direito processual penal*. 20ª ed. atualizada por Adalberto José Q. T. de Camargo Aranha. São Paulo: Saraiva.

MANZINI, Vincenso. (1951). *Tratado de derecho procesal penal*. (Trad.) Santiago Sentis.

MARQUES, F. (1961). *Elementos de direito processual penal*. São Paulo: Forense.

MARGALIT, A. (2006). *L'éthique du souvenir*. Paris: Climats.

MARREY, A. ; FRANCO, A. S.& STOCO, R. (1991). *Teoria e prática do júri*: comentários de doutrina, e interpretação judiciária: roteiros práticos, questionários, jurisprudência. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MÉDA, D. (2005). *Le travail. Que sais-je*? 2ª ed. Paris: PUF - Presses Universitaires de France.

MELENDO & Marino Ayerra REDIN. *Trattato di diritto processuale penale italiano*. Buenos Aires: E. J. E. A.

MEZZOMO, Marcelo Colombelli. *Tribunal do Júri*: vamos acabar com essa idéia!. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, **n. 62**, fev. 2003. Disponível em:<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3690>. Acesso em: 15 mar. 2007.

MIRABETE, J. F. (2004). *Processo penal*. 11ª ed. São Paulo: Atlas.

MUNIZ, Maria Ieda A. (2005). *A paráfrase no discurso jurídico*. Montes Claros: Unimontes.

MUSSALIM. F. (2003). A análise do discurso. In: *Introdução à lingüística:* domínios e fronteiras, **v. 3.** MUSSALIN, F. & BENTES, A.C. (Orgs.)– 3ª ed. São Paulo: Cortez.

NEVES, I. B. (1991). *Vocabulário prático de tecnologia jurídica e de brocados latinos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fase.

NOROUDINE, Abdalh. (2002). A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-e-SILVA, M. C. P. & FAÏTA, D. (Orgs.) *Linguagem e Trabalho – construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, p. 17-30.

NUCCI, Guilherme de Souza. (1999). *Júri* – princípios constitucionais. 1ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira.

OLIVEIRA, E. P. (2007). *Curso de processo penal*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Lumens Júris.

ORLANDI, Eni. P. (2007). *As formas do silêncio*: no movimento do sentido. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

PACHECO, S. A. (1994). *Eu, o advogado criminalista*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

PARDO, M.L. (1992). *Derecho y lingüística*: como se juzga com palabras – análisis lingüístico de sentencias judiciales. Buenos Aires: Nueva Visión.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, G.-E.(2006). *As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática.* Trad. GREGOLIN, M.R. *et al.* São Carlos: Claraluz.

PAVEAU, Marie-Anne.(2006). *Les prédiscours:* sens, mémoire, cognition. Paris: Sorbonne Nouvelle.

PAVEAU, Marie-Anne. & ROSIER, L. (2005).Élements pour une histoire de l"analyse du discours. Théories en conflit et ciment du discours en france et Allemagne. Créteil: Ceditec, 2 juillet, texte en ligne sur http://www.johannes-angermueller.de/francais/adfa.html.

PÊCHEUX, Michel. (1975). Introductution. *Langages.* **n.37**. Analyse du discours. Langue et idéologie. Paris: Didier-Larousse, p. 3-6.

_____.(1990). Discours: Structure ou évenement? In : MALDIDIER Denise. *L'inquietude du discours*. Paris: Éditions du Cendres.

_____.(1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Edunicamp.

_____.(PEDRAZZINI, Y. (2006). *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes.

PEREIRA, José Ruy Borges.(2000). *Tribunal do júri – crimes dolosos contra a vida*. 2ª ed. São Paulo: Edipro.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. (2002). *Tratado da argumentação*. Trad. GALVÃO, M. E. São Paulo: Martins Fontes.

PETRI, M. J. C. (1994). *Argumentação lingüística e discurso jurídico*. São Paulo: Selinunte.

PIMENTA, M. G.(2004). Direito penal, direitos humanos e defensoria pública: um encontro importante. *Revista de Direito da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro*, **v. 1** Rio de Janeiro: Lumem Júris.

PLANTIN, C. (1990).*Essais sur l"argumentation.* Paris: Kimé.

_____. (1996). *L'argumentation*. Paris: Seuil.

_____.(2004). Situation des études d"argumentation: de délégitimations en réinventions. In: *L"argumentation aujourd'hui:* position théoriques en confrontation. Paris: Sorbonne Nouvelle, p. 159-181.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. 18ª ed. Trad. MOURA, M. L. de. Rio de Janeiro: Ediouro.

POSSENTI, Sírio. (2003). Observações sobre interdiscurso. *Revista Letras*, **n. 61**, especial, Curitiba, PR: Editora UFPR, p. 253-269.

_____. (2004). *Os limites do discurso*. Curitiba, Criar.

_____. (2006). *A cor da língua*. Campinas: Mercado de Letras.

PORTO, H. A. M. (2005). *Júri*: procedimentos e aspectos do julgamento: questionários. 11ª ed. São Paulo: Saraiva.

REBOUL, O. (2000). *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

RICOEUR, P. (1990). *Soi-même comme une autre*. Paris: Seuil.

_____.(2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.

ROCHA, D. (2003) A opção por um espaço discursivo de análise: questões metodológicas. In: GAVAZZI, S. & PAULIUKONIS, M. A. *Texto e Discurso*: mídia, literatura e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 197-208.

SANT'ANNA, V.L.A. (2000). *Mercosul em notícias*: uma abordagem discursiva do mundo do trabalho. Tese de doutorado. LAEL/PUCSP.

SANTOS, Elaine Borges Ribeiro dos. A plenitude defensória perante o tribunal do povo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, **n. 622**, 22 mar. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6485>. Acesso em: 15 mar. 2007.

SCHWARTZ, Y. (1997). Travail et ergologie. In: Schwartz, Y. (org.) *Reconnaissances du travail – pour une approche ergologique*. Paris: PUF, p. 1-37.

SCHWARTZ, Y. (1998). Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel**.** In: *Educ. Soc*., Dez. 1998, **v.19**, **n.65**, p.101-140.

_____. (2000). Trabalho e uso de si. Trad. LEÃO, M. L. R. tradução das notas e revisão técnica e Maria Inês Rosa. In: *Pro-Posições*, **v. 1**, **n. 5** (32) jul.

_____. (2003). Le langage en travail. In: Schwartz, Y. & Durrive, L. (org.) *Travail et ergologie: entretiens sur l'activité*. Trad. Souza-e-Silva M. C. P. Toulouse: Octarès.

_____. (2007). *Contribuições da ergologia para se pensar a relação Linguagem/ Atividade/ Trabalho*. Curso ministrado no LAEL em 2007.

SITRI, Frédérique. (2006). *L'objet du débat: la construction des objets de discours dans des situations argumentatives orales*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.

SOUZA-E-SILVA, M. Cecília P. & ROCHA, Décio. (2000). Acontecimentos e memória: discursos que (re) contam a história do Brasil-colônia. In: *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. (Org.) Diana Luz Pessoa de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, p. 193-206.

SOUZA-e-SILVA, M. C. P. & FAÏTA, D. (2002). *Linguagem e Trabalho – construção de objetos de análise no Brasil e na França.* São Paulo: Cortez.

SOUZA-e-SILVA, M.C.P. (2004). Quais as contribuições da lingüística aplicada para a análise do trabalho? In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J. & ALVAREZ, D.

(Orgs.) .*Labirintos do trabalho*: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro, Ed. DP & A. p. 188-213.

TODOROV, T. (1981). *Mikhaïl Bakhtine*: le principe dialogique – suivi de écrits du cercle de Bakhtine. Paris: Seuil.

TOLEDO, F. de A. (1994). *Princípios básicos de direito penal*. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. (1990). *Processo Penal*. 12ª ed. São Paulo: Saraiva.

VAN EEMEREN, F.H. & HOUTLOSSER, P. (2006).*Strategic maneuvering in diferent argumentative activity types*. Journée "Strutures argumentatives et types d'arguments", 26 mai. 2006.

_____.(2004). Une vue synoptique de l'approche pragma-dialetique. In: *L'argumentation aujourd'hui:* position théoriques en confrontation. Paris: Sorbonne Nouvelle, p.45-75.

VIEIRA, M. A. M. (2002). *A atividade, o discurso e a clínica: uma análise dialógica do trabalho médico*. Tese de doutorado. LAEL/PUCSP.

VIGNAUX, G. (2004). Une approche cognitive de l'argumentation. In: *L'argumentation aujourd'hui:* position théoriques en confrontation. Paris: Sorbonne Nouvelle, p. 103-124.

VYGOTSKI, L.(1997). *Pensée et langage*. Traduction de Françoise Sève. Paris: La Dispute.

WHITAKER, Firmino. (1930). *Jury*. 6ª ed. São Paulo: Acadêmica Saraiva & Cia Editores.

WISNER, A. (2002). Itinéraire d'un ergonomiste dans l'histoire de la psychologie contemporaine. In: *Les histoires de la psychologie du travail – approche pluridisciplinaire*. 3ª ed. Toulouse: OCTARÈS Éditions, p.143-153.

ANEXO 1 - PRIMEIRA AUDIÊNCIA – 21 DE SETEMBRO DE 2004

aos companheiros da força pública:: ... nosso eventual apreço ... serventuários da justiça ... nossos agradecimentos... excelentíssimos senhores e senhoras jurados ... bom dia ... há de ser uma manhã breve ... pela pauta:: breve ... com que o ministério público na atual questão *sub judice* ... nós temos bem a aparência do que deve transcorrer por parte da justiça ... o fato apesar de complexo na sua interpretação:: ele é simples na sua manifestação ... os eventos tiveram um encadeamento ... tranqüilo de serem examinados mas fica a nossa advertência em relação à complexidade da interpretação ... nós percebemos que o MP realmente vem imbuído de um excelente propósito apresentado por as faces da questão ... percebemos porém que o MP excursionou muito pouco na prova amealhada deste processo ... e evidentemente ... sem debruçarmos com tranqüilidade sobre esta prova ... sem usar do vício a tratar que juízo ofereceu diante da postulação deste dia ... a postulação deste dia propõe que o Sr. Daniel enfrente uma sentença condenatória ... essa sentença condenatória vai oscilar pela média de oito anos ...de privação da sua liberdade em regime de crime tratado atualmente como hediondo ... isto tudo chama-nos a conversar sobre a ponderação deste tipo ... a pertinência deste tipo obviamente que não podemos desconsiderar a confissão do Sr. Daniel ... ele se apresenta como um dos integrantes do evento ...ele se põe como um dos instrumentos de disparo a mão ... ele reconhece que acionou mais de uma vez este mecanismo e ele então há de ser devidamente ferido pela justiça ... mas ferido em que proporção ... possivelmente cabe a recordação de sua excelência Juiz presidente desta corte a Filosofia mas o MP resolveu passar-se de um cidadão ... recusou experiências criminais anteriores e posteriores a detectar um aumento de pena quem sabe numa seção semelhante não ocupando o pólo de vítima mas se assentando no banco dos réus para ser julgado ... então ele não teve resistências admitiu ... ele foi apenado segundo a certidão por dois anos ... de prisão em regime aberto por uma tentativa simples de homicídio ... dois anos de prisão ... regime aberto ... quer dizer regime de liberdade ... nós não temos em nossa cidade ... ainda ... a casa do albergado e dadas as notícias alarmantes e a postura fiel ao direito tomado por sua Excelência ... o nosso presídio encontra-se interditado ... ANtes disso aqueles que ocuparam a condição de sentenciados em regime aberto estavam ... em verdade ... num regime de prisão domiciliar já já se apercebendo deste momento culminante que estaria na história da nossa cadeia pública ... a superlotação de maneira sem dimensões ... há três anos a nossa cadeia pública tinha um grupo de internos que oscilavam entre 120 ... 130 ... e nestes últimos três anos ... neste ... boom ,,, nesta explosão o número mais que duplicou e nós temos a média de 300 internos ... é por isso que nós encontramos o Sr. Wel. aqui hoje ... liberto ... apesar da sua ficha criminal onde há mais de uma tentativa de homicídio ... quando ele foi ouvido ... por sua Excelência ... o Juiz F. do E. S. A. ... há algum tempo ... ele também fez a PO::se do bom moço diz que nunca havia atirado em ninguém ... salvo na ex-namorada e também ... foi só uma vez ... só atirou numa ex-namorada uma vez ... ainda bem que foi ... só uma vez ... nela ... este processo em relação à moça há:: dificuldade da Justiça andar não permitiu que o caso chegasse a uma conclusão ... então ... a punibilidade foi extinta conforme a certidão ... passagem por tóxicos ... o Sr. Wel. G. S. ... o chefe da gangue ... do Santo Antônio ... estacionou sua motocicleta aqui ... no estacionamento público ... e desfilou daquela porta ... sentou-se aqui entre nós ... e depois foi

erguido como vítima no cenário desse Tribunal ... mas essa é a pro-por-cionalidade que a Justiça até então pôs no contrato ... para sua sorte ... fala-se por outro lado ... do Sr. ( ) casado ... com filho ... a certidão de nascimento de ( ) está nos autos ... há muito tempo a criança nasceu um pouco mais de um mês ... antes daquele 19 de dezembro de 99 ... ele está casado a esposa está no plenário assentada ALI:: à esquerda da genitora ... trabalha ...dois patrões tivemos esta manhã apresentando as referências dele ... o segundo um conhecido mais próximo dele dada a convivência desde a infância que surpreso ... nada antes ... alguns envolvimentos com tóxicos depois ... e é esse aquele a quem se reclama ... oito anos de prisão por crime hediondo ... para o cumprimento de 2/3 dessa pena INtegralmente fechado ... proporcionalidade ... está na moda falar ( ) ... a:: guerra de tróia ... há um episódio na Odisséia de Ulisses MUIto curiosa narrada por Homero ... num dos combates que vai se travar ... Ulisses tem a sua frente o adversário Ilos ... mas Ulisses é Ulisses o industrioso ... o sensato ... o ponderado ... então ele delibera consigo ... narra Homero no capítulo 13 ... se ele iria enviar o adversário num só golpe aos infernos ... ou se iria clemente ... iria simplesmente se contentar em estendê-lo a seus pés ... e o herói delibera pela segunda forma ... e simplesmente derruba o adversário ao solo ... mas não o elimina ... pro-por-cio-nalidade ... MO-de-ra-ção ... o MP hoje (com todo o respeito) sem analisar a conjuntura em que esse fato está incrustado ... como se ele fosse uma mera estrela vespertina isolada no céu ... esquecendo que há um conjunto de fatos e prosseguindo ... cai 18 anos ... na convicção de sua consciência ... é verdade que:: a nossa Promotora de Justiça:: trabalha sempre com a consciência MUITO acima da média ... mas é ser humano e por ser humano ... sujeito à falibiliDA::de ... não fosse essa sua falibilidade (o que para nós sejam todos) que somos irmãos ... a sucessão de um julgamento nesse Tribunal ... não contaria estórias de derrotas ... de acertos ... de acertos parciais ... há toda semana acusados sendo melhor interpretados ... pela defesa que pelo MP ... isso ... representa ... que a alma:: está bem intencionada ... mas que as luzes da percepção muitas vezes não clarificam suficientemente a estrada do trabalho deste Tribunal ... é a falibilidade humana:: ... todos passamos por isso ... ocorre ... que o fato está no cenário ... há antes ... há durante e há depois ... examinamos a hipótese:: senhores jurados ... senhoras jurados (de firme) julgamento ... e como prece exata:: a postulação pedida pelo MP essas pessoas se encontrando em seus bairros ... um em liberdade após as duas tentativas ((risos)) de homicídio ... e o outro ... depois de egresso da cadeia pública ... ter passado lá na expectativa dos oito anos ... cinco ... seis?... proporcionalidade ... então o MP ... é realmente pondera fatos muito importantes e age:: com TODA a sinceridade possível ... nós questionamos é a PROPORcionalidade do que se pede ... que houve tentativa de homicídio não se discute ... mas não é essa a proporcionalidade? ... MUITO importante então pensar nisso ... LÀ:: nos primeiros rabiscos ... nos cadernos ... nos bancos da Faculdade de Direito ... a nossa Fundação Norte Mineira e hoje Unimontes nós aprendemos lá da Dra. Luc.:: a querida filha do saudoso Geo. ... definições de Justiça segundo Ulpiano ... grande literato e jurisconsulto romano ... vontade constante:: e perpétua de dar a cada um o que é seu ... vontade constante ... e perpétua de dar a cada um ... o que é seu ... a pro-por-cionalidade ... dar::ia a cada um ... segundo ... o que é seu ... é a mesma frase mesma frase citada um pouco antes por Hesildo no poema (trabalhos e dias) ao seu irmão ( ) ou a Justiça e não deixeis crescer o descomprometimento ... a desproporcionalidade ainda que cegos ... o que é a desproporcionalidade? ... a imagem da

baLANça cujos pratos oscilam sobre o infiel ... em constante e perpétuo equilíbrio ... então está-se propondo não apenas que se fira o Sr.Daniel pela tentativa de homicídio mas que (o arroje aos infernos) ... na grande hesitação de Ulisses ... ele preferiu:: apenas abater ... poderia ter sido hoje também a postura do MP ... ele está a nossos pés ... vamos o próprio mas não ... em posição diversa a jurista:: vamos arrojá-lo ... e aí está o fato ... o fato tratado:: sinuosamente numa CURVA da prova do processo ... esquecendo antes ... o depois do processo ... hoje houve uma má interpretação aqui da:: prova produzida ... Sr. Ma.An. ... a segunda testemunha de acusação ... apelidado Tim ... vejamos o que conta na página 23 dos autos ao delegado de polícia ... fato havido trinta dias atrás ... do 19 de dezembro de 99 ... onde nascem os acontecimentos do dia 19 ... antes ... Wel. agride Renatim ... integrante dos 5 ... na perna ... dois meses antes ... um ano e meio antes ...Daniel é perseguido ... mas não é atingido como foi apurado na (ata) ... 30 dias antes ... conta M. A. ... vulgo Dim ... ((lendo o processo)) Wel. sacou-se de um revólver parecendo ser 38 ... devido ao barulho que fez ... e empregou dois tiros contra o declarante o Tim ... que enquanto Wel. atirava o declarante voltou para trás na bicicleta fugindo do local ... sendo que Wel. não quis ir atrás do seu agressor ((mostra a folha do processo)) ... e o Tim ... esses sim que estiveram ... no local do delito ... foram acareados pela Polícia Civil ... foram confrontados porque traziam ... versões desconcertantes ... contraditórias ... ((lendo o processo)) Al. , M. de Daniel ... um dos ... que quando o Tim foi atrás do Jamaica ... o declarante encontrou por acaso ... com a pessoa do Renatim ... por acaso com a pessoa do Renatim ... e também falou com ele sobre o que Tim estava programando ... um pré estabelecimento ... até então é a personagem principal o Dim ... tomado como o líder do grupo ... o protagonista principal ... o arquiteto ... ((lendo o processo)) ...Ale. afirma que esse arquiteto ... era o Tim ... aquele Tim que se recusava a admitir ter portado aram algum dia antes ... ou depois do fato ... e se a defesa não insiste ... oh o Sr. não foi encontrado „„ pela Polícia Civil co uma arma um tempo depois ... aí ele teve que:: ... voltar atrás ... não encontrado com a arma do disparo ... mas encontrado com a arma ... então Tim ... segundo ... Ale. ... estava ... reunindo um grupo naquela noite dos fatos ... passou pela casa do Renatim e vê se acaso o Renatim aceita participar dos fatos a pedido do Al. ... mas é o Tim que vai buscar o Daniel na casa da noiva ... por duas vezes ... eles tiveram que insistir para que Daniel aceitasse acompanhá-los ... é a tentativa do Tim ... e ele resiste ... e vê a tentativa ... do Dim ... o Edv. ... e ele diz que ele vai mais tarde ... que eles possam ir marchando à frente ... a criança ... havia nascido de uma gravidez não planejada ... ele visita a noiva ... que está ao lado da atual esposa e criança ... evidentemente que os escrúpulos soaram mais alto durante um tempo ... e ele se recusa ... Tim volta dizendo ...Daniel não quer participar ... e Dim vai então buscá-lo ... persuadi-lo ... mas notemos ... quem vai atrás é o Dim ... adiante nessa acareação ... Edv. P. ... o Dim ... contou ao Sr. delegado ... no dia do crime encontrou-se com o Tim ... o Ma. An. ...tendo esse lhe chamado para fazer o Teca ... Wel. ... alegando que o tinha visto passar na motocicleta com uma moça de alcunha Karina... e ... o Dim ainda ponderou ...mas que arma ... você tem ... um 22 ... e teria respondido ao Dim ... o Ed. ... dizendo que aquele revólver calibre 22 não matava ninguém ... um dos projetis ... foi retirado do corpo ... do Sr. Wel. ... por ele com uma agulha ... com uma agulha ... conforme seu depoimento ... ele cutucou com uma agulha e saiu ... nós temos um debaixo do couro cabeludo (cabeça) como ele falou e temos outro nas costas ...é porque o calibre ... o

salvou ... foram as cegas narrativas ... Ale. contando que o Ma. An. e o Tim que está organizando ... e contra R. P. ... ficaram a esperar pelo Tim que havia saído para chamar o Jamaica ...Daniel ... para participar do crime ... e quando ele retornou estava apenas com a pessoa do Edv. ... todos saíram do mato indo ao encontro da vítima ... e o Tim que estava à frente do grupo passou a atirar nela ... Ma. An. tem motivos para se comportar nessa manhã ... como se comportou ... estava sem arma nenhuma ...ah mas a arma foi deixada por um amigo há alguns dias antes ... ah mas ele pegou a arma dois dias antes com Daniel ... ele foi lá de mão limpa ... ele que tomou dois tiros 30 dias antes ... dois tiros ... ele comentou afinal ao Delegado ((lê folhas do processo)) ... as balas passaram raspando a sua cabeça ... folha 19 dos autos ... então é preciso tirar do centro desse debate a pessoa do Edv. o Dim ... porque o Dim é aquele que vai persuadir a H. ... mas que é o arquiteto desse programa segundo Re. ... segundo Tim ... segundo Ale. ... é o Ma. An. o Dim ... então ele quer se livrar da arma ... ele quer se livrar de uma participação efetiva ... ele é aquele que vem atrás por último ... ele assiste ... mas as testemunhas não estão dizendo isso não ... os seus colegas ... os seus parceiros ... então não estranhem ... a necessidade do Dim ... de jogar essa batata quente no chão ... nunca foi trazido nos autos ... que ele teria passado arma dois dias antes para alguém ... hoje ... ele resolveu trazer ... e dona H. ... dona H. deveria estar aqui hoje não é verdade ... o Edv. está ali oh ((apontando para o público)) camisa azul ... foi dispensado ... não quis ser ouvido ... pelo MP ... está ali ((apontando)) o Tim não ... o Tim não foi ouvido ... porque desde o começo dessa história se sabe é o Ma. An. ... é ele que passa o outro de bandeja ... na delegacia ... no Fórum ... aqui hoje ... nós temos o Edv. ali ... porque não ouvi-lo ... e dona H. ... não é importante ... porque ela fala ... porque fez o acordo de atrair sim ... o Wel. ... mas foi por Tim ... conta ela na folha 135 ... ((lendo)) quem pediu que a depoente atraísse a vítima ... Wel. ... para debaixo da árvore próxima à Indústria Indumetal foi o Tim ... mas ela conta mais coisas ... ela é uma *persona non grata* neste Tribunal porque ela conta mais coisas ... ela começou a ter um relacionamento ... e diz ela na delegacia de polícia ... a folha dessa narrativa é a folha de número 66 ... ((lendo)) Teca ... o Wel. ... pedia a ela que marcasse um encontro com alguns deles ... para que ele fizesse o serviço ... Teca é o Welton ... é:: ... Teça pedia a ela que marcasse um encontro ... com alguns deles e o pouco antes ela contou ao Sr. Delegado ... uma semana antes ... uma semana antes ... o Teca a encontrou ... e ele portava um revólver calibre 38 ... é o dos dois homicídios tentados ... dizendo à declarante que ia juntar uma turma ... e pegar os meninos da Villa Anália ... PORÉM ... não seria para bater ... mas sim para matar ... é houve sim um estratagema ... a doutora Delegada de Polícia ... M. N. R. ... deu ... um pitaco nessa ... um pitaco nessa causa ... primeiro ela só indicou ... o acusado por tentativa de homicídio simples ... folha 76 dos autos ... a Delegada M. N. só capitulou os fatos como 121 cominando co o 14 e 2 ... tentativa de homicído simples ... agora por que ela não fez isso ...não é a linha de frente da Justiça contra o delito ... a polícia ... por que ela não pegou pesado ... e falou assim ... eu vou arrojar esse preso é nos infernos ... ... ela conta porque nas folhas 75 dos autos 3º parágrafo ... conclusões do Dra. M. N. ... Karina P. da S. ... a Karina... 16 anos ... soube através do Teça ... que era sua pretensão pegar alguém da turma da Villa Anália ... segundo a moça ... ele pediu-a ...ele pediu-a ... Wel. ... A VÍTIMA ... para atrair alguns deles para a emboscada ... aí ... ironicamente concluiu a Dra. N. ...mas o feitiço virou contra o feiticeiro ... pois Karina resolveu delatá-lo para o Dim ... Jamaica ... Gabiru ...

contando a intenção do Teca como também os incentivou a dar uma surra no rapaz ... proporcionalidade ... então a Karina... se escondeu na menoridade ... Wel. Escondeu-se na condição de vítima ... final ...mas é o desencadeador do projeto ... Renatinho ... Ale. ... Ma. Na. ... Edv. ... se escondem atrás da menoridade ... bom ... e Daniel faz os 8 anos de prisão em nome de todos eles ... proporcionalidade ... ele vai dançar a valsa solteiro ... porque os demais estão aí espalhados ... e o que eles fizeram ... e o que eles planejaram ... não entra ... o que é importante é verificar ... ali ... ele tava lá? ... Dra N. não está só ... outro delegado também falou no processo ... na fase de inquérito ... e vejamos a folhas 79 ... por gentileza ... TODOS ... qual é a classificação do delito ... oferecida pelo delegado J. M. S. ... 212 ... cominado com o 14 e 12 ... homicídio tentado simples ... porque será que o delegado não está aí ladeando o propósito do MP ... do apurado diz J. S. ... DO APURADO ... segundo parágrafo ... das folhas 82 ... SEGUNDO PARÁGRAFO ... DO APURADO ... constatamos que a vítima Wel. Não se dá bem com a turma do Edv. P. de S. ... vulgo Dim ... Daniel alcunhado Jamaica ... esse maior de dezenove ... e Al. M. ... apelidado Jaburu ... menor de dezessete ... TODOS eles residentes da Villa Anália ... portanto Karina T. da S. ... a Karina... 16 anos ... SOUBE através do Wel. ... é:: a Karina... e ele considerando também soube através do Welton ... que a sua pretensão era pegar alguém da turma da Vila Anália ... segundo esclareceu a MOÇA::... ele pediu-a para atrair alguns deles ... para a emboscada ... mas o tiro saiu pela culatra ... pois Karina resolveu delatá-lo para o Tim ... Jamaica ... Gabiru ... contando a intenção do rapaz ... ((coloca os autos em cima da mesa)) re-ar-ticulemos as idéias ... Daniel é agredido uma hora e pouco ANTES fez a ocorrência e como as coisas não acontecem ... só com a ocorrência ... ele passa:: a se:: mobilizar com o GRUPO ... de adolescentes do seu bairro ... e trouxe as notícias tristes que estamos analisando ... alguns meses antes Renatim recebe o tiro na perna ... Tim foge habitualmente ... do:: Wel. ... na motocicleta ... nas perseguições dos e:: e há 30 dias o Ma. An. é o perseguido ... todos têm seus motivos ... digamos se injustificados ... todos têm seus motivos ... em uma semana antes quem acende o estupim da bomba é o Wel. ... ele aproxima da ex-namorada do Edv. ... o Dim ... sentado ali ... enquanto capta-lhe a CONfiança ... lhe propõe em NOME do "affair" que se passa entre os dois ... ela cai o ele tem um acerto de conta com o grupo ... a moça mora na Villa Anália ... está namorando o adversário do grupo dos seus vizinhos ... aí ela pensa ... e volta ao grupo e conta ... e Dim e Tim começam a organizar ... inclusive com ela ... mas vejamos o que os delegados disseram ... OS DOIS ... o tiro saiu pela culatra ... dissimulação ... é cobra procurando cobra ... dissimulação? ... e o incompreensível ... por que todo mundo está afirmando que Daniel não queria ir? ... se ele era um dos idealizadores ... por que não queria ir? ... por que? ... ele tem dois motivos ... o menino H. e a esposa ... então noiva ... não quer ... e vai ... Tim que é um dos GRANdes protagonistas desse episódio ... senão o líder ... e não consegue nada ... mas entra pela idade dezenove anos ... entra a falta de vergonha ... foi abalada pelos outros ... e ele ingressa nessa onda ... está SOLteiro aqui nessa manhã ... Todo mundo vai para casa ... ele vai ... para a cadeia pública ... mas por quanto tempo? ... então é assim ... ELE hoje recebeu a arma dois dias antes ... HOJE ... cinco dias depois dos fatos ... Ma. Na. quer se livrar da batata do que ele passou a arma ... acovardado ... foi lá na caminhada ... FOI na caminha da ... porque ele tinha ... a arma que lhe pertencia ... que foi apreendida algumas semanas depois pela polícia ... foi tomada ... foi periciada em BH ... não

é a arma do crime ... e ele contou que tomou a arma de uma tal Rog. Uns dias antes ... e ele Ale. e Ren. Vem na linha de frente junto com Daniel ... mas ele não mais é muito cínico ... Wel. semeou ... semeou ... semeou ... e colheu ... é deplorável:: ... é:: triste mas ele não é inocente e quem criou a idéia da emboscada foi a vítima ... que foi atraiçoada pela Karina e depois tudo bem ... faça-se conforme a vontade dela ... agora ninguém consegue explicar é porque Daniel teria sabido disso antes ... porque se ele soubesse disso antes, se ele tivesse com arma há dois dias num bastava nem ter procurado ... ele não estaria visitando filho e noiva com arma na cintura para então receber visita do Ma. An. ele falou não quero não vou ... não vou ... depois ... segundo até ser persuadido se ele tivesse com a arma a adesão prévia não o deixaria ir na casa da noiva aquela noite ... estaria em companhia dos dois artífices ... o Dim e o Tim ... aliciando os demais ... Al. e o Ren. ... agora por que ele não fez isso ... a sua fraqueza ... falta de juízo ... falta de respeito com a vida humana ... ou o medo de ser tomado por covarde pelo grupo fá-lo deixar a casa da noiva que no sábado ... agora estamos concluindo aqui:: ... pela palavra do maior mentiroso desse processo que quer se livrar das armas ... que dois dias antes ele teria entregue a arma ao Daniel ... leiamos o depoimento de Ma. An. neste processo ...nunca contou uma versão ... contou várias ... e ele que desencadeia até certa altura das investigações o nome de Daniel era mencionado ... mas não apontado ... Ma. An. fez questão ... de dar o ponta pé inicial ... então nossa proposta ... é de proporcionalidade ... é essa proporcionalidade passa pelo afastamento dessa qualificadora que foi imaginada ... pré-ordenada e inspirada pelo Wel. junto com Karina e no dizer dos dois delegados cujos tiros saíram pela culatra ... não se faz apologia não se faz a defesa do que pensaram ... do que realizaram ... mas é preciso veemência para debater esta questão da proporcionalidade no caso e na conjuntura ... dos sete todos são responsáveis ... TODOS ... e é só ele que está aqui e evidentemente se fosse somar a responsabilidade de todos eles ... a pena passaria dos oito mas é a dele que está em exame e a dele ... se vossas excelências acharem que We. tem motivo para contar a verdade creiam nele ... se vossas excelências têm motivos para crer que Ma. An. contou-lhes a verdade ... creiam nele ... até então ... a surpresa ... é da Promotoria que mostra que isto nunca veio aos autos veio hoje ... os quesitos que serão examinados ... os quesitos ... tem uma linha ... importante ... as duas primeiras proposições querem saber se naquele dia ... obrigado ((o defensor se desloca em direção à mesa dos Juiz para buscar os quesitos)) se naquela hora ...Daniel fazendo uso de arma de fogo desferiu tiros contra Wel. ... provocando os ferimentos ... sim ... ele deu os tiros ... segundo quesito ... analisar o *animus nefande* a sua pretensão ... assim agiu mediante ... perdão ... assim agindo o acusado deu início à execução do crime de homicídio que não se consumou por circunstâncias alheias a sua vontade ... sim ... quis matar ... qualificadora ... terceiro quesito ... o acusado agiu mediante dissimulação ... e ... ele agiu com dissimulação ... vê-se com uma menor com quem agia em unidade de propósitos ... levou a vítima ao local dos fatos sobre pretextos de ali namorar ele ... ele é responsável por isso ... ou a idéia partiu de We. ... que foi acolhida por Dim ... que caiu nos ouvidos do Tim ... e ele que é o responsável por isso ... é ele que está reunindo o grupo ... é ele que está aliciando os comparsas ... não ... ele não agiu com dissimulação ... ele ... mas ele adere ao propósito pois ele responde por tentativa de homicídio ... mas eu faço questão de enfatizar as folhas lidas ... da lavra dos delegados M. Ne R. e J. S. M. ... tentativa de homicídio simples a dissimulação aqui ((balança a folha)) é para arrojá-lo

... na visão de Homero aos infernos ... que está aos nossos pés ... não tem REMÉDIO para ele não passar parte da pena que virá na cadeia ... não tem remédio ... não tem prescrição ... não tem nada ... a tentativa de homicídio simples remete ao encarceramento ... não tem ... agora por esta questão aqui que não é da responsabilidade dele ... que não foi idealizado por ele mas por We. que não foi levado a efeito por ele ... mas por Tim e Dim ... e por que este infeliz tinha que sair de casa aquela noite ... ele vai para a cadeia ... quando ... se responderem sim ao terceiro quesito ... é pelo que ele atirou ... e pelo índice de qualificado ... se responderem NÃO ao terceiro quesito ele será apenado com a tentativa de homicídio simples ... é muito breve as nossas considerações ... são jurados da inteira consideração deste Tribunal uns pela experiência ... outros pela habilidade do manuseio da letra jurídica ... são acadêmicos ... estudantes ... já devem ter guardado algumas convicções nós já pedimos que amadureçam porque o de Ulisses foi ... cacetada para acabar de vez com a questão ... depois ele resolveu ponderar::: buscar a proporcionalidade passa a derrubar nós esperamos que tenhamos sido claro e bem interpretados ... obrigado bom dia ... ((pega os papéis e vai em direção ao seu assento))

Total de tempo de discurso 54:22

ANEXO 2 - 1ªAUTOCONFRONTAÇÃO

DEFENSOR:1:21

O corpo de jurados... é um ponto muito importante ... pro tipo de discurso que a gente vai empregar... pra defesa pro acusado ... há durante o tempo de trabalho uma aproximação do corpo de juRAdos ... às vezes eles necessitam de certos favores no Fórum ... começa a haver um entrosamento .... aqui presentes estão TRÊS alunas minhas ... e:: como:: a legislação me permite recusar três jurados sem mais explicações e OUTROS fundamentalmente ... a gente começa então ...conforme o tipo de causa e conhecimento que temos dos jurados ... a fazer a seleção a clivar a entrada e a rejeição de um ou de outro deles ... baseados no perfil dos jurados no perfil da causa... então nesse momento aí a gente tá encontrando ...alguns perfis que poderiam ser ajustados do ponto de vista social a entender a causa de Daniel ... porque o Daniel é um rapaz de:: periferia muito pobre ... cresceu dividido entre duas gangues ... e :: nesse momento da sua vida já havia alguns anos que estava mais engajado ( ) casado filho emprego regular:: então a gente pensava o seguinte que os doze anos de pena com desconto de apenas um terço porque foi tentativa de homicídio ... o colocaria em oito anos em reclusão:: e se tratando de crime hediondo ele ia cumprir cerca de seis anos ininterruptos então:: o nosso esforço é dá a ele oportunidade de ser responsável pelo que fez mas dentro da média de pe-na menor que não inviabilizasse nele o retorno à sociedade à convivência com os filhos esposa ... então essa é que é a proposta ... ele realmente participou da ação ...ele tinha:: uma participação efetiva no processo e:: tentava-se amenizar o destino dele ali:: então esse corpo de jurados foi escolhido entre pessoas que a gente sabia que haveria uma aceitação a esse apelo da vida pessoal dele da mudança de vida dele porque nós temos em Montes Claros um corpo de jurados muito elitizado pertencentes a:: camada média a camada da alta e eles não nos teriam assim:: muita abertura para esse discurso e fomos selecionando até ficar com três estudantes de Direito ... que têm um discurso mais aberto ... pessoas mais simples em termos de:: aspecto financeiro então um júri bem favorável para Daniel

PESQUISADORA: 4:19

você conhecia todos além dessas três alunas?

DEFENSOR: 4:20

conhecia ...

PESQUISADORA : 4:21

ah::

DEFENSOR: 4:22

Seu Mariano ... à direita ... nós temos uma senhora ao fundo ali com quem nós tivemos uma certa convivência porque ela nos pediu para fazer uma separação judicial dela e nós temos lá no fundo uns jurados já conhecidos nossos pelas inumeráveis sessões que já participamos acaba sempre tendo esse contato...

PESQUISADORA: 4:45

repete né?

DEFENSOR:4:46

é muito comum repetir ...

DEFENSOR: 5: 34

esse começo de ... trabalho... nós não temos ainda precisamente a tese que vai ser escolhida ... se eu chegar:: com a tese já escolhida ... e sem alternativa de trabalho ... a gente corre o risco da surpresa ... o réu sempre tende a ocultar a dissimular ... ele procura muito se defender ao sabor do momento sem contar com coerência ... com as outras fases anteriores ... durante o inquérito ... durante o interrogatório com o Juiz no Fórum ... então a gente usa o critério de ler o processo três vezes ... pra ter:: é:: conhecimento mais íntimo de todos os depoimentos tudo que aconteceu então a gente passa dois três dias lendo o processo lendo uma duas ou três vezes ... na segunda leitura eu faço os grifos de vermelho ... o que potencialmente vai ajudar o cliente ... durante o tribunal ... mas na hora que começa a seleção de jurados ... o interrogatório novamente do acusado fala da Promotoria ... de azul eu verifico o que que realmente pode ser lido poder ser empregado ... faz uma triagem uma peneira para poder separar um material que pode ter utilidade junto aos jurados ... enquanto vai falando eu começo a ... vasculhar os papéis eu fico com essa postura durante toda a fala do acusado e toda fala da Promotoria ... primeiro ... pra atender uma necessidade que os jurados têm de ver um advogado respeitoso ... que se ajusta bem ao cenário ... que não fica circulando ... interrompendo ... agredindo ... ou que de alguma maneira sendo irônico a todo momento ... o que é muito comum acontecer no tribunal júri ... advogado movimentar-se demais excessivamente e causando assim uma impressão pra ele pessoal de estar sendo visto ... então os jurados querem uma pessoa mais humilde mais serena mais sossegado que ouça a PromotorIA né? ... que posicione se de maneira respeitosa ... pra atender uma necessidade que os jurados têm de ver um advogado respeitoso durante todos que falam então eu fico naquele cantinho lá sentado o tempo inteiro... a Promotora não ela circula ... ela vai lá dentro ela atende o telefone ela faz um chá ela conversa com o Juiz ela vai a platéia e:: os jurados sempre reclamam ... "por que ela não escuta você? Por que você escuta sentado lá o tempo inteiro ela falar hora uma hora e meia e você acompanha a gente vê você anotando o tempo inteiro? Por que ela não faz o mesmo?" ... Eu coloco que isso aí ... não vou dizer que é um desinteresse ou ela ela acreditar que a a fala defensiva não tem nenhuma contribuição para um raciocínio... não vou colocar nesses termos... mas ela tem essa postura e os jurados interpretam negativamente essa postura dela ... como ela tem essa postura ... a minha passa a ser essa ... de ficar lá aguardando silenciosamente sem interrupções igual quando houver as interrupções é muito:: respeito ao Juiz as testemunhas a quem está falando no momento

PESQUISADORA: 8:50

e essa essa postura de você com os jurados de certa forma tem uma uma antipatia né pela postura da Promotora ... isso é revelado assim ... é o discurso do senso comum ou você já ouviu alguém falando? como que é isso?

DEFENSOR: 9:09

diversas vezes ... eles perguntam isso ... é... há alguns intervalos ... nas atividades ... em que a gente tem a possibilidade de de ... de fazer um lanche ... né?... e ali a descontração aumenta ... é muitas vezes porque alunos porque conhecidos fora do tribunal do júri .. eles nos perguntam a razão disso ... porque ela não pode sentar ali ... as vezes é:: durante a nossa fala ... ela faz gesticulações ... e nós sentamos ... é:: numa posição ... em que ela fica às nossas costas ... durante a nossa exposição ... ou de pé ou sentados nós ficamos é:: com as costas voltadas pra ela ... e ela faz gesticulações ... ela faz sinais ... ela faz gracejos ... e aquilo causa uma má impressão nos jurados ... não é esse bem um perfil de um Promotor que estaria é:: trabalhando em cima dos fatos em busca da verdade ... por causa dessa impressão os jurados às vezes não interpretam bem essas saídas esses gestos essa ironia dela essa intervenção é:: eu nunca peço um aparte no júri ... nunca peço ... ta? ... o que é aquela postura de ouvir detidamente silenciosamente analisando consultando meus papéis ... agora é comum por parte dos Promotores fazer a requisição de um reparo porque faz parte inclusive lá dos treinamentos deles das escolas próprias de tentar romper com o fio do raciocínio de quem defende né?... criar um certo embaraço um atropelo pra dificultar um engajamento de novo num raciocínio ... até interromper aquelas fases muito boas da defesa que pudessem trazer alguma impressão ... então ela usa desses estratagemas ... só que isso na prática na interpretação dos jurados que pesa contra ela...

PESQUISADORA: 11:04

antigamente o:: defensor ele... eu não sei se eu estou enganada mas ele ficava era de frente pro corpo de júri e não do lado do Juiz do lado esquerdo do Juiz ... é verdade isso?

DEFENSOR: 11: 15

é .... é correto ... na disposição do anterior Tribunal do Júri ... na sede do antigo Fórum ... a nossa posição era de frente pro corpo de jurados e ao mesmo tempo de frente pro Magistrado ... a disposição era bem mais favorável ... hoje nós ficamos assim ... é .. ocultos né?... nós temos uma posição de frente pra a ... platéia ... mas sem assim a visualização direta do corpo de jurados sem o contato visual direto do Juiz quando há essa necessidade eu tenho de levantar ... e posicionar lá na frente de modo a enxergar como estão as expressões do Juiz as como estão as expressões dos jurados

PESQUISADORA 11:57

e essa disposição lá ela foi mudada por lei ... ou por... foi por que que mudaram essa disposição?

DEFENSOR: 12:04

a única disposição sobre ... a estrutura ... da sala ... vem em favor do MP ... o MP tem que sentar à direita do Juiz

PESQUISADORA 12:16

a lei só prescreve a respeito da postura do MP

DEFENSOR 12:21

e tem que sentar num tablado abaixo do Magistrado ... então há uma hierarquia visual ... uma expressão de poder também visual ... o Juiz num tablado acima ... a Promotoria um degrau abaixo ... e a defesa rente ao chão ... essa é que é a disposição ... visualmente ... isso ... isso ... nos revela que o Juiz está acima de todos ... que a Promotoria está acima da defesa ... e a defesa está a nível reduzido perante esses dois ... membros do judiciário ... aquele que julga e aquele que faz o papel da acusação ...

DEFENSOR: 16:41

esse preâmbulo é muito importante ... porque ali ... ou nós ... passamos a ter a atenção dos jurados ... então pode olhar assim na própria face dos jurados ... a revelação de um desinteresse de uma intenção de uma discordância ... com a causa ... eu to reparando que:: eu abusei de algumas palavras que não são do uso comum ... quando a gente trata pra um tribunal leigo ... a gente deve ter o máximo de cuidado de ser claro ... é:: nosso ideal pessoal ... por aquilo que a gente tem trabalhado nessa tarefa ... é de procurar ter precisão e clareza ... precisão nas informações ... precisão na argumentação ... mas também clareza ... sempre se espera do Defensor Público ... ou do advogado de defesa ... um certo brilho pra falar ... uma certa eloqüência ... um certo poder de persuasão ... então tem que se aliar isso porque é a expectativa de todos ... da Promotoria isso não é exigido ... tem que se aliar essa expectativa com precisão e com clareza ... então há dias em que nós acordamos ((risos)) mais inspirados ... pra fazer essa transição ne?... de procurar falar uma coisa se não muito chamativa ... pelo modo de falar né?... pela postura ... e também fazer que isso seja claro e preciso ... é o ideal do:: orador ... é clareza precisão e bom gosto ... durante essa fase intermediária a gente vai fazer uma transição desse preâmbulo ... né ... em que saudamos as pessoas apresentamos o objetivo daquela manhã ... qual é o cerne da causa ... e temos que fazer uma transição pra ligar esse momento até o debate ... e eu usei a questão da moderação ... meu argumento dessa manhã é moderação ... nós temos que ferir Daniel ... porque os jurados não têm a noção de pena como ... é:: ressocialização ... nenhum de nós temos a expectativa que a prisão hoje em qualquer canto do mundo possa operar res-so-cia-li-za-ção ... mas tem uma pessoa ferida uma pessoa que foi atraída por dissimulação que foi levada pra lugar a ermo onde era aguardada por seus inimigos ... e essa pessoa então sofre uma agressão ... anteriormente a vítima era o agressor ... feriu Daniel ... o machucou o humilhou perante os amigos da comunidade numa briga de rua:: o Daniel depois de se integrar na gangue rival a esse que agora é vítima ... ele começa a encontrar outros motivos razões de se vingar daquele moço ... e organiza essa vingança ... curioso ... que a vingança ... ocorre depois que se descobre que a vítima estava organizando uma retaliação novamente a eles ... a moça pivô que é chamada pra poder dissimular a intenção de Daniel e companheiros ... foi chamada primeiro pela vítima ... pra dissimular da mesma forma ... uma agressão que a vítima praticaria contra Daniel e colegas ... mas ela acabou revelando pra Daniel e companheiros e se inverteu ... vingança passou a ser um projeto nesse sentido ... a moderação é um instrumento de persuasão ... oito anos pra um rapaz que já tinha atravessado muitos anos desde o fato ... o fato tinha mais de quatro anos é:: num seria:: o ideal ... pra ele família filhos e pra sociedade ... demonstrar essas alterações é muito importante ... a gente usou então é:: um conceito antigo né?... um conceito que:: vem dos gregos ... moderação ... sinônimo de justiça ... aquela visão dos gregos de que pelo caminho do meio ... *virtus* e *médio* a virtude está no meio é que encontraremos o melhor

posicionamento pra fazer a punição de Daniel ... e trabalhamos muito nisso ... naquela oportunidade ... lembramos algumas figuras mitológicas ... sobre isso ... tentando convencer os jurados da importância de ouvir o apelo da moderação ... feito o apelo da moderação pena da moderação ... mas justifica ser moderação? ... aí é que nós vamos a fase seguinte dos argumentos ... vamos contar com a participação da vítima ... o que pretendia a vítima ... a própria H. tentando atraí-la para trair os amigos e armar uma cilada aos amigos ... como a H. então passa a a relatar esses fatos aos amigos ... e integrar com eles esse esse propósito de atrair novamente ... mas dessa vez com o objetivo de deixá-la a mercê com aqueles que pretendiam vingar ... ou ferir ... e aí foi construindo essa história pra entender que a vítima não era ... tão vítima assim ... e nessa busca de proporcionalidade ... o que a vítima fazia queria naquela região é muito importante se dosar ... mas vamos ver é que na seqüência a gente não tem o êxito nesse sentido não consegue dar essa sensação de que punir menos Daniel seria dar proporcionalidade para a participação de todos ...

DEFENSOR 27:51

A sessão do júri pros jurados ... à vezes é:: cansativa ... porque ambas as partes têm que repetir muitas vezes ... trabalhar ... insistentemente certos pontos e eles têm a vontade de aprender alguma coisa ao final daquilo tudo ... eles querem aprender alguma coisa ... querem sair com a sensação ... "Eu estive num local ... onde eu auxiliei ... mas estou levando um material pra mim" ... daí a importância da Literatura na fala ... da Filosofia na fala ... e os conceitos na fala de quem está justificando sua tese ... a história de Ulisses por exemplo mais tarde ... é:: umas das juradas perguntou assim é:: "E onde eu acho esse livro para ler?..." ((risos)) ... "É que eu estava curiosa pro embate final".. mil anos antes do Cristo alguém pensa que se vai acabar com seu inimigo ou se vai feri-lo com moderação e daquilo que a situação o exigir ... então é um livro muito curioso e hoje em dia ta na moda né?... a história de Ulisses ao lar ... e aquilo trouxe uma expressão positiva ... essas imagens da Literatura são umas coisas bem interessantes ... a Promotora de vez em quanto irritada com isso ela diz ... "Eu vim trazer fatos e não Literatura ..." ((risos)) então ela começa a criticar então nas réplicas depois que eu falo e ela fala novamente "Eu vim trazer fatos e não apenas Literatura poesias histórias" ... pois é aquilo seria muito bom na fala dela ... porque fica uma fala muito seca né... e como ela não tem assim é:: GRANDES virtudes de oradora ... ela ela com as histórias com as imagens ela ia fixar melhor o que ela ta tentando transmitir ... a Promotora anterior que fazia o júri ... Dra. Silvana... era uma pessoa muito ética ... daquelas pessoas que aparentava assim... muita nobreza de caráter ... uma Promotora difícil ... os jurados já têm aquela imagem que o defensor ta preocupado só com seu cliente ... que o Promotor tá preocupado com a gente... ele senta num degrau acima né? inconscientemente ele assimila no Promotor é que tem interesse de achar a verdade ... o defensor nem sempre fora a fama dos advogados essa coisas sobretudo no Tribunal do Júri ... inclusive em Montes Claros isso é muito difícil ... então ... são Promotoras a anterior e essa ... que falam muito rápido ... que não pausa as informações que não dão aqueles segundinhos pros jurados ouvir introjetar as informações um pouquinho ... nesse sistema de falar de falar sem parar ...elas não permitem que os jurados raciocinem em cima das informações então a gente faz uma pausa deixa uns segundos a informação cair né? Deixa pingar devagarzinho... para que ele possam ir assimilando devagarzinho... como elas são ansiosas pra falar ... eu preciso calmo sossegado né? Tem que

falar com muita moderação também ... isso são recursos que a gente vai lendo a maneira do Promotor trabalhar ... Promotores muito CALmos muito pondeRAdos você vai com mais veemência com mais FORça com mais determinação ... como esse júri é um júri em que Daniel é realmente uma pessoa problemática difícil socialmente e cometeu um delito grave né? Por pouco ele não leva o seu oponente à morte muito pouco ... esse é um júri da humildade ... a gente não ataca a Promotoria a gente reconhece que é uma pessoa sensata de fato a Rachel é uma pessoa sensata uma pessoa que traz uma convicção e é ... mas com o tempo todos nós passamos a vestir as camisas das instituições e começamos a enxergar as coisas com as cores da instituição ... então a defesa é a defesa a acusação começa assim a andar a acusar ... cada vez com mais veemência ... Daniela quando chegou ao Tribunal do Júri há três anos ... era uma Promotora assim de avaliar muitas coisas ... duas três vezes ... antes de acusar ... mas quando tem as lutas dela no Tribunal ... os êxitos as derrotas ... as frustrações ... porque é muito frustrante você trabalhar numa função dessas que no fim das contas não muda nada socialmente ... apesar das obras ela reconhece isso ... o processo criminal não barra a criminalidade crescente ... e ela reconhece isso ... então ela começa a ficar assim ... menos criteriosa ... e hoje ela faz acusações ... que eu reputo no Tribunal do Júri ... às vezes levianas ... imaginárias ... suposições assim sem uma base no processo ... quando a Promotoria tem razão ... a gente tem que ser humilde ... tem que ter uma alternativa menos agressiva ao cliente ... quando a Promotoria não fez a prova ... quando a Promotoria não tem razão ... então o júri é outro ... a gente vem com força ... a gente fala mais firme ... a gente traça algumas palavras que vão ferir realmente a Promotoria né? ... que vão agredir de certa maneira a Promotoria ... questionando a lisura a transparência ... porque é um emprego notável ... paga muitíssimo bem ... pra pessoa ficar achando ... achando... achando ... enquanto a sociedade quer uma Promotoria de justiça que vai atrás da prova ... que levanta a prova que mostra porque está pedindo ... e tem júri que não é assim mais ela ta se contentando em achar em supor então a gente percebe um profissional na trajetória ... nas dificuldades da função nas limitações sociais da função e da instituição ... perder um pouquinho da qualidade de pessoal ... quando ela chegou foi com muito aplauso mas hoje não dá assim pra ter uma previsão assim de como Daniela vai pensar no júri ... porque as vezes nas causa mais banais Daniela vem com força desmedida e às vezes em causas muito importantes ela vem não se sabe porque menos preparada com sufoco do serviço né? As dificuldades do lar porque ela é mãe ela é esposa ... ela não vem preparada como devia e isso ... não é bom para ela ... não é bom para a instituição não é bom pra justiça ... a sobrecarga de serviço dela tem afetado e essas vivências contínuas que no Tribunal vem modificando a postura dela em relação ao processo penal ... a sociedade e aos delinqüente isso é visível né? ... por isso que na minha carreira ... quando eu fazia é:: o último ano de faculdade ... o projeto era passar no concurso da Promotoria de justiça ... e eu com algumas colegas ... nós estudamos três anos para isso ... mas naquele ano naquele dezembro ... a regra foi mudada e nós tínhamos que ter dois anos de intervalo entre a colação de grau e a inscrição do concurso foi quando apareceu a defensoria ... e eu nem conhecia a defensoria pública ... eu não tinha muita freqüência no Fórum ... eu não fiz estágio por causa do trabalho que eu tinha de manhã à tardinha então ... eu tinha uma noção muito parcial das coisas ... eu atendia o MP hoje ta provado logo depois da colação de grau do concurso da defensoria pública ... quando eu fui ver a prática do MP não era aquilo que a gente sonhava ...

então depois de três anos dedicando ao concurso ... estudado o programa desse concurso ... os manuais mais importantes desse concurso ... eu vi que não era aquilo que eu desejava a gente tem uma certa postura religiosa ... a gente quer aprender a viver e o que a gente aprende e prega ... a gente tem uma necessidade de ... vê as coisas se transformando socialmente que as coisas se modifique que a justiça melhore ... então a gente viu que ali a gente não seria útil pelo contrário ... dado o número de pessoas que entram tão idealistas e depois vão deixando o ideal morrer ... eu tinha preocupação se isso pudesse aconteceria comigo ... então eu nunca tentei o concurso pro qual eu me preparei tantos anos ... nunca fiz um concurso do MP ... e a defensoria passou a retratar o meu ideal ... tem a ver com minhas idéias religiosas ... tem a ver com as minhas idéias espíritas tem a ver com a minha idéia de direito né? ... tem a ver com meu anseio social né? A gente ta perto da população muito necessitada ... muito sofrida da nossa região ... e uma área abandonada até então em Montes Claros ... a defensoria pública até 95 estava abandonada ... os réus eram praticamente indefesos ... e a advocacia particular pra quem podia pagar tinha uma certa qualidade ... pra quem não podia era lastimável ... então desde que a gente entrou na defensoria a gente foi pedindo muito aos Tribunais nulidades de certos processo pois os réus estavam totalmente indefesos e os tribunais foram reconhecendo ... refazendo tudo de novo ... o começo ao final ... então a gente percebe assim que a Rachel é uma pessoa de grande qualidade ética .... mas hoje está sendo vencida pelas agruras do ambiente ... então de tanto ver criminosos terríveis ... ela ta começando a enxergar um criminoso em toda pessoa que passa na frente dela na acusação ...

DEFENSOR 52:28 S

os jurados estão ficando desconsertados ... porque não foi essa a versão apresentada pela Promotoria ... mas é do estilo da Promotoria não ler muito os autos não:: se referir-se muito a depoimento ... então fica a impressão .. de:: tradução pessoal desse encaminhamento ... enquanto a gente coloca os autos na mão vai folheando ... pulando de fala em fala o delegado as testemunhas ... e aí o cenário começou a ser constituído a vítima tentando captar da moça os favores para atrair os da gangue rival ... a moça delatando a vítima para a gangue rival ... a gangue rival organizando o cerco com a moça para surpreender a vítima ... e um personagem começa a se reverenciar o Mar. Ant. ... vulgo Tim ... é ele que é o capitão dessa empreitada ... e quando a gente foi fazendo a leitura da ficha ... da vítima Wel. as duas tentativas de homicídio ... nesse plano Daniel foi se tornando uma peça menos importante ... ele foi perdendo dimensão no evento levantou o trabalho que fez a vítima e:: o que queria Ma. Ant. ... então eles vão na casa onde está o acusado o Daniel duas vez tentar convencê-lo a ir ... a participar e ele tem uma filha de poucos dias e está na casa da então noiva não havia se casado ainda ele vai resistir mais depois em nome do sentimento de grupo ele acaba cedendo e vai ... ele não participou da dissimulação mas aderiu a ela ... é homicídio qualificado tentado por causa da dissimulação ... tecnicamente a Promotora tem razão ... não importa se ele aderiu na última hora mas ele aderiu a vontade do grupo e é uma vontade marcada pela dissimulação para atacar a vítima ... mas no histórico moral anterior ... ele foi agredido pela vítima ... ele não viu a justiça acontecendo na época ... quando a polícia fez a ocorrência da agressão que ele sofreu ... da ocorrência não aconteceu mais nada ... e ele então vai se aproximando desse grupo ... vai conhecendo melhor o seu atacante ... e vai fazendo uma idealização dele assim do mal né vai personificando a sua vítima o mal ... e ele não está nos primeiros momentos até no

meio do caminho a essa agressão ... moralmente a gente percebeu que ele deveria ser punido diferente por isso né? Ma. Ant. era maior de idade na época ... não foi acusado formalmente ... os demais não foram acusados normalmente e ele sim:: é que foi... o Ma. Ant. se escondeu atrás de relações como essa ... ele vem ao fundo ... ele vem atrás ... ele não atirou ... mas os autos demonstraram o contrário ... então aqui a gente começou a perceber que os jurados não têm começaram a assimilar a tese da defesa né? Falamos assim ... a Karina não deveria estar aqui não deveria? ... e vários bateram com a cabeça em sentido positivo ... está ... há um sinal do outro lado que ta falando ta surtindo o efeito ... e agora então a gente vê o jurado Mar. à direita né? Preocupado com as mãos inquieto ... a Bri. a jurada da frente do meio ... ta muito atenta ... e nós temos um jurado lendo um processo consultar os autos originais lá atrás ... é um jurado que ta tentando devassar isso melhor ... é uma característica positiva dele né? ... porque tem jurado que parte do pressuposto que tem que ficar com a Promotoria e tem jurado que parte do pressuposto que tem que ficar com a defesa por incrível que pareça há jurados que fala assim ... eu sempre voto com vocês ... né? ... e a gente sabre que tem jurado que vota com podem fazer mal diante de um caso porque as vezes precisa de atenção pra se fazer uma definição e uns já passam do pressuposto ... aquela senhora ... ((apontando)) atrás à esquerda ... ela parte do pressuposto que ela tem que ficar com a defesa ... ela parte desse pressuposto ... mas a três estudantes de direito a última á no fundo à direita e as duas do lado esquerdo na frente ... estão muito atentas acompanhando ... certamente está lembrando lá de nossas aulas né?... os conceitos e tentando ou até achando da nossa fala semelhança com o que estudaram ... e já fortalecendo e de repente está um pouco disperso no começo estão mais atentos mais fixados estão reagindo a fala ... às vezes uma pitada de humor ajuda ... há uma sintonia que você pode ir naquela linha para que possa surtir efeito ... agora apesar dessa empatia ... ao final eles não vão votar ... eles começam a encontrar muitas razões pra se convencer conforme a defesa nós a ficar ficha do Daniel não é uma ficha positiva nós passamos por uma fase aqui em Montes Claros do domínio das gangues ... até o ano 2000 ... e de lá para cá as gangues foram desestruturadas pela polícia ... pelo poder judiciário ... elas não têm aquele poder que tinha antigamente ... mas ainda ficam as impressões né? ... aquelas imagens de jornal televisão deles se matando ou matando pessoas inocentes nas ruas ... então Daniel tem uma vinculação que não permite de ser bem interpretado ... por mais que ele tenha fundamentos para agir como agiu ... por mais que ele tem assim desculpas ... justificações até plausíveis pra gente pra aquelas circunstâncias os antecedentes não permitem no final que ele seja bem avaliado ...

PESQUISADORA 59: 02

e as gangues ... pela leitura que eu fiz nos autos ... elas têm família né?... a mãe acompanha ...

DEFENSOR 59:09

não são pessoas de rua ...

PESQUISADORA 59:10

é::

DEFENSOR 59:11

não são desabrigados ... pessoas de família ... mas nos bairros pobres onde moram ... parece que procuram evidência e poder para essa forma de ...

PESQUISADORA 59:24

talvez até defesa? ... Será?...

DEFENSOR 59: 27

naturalmente quando num bairro surge uma gangue ... o outro precisa se defender ... porque a intenção de uma gangue ... é alastrar seu território de domínio ... então foram muitas as gangues surgidas porque .... na construção de uma num bairro ... outro bairro que tinha certos elementos ... de uma vida mais folgada ... né? ... menos compromissada ... e também se sentiam no dever de se defender ... e aí eram trabalhos assim ... de muita prevenção ... as atitudes de muita ... muita maldade .... uma agressão quase que gratuita assim ... sem finalidade né? nenhuma ... nada tem a ligação com as famílias as famílias bem estruturadas ... muitas vezes simplesmente né? um descontrole ... uma ausência de princípios que pudessem contê-los ... vamos ver que ... a causa de Daniel tem até certos traços de justiça no que ele pede ... mas ele não tem cacife pra pedir o que ele pede ... só que o Juiz de Direito ... vai concordar com a defesa e vai dar uma pena que nos pedimos ... vai diminuir em 50% a pena pedida pela Promotoria porque ...

PESQUISADORA 1:00:46

e votada pelo tribunal né?

DEFENSOR 1:00:48

e votada pelo tribunal ...

PESQUISADORA 1:00:50

será que o tribunal entendeu realmente o que é proporcionalidade?

DEFENSOR 1:00:54

eu creio que sim ... eu tenho essa impressão que entendeu ... que a definição saiu dos antecedentes ... é ... a gente sempre tava colocando ... que a Promotoria quer oito mas oito anos na qualidade de crime hediondo ... vamos pedir seis ininterruptos ... a defesa vai pedir que se tire a qualificadora ... então o Juiz vai fazer o cálculo de seis anos pena mínima ... menos um desconto de um terço ... porque é tentativa quatro anos ... e pedimos o regime semi-aberto ... então ele ficaria encarcerado ... durante um período ... a gente ta pedindo isso porque é melhor que ele passe pelo regime semi-aberto em quatro anos do que viver os oito anos que a Promotoria quer em regime de hediondo pra cumprir seis anos mais ou menos ... a gente ta barganhando ... nós oferecemos pra você ... que passe lá oito anos na prisão ... o Juiz nem isso deu ... o Juiz quando toma a sentença pra fazer só os cálculos aritméticos ... ele distorce a vontade dos jurados ... que que ele fez ... ele deu aquilo que a gente pediu e deu mais ... deu regime aberto ... ou seja ... Daniel nunca enfrentou a prisão ... pelo que fez ... já ganhou direto a passagem ... pra convivência social ... por quê? Dr. Selton M. ... foi leiturista da Cemig ... nossa companhia de energia elétrica ... já percorreu essas áreas todas né? ... é um homem que veio do povo ... é um homem que depois de Juiz ... depois de muitos anos fora de

Montes Claros ... volta pra cá e continua vivendo no meio do povo ... foi até hostilizado por alguns juízes porque queriam que ele morasse em bairros mais adequados a função ... né? classe alta ... e ele afirmou que ia morar onde sempre morou ... ele nunca desfez da casa dele ... melhorou a casa dele e ficou lá no morro ((risos)) ... na villa Atlântica ... então isso ... o afastou dos demais juízes daqui ... nota-se uma rejeição a ele ... mas ele pra essas causas onde há luta dos jovens né? ... está presente ... as dificuldades sociais ... então ele é um bom Juiz ... ele faz uma apreciação ... mais mais razoável ... então ele deu aquilo que nós pedimos ... e que os jurados não concordaram ...

DEFENSOR 1:19:03

no Brasil os quesitos são muito complexos ... em geral os bacharéis não entendem ... e é preciso traduzir isso pro corpo de jurados ... o que eles estarão respondendo isso publicamente ... então o mais difícil ... a gente ta percebendo que a exposição ta dentro do que poderia acontecer em favor do Daniel o réu ... e dentro do nosso limite pessoal ... chegou um ponto de:: ... sensibilizar ... eu estou imaginando isso uns quatro a três ... quatro votaram pela acusação ... três pela defesa ... os potenciais que votaram pela acusação seu Mar. ... o jovem atrás dele ... essa mulher que está na esquina a primeira e aquele moço lá atrás ... o segundo esses quatro votaram possivelmente contra o Daniel ... natural porque mais velhos ... atemorizados ... pais de família ... enquanto que as outras pessoas solteiras ... né?... sem filhos ainda ... então possivelmente foram eles que votaram ... quatro votos contra a defesa ... três votos a favor da defesa ... foi o resultado ... é:: a gente percebe que:: ... não é uma decisão injusta ... nos autos ... tem justiça nos autos ... a tentativa de fazer uma decisão melhor mais acertada ... distribuindo as responsabilidades ... foi o nosso modo ... então quem participa quem é protagonista desses fatos ... que cada um contribuiu ... ou repartir isso de modo a causar ... a melhor distribuição da justiça ... então por duas vezes o Wel. vítima tentou matar pessoas ... qual a pena dele?... dois anos regime aberto prisão domiciliar ... agora o outro que em reação ao projeto de homicídio dele ... se antecipa a ele ... e quer matá-lo ... esse vai sair com oito anos ... então é uma tentativa de ... distribuir responsabilidades dentro de nosso limite pessoal ... eu creio que foi o que eu podia fazer ... e aquela tentativa de explicar nos quesitos ... o que nós pedimos ... que é outra tarefa difícil ... porque mais a frente o Juiz vai pra sala secreta e volta a explicar esses quesitos ... e conforme ele tenha gostado ... da causa ou não ... ele usa exemplos que fortalecem a defesa ou destrói a defesa .. então apesar de no Brasil o Juiz de Direito ser apenas o Presidente do Júri ... o organizador ... aquele que exerce a disciplina e o que por fim faz os cálculos aritméticos da vontade do júri ... ele é uma pessoa muito importante ... a presença dele a sensação que ele transmite sobre a causa ... é interessante aos jurados muitos ficam olhando pra ele ... a cada fala desvia o olhar e olha pro Juiz ... como é que ele tá reagindo né ... lá dentro também conforme a exemplificação que ele usar para explicar quesitos as perguntas ... nós vamos perceber pra onde ele está tendendo ... pra onde não está tendendo e aí a gente faz o desfavor da justiça de votar conforme a opinião do Juiz .. e não conforme a consciência e a prova dos autos ... que é proposta da lei inclusive ... vou pegar o quesito que o Juiz preparou e a pergunta fundamental que é sobre a dissimulação ... e houve ou não houve? ... vou fazer mais uns comentários sobre ela tentando reaplicar às perguntas à explanação anterior ... ou ausência falamos ... é:: o suficiente ... há vezes que a gente é bem rápido e impactante ... fala meia hora quarenta minutos ... os jurados

gostam que você fala pouco ... eles hoje estão ouvido muito né? ... a Promotora foi breve mas a defesa falou mais de uma hora ... eles não gostam de advogado que falam mais de uma hora ... eles têm compromisso ... muitos são autônomos são comerciantes são representante são revendedores estão perdendo tempo e o dinheiro deles ... eles querem resolver aquilo naquela manhã ... até gostam de ser jurados ... mas querem brevidade ... e hoje eu não tempo pra eles ... então na hora da quesitação vamos ser breve ... e vamos pra sala secreta ...

PESQUISADORA 1: 32:02

esse final aí em que o policial aperta a mão do réu ... isso tem alguma significação para você?

DEFENSOR 1:32: 10

esse policial é estudante de Direito e nós já nos conhecemos há muitos anos ... ele nos deu algumas informações ... acho que ele ficou satisfeito com o resultado ... esse ... esse rapaz o Daniel ... ele não tem nenhum delito antes ... ele não cometeu ... é uma coisa comum em Montes Claros nessas faixas sociais certos níveis de delinqüência dos 16 aos 30 ... depois com os anos com a experiência com a maturidade ... as lutas ... as frustrações ... né? ... eles não são reincidentes mais ... após os trinta a gente vê que a vida faz o que a cadeia não fez ... talvez com o auxilio da cadeia em muitos casos e:: é um rapaz hoje sem problemas ... toca a vida dele ... ganha o seu dinheiro ... com a esposa e com filho ... então apesar do fato reclamar do Juiz uma pena de oito anos submetendo ele seis anos ... ao regime fechado sem alternativa ... sem benefícios ... Dr. Selton M. fez ... um discurso contrário ao da lei ... ele fez um discurso conforme ... ele sentiu bem fazer ... um caso que merece isso e ele deu isso ...

PESQUISADORA 1:33:42

então abre margem né? O Juiz que preside mesmo que o tribunal vê a pena como a Promotoria quer ... cabe ao Juiz na hora da dosagem da pena adequar até mesmo aquilo que era vontade do Defensor ... o que era a vontade da defesa naquele momento ali.

DEFENSOR 1:34:07

justamente ... então depois Dr. Selton M. vai falar muito do papel da Karina ... ele vai comentar depois no júri que a moça é uma moça terrível ... ela se prestou a um papel terrível ... então ele justifica então um pouquinho porque que que ele fez uma opção por dosar tão brandamente essa pena ... muito brando mais do que eu gostaria ... eu acharia interessante ao Daniel ... a experiência do cárcere ... eu acho que os quatro anos em regime semi aberto seria interessante ... como nós não temos casa de albergado em Montes Claros o regime aberto se cumpre em prisão domiciliar ... mas sem fiscalização do Estado ... contra a própria consciência dele ... sabe que o Estado nunca vai se consciente a essas regras ... limite de horário de saída de freqüência ...

PESQUISADORA 1:35:04

mas ele sempre vai ficar na expectativa se ele fizer alguma coisa errada naquele horário em que ele não deveria estar ... né? Andando pelas ruas né? Aquilo dali vai prejudicá-lo de alguma maneira .

DEFENSOR 1:35:19

ele vai perder o regime aberto ... então dias depois nós fomos convidados apareceu ele a família lá na Defensoria ... porque agora ele é uma pessoa que tem o nome lançado como delinqüente né? ... no rol dos culpados ... uma tentativa de homicídio qualificado ... e esse registros da polícia ... iam torná-lo assim um alvo ... apreciado ... se ele for encontrado na rua de noite ...perambulando ... sem atividade lícita ... né? Na malandragem ... ou em lugares que não seriam adequados ... o policial que o abordasse iria fazer uma consulta ao registro da polícia militar ... iria colocar ... como sempre acontece ... um cigarrinho de maconha no bolso dele ... uma arma velha na mão dele ... é isso que acontece comumente na prática da polícia não em todos os policiais mas em boa parte tem esses casos devido ele evitasse sair as ruas ... ficasse mais doméstico ... presta mais atenção a oportunidade que ele recebeu eu coloquei que ele escapou do tribunal terreno mas no da consciência e do Divino caso ele acreditasse Nele ele estaria por ser avaliado ... por enquanto o rapaz ... mais de seis meses né? tá indo bem ...

PESQUISADORA 1:36:44

no caso aí enfrentar é a Karina porque esses ... os depoimentos dela ... que ela foi dando no decorrer do processo ... em todas as fases ela ... ela vai repetindo né? a mesma mentira só na fase judicial depois que tinha outras pessoas colocaram que ela ... era a pessoa que era a causadora de tudo é que ela chegou e realmente confessou ... mas ela foi firme né? durante toda a fase policial ... até na acareação ela ... ela foi repetir a mesma mentira

DEFENSOR 1:37:25

Promotora apostou na tese ... a Promotora apostou na tese de ressaltar o particular ... fato daquela noite ... Karina atraindo a vítima ... cominada com os colegas ... e a execução tentada de homicídio ... a defesa trabalhou a conjuntura ... e o antes e o depois ... quem realmente tem contribuições para que isso tivesse acontecido ... então quando ela apostou no particular ... ela teve êxito né? Era bem própria essa tese ... é reverenciar o momento porque na conjuntura o Daniel ... tinha lá as suas ... justificativas ... tinha lá as suas razões ... pra agir daquela maneira ... mas num caso particular um fato ... num momento a Promotora tem razão ... houve tentativa de homicídio por dissimulação ... analisado o contexto ela perderia razão em a dissimulação e o Juiz concordou com isso quando dourou a pílula ... e:: ela ganhou mais não levou

PESQUISADORA 1:38:59

e assim pra finalizar .... você se sentiu vitorioso aí ... com esse júri ?

DEFENSOR 1:39:06

não ... eu ... eu ... hoje ... eu percebo que ... eu estava tranqüilo ... me analisando eu não pude perceber tensões ... como estava fluindo tranqüilamente ... o fluxo das idéias estava ... surgindo ... tranqüilamente ... e eu estava fazendo uma tese na qual eu acreditava ... tinha que se proporcionalizar a pena nesse tribunal é:: eu não me sinto bem depois do júri ... a não ser ... em casos é:: que a gente vê que:: realmente foi feita a justiça ... não é vitória o resultado ... não é derrota ... as vezes necessidade ... mas eu esperava que o Juiz tivesse fixado o regime semi aberto ... porque mais do que da liberdade a gente preocupa com o que a pessoa vai

fazer da liberdade ... ele ganha a liberdade pra fazer o que não sabemos ... pra mim alguns meses no cárcere seria ... seria muito úteis pra ele ... e foi o que eu comentei com ele antes de começar o júri ... você vai hoje pegar oito anos ou quatro anos ... você vai ficar cerca de oito meses a dez meses na prisão ... se a defesa ganhar ... se você perder ... você vai ficar seis anos na prisão ... você vai aceitar isso né? Caso a gente recorra ao tribunal numa apelação não vamos ganhar ... porque eles vão respeitar a decisão dos jurados ... e ... procure ir ... aceitando isso e transformando isso em uma lição ... eu não sei se o Juiz agiu bem ... talvez ele tenha mais lá decepções ... tenha aprendido... ... mas o moço precisava ... eu achei um certo estímulo pra ele o regime aberto.

PESQUISADORA 1:41:07

você acha que o Juiz atendeu mais até do que merecia ...

DEFENSOR 1:41:12

eu não fiquei satisfeito nesse sentido ... eu fico satisfeito quando o Juiz prognostica ... isso é realmente contrário aos autos ... imaginei que a qualificadora ia cair não caiu ... achei que os jurados não andaram bem ... eles se equivocaram nisso então sem razão pra poder ir embora logo com isso ... entendi que o Juiz foi muito benigno ... excessivamente benigno com o rapaz que tinha uma história que ele tinha ... ele não tinha crimes mas tina umas andanças perigosa por aí ... então a gente cumprimentou Daniel .... deu parabéns pra ele ... foi somente ... outra coisa o Tribunal do Júri é muito momento é muito situação ... e é um pouco teatro ... então não fica assim muito agradável pra gente ... como é praticado o Tribunal do Júri hoje ... a Promotora poderia ter apostado ... na tese mais razoável ... tirar essa qualificadora não tinha ... mesmo responsabilidade ... na preparação do crime ... na dissimulação ... porque ela não fez isso ... né? Ela teria chegado na prática de homicídio ... a gente pede uma pena mais branda ... trabalharíamos com a hipótese da pena mínima ... quatro anos ... três anos ... algo assim ... depois ela insistiu numa coisa que ... no justo não tinha cabimento ... embora na lei tivesse ... e o Juiz prova o motivo que a gente sabe né? ... que se conhece ou se viu refletido no menino ou na causa ou tem informações sobre o lugar e as pessoas gente não tem .... e foi extremamente benigno ... não fez bem ao rapaz nesse sentido ... agora é a nossa visão né? Quem sabe não foi aquilo mesmo que deveria ter acontecido ... júri em que eu sinto bem em terminar ... é aquele júri assim que ... foi bem acertado as teses os jurados andaram bem ... aquilo dá confiança para você trabalhar ... mas como eles erram ... ou pra gente ou pra Promotoria ... você sabe que eles erraram ... então fica essa preocupação ... a nossa maior arma no júri é a credibilidade ... nós somos defensores públicos ... nós não temos compromisso é com o aspecto financeiro do cliente nós não temos repercussão financeira se a gente for *exitoso* ou for vencido no júri ... claro que a gente passa a criar um efeito assim pessoal ... há uma certa rivalidade entre Promotor ... defensor .... em ficar lá disputando e querem e essa rivalidade dá certo prazer ... quando você é vencedor ... dá certo desprazer quando você é o perdedor ... mas o júri que a gente vê assim com bons olhos é aquele que os jurados acertaram ... esse é um bom júri ... esse você trabalha da próxima vez ... com mais segurança ... porque de vez em quando acontece do cliente não aceitar a sua pena ... esse é o júri que nos apavora ... é o júri do cliente inocente ... regra 90% eles não são inocentes ... qualquer resultado que vier ... será bom pra eles ... em termos assim ... de coletividade ... mas

há cerca de 10% dos casos é mais raro então você encontra pessoas que vão ser injustiçadas se a Promotora vencer ... aí você fica preocupado ... aí você chega lá tenso ... né? Eu tava tranqüilo porque Daniel tem uma história de vida que merece aquilo ... eu estava relaxado também por isso ... se fosse uma pessoa de vida reta ... de vida positiva ... construída pra acertar e que houve um acidente uma dificuldade ... como recentemente um caso de um irmão que matou um irmão ... porque esse irmão outro era um toxicômano um traficante estava planejando matar a mãe naquela noite ... ele chegou tem emprego ... conseguiu salvar a mãe e matou o irmão ... foi acusado de homicídio ... então aquele é um tipo de júri que apavora a gente você ... ele não tem razões pra isso ... ele tinha material tinha dúvidas ponderáveis ... na prisão ... então esse é um júri que a gente fica relaxado por isso ele é um indivíduo que mereceu estar naquelas circunstâncias ... precisava daquilo e até mais ... na nossa visão... e o Juiz aqui errou na mão.

PESQUISADORA 1:45:54

mais algum comentário que você gostaria de fazer?

DEFENSOR 1:45:55

não

ANEXO 3 - SEGUNDA AUDIÊNCIA

(Após a acusação feita pela Promotoria, o Juiz concede ao defensor duas horas para construir seu discurso defensivo. Tempo igual foi utilizado pela Promotora)

DEFENSOR

excelentíssimo Sr. Dr. Selton M. ... nossa saudação fraterna ... rogando a Deus que o conserve sempre assim ... um Juiz amigo do povo ... e sensível ao povo ... a excelentíssima Sra. Dra. Daniela ... também a nossa estima ... a nossa admiração ... rogando a Deus a proteção ao seu lado ... e a de sua menina que recentemente conhecemos que é tão bela ou mais quanto a mãe ... aos colegas ... aos estudantes da S. A. ... e demais faculdades ... na pessoa de E. saudamos os amigos serventuários da Justiça ... aos irmãos da força pública ... hoje nosso amigo C. em plenário ... um abraço caloroso ...

(busca em sua mesa o processo e caminha em direção ao plenário do júri)

20:24 – 21:36

excelentíssimos Senhores Jurados ... bom dia ... nós consigamos contribuir na reflexão dos senhores ... e senhoras aqui presentes ... para a solução do fato ilustrado aqui nessa manhã ... aparentemente ... a história ... faz-se um pouco diferenciada do contexto ... dos demais julgamentos que costumam acontecer aqui nesse plenário ... notem excelências que nós temos algo assim mais expressivo nessa manhã ... a causa é simples ... a razão da atração é a pessoa ... da Senhora Rachel ... temos lamentado os fatos ... ( ) então os nossos irmãos ... devem estar aqui ... alguns ... na aflição ... de parentes da vítima ... outros na aflição ... de parentes da acusada ... e um grande número vieram conhecer a Senhora Rachel ... fixar seu rosto ... examinar seus modos ... para tentarem compreender ... por que ... aconteceu o que aconteceu ... mas no Eclesiastes nós encontramos a conhecida afirmativa ... "nada de novo sob o sol" ... é a história mais antiga ... já contada ... a morte de alguém pela razão ... e a morte de uma rival passional ... por uma amante preterida ... também não é fato ... novidadeiro ... história antiga já contada ... recontada ... porque não lembrar o episódio do mito ... de Medeia ... que na ânsia pela força de uma paixão alucinada... nutrida por ciúmes ... mata a rival ... mata os próprios filhos ... conta-se que Medeia a famosa feiticeira ... filha de rei antigo Eetes e esse rei era o guardião de um objeto sagrado na antiguidade grega ... um velocino de ouro ... um manto de pele de carneiro ... que a providência teceu com ouro ... e Jasão um dos líderes dos argonautas ... célebres lutadores gregos ... deliberou subtrair do rei ... o velocino de ouro ... quando Medeia encontra na ilha Jasão se apaixona ... é feiticeira poderosa ... e promete auxiliá-lo contra o pai ... Senhores Jurados um acordo perpétuo ... uma fidelidade morredora ... a ela ... e Jasão promete ... todos prometem ... inclusive o Senhor Vd. ... que passa nessa manhã ... desapercebido dos comentários da Promotoria ... mas que manteve um concubinato de três anos e seis meses com a acusada ... e fê-la gerar naquele novembro ... do ano passado ... uma criança que já contava ... a J. ... com quase três anos de idade ... e naquele novembro do ano passado quando os fatos se verificam ... o Senhor Vd. ... também fizera com que a acusada gerasse ... uma criança que estava com seis meses de idade no berço ... a M. C. ... quando de cinco para seis anos atrás ... ele tivera caso com a vítima ... notemos que é uma

vítima muito nova ... se falecida com dezessete ... ele começou o caso com ela com doze anos ... em média ... e os pais dessa menina ... dessa vítima ... mandaram-na para Sete Lagoas ... afastando-a da proximidade de V. ... seis meses de afastamento ... ele conhece a Rachel ... a acusada ... e estabelece uma relação de união estável ... ele promete o que todos prometem ... fidelidade ... permanência ... a Rachel é empregada doméstica ... tem atividade aqui ... tem serviço ali ... depois de muito tempo Val. foi um marido precioso ... ela chega a dizer ... afetuoso ... mas Valéria se volta seu romance ... e reata às escusas ... o anterior relacionamento com Valéria... e Vd. mantém duas concubinas ... jovens ... e não de aparências ... mas deixando o fato público e notório ... dentro da família ... ele mantém uma concubina na rua de cima ... e outra na rua de baixo ... e quando Rachel vem recebendo as notícias ... de aquela criança que Valéria tivera ... deveria ser de Vd. ... ele nega ... me faz recordar uma conversa com um moço ... quando eu tinha quatorze anos ... eu estava no estabelecimento comercial dele ... e ele pertencia ao Encontro de Casais de um igreja conhecida de Montes Claros ... e se aproximava de nossa família ... me deu na aparência do que deve ser uma lição do trato com as mulheres ... "Wesley, sempre negue, na dúvida ela acredita em você"... "sempre negue ... não diga o que você faça ... mas se você vier a fazer negue"... pois na dúvida ela vai confiar ... e ele negava ... e nasce o primeiro filho da vítima ... e ele afirma ... a mãe de Vd. colocava os panos quentes embora sabedora... e dizia a Rachel ... não creia no que o povo fala ... já acabou o que existia entre eles ... a Promotoria quer fazer acreditar que esse relacionamento era antigo ... conhecido ... da acusada ... mas não explica porque que a vítima aceita encontrá-la à noite ... num lugar ermo ... beira de estrada ... longe dos olhos de alguém ... essa infeliz criatura ... Valéria... porque se sujeitaria a deixar casa ... filho ... mãe ... e se enveredar pelas margens do anel rodoviário sul dessa cidade ... área deserta ... quando não na proximidade do posto Alliados ... local de prostituição ... por que que ela deixa a casa ... porque esse relacionamento era percebido ... mas não era declarado pelos dois publicamente ... ela aceitou ... encaminhar-se para aquela região àquelas horas para encontrar aquele que ... já adotara publicamente como companheira? ... a família sabia ... e Alice sabia ... porque a menina Alice era amiga pessoal das duas ... mas Medeia como Rachel ... acreditou em Jasão ... com os sortilégios de sua magia ... ela conseguiu a fuga ... do seu amado por conta da ira ... do seu pai traído ... o mito está para o sonho de cada pessoa ... numa quase proporção ... se o sonho fala da nossa vida pessoal ... medos angústias desejos conflitos ... o mito revela a psicologia ... o mito é como se fosse um sonho coletivo ... é algo que paira sobre as almas ... e porque Medeia é tão discutida ... é tão lida ... é tão encenada ... Chico Buarque de Holanda ... mostrou a peça em torno da sua vida ... Maria Calas ... a grande cantora ... patrocinou a interpretação memorável de Medeia ... justamente quando seu amado também a abandonara ... a alguns dias do início da obra ... quando foge para a Grécia Medeia e Jasão vivem muito anos felizes e tem dois filhos ... Rachel também tinha dois filhos ... dois anos e sete meses ... e seis meses ... e Jasão se apaixona pela filha do rei Creonte ... de Corinto ... e abandona Medeia ... por conta da filha de um outro rei ... e Valdeir três dias antes dos fatos abandona Rachel por conta de outra mulher ... outra filha da pobreza ... Medeia ... possessa ... vê os dias se passando e o regresso ... que não ocorre ... feiticeira ... diz o mito ... ela preparou um presente para o adversário ... um manto ... e quando o adversário vestiu o manto ... ele se incendiou ... matando-o para que o pai ... da vítima ... Creonte ... não lhe assassinasse os filhos ... Medeia

estrangula as duas crianças ... com as próprias mãos e foge ... a Promotoria quer dizer que frieza se associa a paixão ... a ciúme ... paradoxo ... engano ... não pode pedir a torpeza do crime por ciúme ... e atravessar a manhã falando que ela é uma pessoa fria ... porque ou a pessoa é fria ou passional ... ou a pessoa está tomada pelo ciúmes ... claro que não vamos discutir se é torpe ou não porque é ciúmes ... ou a pessoa é fria ... e não caberia a qualificadora ... Medeia é ciúme ... todos esse colhidos pelas malhas dessas paixões que se chama amor ... é uma mulher alucinada ... traída ... abandonada ... depois dos sacrifícios ... que fez ... porque senão ... Rachel pariu dois filhos dele ... agüentou dia a dia a libido dele ... e V. não é bonito não ... aliás é até um caso ... pena que estou sozinho aqui ... para rogar explicação ... como que duas moças de aparências razoável ... se deixa engalfinhar por aquela criatura ... nada bela no trato ... é feio fala mal ... isso ... muito difícil de entender o que se passa na cabeça das mulheres ... para suportar esse indivíduo ... ou então ela não sabia ... ou então ela queria acreditar ... ou então quando ele negava ... na dúvida ela aceitava ... mas um mês antes ... um mês antes dos fatos ... a melhor amiga da vítima ... a Alice ... veio confirmar para Rachel ... o relacionamento ... essa moça que a Promotoria diz que foi corrompida ... era amiga íntima ... levou a notícia ... para a Rachel ... de quem era também amiga ... é o veneno que já corrompe a serpente ... e o veneno ta na serpente ... diz o policial A. (lendo os autos) que assim que ele encontrou momentos depois a acusada naquela noite ... ela confessou espontaneamente ... ela confessou espontaneamente ... eis ... ela nunca negou nada ... ela conta ... que domingo ... três dias antes ... numa série de brigas que estava acontecendo há mais de quinze dias ... desde que Alice fizera a gentileza ... de levar a confirmação ... o casal brigava ... naturalmente ... mas Rachel vai abandoná-lo? ... empregada doméstica ... desempregada ... criança de pouco mais de dois anos e meio ... e outra de seis meses ... ela vai abandoná-lo? ... ela fica em casa ... e ele estrategicamente ... dormia na casa da mãe ... muito amiúde ... porque a mãe mora justamente na intersecção ... das casas das duas amantes ... e ela conta ... que ele então informa a separação ... e domingo ele vai pegar ... as suas coisas … desde dias anteriores ... Rachel já havia pensado em matar Valéria... comprou uma faca ... e de domingo para frente ela vai ceder ... a esse desejo ... ela que segundo o policial confessou espontaneamente ... nunca se contradiz ... momento nenhum ... vossas excelência vão ler vários depoimentos o da policia ... colhido no dia ... o feito na Justiça ... há alguns meses ... lidos hoje e confirmados ... ela conta ... que naquela terça-feira ... dia dos fatos ... ela embrulhou os dois filhos na cama ... ela cobriu os dois filhos na cama ... e saiu ... a mãe cobre os filhos ... e vai pra rua atrás daquela ... que ela declara assim para a polícia ... (lendo os autos) “aquela que tomou o seu marido”... aquela que tomou o seu marido ... homicídio ... dissimulado ... com a sucessão de uma gama de recados que iludiu a vítima ... homicídio ... qualificado ... pela dissimulação ... não tenha dúvida ... não viemos dizer o contrário ... até porque ... assim também nos diz o Dr. Delegado de Polícia ... quando ... ele informa ... classificando o crime ... artigo 121 parágrafo segundo ... inciso 4 homicídio qualificado por dissimulação ... mas aí ... os ilustres membros ... do sistema penal ... recebem o inquérito ... (bate palmas) ... dentro do inquérito o Delegado C. diz que é homicídio qualificado ... com uma qualificadora ... dissimulação ... ele ouve as partes ... ele está lá ... ele acompanha ... ele sente ... e ele interpreta ... e é o Delegado de Polícia ... naturalmente combatível ... mas aqui na distância dos fatos ... na distância das pessoas envolvidas ... sem ouvir ninguém ... entende

a Promotoria que há torpeza porque a pessoa é fria ... porque a pessoa é calculista ... entende que é uma pessoa abjeta ... ignóbil ... por isso seu motivo é torpe ... porque torpe é abjeto ... é ignóbil ... e só tem motivo torpe quem é ... ignóbil ... abjeto ... porque ela foi atrás da mulher que tomou seu marido ... e vai qualificadora por torpeza ... e numa sucessão ... foram surgindo .... brotando do chão ... qualificadoras ... o júri anterior não aconteceu porque a defesa ficou pasmada ... já eram oito ... a Promotoria criou mais duas ainda além das seis no libelo ... e peticionamos ao Juiz ... como se defende uma pessoa ... disso aqui ... e qualificadora foram botando e foram botando ... só o Delegado estava lá que viu os olhos de cada um ... que viu a vítima ... afirmou que houve dissimulação ... o Delegado de Polícia ... C. ... está no inquérito ... logo em seguida foi feita a prisão em flagrante ... e destacamos ... está escrito no alto ... fato ... ele classifica ... e abaixo assim ... 121 ... parágrafo segundo ... inciso quarto ... agora estamos aqui ... para as considerações que precisam contribuir ... na análise e depreensão dos fatos ... segunda-feira Vossas Excelências participaram do Júri ... em que um grupo seqüestra ... tira um pai de família de seu lar ... matam ... e a solução foi quatorze anos ... de pena ... mas isso que foi proposto hoje para Dona Rachel aqui ... vai levá-la a uma pena estratosférica ... porque se se dobram qualificadora em cima de qualificadoras ... o grupo criminoso de segunda-feira ... comparado com Dona Rachel ... é um grupo de frades franciscanos ... então permitam excelências que a defesa amparo ... mas trabalhem inicialmente com uma coisa que reputa essas entranhas ... que é condenar a Senhora Rachel por corrupção ... da Alice ... vamos trabalhar ... quem é a Senhora Alice ... (pega os autos) ... ela ... quando chegou em casa depois do fato ... e recebe a notícia ... de que Valéria fora encontrada é perguntada pela sua mãe ... o que é ... que ela tinha com aquilo ... a sua mãe informa que ela negou ... qualquer participação ... aborda-se Rachel a acusada ... e ela confessa espontaneamente ... segundo o policial ... aborda-se Alice e ela nega ... nós já informamos ... que a acusada declarou que mês antes veio a saber ... definitivamente da traição através da Alice ... e as pessoas quando falam da Alice ... falam como amiga de ambas as partes ... nós vamos por exemplo ... ao depoimento do Vd. ... Vd. considera na folha 65 do processo ... "A. era amiga da vítima"... razão pela qual a vítima acreditou no falso recado transmitido ... era amiga da vítima ... segue ... o mesmo Vd. ... "a Alice sabia de tudo" ... e folha 24 dos autos ... "por ser muito amiga da Valéria ... falou essas coisas que eu já disse para ela ... e Valéria acreditou" ... achando que foi mesmo ... se usou o local encontro da serpente ... e lhe retira ... a peçonha ... para o soro anti-ofídico ... se se soltar a serpente ela vai para a toca e recompõe o seu veneno ... quem produz o próprio veneno ... é a serpente ... ela vem afirma a traição ... é a melhor amiga de Valéria... é amiga de Rachel ... e começa a transacionar o jogo ... depois disse ameaçada ... e começa a espernear nos autos ... para livrar-se da devida responsabilidade penal ... diz para a mãe que nada tinha feito ... procura se proteger ... a polícia a aborda ... e na pressão da polícia ... ela relata ... só que ela relata os fatos eximindo-se ... afastando-se de qualquer responsabilidade ... então o que ela vai dizer ... de fato a Rachel pediu para eu dar um recado ... ela deu o recado ... ela marcou com Valéria aquelas dez horas ... na beira do Anel Rodoviário ... e foi para lá ... e ficou do lado da vítima ... e o defensor perguntou aqui no fórum quando ouviu-se Alice ... "você não advertiu a vítima?" ... "não" ... ela sentou-se na beira do meio-fio ... aguardando a aproximação de Rachel ... e Dona Rachel ... que segundo o policial Sr. M. sempre confessou espontaneamente ... quando é ouvida horas mais tarde na Delegacia de Polícia ... ela narra

todos os detalhes do fato ... inclusive a participação da Adriana ... então vai dizer "RACHEL ... a declarante Rachel ... pediu Alice para não acompanhá-la até o local ... pois a mesma não deveria presenciar o que ia ocorrer ... Adriana quis acompanhar ... declarante insistiu ... para Alice voltar para trás mas ela garantia que ia suportar o fato que ia presenciar ... quando Rachel aproxima-se ... como afirmou a Promotoria ... Alice gesticulou ... Alice gesticulou (faz gestos com a mão indicativo punhaladas) Rachel aproximou-se por trás ... valendo-se da dissimulação e deu golpes nas costas de Valéria ... e aí a reação de Valéria... contra tanto Alice Valéria agarrou os cabelos de Rachel tomou-lhe a faca ... e na luta corporal do meio-fio na BR elas rolam para a parte baixa ... do aterro ... Alice fica no alto ... pasmem ... com a criança da vítima no colo ... com a criança da vítima no colo ... e Rachel pega a faca ... e conta Rachel ... então ... Alice ajudou-a a recuperar a faca na mão da vítima ... e quando Rachel estava de posse da faca novamente ... ela diz assim ao Delegado ... naquela noite ... Valéria agarrou o seu cabelo ... da declarante ... puxando ... tomando da declarante a faca ... a declarante ficou segura na lâmina da faca ... o que resultou nos corte que aponta no exame de corpo delito feito em Rachel ... cortes na palma se sua mão ... então a declarante arrependeu-se momentaneamente do fato ... momentaneamente ela se arrependeu ... ela conta nos autos ... todavia ... a Alice aconselhou ... "RACHEL você vai ter que matar ela de qualquer maneira ... pois se você não matar agora ... ela ou mesmo a mãe vai te matar depois" ... corromper essa criatura? ... vamos louvar as palavras do Ministério Público ... pois é falta de serviço ... é a condição humana ... é falível por natureza ... Dr. C. viu homicídio qualificado nessa ação ... e o sistema penal através do Ministério Público ... foi jogando no balaio o que não podia qualificadora mas não bastava ... a corrupção da menina por Rachel ... quatorze anos ... mas na época ela tinha quatorze anos? ... não foi agora em novembro ... ela está mentindo na justiça desde então ... agora nesses dias ... na busca de isentar-se de qualquer responsabilidade ... a mãe a desmascara ... ela nega ... só depois reconhece que estava lá ... Rachel vai espontaneamente abrindo todos os fatos ... segundo as declarações da acusada ... Alice ... quando observa um momentâneo arrependimento ... está na folha 47 ... e vê as duas subindo barranco acima para a BR ... onde está incluído em seus múltiplos afazeres *sercopetos* ... porque faz jogo do dia ... não dá conta ... ficou a transparecer que fria ... cruel ... Rachel fala assim vem ... vem me perdoa ... sobe para cá ... para mais facilmente atacá-la de novo ... mas o estudo no processo ... a cada folha que vai sendo debulhada ... descobre ... é a Alice que conta na folha 61... que quando Rachel declarou estar arrependida ... ainda estava no nível inferior ao asfalto ... elas brigam e descem para a ribanceira ... é lá ... é lá ... somente lá ... que Rachel pode tocar na barriga e perguntar ... "machucou" ... porque de cima da ribanceira ... não dá para tocar a barriga da vítima ... e perguntar ... "você se machucou?"... elas estão lá em baixo na ribanceira ... o aclive ... a BR ... e o descampado ... é lá que momentaneamente mas apenas infelizmente momentaneamente ... ela se arrepende ... e quando sobe ... quando sobem ... onde ela tinha encontrado ... no caminho de beira de estrada ... quando sobem a Alice faz o favor de dizer ... "agora você vai ter que matar" ... o código em 1954 ... realmente criou a figura da corrupção de menores ... mas em 1954 as moças de 14 anos não faziam o que fazem hoje ... (fita termina aqui)

(...) regularmente .... que recebem a infiltração da influência negativa alheia ... e a deteriora enquanto pessoa humana ... ninguém precisa ajudar Alice a ser corrupta ... no sentido amplo da palavra ... porque ela traz um veneno ... suficientemente poderoso ... mas vamos torcer que a Justiça ( ) sabendo tratá-la ... não só lhe arranque o veneno do soro terapêutico ... mas lhe arranque as presas ... senão ela pode picar de novo ... se se vai punir ou se se deve punir Rachel ... façamos conforme quer a Lei ... porque a corrupção que está sendo proposta aqui é a da Lei ... corromper o que já é naturalmente corrompido ... ela então começa a espernear ... "ah que eu fui ameaçada" e quando ela senta ao meio fio daquela BR ... e conversa amenamente com a vítima ... diz Alice perguntando sobre o mês de gestação da vítima ... ela disse ao Juiz de Direito ... questionando o mês da gestação ... Valéria... crédula ... confessa que está à beira dos nove meses e era um menino ... conforme a ultra-sonografia ... ela não pensa em advertir aquela mulher ... de quem era no pensamento ... ao dizer de um certo Juiz da comarca ... ela era a mentora intelectual ... só faltava ela também gostar de Vd. ... onde o motivo de participar disso? ... onde a sua necessidade de se envolver com isso? ... arrancar-se de sua casa ... de noite ... ir para aquela área ... ludibriar a vítima ... então a corrupção da menor ... menor na idade ... porque infelizmente ... Vossas excelências não vão poder pregar o olho ... no corpo dessa moça e no rosto dessa moça ... para medir o tamanho da cepa ... e para vê-la espernear aqui e dizer "que não tinha nada a ver com aquilo ... que não podia fazer nada ... que só tinha quatorze anos" ... mas ela soube se contorcer direitinho com a mãe ... tentou se contorcer com a polícia ... e desde então se contorce aqui ... o aborto não há dúvida ... que Rachel vai ser sentenciada ... infelizmente ao crime de aborto ... mas a Promotoria fala em motivo torpe ... por diversas vezes disse essa manhã FRIA ... MAS NÃO SE DÁ CONTA ... do paradoxo ... como ela pode ser fria e passional? ... como eu posso dizer que ela é fria e pedir a condenação por crime passional? ... respeita-se ... admira-se ... louva-se ... porque ... é uma Promotora combatível ... dedicada ... mas é mãe ... e os pares julgam mais severamente seus pares ... quando nesse plenário o réu é negro ... é de bom tom a defesa recusar os jurados negros ... o negro que também é vítima ou foi ou passa ... pelo tratamento irregular ... que a sociedade ainda lhe dá ... hoje aos negros ... há tempos atrás eu mestiço não valia nada ... naquele tempo a raça negra tinha mais valor ... do que um mestiço como eu ... descendente de índio de negro e de branco ... porque é a história a miscigenação ... mas hoje os moreninhos temos mais clemência ... no contrato social ... mas o conceito está em baixa ... os jurados que enfrentou venceu que alcançou notoriedade e idoneidade para ocupar essa cadeira sentencia o negro e olha assim e ... diz porque ... porque ele não pode resistir igual eu à dificuldades e não foi ao trabalho e à luta ... à conquista de espaço e respeito ... os pares julgam-se severamente ... porque se olham de igual para igual ... aí há séculos os povos entendem que é preciso retirar da cabeça de um Juiz os crimes dolosos contra a vida ... e depositar o destino acusado na consciência de sete pessoas nesse país ... doze pessoas em outros países ... para que a verdade filtre por cada consciência ... para que a verdade possa ser coada por cada coração ... ciúmes é o motivo alegado pela Promotoria de Justiça ... haverá torpeza (caminha em direção à sua mesa e busca livros) ... como esta manhã não houve oitiva de testemunhas ... e o nosso compromisso é grave ... pretendo não delongar mais ... mas há uns pontos de vista ... não todos ... alguns ... que precisam ser destacados ... (busca os livros e começa a fazer citações) ... vamos começar aqui com o tratadista César Roberto ... o artigo 121 do código Penal

parágrafo primeiro inciso cinco ... ele se põe a examinar o motivo torpe ... é o abjeto ... é o ignóbil ... é o que traz o constrangimento ... vossas excelências quando forem quesitados pelo Juiz ... sofrerão as seguintes indagações ... "ela agiu por motivo torpe ou por ciúmes" ... refaçam o caminho ... de Rachel ... vinte anos ... três anos e seis meses de união com Vd. ... refaçam o caminho dela ... e pergunte se ela é torpe ... se ela é ignóbil ... se ela é uma criatura abjeta ... lembre-se dos três anos e seis meses em que ela suportou a libido de Valdeir ... como Jasão prometeu a Medeia ... como Medeia acreditou ... ela também acreditou ... e veio a primeira filha J. que tem três anos ... e vem M. C. que está com seis meses ... e ele abandona ... as três pessoas ... lembrem-se do depoimento da acusada nos autos ... quando ela fala que naquela noite só no barraco ... ela cobre com cobertor os filhos ... me digam se é uma pessoa ignóbil ... abjeta ... (lendo) ... "os ciúmes" ... (apontando para o livro) folhas 66 ... "os ciúmes por si só quando o sentimento comum à maioria da coletividade não se equipara à motivo torpe ... o ciúme por si só quando o sentimento comum à maioria da coletividade não se equipara à motivo torpe"... (mostrando folha do livro) ... tomamos a liberdade de colher as palavras dos mais experientes ... juízes e desembargadores desse país ... e trazer a vossas Excelências ... algumas decisões quanto ao ciúmes ... quando órgão de acusação pretenderam interpretá-lo como ... torpe ... (distribui para os jurados cópias das decisões para que possam ler em conjunto) um rapaz que mata a namorada ... por ciúmes ... é torpe ... Rachel não matou por ciúmes ... matou aquela que tomou o seu marido ... tomou o seu marido ... e desde então aquele companheiro não está mais em casa ... e domingo ela cobriu os dois filhos sem ele ... e na segunda ela cobriu os filhos sem ele ... e eu pensaria no lugar dela ... que vai ser de nós ... porque para ficar com Valériacom filhos ... como fez Medeia ... Rachel ... afastou-os de seu caminho ... as famílias de Valéria e Rachel têm uma intuição muito boa sobre Vd. ... nenhuma das duas famílias queriam-no como companheiro de ninguém ... mas vamos à última folha ... por gentileza ... item torpeza ... exemplo de torpeza de nossos Tribunais ... "o réu matou por vingança de uma bofetada ... reprovando se o crime ... não poderá dizer contudo que o motivo é repugnante ... de molde a ofender a moralidade média ou sentimento médio social"... aqui o Tribunal de São Paulo a bofetada afastava a torpeza ... Rachel sofreu ... não uma bofetada ... daquele marido ... o abandono material ... e ganhou por herança um futuro sem ele e duas crianças ... uma com seis meses ... ainda o Tribunal de Justiça Paulista ... "quem mata por vingança por haver recebido momentos antes uma bofetada da vítima ... não age por motivo torpe" ... é orgulho ferido ... que desencadeia raiva ... e a raiva é igual a cinzas a raiva é repentina ela consome ... mas passa logo ... aí por debaixo das cinzas fica o ressentimento ... a Promotora ... "ELA É FRIA ... ELA É CRUEL ... ELA É FRIA ... ELA É CRUEL" ... mas não é isso que acontece conosco ... a raiva subitamente encandece nos consome e vai passando ... e fica por debaixo das cinzas o ressentimento ... se a gente vê a pessoa de novo ... o que acontece com o ressentimento? ... é igual a ciúme ... constitui motivo fútil ... principalmente decorrente de posse sexual anterior ... e a Promotora disse ... "FRIA" ... por que? Nós todos ouvimos ela mesma disse que reiterou os golpes ... infelizmente é preciso mostrar ... o que o Perito registrou no Auto de Corpo de Delito ... nós sabemos por afirmativa da Promotoria que houve um golpe ... que houve um momentâneo entendimento ... certo que os golpes que a vítima recebe ... são golpes de defesa ... (mostrando o ACD para os jurados) ... ta? ... tentou se defender ... É A LUTA ... NÃO É A COVARDIA ... é a luta ... são

inumeráveis lesões nessa área em que ela começa-se a se defender ... isso não é o que a Lei quer dizer com crueldade... a Lei chama de crueldade o sofrimento ... que é imposto sem nenhuma necessidade ... eu estou me sentindo um pouco João Batista pregando no deserto quem deveria ouvir não está aqui ... ((sorri)) ... devem saber mais do que eu porque ... devem saber mais que eu ... ((lendo o livro)) "os Tribunais têm entendido que a qualificadora por meio cruel ... somente pode ser admitida ... na hipótese em que o agente por puro sadismo ... com o nítido propósito de prolongar o sofrimento da vítima ...agride" ... sadismo ... sadismo ... será que só o Tribunal Paulista pensa assim? ... nós trouxemos a Vossas Excelências o mesmo item afirmações assim ... ((lendo)) "meio cruel Tribunal de Justiça de Minas Gerais ... relator Monteiro de Barros ... quase uma lenda do judiciário mineiro ... "a qualificadora do meio cruel só pode ser admitida se a repetição de golpes ou tiros se dá por sadismo ... e não quando por inexperiência ou estado psíquico do agente" ... raiva ressentimento agressão ... a tentativa de ferir ... a defesa ... a insistência ... isso não é sadismo não ... é um mal ... é uma agressão de homem contra homem ... e a Lei manda punir ...e a defesa já admitiu o homicídio qualificado ... que vai catapultar a pena de seis para doze anos ... mais dois do aborto ... e mais aquilo que convier ao espírito do julgador ... mas com todo respeito não foi sadismo ... porque eu estive na cadeia pública ... sentado no banco rente com ela ... me conte o que aconteceu ... como foi ... o processo tá na minha mão confere ... confere ela já disse isso ... já disse isso ... nunca se contradisse ... o Tribunal de Justiça Paulista relatou Correa Rafael ... "a simples reiteração de golpes só por si não qualifica o homicídio pelo emprego de meio cruel ... irá sim incluir na dosagem da pena ... caso seja o autor condenado" ... Gonçalves Sobrinho ... Tribunal Paulista ... "o fato de haver o réu ter desferido várias ... repetidas facadas na vítima matando-a não basta para configurar a qualificadora do meio cruel ... as circunstâncias de haver sido abatido a vítima com inúmeros golpes ... desferiu-se pelo réu traduz apenas a intensidade de dolo de intenção mas não há qualificadora por emprego de meio cruel" ... em vinte cinco de novembro ... pertinho dos fatos ... acontecia numa manhã de uma terça-feira um júri ... um homem matou a esposa com trinta e sete golpes de facada ... a Promotora argumentou assim ... se ele tivesse dado os trinta e cinco golpes na seqüência ... mas se tivesse agredido na seqüência trinta e sete vezes a esposa ... poderíamos até não pensar em crueldade ... pela sucessão ... mas ele parou ... voltou ... foi à cozinha ... voltou ... e na frente de três crianças ... começou a série de novo ... até completar o trigésimo sétimo golpe ... a Promotoria argumentou "ESSA INTERRUPÇÃO ... ESSA PARADA ... que caracteriza a crueldade ... de levar a vítima já ferida com mais golpes ... há crueldade ... há o sofrimento ... desnecessário" ... hoje o paradigma é outro ... basta haver quantidade ... que vai haver crueldade ... em síntese nós estamos clamando uma pena justa ... segunda-feira vocês puderam ver... uma pena que os Senhores Jurados da Comarca ... e o Juiz de Direito não lembrou disso ... em síntese nós estamos brigando esbravejando ... para separar o joio do trigo ... a precipitação da certeza ... a incoerência da transparência ... e brigamos para que a dona Alice não sinta o sabor de dizer "EU SOU VÍTIMA DE CRIME ... ELA ME CORROMPEU" ... porque a condenação de Rachel aqui por corrupção ... faz da Adriana corrompida ... uma vítima ... se se condenar Rachel pela corrupção ... daquela moça ... a Alice transformou-se numa vítima ... vítima de corrupção ... Vossas Excelências vão afirmar nesse Tribunal ... que Alice é vítima? ... Sua Excelência vai nos fazer variadas perguntas nessa manhã ... primeira

delas ... dia onze de novembro ... vinte e duas horas ... margens do Anel Rodoviário Sul ... onde ocultamente se encontravam Vd. e Valéria ... lembremos ... ninguém procura esse refúgio ... de seus prazeres se não é para ocultar ... da esposa o que se faz ... (lendo os quesitos) "a acusada Rachel desferiu vários golpes de faca contra V.?" sim ... desferiu ... "tais lesões foram a causa do falecimento natural da vítima?" sim ... condená-la por homicídio ... qualificadoras ... "a acusada Rachel agiu impelida por motivo fútil" ... (percebe que foi digitado algo errado nos quesitos e se direciona à Promotora e pergunta sobre o que está faltando) ah do outro lado ... não colocou ainda ... está trocado ... está aqui fútil mas não seria isso ... quarto ... "a acusada Rachel agiu impelida por motivo torpe ... consistente no fato de que o crime foi praticado por que a acusada pretendia eliminar a vítima sua concorrente ... pois a ofendida mantinha relacionamento amoroso ... com o companheiro do acusada?" ... isso é torpeza? ... o ciúme que Rachel sentiu era torpe? ... ciúme é torpeza? ... esse caso ... esse ciúme é torpe? ... refaçam a trajetória de Rachel ... nos últimos quatro anos ... segue ... "a acusada Rachel praticou o fato criminoso usando de meio cruel?" ... com todo respeito não se pode explicar o que é meio cruel aqui ... meio ... um instrumento cruel ... aí a Lei diz no artigo 121 parágrafo terceiro ... fogo asfixia explosivo ... meio é instrumento ... e a faca ( ) há dois terços ... meio o instrumento é cruel ... por mais desagradável não se mata com fogo ... agora a Lei 121 é esclarecedora ... pena que nem sempre é apresentada é interpretada ... diz principalmente o Código ... que é a base ( ) nosso ... é a Lei e seus artigos ... se o homicídio é cometido ... com emprego de veneno ... fogo ... explosivo ... asfixia ... tortura ... ou outro meio insidioso ou cruel ... esse se transmuda o homicídio qualificado ... não houve ... não houve ... a crueldade ... até porque ... quem está possesso de ciúmes ... como se refere a acusação ... não se ( ) o cruel ... o cruel é o frio ... é o inflexível ... é o meditativo ... que pára ... e pensa ... como que eu posso agravar o sofrimento ... disseram os Tribunais quem usa de sadismo ... sadismo ... sua Excelência vai perguntar ainda ... "a acusada Rachel agiu mediante recurso que dificultou ... ou tornou impossível a defesa da vítima? ... agindo de forma a surpreendê-la?" ... isso que poderá atuar o júri não teve jeito de encontrar nos autos ... como que a Lei mais antiga que nós que e é a somatória de experiência dos povos ... como que a Lei ... trabalhou no inciso quarto ... disse-nos assim ... "se o homicídio é cometido ... quarto ... à traição ... de emboscada ... ou mediante dissimulação ... ou outro meio ... outro meio ... que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido" ... doze a quinze ... ou é traição .. o modo empregado ... ou é emboscada ... o modo empregado ... ou é dissimulação ... o modo empregado ... ou é um outro meio ... que dificulta ... mas não tem como ser emboscada traição dissimulação e outro ao mesmo tempo ... e a Promotoria incorreu nesse erro quando ela afirmou ... lá do tope da BR Rachel diz ... "vem ... eu te ajudo" ... quando a Adriana que é a ferramenta de acusação da Promotoria adianta ... "elas haviam descido ... e lá abaixo do nível" ... como está textualmente nas folhas 61 o depoimento da Alice ... "abaixo do nível ... lá embaixo ... elas momentaneamente se reconciliam" ... e quando sobem o que nós revela Rachel ... Adriana praticou a instigação com a qual o Ministério Público não na ação lá na Vara menorista vai acusar Alice ... é com essa argumentação que a Promotoria na Vara menorista vai atrás da Alice ... quando a outra havia momentaneamente ... ele instigou ... "agora você pode matar ela porque ela pode matar você" ... quando a Promotoria entendeu que lá de cima ... Rachel esticou o braço lá na ribanceira e tomou a faca ... e lá de cima diz ...

então ... "vem" ... para esfaqueá-la ... primeiro foi esticou onde as três estavam ... na BR ... lá no alto ... depois se esquece que aquela ribanceira ... que todos nós conhecemos o Anel Rodoviário ... não é um ( ) ... aquela ribanceira para um desconhecido em alguns metros em aclive da BR ... é lá embaixo que há a reconciliação e sobem ... e diz Alice que Rachel ajudou a vítima a subir ... então não há dois momentos ... a Promotoria imaginou por esse aqui ... não há dois momentos ... ela usa a dissimulação manda recado falso ... depois ela se aproveita e atrai ... atrai captando a boa vontade ... "vem que eu te ajudo" então só uma qualificadora que é a dissimulação ... Rachel planejou com Alice ... dando a Alice a incumbência do recado ... a Alice deu o recado e não ficou satisfeita ... quis mais ... quis acompanhar ... a vítima não esperava ... porque está sentada ao seu lado esperando perguntando sobre a gravidez ... e essa é a dissimulação ... só pode haver um modo de praticar um homicídio qualificado ... traição o que que é traição ... pega-se a vítima sorrateiramente ... cria-se a fraude para ir adiante ... como acontece nas nossas lojas de roupas ... que ilude o vendedor ... tira a atenção ... na traição tem que ter uma fraude para enganar ... e nesse caso ... é a fraude um recado ... por isso que a Lei fala assim ... "ou outro meio que dificulte"... qualquer meio ... pode ser à traição ... pode ser a dissimulação ... que é a veia da dissimulação ... fingimento de amizade ... outra coisa ficou a mesa ... no ar ... dissimulação ... diz "olá como vai tudo bem?" ... aproxima-se e faz o que quer ... capta-se a confiança e agride ... não deu chance para ele pensar ... a dissimulação ... a traição não ... na verdade ... embora mal cabulado ... eu fico pensando que foi traição ... com a fraude dificultou a defesa da vítima ... emboscada tem que ter alguém de plantão ... para esperar a vítima ... avançar ... e nocauteá-la sem que ela tenha chance de defesa ... são comportamentos assemelhados ... mas ou é a emboscada ... ou é a traição ou é a dissimulação ... e eu não quero mais esgotá-los lendo aqui nos autores esses conceitos ... se não for correto o que eu disse que eu receba a refutação da réplica ... dissimular é atrair com mostras de amizade ... trair utilizando a fraude ... foi o que aconteceu ... a emboscada alguém tem que ficar aguardando a aproximação da vítima ... a Lei cria uma extensão ... na Faculdade o problema era entender o que é interpretação analógica ou extensiva ... ou outro meio ... ou outro meio parecido ... outra forma de agir ... e eu encareci de várias semanas ... e estudei ... porque é tão fácil de ser corrigido ... para eu precisar argumentar a unidade funcional do dever funcional no Tribunal de Justiça agora ... mas vai ser quesitado ... é igual a bater o corner e marcar gol de cabeça ... não dá para ser dissimulação e outro meio ao mesmo tempo ... ou é uma coisa ou outra ... agora perfeitamente ... vamos torcer para que seja só o joio ... e dona Rachel pegue a pena que o Senhor M. acredite que haja ...vossas excelências não deixem a dona Alice pousar de vítima ... interpretando nela uma corrompida ... desejar que o sistema tribunalista tire a peçonha mas as presas vamos esperar que o tempo traga o seu bálsamo sobre a alma de Valéria que não está aqui .... porque o exagero a exacerbação ... sem base legal da pena não é bálsamo ... não cura essa ferida ... mas a fé ... a esperança ... podem ser excelentes aliados porque a raiva que sentiu Rachel ... qualquer um de nós sentiria ... o ressentimento ( ) qualquer um de nós sentiria ... agora o ódio é um outro sentimento ... é a evolução de uma mágoa que coagula ... do latim ... mágoa ... mancha ... nódoa ... é muito difícil dizer a família que um dia perdoou é a união estável ... a gente imagina que será muito mais simples ... considerando a Justiça humana e Divina ... a família de Valéria ... na alma de seu amante Vd. o respeito ... ele nem se dá conta do que fez ... e dona Rachel perdeu a vida

com as filhas ... J. e M. C. ... quando ela sair de lá elas serão moças ... então ... sem mais o que fazer nesse momento ... agradecemos a paciência em nos ouvir ... não é qualquer corpo de jurados que entenderia isso nos gratifica porque sentimos obrigados a fazer ( ) se estamos errados ... ( ) mas vamos a alguma coisa que faz sentido ... rogamos o direito de Rachel ser ouvida ... agradecemos nesse momento ao Senhor Dr. Selton M. ... Uma alma passiva ... bom dia ...

Tréplica 43:47

ou as qualificadoras existem ou não existem ... Nós já informamos que houve o homicídio qualificado ... e o crime é esse ...homicídio e o crime é esse aborto ... uma criança morreu e a Lei estabelece a punição ... a conjunção talvez tenha sido estabelecido por falta de proximidade com o discurso de defesa ... talvez já tivesse aqui no plenário ouvindo ... há uns detalhes que não foram trazidos como informação nossa ... o delegado classificou como homicídio com uma qualificadora ... não tenho direito de mostrar que C. só enxergou com uma qualificadora depois de ouvir todo mundo? Mas eu fiz está aqui folha 12 ... é o Delegado de polícia ele também fez Faculdade de Direito ... passou no concurso trabalha noite e dia é a opinião dele ... se eu estivesse solteiro ... nessa parte ... mas tem alguém que examinou os fatos ... está aqui ... eu não posso utilizar como argumento para vossas excelências? ... a Promotoria pegou um trechinho do livro ... o mesmo livro ... e leu a parte que a interessava ... foi aqui na nota de rodapé ... "o emprego de arma branca contra pessoa indefesa e a reiteração de golpes ... mas não contou a visão do autor ... porque o autor não está defendendo isso ... "os tribunais têm decidido ... OS TRIBUNAIS ...têm decidido que a qualificadora por meio cruel somente pode ser admitida ... quando o agente age com sadismo ... se por nervosismo por inexperiência não age com crueldade ... dessa forma a só reiteração de golpes de arma branca ... a só reiteração de golpes de arma branca ... ou reiterados disparos de arma de fogo ... não configura essa qualificadora ... aí ele autor ... há contudo POSICIONAMENTO ... no singular ... posicionamento ... no sentido em que a configuração de golpe seria meio cruel" ... e citou o posicionamento ... lá na notinha de rodapé ... deve ter sido uma infelicidade de enxergar o que interessava e não o conjunto da informação ... esse autor não disse isso ... ele citou um posicionamento que ele encontrou uma opinião diferente ... depois de varrer OS TRIBUNAIS ... trouxemos também informações de outros tribunais ... não tenho qualidade para me considerar superior em direito à Promotora de Justiça ... então eu prefiro não argumentar ... dizem os autores ... vou usá-los como argumentos nosso ... "o que é traição ... ação inesperada ... ação inesperada ... a vítima não cogita da agressão" ... eu afirmei que tudo que aconteceu foi traição ... como estava lá dentro ... não acompanhou todo o raciocínio ... eu coloquei que houve erro na interpretação do direito ... a Promotoria explicou mal um quesito ... vamos ser mais franco não soube explicar um detalhe ... isso que aconteceu foi traição ... e por um desvio na compreensão da regra chamou-se de dissimulação ... está assim ... "traição ...Tribunal de Justiça do Paraná ... como qualificadora de homicídio é a ocultação liquida ... que com fraude antecede a violência ... isso é o ciúme ... Rachel praticou isso foi traição ... ela usou a fraude para dar notícia falsa de Valdeir para atrair Valéria ... que é dissimulação ... vamos voltar aos bancos da Faculdade ... disfarçar ... esconder a intenção que o Professor Ney Moura Telles citou um caso ... se um homicida profissional ... que usava a dissimulação como modo de executar as suas vítimas ... como ele fazia ... dela se aproximava ... tornava-se amigo

íntimo até ... para depois dias de relacionamento amistoso convidá-las para jantar em sua residência ... elas iam ... ninguém ta traindo ninguém assim ... ah com mostras de falsa amizade não ... não houve isso ... por isso que está errado o conceito ... mas não é importante isso? ... já que vai passar a qualificadora do modo qualificado ... eu disse Excelências querendo podem votar na dissimulação ... agora afirmei ou é dissimulação ou é traição ou é emboscada ou é OUTRO outro meio ou modo de execução ... ou é um ou é outro ... foi isso o que afirmei ... então não pode ter duas qualificadoras usou modo ... dissimulação ... e usou modo outro que dificultou a defesa ... a Lei diz "emboscada dissimulação traição ou outro recurso" ... e afirmamos a Promotora não pode bater o corner e marcar gol de que é ... porque o gol de que é é clássico né? Ta atacando ... solto na área ... refletindo alguém lança a bola e alguém grita fulano ... e ele ... que é? ... e marca o gol ... que é ou Migué ... os conceitos estão errados ... mas houve sim o modo que qualifica ... eu lhes informei que a Adriana que diz que elas estavam lá embaixo ... e saíram lá debaixo juntas ... para rebater a Promotoria não consertou até agora quando afirmou que ela lá de cima atraiu a outra ... para atacar a outra ... isso não foi a conduta na tréplica ...e de que é ou de Migué a Promotoria diz é ela subiu ... na réplica mudou ...não tem nada para pregar aqui hoje não não houve nenhuma necessidade da réplica ... para alegar o que é reiteração usando um posicionamento deixando de contar desse penalista ... para dizer que existe um outro meio que dificulta ... e para dizer ao mesmo tempo que é modo qualificado ... só que ( ) um detalhe do qual me penitencio ...Doutor Célio ... coitado ... só pensou na defesa .. foi o crime dele ... e se a sociedade precisa de satisfação ... homicídio qualificado com aborto é o que aconteceu ... agora para saciar mais a sociedade vamos fingir que existem mais qualificadoras que não existem ... se os senhores se prestarem a esse papel ... Muito obrigado...

53:46

ANEXO 4 - SEGUNDA AUTOCONFRONTAÇÃO

1 - DEFENSOR:

essa é a última ...

2 - PESQUISADORA:

não essa é a segunda ...

3 - PESQUISADORA:

essa é a tentativa de primeira audiência ...

4 - PESQUISADORA:

Dê uma pausa ...

5 - PESQUISADORA:

aí a TV ... ela entra né? ... e começa filmar O Tribunal do Júri... no final você vai até o cinegrafista e pede para ele não filmar ... ele não tem autorização ... ele e assim ... nós pesquisadores temos uma preocupação ética muito grande quando a gente vai filmar ... a gente trabalha com a imagem da pessoa ... com a exposição da imagem ... assim ... as pessoas que eu não tenho autorização eu nem foco a câmera ... né... enquanto por exemplo eu filmo ... quando o Juiz pediu que eu fosse até a sala secreta para acompanhar os jurados no lanche eu filmei sem mostrar quem era as pessoas ... onde que é esta sala secreta ... então assim a mídia a televisão ela não se preocupa e ... e ... cada vez mais eles trabalham em cima desse sensacionalismo em que choca ...que ... que .... as pessoas envolvidas são ou pessoas famosas ou ... ou ... o crime é um crime horrendo... então eles exploram isso demais ... como que vocês vêem isso? ...

6 - DEFENSOR:

esse é um crime horrendo ... eu conheci essa moça ... senão ... até a véspera da primeira tentativa de Júri ... quem acompanhava o caso era o meu colega Doutor Adriano ... e eu conhecia por alto a história ... mas aí ... Dr. Selton M. ... fez um desafio ... "vamos ver se Wesley é bom de júri mesmo?" ... e quem que iria fazer esse júri era Dr. Adriano que acompanhou desde o começo ... até a véspera do júri ... então na última hora ali ele foi afastado ... e ele concordou ... porque era um júri de muita exposição ia muito acadêmico de Direito ia muita gente de fora ... então ... eu ele queria fazer assim ... uma coisa que causasse impacto ... "vamos colocar lá um defensor que aparentemente tem tido melhores resultados ... vamos ver como é a capacidade dele em um caso como esse" ... e o Juiz inclusive pronunciou a pena antes do júri ... 25 anos de prisão ... um dia antes da primeira tentativa de júri eu estava preparado para conversar com ela ... eu passei a tarde no presídio então eu fui conhecer essa menina ... que me pareceu alguém que de repente acorda de um pesadelo ... né ... ela muito imatura ... muito passional ... matou a rival em disputa pelo ... marido ... o amásio na verdade ... então me pareceu alguém que estava acordando daquilo ... um choque ... muito chorosa muito sofrida ... e o que se estava desenhando para ela era muito mal também ... as pessoas querendo sempre o pior ... o Juiz prometendo 25 anos ... os estudantes naquele alvoroço ... "como é que defende uma pessoa dessa ... o que se pode falar em favor dela" ...

então não eram boas as perspectivas ... nesse dia em que a sessão vai ocorrer de fato ... o lanche é sempre uma estratégia do Juiz deixar as pessoas mais à vontade ... e a defesa sempre tá lá como a Promotoria também ... porque os jurados não podem comunicar ... e o caso já era público e notório então possivelmente a gente tem que redobrar a vigilância porque alguém pode tentar passar uma informação para o outro jurado que venha comprometer a imparcialidade ... mais grave ... muitas vezes ... o Juiz e a Promotora se valem desses momentinhos e passam um recadinho ... então a defesa fica lá em cima ... então fica aquele clima tenso de tentar evitar que isso acontecesse ... e quando chega a polícia escoltando a moça ... o pessoal da televisão local então começa a fazer a filmagem ... sem autorização do Juiz ... então eu fui lá e pedi ... o senhor tem que esperar o Juiz não autorizou ... o senhor não pode fazer isso não ... ela está sendo processada ela não é uma atração ... como ele não cessava eu fui no Juiz ... que simplesmente não fez nada ... "ah deixa ... pior para ela não vai ficar não" ... foi isso que eu ouvi ... e deixou ...

7 - PESQUISADORA:

e ele ...

8 - DEFENSOR:

aí eu voltei lá ... moço mais que coisa terrível né... a moça não tá concordando ... e ... vocês não têm um mínimo de cuidado né... para fazer essa exposição aí vale qualquer coisa ... então eu sentei ao lado dela e deixei ele me filmar ao lado dela ... e eu passei a filmagem dela ao lado dela sentado ... indignado com aquilo ...

9 - PESQUISADORA:

a postura correta do Juiz seria ele não ... proibir essa filmagem ... é tanto que ele me desafiou ... depois na seqüência da filmagem ... quando ele viu que eu estava filmando ... ele ficou me filmado também ... ou seja ... é ... tá me filmando e daí ... né ...

10 - DEFENSOR:

então eu fiquei muito indignado com isso ... e ... isso ...

11 - PESQUISADORA:

prejudica né... o andamento ... do júri ...

12 - DEFENSOR:

prejudica tudo ... algumas pessoas podem já formar o conselho de sentença já com orientação anterior ... porque viram no jornal ... viram a repercussão na televisão ... era um júri aguardado ... então eu já chegam quase que orientados por uma informação que viram nesses canais de mídia ... ou então viram na rua ... e começa assim esse abuso em relação aos direitos dela ... e sai perdendo o valor que você pode argumentar ... então essa reação ... primeiro que ... estávamos assim sensibilizados com a menina ... muito novinha ... dezoito anos ... né ... muito leviana e até com certos requintes de perversidade mas assim ... muito inconseqüente também ... ela se tornou atração circense nesses dias na cidade de Montes Claros ...

13 - PESQUISADORA:

com certeza ... antes ... do júri iniciar houve até na porta do Fórum ... acho que você não chegou a presenciar ... um espetáculo da família ... promovido pela família da vítima ... um espetáculo ... ela tava com uns jornais na mão ... e eu falei assim ah! Você faz parte ... a vítima é de sua família? ... ah! Você tem a reportagem ... e ela disse tenho ... tenho ... como se ela estivesse me ajudando a fazer alguma coisa contra ... a ré ... me emprestou tudo para eu poder fazer xérox ... nem sabia quem eu era ... eu fui lá e tirei xérox para juntar como documentos e ela assim prestando um favor que ela achava que era para destruir ... mais ... a imagem da ... menina que estava sendo processada ...

14 - DEFENSOR:

chama muito a atenção o crime é muito ... muito feio ... a vítima era uma grávida de nove meses ... morre a gestante ... morre a criança ... e gente muito nova muito simplória então começou a haver esse confronto entre ... a família da menina abandonou-a ... da ré ... nunca apareceu na Defensoria ninguém ... nunca compareceram a nenhum ato do processo ninguém ... abandono completo ... e a família da vítima ... claro ... buscando também satisfazer ... claro ... a necessidade de justiça que sentiam procurando cercar jurados ... Promotora ... e Juiz ... de informações ... nesse caso por exemplo o Juiz conversou ... excessivamente com a família da vítima ... que não é uma função dele ... mas toda semana eles estavam lá na porta dele ... como minha sala fica de frente ... toda semana conversando ... isso acaba gerando no Juiz uma necessidade de dar uma satisfação ... primeiro porque é a família da vítima ... a outra é a criminosa ... a família ... ela está receando aí uma solução diferente quem sabe uma outra solução ... então fica comprometendo a independência dele ... então quando terminou a primeira sessão ... em que eu apresentei oito nulidades ... ele aceitou as nulidades ... para mandar consertar o processo ... com coleguismo da Promotoria de justiça ... e terminou e ele saiu lá fora e foi explicar na minha frente ... lá de fora ... " olha ela não está absorvida não ... nós só estamos adiando pode ficar certos ... vamos acabar com essa história da melhor maneira possível ... foi só um erro que se fizesse o júri hoje ... ela seria possivelmente ... numa apelação para o tribunal ... mandada a um segundo júri" ... mas foi lá ... então criou uma intimidade muito grande ... o Juiz ele tem que ser sensível ao povo ... mas ele não pode tomar esse tipo de partido ... nesse caso a gente lamentou ... por duas vezes ... na assistência à família e nessa liberdade ... que imprensa teve de filmar a moça chorando ... colocando a mão no rosto ... sem querer ser vista ... direito dela apesar do erro grave ...

15 - PESQUISADORA:

as duas vezes que ela foi levada para o tribunal ela entrou trêmula ... trêmula ... ela estava visivelmente trêmula ... e ela não parava de chorar ...

16 - DEFENSOR:

um dia a Promotora disse assim ... "eu tinha certeza Doutor Wesley se não fosse a obrigação legal ele não estaria aqui para defendê-la" ... isso não é verdade ... por outro lado ... embora eu não me sinta tão bem no júri ... pela circunstância que tem o júri brasileiro hoje ... quase que um teatro ... eu gosto de estar ao lado dessas pessoas nesse momento ... é o meu sentimento cristão que me anima muito ... então quando eu fui falar naquele Júri ... eu disse ... não

senhora Promotora a senhora está enganada ... se Ele o Cristo caminhava com as pessoas de vida lamentável ... de igual para igual ... eu que sou um aspirante ao modelo que ele foi ... tenho mais que a obrigação eu faço com o maior prazer ... então dói na gente o outro lado ... ver também direitos de um criminoso um acusado ... serem respeitados ...

17 - DEFENSOR:

é um júri muito difícil ... de achar aquela idéia inicial que a gente ... possa ir ... se segurando a ela ... como se fosse um novelo e ... puxando a linha ... então eu comecei tateando ... caçando essa ponta ... desse novelo ... comenta daqui dali ... quando a gente não prepara ... o curso da fala ... a gente espera que surja ... e nessa inspiração que surge a gente ... como conhece o processo com mais detalhes ... vai trabalhando as idéias do processo os depoimentos ... nesse começo aí demorou a pegar essa idéia ... demorou surgir ... porque para falar algo que possa ajudar uma moça ... que mata a outra com 21 facadas ... atraindo a vítima para um lugar escuro ... sem chance de defesa ... é muito difícil ... ((risos)) ... é ... a gente ... lamentava muito a situação da família da vítima ... que sofria de verdade ... e por outro lado a gente percebeu que ... o Juiz nessa intimidade maior com a família da vítima ... começou a trazer causas que aumentam a pena contra acusada ... a certa altura nós percebemos ele conseguiu o milagre de ter oito causas que aumentam as penas e aí na luta pelo processo ... a gente diminuiu ... diminuindo ... haveriam quatro... se tivesse...

18 - PESQUISADORA:

primeiro você pediu para entrar ... interromper justamente porque tinha qualificadoras que ... eram antagônicas né ...

19 - DEFENSOR:

justamente ... nunca havia sido colocado isso antes ... foi uma surpresa ... a lei proíbe isso ... ele foi despejando qualificadoras ... que já ... mas para essa segunda sessão ficaram quatro ...

20 - PESQUISADORA:

a Promotora então não havia pedido oito ...

21 - DEFENSOR:

(Balança a cabeça em sentido negativo) não ... ela pediu dissimulação ... realmente a vítima foi atraída por dissimulação ... elas criaram uma historiazinha seria um recado para a amante ... combinando encontrar com ela mais tarde em tal lugar ... e aí conseguiram levar então desprevenida a vítima para um lugar ...ermo ... escuro ... onde ela foi atacada ... havia a questão do motivo torpe ... ciúmes ... e havia crueldade ... por quantidade de golpes ... tecnicamente eu sabia que o ciúmes não era torpeza naquele caso ... e posso com tranqüilidade que não havia para a Lei crueldade ...porque a crueldade com golpes de faca só acontece quando está levando o outro a um sofrimento exagerado ... desejando esse sofrimento exagerado ... então dá três golpes e espera um pouco deixando a vítima sofrer daqui a pouco dá mais três ... daí a pouco dá mais até formar uma quantidade que mate aos poucos ... em exagerado sofrimento e desnecessário sofrimento ... ela não fez aquilo ... foi uma série e ... né ... e a pessoa que agride descontrola sempre dá muito golpe ... e eu tinha esse compromisso essas qualificadoras não podiam passar ... ela merecia uma pena de quatorze anos ... isso era o

que minha consciência jurídica pedia ... quatorze anos a quinze anos ... no muito dezesseis ... para isso eu tinha que tirar esse tanto de qualificadora ...porque oito qualificadoras seriam trinta anos de prisão ... e no fim das contas mesmo ficando menos qualificadoras o Juiz deu 25 isso nos obrigou a apelar ... e o tribunal vai refazer as contas dessa condenação ... deve estabelece entre 16 e 18 pela quantidade de qualificadoras que ficou ... então era um júri que eu fui desmerecer qualificadora ... desmerecer qualificadoras para dar uma pena dentro do que eu posso conceber ... mais justo ... e pena mais proporcional uma falta ...

22 - PESQUISADORA:

eu tinha anotado aqui o Juiz na sentença de pronúncia das qualificadoras antagônicas na verdade ela nem pediu ele deu por si só ...

23 - DEFENSOR:

é... deu por si só ... R. ficou só no estritamente possível ... antes a gente conversava assim ... ela dizia ... eu creio que vai cair a crueldade ... ela imaginava que ia ficar duas qualificadoras ... ele entendeu o ciúmes como um ciúmes torpe ... abjeto ... que levou a morte ... então e ... a dissimulação a defesa nem combateu ... realmente houve a dissimulação ...

24 - PESQUISADORA:

e além do crime de homicídio teve também o crime de corrupção de menores ... ela foi condenada por ele? ...

25 - DEFENSOR:

ela foi absolvida ... porque a mocinha ... quem que ajudou na dissimulação ... nas estratégias ... tinha menos de 14 anos ... ela é imune ao sistema judiciário ... nem praticou crime ... e nem está sujeita a infância e juventude ... a justiça de infância a Justiça de Juventude e a menina agiu com requintes de frieza ... foi outra tese defesa afastar o crime de corrupção de menores ... e isso aí a defesa conseguiu com êxito ... ficou claro que a menina já era corrompida de seus valores ...

26 - PESQUISADORA:

tem uma parte aqui que ... como corromper quem já é corrompido ...

27 - DEFENSOR:

ela teve um papel infeliz demais ... quando as duas rivais cessão a agressão ... porque a acusada quando ela dá um golpe e fere superficialmente a vítima ... elas entram em luta corporal ... e rolam numa ribanceira beira de estrada ... quando elas fazem as pazes ... vamos dizer assim ... elas ... conseguem se separar e uma pede desculpas para a outra ... é a menina que vai incitar a acusada "agora você tem que continuar" ... isso daí foi um ponto determinante para acontecer o que aconteceu naquele local ...

28 - PESQUISADORA:

lá tem uma parte que você fala que tem a luta ... que têm os golpes ... você mostra o laudo ... e no laudo comprova que tem uma luta ... que todos os golpes recebidos eles foram defendidos por ela ... aí eu queria perguntar ... será que você realmente acreditava nisso?

29 - DEFENSOR:

sim ... porque a gente com os estudos da Medicina Legal ... pode ter confiança nesse tipo de argumentação ...o modo dos golpes eram todos golpes que tentavam realmente ferir .. uma área mais nobre do corpo da vítima ... mas como ela levantava os braços em característica de defesa ... o trajeto de entrada e saída da lâmina revelava que não foi propositado naquele membro naquele braço ... foi propositado no tronco ... e ela simplesmente oculta o braço em posição de defesa ... essa ... essa ... moça essa menina ... que participou... claro que influenciava muita coisa ... mas é uma almazinha preocupante ... deve ter muita atenção porque ... é um espírito de ... agressividade muito grande ...

30 - PESQUISADORA:

por trás desses crimes sempre tem essa alma ... essa pessoa .... e a justiça quando averigua tudo ... e descobre ... que exista alguém perverso ... assim toma alguma providência? ...

31 - DEFENSOR:

sim quando a pessoa tem idade penal ela vai entrar no processo como co-autor ... como participante ...

32 - PESQUISADORA:

sim mas quando não tem ... idade

33 - DEFENSOR:

quando não tem essa pessoa fica simplesmente ... é ... à revelia do sistema

34 - PESQUISADORA:

não tem como por exemplo a... o... assistente social ... a tutela ...

35 - DEFENSOR:

nada ... nada ... nada ... abaixo de 14 anos a pessoa não tem sujeição nenhuma ao sistema penal ... ou da infância e juventude ... pode ser ...

36 - PESQUISADORA:

mas se for um caráter preventivo ... ne .... essa daí vai dar trabalho ...

37 - DEFENSOR:

sim ...

38 - PESQUISADORA:

vamos fazer algo por ela ...

39 - DEFENSOR:

poderia ser ... um investimento de assistentes sociais e psicólogos ... mas noutro caráter ... não como participante da infração ...

40 - PESQUISADORA:

certo ...

41 - DEFENSOR:

vamos ajudar uma pessoa do nosso meio que está precisando de atenção ... mas depende disso ... de estar ... sem família ... ela tem família ... além disso ela está em situação de menor irregular ela não é menor irregular ... então seria uma agressão do Estado se tentasse fazer isso por ela ... nessa parte inicial do júri a gente provoca muito a situação do amásio das duas ... da vítima e da acusada ...

42 - PESQUISADORA:

outra pessoa também ...

43 - DEFENSOR:

sentado lá assistindo ... assim placidamente .. né ... como se nada nada girasse em torno do que ele fez ... e ele moralmente é o desencadeador do problema ...

44 - PESQUISADORA:

ele não foi é ... colocado em processo ...

45 - DEFENSOR:

não ... mas eu o havia conhecido quando o Juiz estava prestando aquelas ... esclarecimentos à família da vítima quando suspendeu o primeiro julgamento ... eu o conheci nessa ocasião ... eu falei com ele ... moço ... moço você ta aqui assim ... como se fosse um interessado na justiça ... da humana você vai escapar com tranqüilidade mas da divina não sei não ... porque o que você fez com as duas ... o estado que você levou as duas ... era para você ta lá junto com a Rachel ... respondendo também ... porque moralmente você é responsável pelas conseqüências disso ...

46 - PESQUISADORA:

e ele ...

47 - DEFENSOR:

ele abaixou a cabeça ... e voltou para o segundo júri ... e nesse ocasião ... vê-lo a segunda vez ... vou falar de você ... vai ser bom você ouvir ... qual é a sua real participação nisso ... você não pode posar aqui de vítima da agressão de E ... como o amásio que foi afastado o amor da sua vida ... você não é essa pessoa não ... você a menina menor de quatorze ... Rachel ... a vítima ... são assim agentes que interagiram assim durante anos e anos ... se hostilizando se fazendo mal ... você devia ta lá só não ta lá porque você não feriu a legislação humana ... mas moralmente você deveria estar lá ... vem cá que eu vou falar de você ... e eu esmerei um pouquinho ao dar umas alfinetadas nesse rapaz ... nesse começo aí ...

48 - DEFENSOR:

a vontade que dá ... é de reclamar da parcialidade do Juiz ... é de contar o que estava acontecendo nos corredores do fórum mas não pode ... porque se você desafia ali a autoridade do Juiz na frente dos jurados eles ressentem imensamente mas ele tornou-se o Promotor de Justiça ... porque ele foi muito além do que a Promotora imaginava ... isso foi uma coisa importante nesse momento eu mencionar ... o delegado de polícia quando recebe naquela

madrugada a acusada familiares da vítima o marido da acusada e amante da vítima ele forma uma idéia ... a proximidade faz ele sentir o que é mais consentâneo ali com os fatos ... homicídio qualificado porque houve a dissimulação ... ele não enxerga torpeza na moça pelo modo de agir ... ele não vê porque tecnicamente não existe crueldade naquela forma de golpes e lança um indiciamento simplesmente com uma qualificadora ... só que a maioria dos Promotores de justiça eles infestem nas qualificadoras como uma cortina de fumaça ... tem duas qualificadoras para falar se ele colocar três qualificadoras ... uma hora ... uma hora e vinte eu vou gastar discutindo qualificadoras ... o que é qualificadora uma circunstância técnica que aumenta a pena ... e que só o bacharel de direito tem condição de entender razoavelmente bem ... eu tenho que desmistificar o que é uma qualificadora para o leigo em uma hora e vinte sendo que na faculdade a gente gasta duas três semanas ... e aí eles abusam das qualificadoras ... é muito raro um homicídio ser simples ... no Brasil ... a gente até brinca ... né ... o Promotor de justiça não conhece a figura do homicídio simples ... todo homicídio que vai a júri tem uma qualificadora ... pelo menos na maioria esmagadora ... então aí Daniela não acreditava na crueldade ... como ela disse para mim ... achava que ia perder a qualificadora ... mas ela colocou porque aí eu vou gastar tempo com isso ... então a essa ... essa ... estratégia também de quem acusa ne ... olha vamos colocar cortina de fumaça ne ... ele vai perder um tempão discutindo isso isso isso e o fato principal fica ... na verdade esse júri tinha que ficar só o fato principal ... o homicídio qualificado por dissimulação ... o resto foi o excesso ... a causa muito antipática ... uma vítima muito ... é ... é ... imparcial ... de todos ali a vítima não tinha culpa nenhuma de nada ... foi assim ... a inocente dos inocentes ... colhida pela perversidade pela ignorância ... de pessoas ... pronta para receber o segundo filho ...

49 - PESQUISADORA:

era o segundo filho dela?

50 - DEFENSOR:

segundo filho ... com o amásio da acusada ... uma coisa terrível ...

51- PESQUISADORA:

quando você fala os jurados dá para perceber eles não estão entendendo nada de qualificadora ...

52 - DEFENSOR:

nada ... quem fez ali um ou outro aceno de compreensão ... foi um rapaz que está estudando Direito... que está à frente à esquerda ... mas ali atrás torpeza? ... ciúmes algo torpe? ... que que é torpe? aí você fica lá é abjeto ... é ignóbil ... eles mal dominam esse vocabulário! ... mas é a tradução que o Direito nos dá do que é abjeto ... eu não posso falar que é só má fé ... porque má fé ela teve ... e aí esse pessoal não tem uma cultura de ... trabalhar até com as palavras que a gente ta usando ... à direita e à frente ... nós temos uma faxineira ... né ... é uma faxineira ... porque o Juiz mandou alguns ofícios às Faculdades de Direito ... informando que alunos e funcionários que quisessem poderiam se inscrever como jurados ... o alvo era sobretudo os estudantes de Direito para dar uma qualidade técnica maior aos jurados ... mas aí muitos funcionários da S. A. do P. da U ... quiseram participar e é muito bom ... para ter claro

a maior diversidade cultural ... as pessoas possível dentro do júri ... mas ela dentro da limitação de faxineira ... limitação cultural ... não vai dá conta de acompanhar essa argumentação ... a gente fica ali esperneando achar as palavras e um jeitinho ... nesse dia o jeitinho não estava aparecendo com facilidade ...

53 - DEFENSOR:

a Promotora ... ela pegou a posição do livro e saltou ... e leu o instante em que o autor lembrava que havia uma outra corrente minoritária ... que dizia assim ... então ela lê ... e ela cometeu uma falta processual grave ... o artigo 476 do Código de Processo ... diz que o argumentador ... acusador ou defensor ele não pode fazer isso ... então ela maquiou ali uma informação ... e enganou os jurados ... lendo um rodapezinho enquanto o autor em letras garrafais no curso do texto não eu penso assim mas há quem pensa assim ... e nesse momentos nós estamos na réplica ... e na tréplica ... ela veio ... e deve ter sentido que ficou pendente alguns pontos ... na tese dela sobretudo na questão das qualificadoras ... da ... torpeza ... e da crueldade e veio ... tentar sustentar isso aí ... dá mais argumentos dá mais consistência ... e ela perdeu nesse momento a réplica quando usa dessa falsidade ... se fosse num corpo de jurados numa causa ... menos agressiva porque saber de uma jovem que mata a outra com vinte e um golpes no nono mês de gravidez ... isso aí já é refratário a qualquer tese ... qualquer defesa ... mas se fosse uma outra causa um pouco mais simpática ... eles teriam reagido bem diferente ... ela fez ali uma grosseria com os jurados ... com todo mundo que estava assistindo ... né ... e não foi inconsciente a grosseria dela não ... ela sabia muito bem ... ela foi no rodapé ... enquanto o livro dela estava marcado em cima da mesa marcado isso não é assim embora há quem diga ... e ele traz a exceção do conhecimento ...

54 - PESQUISADORA:

esse livro que você pega aí não sei se é o livro ou é o Código é o dela ou é o seu?

55 - DEFENSOR:

aquele é o meu ela tinha um outro igualzinho a mesma edição ... o Fernando Capez ... Curso de Direito Penal ... é interessante né a linguagem do livro é para o acadêmico mas tem que ser empregada para os jurados ... um dos sete jurados ... eu to percebendo novamente aqui... eu já tinha a percepção diante do júri ... não olhou para a gente em um momento sequer ...(risos) ele não se deu o trabalho de ouvir ...

56 - PESQUISADORA:

foi ...

57 - DEFENSOR:

passou o tempo inteiro olhando o público ... olhando as unhas ... então não teve nenhuma possibilidade de chegar até ele ... pena para ele ... porque o meu papel é um papel importante para chegar à verdade né ...é dá opinião ... é mostrar o outro lado ... o lado adverso ... o outro verso ... ele não quis já partiu do ponto de vista que já tinha já a idéia do que fazer ... curiosamente ... esse moço ... é um funcionário da Cemig ... e o nosso Juiz da Comarca convidou setenta e poucos amigos da Cemig para incorporar o conselho de sentença ... ele ... fez o que quase todo Juiz faz quando vai para o júri ... chama um grupo de jurados que tem

afinidade com ele ... o Juiz anterior chamou militares reformados ... chamou cento e cinqüenta ... ora um conselho de sentença da comarca inteira com 400 e poucos membro e 150 é militares reformados ... a defesa sabe ... nunca aceite um militar ... nunca um militar em júri que nós temos visto nessa comarca ... votou com a defesa ... porque a vida dele é o outro ... o outro lado ... nada a ver em argumentar uma coisa que favoreça uma acusado ... um delinqüente ... um criminoso ... num ta na psicologia um militar ficar evitando essas coisas ... agora não sou mais um militar sou um jurado tenho que pensar em bem da coletividade em termos de Justiça então são setenta jurados hoje que pertencem ... ao companheirismo de quando o Juiz era funcionário da Cemig ... então hoje no corpo de jurados quando a gente vê oficial o nome deles a gente tem que recusar ... a gente sabe que a pessoa não ta indo com imparcialidade possível ... e os militares de ordinário ... nós não podemos aceitar porque ...não há ... não há ... esse sigilo na votação que se imagina a Lei diz que tem que ser sigilosa a votação ... mas todos os jurados comentam a posição que eles têm ...

58 - PESQUISADORA:

você acredita que exista assim uma ... uma rivalidade nesse momento entre a Magistratura e a Defensoria pelo trabalho mesmo que a Defensoria vem desenvolvendo na cidade? E querer dificultar o trabalho do Defensor?

59 - DEFENSOR:

não ... não nesse sentido ... mas como existe um fato diferente ... esse Juiz e essa Promotora que foi uma amizade que surgiu muito espontânea ... e trouxe muita aproximação deles ... não deixou de ferir o sentimento de um o que acontece com o outro ... porque eles eram todos desconhecidos quando todos chegamos aqui ... em metade de 2003 ... para conhecer o Juiz M. ... e de lá para cá isso foi se acentuando ... a gente não ta acusando de haver algo ... de imoral por detrás da postura dos dois ... mas assim ele revela predileção pelas idéias dela ...

60 - PESQUISADORA:

como se eles estivessem se fortalecendo ... se eles estão se fortalecendo é porque estão se sentindo ameaçados ...

61 - DEFENSOR:

((risos)) eu costumo colocar em alguns júris para os jurados ... que para mim ... a minha posição é difícil ... eu tenho que ... desmerecer o trabalho da Promotoria ... daquilo que está errado ... mas agora não é mais um Promotor em geral agora no plenário são dois ... por causa dessas e dessas atitudes ... isso tem a ver com o crescimento do trabalho da defensoria na qualidade ... na qualidade de trabalho da defensoria ...

62 - PESQUISADORA:

com certeza ...

63 - DEFENSOR:

e aí a gente fica chateado com essas coisas porque é a crença ... deveria ser um argumento melhor ao fato mas não é

64 - PESQUISADORA:

eles sempre se ausentam quando você fala ...

65 - DEFENSOR:

sempre ... nesse dia como eu comecei a repetir várias vezes ... a porta que aparece no vídeo separa a sala secreta do tribunal do júri ... e dentro da sala secreta tem um lanchezinho ... e ali ficam os comes os bebes e eles estavam lá conversando ... como eu comecei a bater muito nisso quem devia estar aqui me ouvindo não está ... o Juiz que vai dar a sentença ... a Promotora que está pedindo a condenação ... ela não quer ouvir o outro lado ... não está ... eu fui repetindo ... eles voltaram para a cena ... né ... ela se prepara para a réplica ... cometeu essa infelicidade ... não acrescentou nada ... e o júri já estava predefinido nessa altura ... a gente via nos rostos ... a gente parava de vez em quando e olhava assim fixava ... e tava vendo que a receptividade para tirar aquelas qualificadoras era muito pouca ... né .. e mesmo assim nós perdemos ... já tem quase oito meses mas salvo me engano por quatro a três ... foi quatro a três ... ou seja das sete pessoas três aceitaram a argumentação técnica ... com a nova perspectiva de Júri no Brasil essa perspectiva técnica sai de cena ... estaríamos perguntando Rachel é inocente ou culpada? ... de um homicídio doloso intencional ? Então o Juiz vai ter que medir daí para frente se houve crueldade dissimulação ... vai ser melhor para a justiça ... o Juiz vai entender melhor os argumentos de um e de outro lada e os jurados não têm como ... é um esforço vão ...

ANEXO 5 - AUTOCONFRONTAÇÃO DA PRIMEIRA AUTOCONFRONTAÇÃO

1- DEFENSOR - 01:30

a Dra. Promotora recorreu dessa sentença ...

2- PESQUISADORA - 01:33

foi?! ...

3 – DEFENSOR - 01:35

((acena afirmativamente com a cabeça)) ela fez um recurso ... pedindo ... a reforma da sentença ... em relação à dosagem da pena ... nós havíamos comentado que Dr. Selton M foi ... muito benigno ... poderia ter dado bem mais ... e ela fez o recurso com base nisso ... o Juiz não teria atendido os aspectos processuais ... na dosagem da pena ... e é bem possível que ela possa obter resultado ... positivo

4 - PESQUISADORA - 02:11

positivo

5 - DEFENSOR - 02:12

no Tribunal ...

6 - PESQUISADORA - 02:13

nossa!

7 - DEFENSOR - 02:14

é ... isso que foi feito ... né? ... deve ruir a pena deve ser elevada ... e ele deve passar um tempo ...

8 - PESQUISADORA - 02:22

preso ...

9 - DEFENSOR - 02:23

preso ...

10 - PESQUISADORA - 02:24

eu acho ... uma pena ... né? ...

11 - DEFENSOR - 02:27

é porque é vontade dos jurados em ta ... a vontade do Juiz ... mas o aspecto técnico realmente dá razão a ela ... ela não foi fixada conforme seriam os parâmetros do Código de Processo Penal ... e Código Penal ... e deve elevar ... cerca de cinco seis anos ... que vai submetê-lo a um tempo bom de prisão ...

12 - PESQUISADORA - 02:53

é uma pena! ... ai né? ... nessa parte que segue aí você fala assim: que não tem você vai para o Tribunal que não tem assim ... definido uma tese ... para ... chegar lá e ... argumentar ... isso é comum ... para o Defensor Público ... ir sem armar essa tese ... ou tem uma duas três? ...

13 - DEFENSOR - 03:20

no começo quando eu comecei a fazer júri ... em 96 e princípio de 97 ... eu preparava as teses com as minúcias ... né? ... e ia para o Tribunal assim um pouco ... engessado ... limitado ... era importante no começo por falta de habilidade ... por falta de vivência do júri ... porque na Defensoria Pública a gente não passa por um treinamento ... para as funções ... pressupõe-se que esteja ajustado para as funções ... e eu fiz um júri com um defensor mais experiente ... e praticamente eu fiz o júri sozinho ... e aí os demais eu passei a ir sozinho para as seções do Plenário ... então eu tinha o hábito de escrevinhar as teses ... e como o tempo eu fui perdendo a necessidade disso ... a gente viu que:: era muito mais produtivo ... deixar ao sabor do momento nos guiar ... sem aqueles ... roteiros pré-definidos ... falo isso ... falo aquilo ... na seqüência falo aquilo outro ... eu fui me saindo melhor assim ... mas é questão de:: tendência de cada um ... um defensor advogado particular ou Defensor Público ... ele segue em geral ... aquilo que lhe é mais fácil ... é ... normalmente ... se se vai fazer ... um júri ... a gente recomenda que a pessoa defina as teses gerais ... as possíveis ... e:: aguarde a Promotoria falar ... quando ela fala ... a Promotoria ... pode apresentar uma uma proposta ... muito coerente muito consistente ... que leva você a alternativas ... para buscar outras maneiras de levar sua mensagem ... ou então ela falha ... naquilo que seria elementar ... e uma tese que você jamais prepararia para exposá-la ... você fica na obrigação de defende-la porque a Promotoria ... meteu os pés pelas mãos ... isso é muito comum ... quando o Promotor de justiça ele sai dos autos e começa a fazer as cogitações dele ... e começa a levantar certas afirmações certas suposições ... e isso às vezes abre flancos ... e a defesa entra por aí e desmonta a tese ... normalmente o Promotor conhece muito pouco do processo ... é... conhece os autos ... mas conhece pouco daquilo que está atrás do processo ... como a gente tem contato com a família do réu ... com o réu ... e às vezes com testemunhas amigos a gente começa a ter uma noção grande daquilo que não está nos autos ...

14 - PESQUISADORA - 06:16

é comum mais a vítima ... a família da vítima ir procurar o Promotor ... ou a família do réu ... ir atrás do defensor? ...

15 - DEFENSOR - 06:25

raramente a família da vítima vai procurar o Promotor ...

16 - PESQUISADORA - 06:28

raramente ... por isso que isso dificulta para ele ...

17 - DEFENSOR - 06:30

isso ... e eu não tenho esse algo a mais que ele não conhece ... quando ele infiltra por uma suposição errada ... eu posso muito bem desmontar ali e desmerecer aquele ponto ... e é como um castelo de cartas ... talvez derrubando aquele ponto o restante também cai ...

18 - PESQUISADORA - 06:46

é

19 - DEFENSOR - 06:47

é:: ... o último júri que nós fizemos na quarta feira passada ... a Promotoria enveredou por uma suposição que deveria ser e não estava nos autos ... a gente tinha um conhecimento muito detalhado do que aconteceu e não estava nos autos ... nem sempre o processo o que aconteceu ... nem sempre as testemunhas as demais provas são fidedignas ... e aí ... ela jamais esperava ... a Promotoria que nós saíssem com uma tese como nós saímos ... tanto que aquele hábito da Promotoria ou dessa Promotora em especial Dra R de ficar correndo o Fórum enquanto a defesa fala ... a Promotora lá de dentro onde estava sentadinha ... percebeu o rumo da tese ... ela voltou ao Plenário assustada e começou a pegar o processo e eu percebendo né ... e ela ansiosa em cima das páginas ... ela aproximou perto do policial militar que estava sentado lá no fundo e disse assim "eu jamais esperava que ele fosse por aí" ... mas por que que ela me deixou essa porta aberta? ... porque ela não se ateve ao papel específico apresentar a prova dos autos ... quando ela foi para um lado ... que para ela era só imaginação suposição ... com a consistência que eu tinha das informações extra autos a gente pode desmontar a tese dela ...

20 - PESQUISADORA - 08:05

você fala também que o Promotor ele tem lá na escola dele preparação para atuar em Plenário ...

21 - DEFENSOR - 08:12

tem ...

22 - PESQUISADORA - 08:13

o Defensor não tem isso?

23 - DEFENSOR - 08:14

não tem ... o Promotor de Justiça ele faz uma escola preparatória ... por um período de três a seis meses ... para tomar assim com os mais experientes aquele traquejo da função ... aqueles detalhes que oferecem ... né? ... uma qualidade e também ... estudos de postura ética do Promotor junto à Justiça e à população ... o defensor ... nomeado ... entra em exercício imediatamente sem qualquer preparação ...

24 - PESQUISADORA - 08:48

e vocês o coletivo de trabalho já se preocupou em solicitar isso da ... do órgão responsável ... publicamente? ...

25 - DEFENSOR - 08:57

nasceu ... nasceu agora com essa nova fase da Defensoria de Minas Gerais ... a possibilidade da gente ... instalar uma escola ... né? ... preparatória ... ela está funcionando ... mas em caráter precário ... são pequenos esforços ... são algumas horas aula que são ministradas ... nada assim tão mais intenso como tem acontecido com a Magistratura ... e com o Ministério Público ...

26 - PESQUISADORA - 09:26

porque é comum na Magistratura é comum na Promotoria é comum ... e na Defensoria já deveria ter isso ... há mais tempo

27 - DEFENSOR - 09:31

é já deveria ... nós estamos dez anos atrás deles em estrutura ... só agora que a Constituição nos deu autonomia financeira ... autonomia administrativa ... e isso vai nos permitir com recursos ... trabalhar com todas essa deficiências ... enquanto nós temos um orçamento que é ... zero vírgula zero zero zero alguma coisa ... o Ministério Público de Minas Gerais tem DOIS POR CENTO do PIB do Estado ... então é uma quantia muito vultosa permite ... preparar com qualidade e sustentar depois a tarefa do Promotor por onde quer que ele caminhe ... a gente ... na Defensoria ainda não temos essa possibilidade de trabalho

28 - PESQUISADORA - 10:19

mas isso aí ... vocês têm consciência de que o coletivo tem que forçar ... para poder conseguir essa escola ... né?

29 - DEFENSOR - 10:21

tem ...

30 - PESQUISADORA - 10:22

que é muito necessária ... inclusive uma colega minha de Faculdade ... ela passou nesse ... recentemente nesse último concurso ... e ela pensou em desistir ... porque ela ... ela ... se viu diante dessa situação ... que você está narrando aí ... de não está preparada para fazer uma audiência ... então ela ficou assustada ... muito assustada ... e ela pensou realmente em desistir ... então depois de muitos conselhos ela resolveu ficar justamente para poder aprender porque uma coisa é a teoria e a outra é a prática ...

31 - DEFENSOR - 11:06

meu primeiro dia de trabalho eu cheguei ... na segunda-feira ... para trabalhar ... e já tinha uma pilha de processos separados para mim ... já tinha uma relação de audiência para eu fazer ... eu não tinha nenhuma experiência de Fórum nem estágio eu tinha feito ... porque meu trabalho anterior me ocupava manhã e tarde ... e era impossível eu deixar o trabalho ... para freqüentar o Fórum assistir aos Júris fazer audiências ... eu nunca tinha feito isso ... então na primeira semana ... eu fui tratado como um Defensor já antigo na carreira ... hoje é melhor porque há pelo menos um bem maior dos colegas em acolher os demais ... naquela época não havia isso ... o defensor de concurso era algo novo e ameaçador aos antigos que foram colocados na função ...

32- PESQUISADORA - 11:55

vocês foram os primeiros concursados? ...

33 - DEFENSOR - 11:58

em Montes Claros eu fui o primeiro concursado em 95...

34- PESQUISADORA - 12:01

todos eram nomeados né?

35 - DEFENSOR - 12:02

todos nomeados ... precários ... era um ameaça então ... eles faziam até ... para ver se nós dávamos conta ... né? ... jogavam serviços como vinha e nós tínhamos que nos virar ... esse espírito de

36 – PESQUISADORA - 12:16

de união ...

37 – DEFENSOR - 12:17

divisionismo aquilo acabou na defensoria ... hoje ta uma fase muito mais propícia de camaradagem união

38 – PESQUISADORA - 12:23

e vocês ... o número de processos que é distribuído ele é equânime para cada um ... ou é ... como que é essa divisão?

39 - DEFENSOR - 12:33:

o serviço público se a pessoa tiver ... responsabilidade ... e consciência ela faz ... se ela não tiver ela não faz ... não há um mecanismo de avaliação do funcionário público ... muito mais dentro da Defensoria Pública ... onde a carreira tem certas autonomias ... e o Defensor certas ... é ... margens de liberdade ... nós temos colegas que trabalham um décimo do que os outros trabalham ... não há um órgão dentro da Defensoria que divida o trabalho por igual ... eu trabalho na segunda Vara Criminal ... então lá tem 2.800 processos criminais ... 75% são meus ... agora têm outros colegas que estão com uma conta dez vezes menor de serviço ...

40 – PESQUISADORA - 13:30:

e vocês não reclamam disso não? ...

41 – DEFENSOR - 13:33:

por enquanto a gente não tem um clima ainda ... suficientemente seguro ... para entrar nesses níveis de discussão ... mesmo o Ministério Público recentemente passou por isso em Montes Claros ... colegas do Ministério Público com uma fração de ... diminuto serviço ... e outros quase não suportando mais a carga ... e foi preciso que o órgão superior viesse a Montes Claros e interviesse essa semana passada ... para nivelar mais ou menos ... então até lá são mais estabilizada e mais consciente também ... lá é difícil discutir igualdade de serviço ...

42 – PESQUISADORA - 14:14:

uma defensora pública certa vez me contou que ... estava havendo por parte do Estado uma avaliação ... pelo número de ação que o defensor estava dando entrada na Justiça ... não sei se ele ia ganhar mais ... se ele seria melhor remunerado ... como que é isso?

43 – DEFENSOR - 14:38:

estava se medindo o trabalho do Defensor de acordo pela quantidade de ações propostas ... ele não teria nenhum aumento salarial nenhum gratificação ... mas assim ... no desempenho estava se separando o defensor no número de ações propostas ... e isso é muito irreal né porque a gente tem ali na Defensoria um número de pessoas muito pobres culturalmente ... que não se preocupa em fazer 30 ... 40 ações de alimentos ... que às vezes não vira uma página de texto ... enquanto tem outros que vão conseguir fazer vinte ... mas com um texto muito mais ... bem elaborado ... com uma pesquisa muito mais ... precisa da vida do cliente ... necessitado

44 – PESQUISADORA - 15:23:

ela ... ela ... inclusive ela falou que tinha gente que estaria inventando coisas onde não existia justamente para conseguir esse número ...

45 – DEFENSOR - 15:32:

tem um relatório no fim do mês de produção ... ele não tem impacto na folha salarial ... mas tem o impacto moral ... e como vamos dizer assim ... o chefe fica em Belo Horizonte e os Defensores do interior não tem uma pessoa hierarquicamente superior para o controle do local ... ele pode colocar o que ele quiser... nós só agora de 2004 em diante nós tivemos uma instauração da corregedoria ... então agora ... de vez em quando ... os Defensores da corregedoria vão comparecer ... vão pegar os relatórios e vão pedir as cópias das petições ... então isso freou os abusos ... então há essa situação ... esse desnivelamento ... defensor trabalhando muito ... defensor trabalhando pouco e cada um ao sabor da consciência porque juridicamente nesse momento não tem o que fazer ... e se começar essa guerras internas também ... as conquistas da instituição que estão surgindo ficam ameaçadas ... então a gente prefere esperar um outro momento para não colocar em perigo aquilo que é inclusive bom para a sociedade porque a classe pobre precisa da Defensoria melhor ...mas precisa de muito anos ainda para modificar o perfil ...

46 – DEFENSOR - 22:33:

essa ... situação ... de ... enriquecer ... a fala ... é um problema ... muito difícil desde quando a gente começa a Faculdade ... a gente tem visto os meninos com um tipo de linguagem de cultura ... que até:: preocupa ... se isso não tiver ... uma mudança de rumos ... e nós saímos Promotores ... Juízes ... Defensores do meio acadêmico ... com essa limitação ... o curso de Direito tem uma carga de temas de disciplinas muito grande ... sufoca ... né? ... e ... preparação para ser um operador do Direito ... é algo muito acanhado ainda nas Faculdades ... espaço de minoria ... de qualidade de vida de produção do que é capaz ... e até de progredir dentro do que é capaz ... isso não existe ainda ... então ... nós vamos ganhando as experiências

fora do mundo jurídico ... fora do mundo acadêmico ... quem tem uma oportunidade de falar ... de discursar ... de se apresentar ... e de ter uma relação com o público ... então começa a superar ... então a gente comentou que a Promotora tem uma ... fala seca ... porque ela tem uma fala assim que mal consegue transmitir ... o fato que é objeto da causa ...

47 - PESQUISADORA - 24:24:

objetiva ... né? ... ela é bem objetiva ...

48 - DEFENSOR - 24:25:

é ... bem sintetizada e às vezes com limitação de clarear bem que ela quer transmitir ... e nós temos ali um grupo de sete pessoas ... que já enfrentou pelo menos três horas de andamento de trabalho ... já ouviu a Promotora de Justiça ... falar 40 ... 60 minutos ... e o cansaço ... e o prejuízo na absorção das idéias já é grande a essa altura ... então a Defesa precisa disso ... né? ... de dar esse viço ... de criar atrativos na fala que pudesse segurar de gancho em gancho ... aquilo que a gente quer apresentar até chegar a uma conclusão ... que tenha realmente valor para a causa ...

49 - PESQUISADORA - 25:14:

na:: ... tanto nessa audiência quanto na outra você vai buscar ... histórias da Bíblia ... histórias da mitologia ... para ... construir sua argumentação ... você sempre faz isso?

50 - DEFENSOR - 25:28:

eu sempre faço sobretudo com a mitologia ... a mitologia tem um grande impacto ... no inconsciente das pessoas ... então nesse júri foi um trechinho de um combate de Ulisses na Odisséia... no outro Júri que foi gravado foi uma história mitológica grega também a Medeia ... porque as situações eram próximas né ... o que abateu a alma de uma parece também que abateu a alma da outra né ... da ré ... naquele Júri ... então a gente tem que usar isso mesmo ... agora ... não pode haver também exagero né? ... a gente tem colegas no Tribunal do Júri que tem um caderninho de histórias ... ((risos)) todo júri é a mesma coisa ... não há um investimento em mudança né? ... e isso faz muito mal ... os jurados fulano de tal vai ao júri hoje ... ih! Vai contar a história de Tafarel na copa de noventa e tantos né? ... vai contar a história de Pedro Caindo de Melo ... e ali é o outro lado ... quer dizer ... já gera um cansaço porque as histórias são sempre as mesmas ...então buscar fontes inspiração exige sempre uma leitura constante para a gente poder ... trazer para o júri

50 – PESQUISADORA - 26:46:

e isso ... surge assim na hora ... ou quando você começa a estudar o processo ... lá na sua casa ... você já começa a pensar ... em uma história...

51 – DEFENSOR - 26:54:

em casa ... sempre em casa ...

52 – PESQUISADORA - 26:55:

sei ...

53 – DEFENSOR - 26:56:

as teses eu sempre deixo duas ou três possíveis ... porque na seção de Plenário tem que ouvir as testemunhas de novo ... tem que ouvir a vítima se ela sobreviveu à agressão tem que ouvir o acusado ... e ali vão surgir variações ... que não foram percebidas antes ... nos depoimentos colhidos na fase preparatória ... então ali surgem pontos que modificam mundo do Júri ...um acréscimo né ... num júri recente por exemplo a vítima ... só na seção ... depois de três depoimentos colhidos ... na polícia dois no judiciário ... só na seção de plenário ela contou que ouviu os amigos mais tarde dizer que o meu cliente ... assim que começou a briga ... numa rua ... em barraquinhas de uma igreja ... entrou numa casa ... porque foi acertado de um golpe e lá ficou durante toda a confusão ... isso aí é a prova ... vindo da vítima ... do que o réu falava sempre ... "eu não participei eu não agredi ninguém eu estava abrigado numa casa" ... isso mudou o rumo do júri ... então isso acontece na hora ... não fixa teses ... vê três possibilidades ... duas possibilidades ... agora outras coisas já vão prontinhas ... a história de impacto que acorda os jurados daquele ... né? ...cansaço ali ... alguns argumentos de efeito que vão voltar a atrair a atenção têm que ser levados preparados ... a gente anota ... constrói ... e deixa que ocorra o momento propício para que a gente possa soltar isso para eles ... a gente não marca a hora de soltar ... fica esperando né quando o clima formar a gente vem com a história vem com o argumento vem com a citação ...

54 – PESQUISADORA - 28:48:

isso é bom ... dentro da construção argumentativa ... isso é a construção pelo exemplo ...

55 - DEFENSOR - 32:31:

o jurado gosta que a gente fale pouco MESMO ... e tem algumas historinhas que a gente já traz guardadinhas ... quando é preciso falar muito ... né? ... o mês de outubro por exemplo desse 2005 foram 25 júris ... manhã e tarde ... então os jurados começam ... a ter aquela impressão industrial ... de Justiça ... entra um réu de manhã sentencia ... entra outro à tarde sentencia ... e assim mais três dias da semana ... nos primeiros Júris nós temos jurados muito mais atentos ... muito mais assim preocupados ... conscienciosos mas os últimos Júris do mês já acostumaram ... né? ... de fazer aquela avaliação ... superficial né? ... no começo de aguardar desde o começo o que eles acham que é correto ou incorreto ... e já vão ouvir o advogado com menos interesse ... muitos Júris nós temos historinhas prontas para poder desafiar ... a questão ética do jurado ... abrir o Código de Processo reler o juramento que eles

fizeram ... é:: estabelecer o papel da consciência na vida de cada um ... a gente tem um poema do Victor Hugo chamado "A consciência" que ele refaz a suposta trajetória de Caim depois do assassínio de Abel com os dois olhos vigilantes seguindo-o à toda parte ... por mais que ele fugisse ... para poder ter consciência ... então a gente tem que criar alguns estratagemas ... de acordar os jurados com responsabilidade ... senão fica um processo industrial ...

56 - PESQUISADORA - 34:12:

meu filho quando me ajudou a fazer as edições né? ... ele esta dando muito suporte para mim ... ele diz "ô! Mãe como é que é para ser o jurado? Como é? Qualquer um pode ser júri?" ... pode ... tem uma lista tem um sorteio ... "ah! Porque eu queria ser jurado!" ... (risos) você que não sabe como que eles sofrem ... eles ficam obrigados a ir ...

57 – DEFENSOR - 34:30:

é ...

58 – PESQUISADORA - 34:31:

"mas eles não vão receber não? ... eles não recebem pagamento para ser jurado não?" ... eu falei "não"! É um papel de cidadão ... todo mundo que é convocado pela Justiça tem que ir ... e ele "se pagasse até que seria interessante!" ...

59 – DEFENSOR - 34:50:

o jurado não pode ser preparado pelo Estado para ser jurado ... não pode haver uma escola de jurados ... mas deveria haver ... uma explicação ... mínima da função da importância da postura ... os primeiros jurados que vão viver as as suas primeiras experiências de júri ... eles ficam perdidos ... não conhece nem o procedimento ... quando começa quando termina ... não tem a menor noção de quesito ...

60 – PESQUISADORA - 35:21:

não sabem nem onde estão...

61 – DEFENSOR - 35:22:

nada ... e aí ás vezes ... compreendem totalmente diferente do que querem a Promotoria e a Defesa ... a semana passa teve um júri que a defesa pediu a absolvição e a Promotoria foi atrás e pediu também ... mas três jurados votaram pela condenação ... mas onde está o problema? ... nas perguntas que são feitas na sala secreta ... os quesitos ... são técnicos ... que mal mal os graduados em Direito entendem ... quanto mais um leigo ... traduzir quesito teórico técnico para o leigo é muito difícil ... essa nova mudança que vai haver no Código de

Processo Penal vai acabar com isso ... vai perguntar se ele é culpado ou inocente ... e o Juiz então vai fazer essa avaliação técnica do como foi culpado ... para definir então a pena ... isso vai ser melhor para o corpo de jurados ...

62- PESQUISADORA - 36:19:

tem uma parte na outra autoconfrontação ... ela não aparece aí não ... e você fala que 90% dos casos de júri as pessoas são condenadas ... eu queria saber se essa estatística foi revelada em alguma pesquisa?

63 – DEFENSOR - 36:40:

não ... é só dentro da Defensoria Pública de Montes Claros ... são os últimos dez anos que a gente vai acompanhando ...

64 – PESQUISADORA - 36:49:

ah! vocês mesmos têm essa estatística dentro de Montes Claros

65 – DEFENSOR - 36:50:

temos

66 – PESQUISADORA - 36:53:

90% são condenados ... ah ta certo ...

67 – DEFENSOR - 36:55:

agora ... aí do que é acusação e do que é sentença ... nem sempre atende esse número ... não quer dizer que 90% dos casos a Promotoria chega aonde queria chegar ... porque às vezes as condenações são em crimes menores ... ou em circunstâncias em que se perdem qualificadoras ... são aquelas causas que aumentam a pena ... né? ... então de quem vai à Júri ... a gente tem essa expectativa ... é alguém que está caminhando possivelmente para a condenação ... condenado naquilo que foi solicitado na Promotoria? ... não esse número cai demais ... na Promotoria ... dentro do que pede ... pelo que temos visto nesses números aí nesses últimos dez anos só em Montes Claros ... ela perde 70% do que pede ... de cada 100 júris a Promotoria só alcança o que quer em trinta ... mas o réu sai condenado ... por outros níveis ... por outras infrações ... nesse sentido ... sim ... mas a defesa é muito mais bem sucedida do que a Promotoria de Justiça em Montes Claros ...

68 – PESQUISADORA - 38:07:

que ótimo ...

69 – DEFENSOR - 38:08:

bem mais ... nesse sentido ... consegue muito mais ser aceita ... as pessoas têm vontade de entender de compreender ... de dar um voto de confiança ... então você tem um réu que ... cometeu uma bobagem ... mas é o único ponto na vida dele que merece repreensão ... as pessoas estão ansiosas de dar um voto de confiança ... de tentar diminuir a agrura dele ... o sofrimento dele ... a gente brinca assim algumas vezes com os amigos ... ah cite aí um Promotor famoso da história ... ninguém conhece ... agora advogados célebres ... ah Demóstenes ... Cícero ... todo mundo ... então o pessoal que formou grandes nomes na história ... qual o nome dos juízes que ... condenaram Sócrates ... ninguém sabe ... o nome dos três Promotores que acusaram Sócrates ninguém sabe ... mas ninguém deixa de conhecer a figura iminente de Sócrates ... e boa parte das pessoas já leu a Apologia à Sócrates que Platão escreveu ... e fica encantado com os argumentos ... agora o Meleto e os dois outros acusadores ... são ilustres desconhecidos ... há uma tendência do do jurado em querer concordar com os outros ... se tivesse a possibilidade de propor um meio termo ... entre o que pede a Promotoria e a Defesa os jurados sempre iriam ao meio termo ser condescendente com atender um e outro algumas técnicas em parte ... mas em geral não tem meio termo no que propõe a Promotoria e a Defesa ... em geral você pede oito ou oitocentos ... e ai ... fica assim nem sempre a sentença revela o que eles queriam ... às vezes ele queriam algo intermediário entre oito ou oitocentos ...

70 – PESQUISADORA - 40:00:

tem uma parte também da autoconfrontação em que você fala que não se sente bem em fazer júri ... porque nesse processo aí apesar dos jurados terem dado três a dois ... três a quatro ... foi três a quatro?

71 – DEFENSOR - 40:12:

quatro a três ...

72 – PESQUISADORA - 40:13:

... quatro a três ... na hora de fixar a pena ele ganhou o regime aberto ... eu perguntei se você se sentia bem se sentia vitorioso e você falou que não que não se sentia bem que fazer júri não é bom ... por que isso?

73 – DEFENSOR - 40:40:

((risos)) o Daniel esse réu devia ter sido sentenciado em regime semi-aberto dentro do que eu conheci ele ... do que eu pude ver da personalidade dele ... ficou muito gratuito ... então a gente contava que o Juiz desse a pena do regime da Lei ... o regime semi-aberto ... seria uma passagem breve né pelo cárcere com menos rigor ... e seria para ele assim um sinal de fazer ... a volta no caminho e recuperar uma estrada mais feliz ...

74 – PESQUISADORA - 41:18:

você se preocupa com essa questão da fixação da pena ... assim ... diante da criminalidade? ... é isso?

75 – DEFENSOR - 41:26:

é ...eu vejo que o crime ta na porta da minha casa dos meus amigos da minha família ... das demais pessoas ... então eu não tenho assim aquele romantismo pela causa do Júri ... é por isso que eu não me sinto muuuuito bem com os resultados ... eu acho que a gente podia fazer um Júri melhor ... o Brasil pode ter uma Justiça melhor ... se o país é pobre a Justiça não tem que ser barata ... e é muito barato lá as coisas são muito superficiais ... a pesquisa da Delegacia é muito simples pobre deficiente ... a Promotoria não tem assim condições de dar uma assistência melhor aos processos ... a Defensoria é ainda mais fraca que a Promotoria que a Delegacia de Polícia ... o que eu gostaria é que no Júri fosse um ambiente os melhores fatos e argumentos preponderassem ... e não é assim... né ... hoje em dia por exemplo em Montes Claros ... existe uma proximidade muito grande da Promotoria com o Juiz com esses anos todos de trabalho ... e eles estão conversando ... e organizando já assim o que pode acontecer no júri ... quais são as melhores saídas para a Promotoria ... e o Juiz ... isso é o meu modo de entender eu posso está até errado ... perdeu aquela eqüidistância necessária entre Juiz e partes ... né ... e isso faz mal para mim ... quando eu vou falar eu quero levar o melhor argumento e o melhor fato ... e se a Promotoria levar melhores é ela que deve sair com o pedido atendido ... mas às vezes a Promotoria é pobre no que oferece ... e existem alternativas do Juiz modificar o resultado ... então aconteceu por exemplo nesses dias ... como a tese da Promotoria não tinha como ser aceita depois que a gente começou a falar ... ela nem veio à replica ... o Juiz entrou na sala secreta e fez a seguinte proposta "vocês podem dar dois mesinhos de pena para ele ... que são as lesões que a defesa pediu ou se vocês quiserem eu posso dar para ele dois anos de serviço à comunidade .. eu vou ajudá-lo" ... então ali ele definiu o Júri ... nós passamos duas horas e meia fazendo o quê? nada! porque até eu ... aí eu intervi e falei Dr. até eu voto contra o meu cliente (risos) ... porque nós não estamos aqui para saber a matemática da vida dele ... nós estamos para saber se ele fez ou não fez ... se fez com esses motivos ou sem esses motivos ... é isso que eu gostaria que fosse votado ... ele fez com esses motivos ou sem esses motivos? ... se ele fez com esses motivos a conseqüência vai ser a pena que o Senhor sugeriu ... né? ... dois anos e isso e aquilo outro ... mas se ele fez sem os motivos a conseqüência é que ele seja apenado como eu pedi ... e isso no júri ... deixa a gente

muito triste ... a gente vai cansando ... né? ... dos juízes que tomam partido ... é humanamente ... impossível eu creio um Juiz totalmente imparcial ...

76 – PESQUISADORA - 44:36:

imparcial ...

77 – DEFENSOR - 44:38:

porque ele ta lá de um lado e do outro sentindo vibrando um ou outro isso é natural ... mas daí deliberadamente ele construir uma estratégia ... de fazer virar para um lado ou para o outro ... infelizmente é a coisa que mais acontece no Júri ...

78 – PESQUISADORA - 44:53:

e quando eles condenam à pena máxima e vai executar essa pena ... também é uma lastima né?

79 - DEFENSOR - 45:04:

((acena afirmativamente com a cabeça))

80 – PESQUISADORA - 45:05:

porque o sistema penitenciário não atende e ... eu não sei eu estou um pouco afastada ... mas não existe nenhuma política que esteja preocupada com isso ...

81 – DEFENSOR - 45:18:

não ...nesse momento no país não ... eu não me sinto bem por isso! Porque o júri toma um ar de teatro ... e eu me exponho ... a minha pessoa fica exposta nisso ... e eu passo o dissabor de ver pessoas que mereceriam a repreensão e não conseguiram porque naquele dia a Promotoria não deu conta de ler o processo ... e passo às vezes a grande tristeza de ver pessoas que mereceriam uma sorte melhor ... simplesmente foram condenadas sem mais detida análise sem mais critério ... lembra aquela passagem do do ... Exupéry no Pequeno Príncipe que conta a historinha do planetinha em que vivia o acendedor de lampião enquanto o mundo dele tinha um ritmo ele tinha uma hora de acender e uma hora de apagar o lampião ... mas depois o mundinho foi correndo mais depressa foi girando mais rápido ... mas ele não perdeu o hábito o formalismo de acender e de apagar e quando o Pequeno Príncipe chega no mundinho a cada minuto ele apaga e a cada minuto ele acende o lampião ... então eu acho que a Justiça humana tem esse problema ... formaliza demais para ser democrática e esse excesso de formalismo ... não cria meio termo para as coisas ... é claro ou escuro ... ou acende ou apaga o lampião ... mas o mundo ta girando e as coisas tão mudando ... e a dinâmica dos fatos ... nem sempre fica

assim ... ajustada a esse formalismo ... a necessidade da população nem sempre se encaixa nesse formalismo ... mas se der um pouco mais de poder ao Juiz de mais arbítrio ao Juiz nem todos os juízes estão preparados para ter esse arbítrio a gente volta à idade medieval ... então fica esse impasse ... se der arbítrio para fazer justiça na maneira correta ... a maioria vai extrapolar ... sem o arbítrio do Juiz a Lei é muito fria ... e não se encaixa bem nas circunstâncias que merecem sua atuação ... e patrocina às vezes injustiças ... e no Júri você sofre demais ... eu carrego a carga ... do réu ... da família do réu ... da família da vítima ... que vai me hostilizar ... carrego a carga do meu nome ... que como pessoa humana lá minha vaidade gosta de um pouco de sucesso ... e do trabalho reconhecido ... a carga da Defensoria Pública que tem que se apresentar bem ... então o peso emocional é muito grande ... muito grande ... a Promotora de Justiça da nossa comarca que mexe com júri nesse mês ... pediu para desmarcar uma parte imensa dos júris ... ela começou a fazer um júri de manhã outro à - tarde de manhã outro à - tarde ... aí de repente ... um peso emocional ela ficou prostrada sem poder estudar os processos ... a gente vive isso ... ela de um lado querendo um bem da sociedade ... e a gente do outro lado tendo que pensar sobretudo como quer a Lei no bem do acusado ...

82 – PESQUISADORA - 48:24:

um embate de valores né? ...

83 – DEFENSOR - 50:54:

ficou claro esse não sentir bem? ... por que às vezes eu sinto ... às vezes não ... quase sempre eu sinto que não atendeu o que era melhor para todo mundo ... ou às vezes ficou muito bom para o réu ... ou às vezes ficou ... muito o lado da sociedade ... menos para o indivíduo ... mas eu não vejo ... por enquanto para a nossa prática de júri possibilidade para meio termo não ... para essa coisas assim ...